

IMIGRAÇÃO UCRANIANA EM PORTUGAL E NO SUL DA EUROPA:

A EMERGÊNCIA DE UMA OU VÁRIAS COMUNIDADES?

ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS




acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

**IMIGRAÇÃO
UCRANIANA EM
PORTUGAL
E NO SUL
DA EUROPA:**

**A EMERGÊNCIA DE UMA
OU VÁRIAS COMUNIDADES?**

**ORGANIZADO POR
MARIA IOANNIS BAGANHA
JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS**



Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Imigração ucraniana : a emergência de uma ou várias comunidades?
org. Maria Baganha, José Carlos Marques, Pedro Góis. - (Comunidades; 3)
ISBN 978-989-8000-96-5

I – BAGANHA, Maria Ioannis Benis,
II – MARQUES, José Carlos
III – GÓIS, Pedro

CDU 314
316

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador do OI

Roberto Carneiro

Organização

Maria Ioannis Baganha
José Carlos Marques
Pedro Góis

Autores

José Carlos Marques, Pedro Góis, Maria Paula Oliveira, Maria Manuela Mendes, Barbara Dietz, Renata Hosnedlová,
Mikolaj Stanek, Lena Näre

Edição

Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa
Telefone: (00351) 21 810 61 00 • Fax: (00351) 21 810 61 17 • E-Mail: acidi@acidi.gov.pt

Execução Gráfica

PROS – Promoções e Serviços Publicitários, Lda.

Primeira Edição

750 Exemplares

ISBN

978-989-8000-96-5

Depósito Legal

319964/10

Lisboa, Janeiro 2010

ÍNDICE GERAL

Prefácio <i>Roberto Carneiro</i>	9
Tributo a Maria Ioannis Baganha <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	11
Introdução Novos fluxos de imigração em Portugal: o novo posicionamento de Portugal no sistema migratório europeu <i>Pedro Góis e José Carlos Marques</i>	13
PARTE I - Quando os extremos se tocam: imigrantes ucranianos em Portugal <i>José Carlos Marques e Pedro Góis</i>	25
I. Do Leste ao Oeste: novos fluxos migratórios em Portugal	26
II. Novos fluxos imigratórios - Imigrantes da Europa de Leste em Portugal: Resultados do inquérito de 2002	31
III. Os imigrantes do Leste em Portugal. Resultados do inquérito de 2004	81
PARTE II – Os ucranianos na Europa do Sul	119
IV. Os ucranianos no concelho de Leiria - Percursos migratórios e integração social <i>Maria Paula Oliveira</i>	121
V. Representações e estereótipos face à maioria <i>Maria Manuela Mendes</i>	145
VI. Migration from Ukraine: A challenge for the European Union? <i>Barbara Dietz</i>	187
VII. Ukrainian migration to Spain: sociodemographic profile, mobility patterns and migratory projects <i>Renáta Hosnedlová e Mikolaj Stanek</i>	211
VIII. Ukrainian migration to Italy: Lone female breadwinners as ‘skilled’ workers in ‘low’-skilled occupations <i>Lena Näre</i>	231

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1.1 Imigrantes da Europa de Leste em Portugal, 2000 e 2001: comparação entre fontes	14
- Quadro 1.2 Autorizações de permanência concedidos ao abrigo do D.L. n.º 4/2001 de 10 de Janeiro	15
- Quadro 1.3 Residentes Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999	16
- Quadro 1.4 Residentes Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002	16
- Quadro 1.5 Articulações nos sistemas migratórios internacionais	18
- Quadro 2.1 Habilitações Literárias	41
- Quadro 2.2 Profissão dos imigrantes no país de origem	44
- Quadro 2.3 Principais grupos profissões dos imigrantes nos seus países de origem	45
- Quadro 2.4 Fontes de financiamento para a migração	50
- Quadro 2.5 Meio de entrada em Portugal	54
- Quadro 2.6 Utilização da ajuda de mediadores para entrar em Portugal	55
- Quadro 2.7 País que emitiu o visto	57
- Quadro 2.8 Local da legalização	59
- Quadro 2.9 Razões da escolha de Portugal	60
- Quadro 2.10 Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal	66
- Quadro 2.11 Primeiro emprego em Portugal (grandes grupos profissionais)	66
- Quadro 2.12 Profissão actual em Portugal (grandes grupos profissionais)	67
- Quadro 2.13 Experiência de atitudes racistas ou xenófobas em diferentes espaços sociais	73
- Quadro 2.14 Participação social	76
- Quadro 2.15 Planos a longo prazo	77
- Quadro 3.1 Características da amostra	81
- Quadro 3.2 Características demográficas das três nacionalidades inquiridas	82
- Quadro 3.3 Nível educativo das três nacionalidades inquiridas	83
- Quadro 3.4 Situação perante o trabalho dos inquiridos	84
- Quadro 3.5 Sector de actividade dos inquiridos no país de origem	85
- Quadro 3.6 Profissão dos imigrantes nos seus países de origem	86
- Quadro 3.7 Percepção da posição de classe dos inquiridos	87
- Quadro 3.8 Processo de decisão da migração, por nacionalidade	88
- Quadro 3.9 Contactos em Portugal antes da emigração	90
- Quadro 3.10 Utilização remunerada de mediadores, por tipo de mediador	90
- Quadro 3.11 Serviços incluídos no preço pago segundo o valor pago ao mediador	94
- Quadro 3.12 Forma de arranjar o primeiro emprego em Portugal	98
- Quadro 3.13 Sector de actividade no momento da entrada em Portugal	99
- Quadro 3.14 Sector de actividade de inserção inicial dos imigrantes	99
- Quadro 3.15 Profissão dos imigrantes após a chegada a Portugal	101
- Quadro 3.16 Forma de obtenção do primeiro emprego e do emprego actual	102
- Quadro 3.17 Sectores de actividade no momento do inquérito	103
- Quadro 3.18 Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (grandes grupos profissionais)	103

- Quadro 3.19 Sector de actividade dos imigrantes no momento do inquérito	104
- Quadro 3.20 Profissão dos imigrantes no momento do inquérito	105
- Quadro 3.21 Tipo de contrato de trabalho detido pelos imigrantes	106
- Quadro 3.22 Salário auferido pelos imigrantes, em euros	106
- Quadro 3.23 Profissão dos imigrantes no momento do inquérito	107
- Quadro 3.24 Opinião dos inquiridos relativamente às características dos empregos disponíveis para os imigrantes	109
- Quadro 3.25 Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais	110
- Quadro 3.26 Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais	110
- Quadro 3.27 Competência linguística dos inquiridos	111
- Quadro 3.28 Profissão dos imigrantes no momento do inquérito	112
- Quadro 3.29 Participação em diferentes tipos de organizações	113
- Quadro 4.1 Autorizações de Residência concedidas no distrito de Leiria e em Portugal (1999-2003)	125
- Quadro 4.2 Autorizações de Permanência concedidas no distrito de Leiria e em Portugal (2001 -2003)	125
- Quadro 4.3 Situação legal da amostra, por sexo	126
- Quadro 4.4 Tipo de autorização ou visto, segundo a situação perante a lei	127
- Quadro 4.5 Motivos que contribuíram para a escolha de Portugal como destino	128
- Quadro 4.6 Opções em caso de desemprego, por situação legal	135
- Quadro 4.7 Retorno à Ucrânia	135
- Quadro 4.8 Reagrupamento Familiar	136
- Quadro 5.1 Qualidades mais apreciadas pela sociedade de acolhimento	149
- Quadro 5.2 Casamentos mistos em 2004	168
- Table 6.1 GPD per capita (PPP, in US \$), various European countries, Russia and Ukraine	192
- Table 6.2 Ethnic composition of the population in Ukraine (in thousands, 2001, 1989)	194
- Table 6.3 Inflows of Ukrainian citizens into various European Union countries (in thousands)	196
- Table 6.4 Stock of Ukrainian citizens in various European Union countries (in thousands)	199
- Table 6.5 Natural population development, population aged 65 and more in Ukraine (in percent)	201
- Table 6.6 Gross enrolment ratio, tertiary level in Ukraine	204
- Table 7.1 Branches of economic activity of Ukrainian immigrants	216
- Table 7.2 Frequency of short stays (under three months' duration) in the country of origin by sex	219
- Table 7.3 Geographical distribution of family unit members by sex	220
- Table 8.1 Foreigners with Stay Permits in Italy by gender and nationality. First ten countries	234
- Table 8.2 Foreigners with a Residence Permit in the Region of Campania by gender and citizenship in 31 December 2005. First ten countries.	235

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 2.1 Semestre de entrada em Portugal	31
- Figura 2.2 Nacionalidade dos inquiridos	32
- Figura 2.3 Ano de Nascimento	33
- Figura 2.4 Distribuição dos inquiridos por sexo	34
- Figura 2.5 Estado Civil	35
- Figura 2.6 Número de Filhos	35
- Figura 2.7. Local de residência do conjugue	36
- Figura 2.8 Local de residência dos filhos	36
- Figura 2.9 Região de origem dos inquiridos de nacionalidade ucraniana	39
- Figura 2.10 Regiões de residência antes de emigrarem para Portugal	40
- Figura 2.11 Origem urbana ou rural dos imigrantes	40
- Figura 2.12 Habilitações literárias de três grupos de imigrantes, 2001	42
- Figura 2.13 Estatuto socio-económico	43
- Figura 2.14 Situação perante o emprego	43
- Figura 2.15 Salário médio mensal no país de origem, em euros	46
- Figura 2.16 Motivos para a emigração	47
- Figura 2.17 Planificação da emigração	48
- Figura 2.18 Motivos da emigração por tipo de decisão	48
- Figura 2.19 Nível de tomada de decisão sobre a emigração	49
- Figura 2.20 O inquirido foi o primeiro elemento da família a chegar a Portugal	49
- Figura 2.21 Período de tempo para formação das poupanças necessárias à migração	51
- Figura 2.22 Existência de contactos prévios em Portugal	51
- Figura 2.23 Familiares do inquirido a residirem em Portugal	52
- Figura 2.24 Familiares do inquirido a residirem noutro país estrangeiro	52
- Figura 2.25 Semestre de entrada na União Europeia e em Portugal	53
- Figura 2.26 Local da primeira entrada em Portugal	54
- Figura 2.27 Montante pago aos mediadores	55
- Figura 2.28 Experiências difíceis relacionadas com as máfias	56
- Figura 2.29 Tipo de visto com que chegou a Portugal	57
- Figura 2.30 Tentativa de legalização caso tenha chegado a Portugal antes de 30.11.2001	58
- Figura 2.31 Está legalizado neste momento?	59
- Figura 2.32 Teve problemas para se legalizar?	60
- Figura 2.33 Impressão sobre Portugal antes de emigrar	61
- Figura 2.34 Alteração na impressão sobre Portugal	61
- Figura 2.35 Alterações na impressão sobre Portugal segundo a impressão inicial	62
- Figura 2.36 Possibilidade de emigrar para outro país	62
- Figura 2.37 Conhecimento da necessidade de trabalhar de forma clandestina em Portugal	63

- Figura 2.38 Vantagem em estar em situação ilegal	63
- Figura 2.39 Receio de permanecer ilegal em Portugal	64
- Figura 2.40 Pedido de identificação em Portugal	64
- Figura 2.41 Conhecimento da necessidade de autorização de trabalho antes de emigrar	65
- Figura 2.42 Conhecimento das condições de atribuição da pensão de reforma antes de emigrar	65
- Figura 2.43 Empregado no momento do inquérito	67
- Figura 2.44 Salário médio mensal, em euros	68
- Figura 2.45 Contrato escrito na profissão principal	69
- Figura 2.46 Tipo de contrato actualmente	69
- Figura 2.47 Número de horas semanais de trabalho	70
- Figura 2.48 Trabalho extraordinário	70
- Figura 2.49 Forma de pagamento	71
- Figura 2.50 Contribuiu para a Segurança Social? e Paga Imposto Sobre o Rendimento (IRS)?	71
- Figura 2.51 Número de trabalhadores na empresa onde o entrevistado trabalha	72
- Figura 2.52 Pretende continuar no seu trabalho actual após obter a Autorização de Residência?	72
- Figura 2.53 Nível de fluência no português falado	73
- Figura 2.54 Nível na escrita de textos em português	74
- Figura 2.55 Rapidez na leitura de textos escritos em português	74
- Figura 2.56 Frequenta/Frequentou algum curso de português?	75
- Figura 2.57 Obteve algum grau educacional em Portugal (incluindo cursos específicos)?	75
- Figura 2.58 Leitura regular de jornais publicados em Portugal (em russo ou ucraniano) para i-migrantes	76
- Figura 2.59 Avaliação da vinda para Portugal: perda ou ganho?	77
- Figura 2.60 Expectativas quanto ao futuro do cônjuge	78
- Figura 2.61 Expectativas quanto ao futuro dos filhos	78
- Figura 3.1 Relações de masculinidade das três nacionalidades inquiridas	82
- Figura 3.2 Modo de obtenção do dinheiro para a migração	89
- Figura 3.3 Valor pago ao mediador, por tipo de mediador	91
- Figura 3.4 Semestre de entrada em Portugal	92
- Figura 3.5 Distribuição regional dos inquiridos	96
- Figura 3.6 Distribuição geográfica dos imigrantes ucranianos, russos e moldavos	97
- Figura 3.7 Mobilidade entre a profissão no país de origem e a profissão aquando da chegada a Portugal	100
- Figura 3.8 Profissão no momento da chegada a Portugal dos inquiridos que no país de origem exerciam profissões intelectuais e científicas	101
- Figura 4.1 População não nacional (AR e AP) no distrito de Leiria, por anos (2000-2003)	124
- Figura 4.2 Distribuição da amostra, por idade e sexo	126
- Figura 4.3 Situação legal da amostra, por ano de entrada em Portugal	127
- Figura 4.4 Forma de obtenção de emprego, por sexo	129

- Figura 4.5 Actividade profissional exercida mais tempo em Portugal, por sexo	130
- Figura 4.6 Vínculos contratuais	131
- Figura 4.7 Auto-avaliação da situação laboral em Portugal	132
- Figura 4.8 Número de amigos portugueses	133
- Figure 6.1 Immigration, emigration and net migration in Ukraine (1991-2008)	190
- Figure 6.2 Estimated numbers of Ukrainian labour migrants in Poland, Italy, the Czech -Republic and Portugal (2003)	195
- Figure 6.3 C- and D- Visa, issued by the German embassy to Ukrainian citizens (1998-2008)	198
- Figure 6.4 Foreign direct investment (FDI), development aid and remittances in Ukraine (millions, in US \$)	203
- Figure 7.1 Age-sex chart of Ukrainian immigrant population in Spain in 2001 and 2007	215
- Figure 7.2 Regional distribution of the Ukrainian immigrant population in Spain, 2007	217
- Figure 7.3 The primary destination country of Ukrainian immigrants in Spain	218
- Figure 7.4 Geographical location of spouse/partner at the moment of immigrant's arrival in Spain	222

PREFÁCIO

Com o presente volume, dedicado ao tema “Imigração Ucraniana: A Emergência de uma ou várias comunidades?”, o qual foi superiormente organizado pelos Professores Maria Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis, divulgamos o nº 3 da Colecção Comunidades que, com regularidade, o Observatório da Imigração (OI) do ACIDI vem editando.

Esta Colecção prima pela singularidade de procurar reunir estudos sobre diferentes populações imigrantes em Portugal segundo o critério do país de origem.

Trata-se de proporcionar um olhar aprofundado sobre o “estado da arte” daquilo que sabemos – e do que a investigação nos ensina – sobre cada comunidade imigrante. Assim, ao invés de uma abordagem temática – orientação das demais colecções do OI – esta publicação privilegia a “comunidade imigrante” como categoria analítica e objecto de eleição para uma perspectiva de conhecimento focalizado.

Também com este terceiro número, a Colecção Comunidades fecha o ciclo das três comunidades imigrantes em Portugal reconhecidamente mais relevantes no plano quantitativo, segundo as estatísticas oficiais: Brasileira, Cabo-Verdiana e Ucraniana.

A publicação fala por si. A enorme qualidade científica, o grande rigor metodológico e a inequívoca robustez académica dos seus autores vêm espelhados por inteiro neste trabalho. Efectivamente, desde as páginas iniciais, o leitor não deixará de se aperceber rapidamente da justeza dos adjectivos e da exacta caracterização que fazemos do volume em apreço.

Os autores não regatearam esforços no sentido de produzir um trabalho de fôlego. Assim, por exemplo e com carácter inovador relativamente aos anteriores volumes, e dotados de notável consistência, eles coligiram e processaram um volumoso acervo de dados empíricos que nos apresentam, de forma original e conceptualmente rica, reportando dois momentos da imigração ucraniana para Portugal: à chegada e anos mais tarde, proporcionando, desta forma, uma visão diacrónica sobre cerca de uma década de presença ucraniana no nosso país e um balanço deste fluxo migratório singular.

O OI fica eternamente grato aos três cientistas sociais aqui reunidos em equipa para produzir uma obra que combina, criativamente, investigação original sobre uma dupla realidade da presença dos imigrantes ucranianos: em Portugal e na Europa.

In Memoriam

É de elementar justiça que, na altura da divulgação deste novo volume do OI, prestemos uma sentida homenagem pública a uma personalidade que, com a sua enorme sabedoria e dedicação à investigação sobre o fenómeno migratório, deixou uma marca iniludível no meio académico do estudo das migrações.

A sua perda é insubstituível, e deixa-nos profundamente saudosos.

A Prof. Maria Ioannis Baganha foi uma grande amiga do Observatório da Imigração e de todos os seus agentes. Investigou, sugeriu, criticou, participou nos diversos períodos da vida do Observatório com a vivacidade e frontalidade que constituíam características estruturais do seu modo de estar.

Este volume é uma das suas últimas obras e, nessa medida, um seu legado fundamental.

Tendo vindo a dedicar-se, nos últimos anos da sua vida, ao estudo do fenómeno da imigração da Europa

de Leste, esta obra merecia-lhe um carinho especial. Não deixa de ser paradoxal que ela não possa estar entre nós no momento da sua divulgação pública, como seria seguramente seu desejo ardente.

Estamos certos, todavia, que a Prof. Maria Ioannis Baganha nos acompanha hoje na alegria de ver concretizado um sonho que ela perseguiu intensamente, e cuja feitura superiormente orientou e recomendou vivamente aos seus colaboradores próximos, que não a traíram neste desígnio maior.

Por tudo isso, perante a superlativa envergadura intelectual e humana da Prof. Maria Ioannis Baganha, perante o mistério da vida e da morte de tão marcante personalidade, curvamo-nos respeitosamente.

ROBERTO CARNEIRO
Coordenador do Observatório da Imigração do ACIDI, I.P.

TRIBUTO A **Maria Ioannis Baganha**

O estudo dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal foi o último projecto liderado pela Maria Baganha enquanto investigadora. Foi a Maria que lançou a ideia de reunir em livro os resultados dos projectos que sobre este fluxo tínhamos realizado e, foi ela que estabeleceu os primeiros contactos com alguns dos autores que colaboram neste volume e com o ACIDI para a sua edição. Infelizmente a progressão rápida da doença não lhe possibilitou um envolvimento tão empenhado na concretização deste projecto como fazia questão de ter em todos os projectos que abraçava como, aliás, bem sabem todos os que com ela trabalharam. Nos diversos encontros que mantivemos com a Maria ao longo do último ano, já numa fase em que a saúde parecia faltar, este era sempre um projecto que nos recordava urgia terminar.

Os autores que, com a Maria Baganha, repartem a edição deste livro estão-lhe eternamente agradecidos por terem partilhado do seu imenso conhecimento sobre as questões migratórias e, sobretudo, por ter sido uma estimada amiga que os acompanhou no decurso do seu processo de amadurecimento científico. A Maria Baganha foi, como muitos reconhecem, uma das maiores cientistas sociais no campo das migrações e este volume é apenas mais uma nota no seu vasto contributo científico.

É, por isso, natural que este livro seja liderado, em termos de autoria, pela Maria Baganha ainda que a título póstumo e que, deste modo, se construa mais uma justa homenagem, por parte dos seus colegas e amigos que durante mais de uma década trabalharam e publicaram em conjunto, construindo uma equipa que julgamos irrepetível. Este é um livro da Maria mas é também um livro que lhe dedicamos e que, estamos certos, da próxima vez que nos encontrarmos, lá no sítio para onde (um dia) todos migraremos, a Maria se orgulhará.

JOSÉ CARLOS MARQUES
PEDRO GÓIS

INTRODUÇÃO

NOVOS FLUXOS DE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: O NOVO POSICIONAMENTO DE PORTUGAL NO SISTEMA MIGRATÓRIO EUROPEU

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
Centro de Estudos Sociais*

JOSÉ CARLOS MARQUES

*Instituto Politécnico de Leiria
Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s)
Centro de Estudos Sociais*

No contexto das migrações internacionais a Ucrânia tornou-se nos últimos anos um importante país de origem de emigrantes. Tal fica a dever-se, por um lado, à frágil situação económica do país e, por outro, à necessidade de forças de trabalho por parte de diversos países de destino. Num espaço de tempo relativamente curto, os migrantes ucranianos tornaram-se um grupo nacional importante em alguns países da União Europeia (por exemplo, em Itália e na Espanha, cf. os artigos relativos a estes dois países incluídos na presente publicação).

Portugal é, como os restantes países do Sul da Europa, um país de imigração recente. De facto, o número de estrangeiros a residir em território nacional era, em 1981, de apenas 54.414; ou seja 0,6 por cento do total da população residente. Apesar do crescimento da população estrangeira ser constante durante os anos 80 e 90, em 2000 o número de estrangeiros com residência legal era ainda e apenas de 208.198 pessoas, ou seja aproximadamente 2 por cento da população do país (Baganha e Marques, 2001; SEF, 2000).

Na viragem para o século XXI, a imigração de países terceiros para Portugal era maioritariamente (76% em 1999 e 77% em 2000) constituída por imigrantes de países lusófonos, isto é, das ex-colónias portuguesas em África¹ e do Brasil. A percentagem restante encontrava-se dispersa por mais de cem nacionalidades, nenhuma das quais apresentava valores numéricos muito significativos (SEF, 1999; SEF, 2000).

Em suma, a presença de imigrantes em Portugal era, até 2000, relativamente fraca e a maioria dos movimentos que ocorriam podiam atribuir-se directamente ao nosso passado colonial, às nossas relações históricas e culturais bem como às nossas relações económicas.

O acentuado crescimento na procura de mão-de-obra, causado pelo *boom* no sector da construção civil e obras públicas, verificado no final dos anos 90, início do milénio, não foi em larga medida satisfeito pelas fontes de fornecimento tradicionais, imigrantes dos PALOP² e do Brasil, mas sim por novas e

¹ Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, e S. Tomé e Príncipe.

² Países africanos de língua oficial portuguesa.

inesperadas fontes, nomeadamente por imigrantes de países do leste europeu, e particularmente da Ucrânia (Baganha *et al.*, 2002).

Tendo em conta os padrões migratórios dos anos 80 e dos anos 90 esta mudança foi súbita e inesperada. Particularmente imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do leste europeu, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que se possa atribuir este súbito e, como veremos, intenso movimento de trabalhadores imigrantes desta região para Portugal.

A análise das estatísticas relativas ao início do século XXI permite confirmar o valor residual e, largamente, irregular da imigração proveniente da Europa de Leste no total da população imigrante em Portugal. Assim, em 31 de Dezembro de 2000 o total de imigrantes da Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia com autorização de residência era de 1.066 indivíduos³. Se cruzarmos estas estatísticas com os dados dos últimos censos (note-se que a recolha de dados se realizou em Março de 2001), verificamos discrepâncias significativas em todas as nacionalidades da Europa de Leste, indiciando a presença de uma população a residir ilegalmente no país⁴, e vislumbramos já a base para a formação de um fluxo migratório intenso.

QUADRO 1.1

Imigrantes da Europa de Leste em Portugal, 2000 e 2001: comparação entre fontes

País de origem	Autorizações de residência em 2000 (SEF) (1)	Censo de 2001 (2)	Diferença entre (2) e (1)
Ucrânia	163	10.793	10.630
Moldávia	15	2.984	2.969
Roménia	369	2.661	2.292
Rússia	519	2.089	1.570
Total	1.066	18.527	17.461

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 e SEF, Estatísticas de Estrangeiros, 2000 (http://www.sef.pt/estatisticas/por_sexo_oo.pdf)

A alteração da legislação aplicável a estrangeiros residentes e, nomeadamente, a criação de um novo enquadramento legal para estrangeiros que trabalhavam em Portugal, as denominadas Autorizações de Permanência (AP), concedidas ao abrigo do D.L. n.º 4/2001 de 10 de Janeiro, vieram possibilitar a regularização de um número considerável de trabalhadores imigrantes e, de acordo com os dados obtidos nas investigações que agora apresentamos, serviram também de “carta de chamada” para algumas dezenas de milhares de novos imigrantes. As autorizações de permanência, permitiram visualizar a emergência em Portugal de comunidades imigrantes anteriormente pouco significativas do ponto de vista quantitativo, assistindo-se a que, pela primeira vez, os imigrantes ucranianos, romenos, moldavos ou russos surgissem no topo das estatísticas da imigração em Portugal. Permitiu, igualmente, tomar consciência de que a imigração em

3 Em 1997, de acordo com o SEF, o total de imigrantes da Europa de Leste com autorizações de residência era de 82 indivíduos. Em 1998 de 1.090 e em 1999 de 1.077 indivíduos.

4 Deve anotar-se que para efeitos censitários o INE considerou como residentes os estrangeiros que estavam no país há mais de um ano na altura do momento censitário (INE, Censos 2001, Resultados Definitivos, Portugal: XXX).

Portugal já não se encontrava confinada às regiões de acolhimento tradicionais, antes se dispersando por todo o território nacional numa mudança com impacto real na forma de integração social dos imigrantes.

QUADRO 1.2

Autorizações de permanência concedidas ao abrigo do D.L. n.º 4/2001 de 10 de Janeiro

Nacionalidade	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
Países Africanos de Expressão Portuguesa	15.624	12,3	6.874	14,4	1.925	21,2
Brasil	23.713	18,7	11.559	24,3	2.648	29,1
Europa de Leste	70.430	55,5	26.475	55,6	4.057	44,6
Moldávia	8.984	7,1	3.066	6,4	582	6,4
Roménia	7.461	5,9	2.992	6,3	473	5,2
Rússia	5.022	4,0	1.807	3,8	218	2,4
Ucrânia	45.233	35,6	16.916	35,5	2.546	28,0
Outros	3.730	2,9	1.694	3,6	238	2,6
China	3.348	2,6	520	1,1	41	0,5
Paquistão	2.851	2,2	-	-	34	0,4
Índia	2.828	2,2	488	1,0	69	0,8
Outros	8.107	6,4	1.770	3,7	323	3,6
TOTAL	126.901	100,0	47.657	100,0	9.097	100,0

Fonte: SEF, *Estatísticas de Estrangeiros, 2001, 2002, 2003* (<http://www.sef.pt/estatisticas.htm/>)

Entre 2001 e 2003, ao abrigo do artigo 55 do referido DL 4/2001, foram concedidas 183.655 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam de forma irregular no país.⁵ Mais de metade destas autorizações de permanência foram concedidas a cidadãos do Leste da Europa (55%) e 35% a trabalhadores imigrantes de um país específico, a Ucrânia. Num só ano, o número de imigrantes a residir legalmente⁶ no país passou de 208.198 em 2000 para 350.503 em 2001, ou seja, registou-se um crescimento no volume da população estrangeira com residência legal de 68%. Em resultado da atribuição destas autorizações de permanência, o *ranking* das principais nacionalidades de imigrantes oriundos de países terceiros sofreu uma profunda alteração, passando os imigrantes provenientes da Ucrânia a constituir o grupo mais numeroso (Baganha, Marques e Góis, 2006: 282 e segs.). Os quadros seguintes exemplificam claramente essa mudança apresentando o *ranking* das 10 principais nacionalidades de imigrantes de países terceiros em dois momentos chave deste fluxo migratório: 1999 e 2002.

5 O artigo 55 do Decreto-Lei 4/2001 estabelecia que até à aprovação do relatório contendo a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos sectores de actividade em que as mesmas existem [relatório que veio a ser aprovado em 30 de Novembro de 2001] “e, em casos devidamente fundamentados, pode ser autorizada a permanência a cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto adequado” e que reúnam diversas condições, nomeadamente serem titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção-Geral do Trabalho. Aos imigrantes abrangidos por esta disposição foi-lhes concedida uma autorização de permanência.

6 A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001 a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência e detentores de autorizações de permanência.

QUADRO 1.3

Residentes Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999

Nacionalidade	Residentes
Cabo Verde	43.797
Brasil	20.887
Angola	17.695
Guiné-Bissau	14.140
EUA	7.975
S. Tomé e Príncipe	4.795
Moçambique	4.503
Venezuela	3.412
China	2.733
Canadá	2.012
Total de Países Terceiros	138.467
Total da UE	52.429
Total de Estrangeiros Residentes	190.896

Fonte: SEF, *Estatística de 1999*.

QUADRO 1.4

Residentes* Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002

Nacionalidade	Residentes
Ucrânia	62.041
Cabo Verde	60.368
Brasil	59.950
Angola	32.182
Guiné-Bissau	23.349
Moldávia	12.155
Roménia	10.938
S. Tomé e Príncipe	9.208
China	8.316
EUA	8.083
Total de Países Terceiros	347.302
Total da UE	66.002
Total Residentes Estrangeiros	238.746
Autorizações de Permanência, 2001	126.901
Autorizações de Permanência, 2002	47.657

Fonte: SEF, *Estatísticas 2001 e 2002*

* Nota: inclui detentores de Autorização de Residência e de Autorizações de Permanência para 2001 e 2002

Porque vieram?

A maior perplexidade que nos surge quando analisamos as migrações da Europa de Leste para Portugal tem a ver com o facto destas terem sido extraordinariamente intensas e concentradas num espaço temporal muito curto (2-3 anos, entre o ano 2000 e 2002) não tendo, por isso, existido o espaço temporal necessário ao desenvolvimento e consolidação de redes migratórias. Também não se verificou um recrutamento directo por parte de Portugal, nem tão pouco acordos bilaterais para fornecimento de mão-de-obra entre país de destino e de origem. Isto significa que as estruturas intermediárias entre os locais de origem e o país de destino, usualmente apontadas como facilitadoras e promotoras dos fluxos migratórios laborais se encontravam, a priori, neste caso, ausentes.

De acordo com as teorias migratórias, as referidas estruturas intermédias entre regiões de imigração e regiões de emigração são potencialmente cinco:

- (1) relações entre Estados;
- (2) relações económicas;
- (3) relações de cultura de massa;
- (4) relações pessoais ou familiares;
- (5) actividades de agências.

Estas estruturas dão origem a associações entre países e envolvem vínculos legais e materiais promovendo oportunidades de migração e/ou apoiando o movimento migratório através da provisão de informação, transportes e/ou ajuda financeira. Não é de estranhar que as estruturas intermediárias sejam muito importantes no processo de decisão dos potenciais emigrantes. As teorias migratórias ensinaram-nos que a emigração, e a emigração laboral em particular, pode ser vista como um investimento no qual as pessoas pesam as vantagens e desvantagens da sua própria realidade quotidiana em relação às alternativas potenciais no estrangeiro e quando estas últimas são consideradas mais favoráveis do que as primeiras a emigração tem uma probabilidade acrescida de se concretizar. Por isso, todos os factores que contribuem para a redução das desvantagens associadas à migração (como, por exemplo, a procura de emprego, ou a procura de habitação) exercem um estímulo adicional à mobilidade. Face ao reconhecimento destes factores tem-se atribuído especial atenção à presença prévia de uma comunidade imigrante no país receptor, capaz de estabelecer redes migratórias fortes (Boyd, 1989). Estas comunidades de imigrantes funcionam como uma ponte entre o país de origem e o de destino proporcionando aos potenciais imigrantes informações, apoio financeiro e outro tipo de apoios, como por exemplo alojamento no momento da chegada e ajuda na procura do primeiro emprego. No caso da imigração de leste para Portugal estas condições, incipientes numa primeira fase, foram estruturadas num período de tempo muito curto, comprimindo no tempo de alguns meses um processo que tradicionalmente ocorria ao longo de anos. Alguns exemplos: o “alojamento em família”, em que um conjunto de imigrantes com a mesma origem partilhava a mesma casa, foi uma realidade rapidamente difundida entre os imigrantes de leste que deste modo ultrapassavam o obstáculo das altas rendas de habitação em Portugal. O acolhimento de recém chegados no seio destas “famílias” permitia aos recém chegados inserirem-se rapidamente no mercado de trabalho português através dos contactos prévios dos seus compatriotas. A rede familiar ou de vizinhança activada a partir da origem permitiu igualmente que aos primeiros imigrantes, denominados pioneiros, se sucedessem os familiares mais próximos, os vizinhos, os amigos, numa rede de progressão geométrica mas concentrada num curto espaço de tempo.

Das diferentes categorias de articulação dos sistemas migratórios internacionais apresentados por Goedings (2000) (cf. Quadro 1.5), a que surge como particularmente relevante no fluxo migratório em análise é aquela que se reporta à acção da população imigrante.

QUADRO 1.5

Articulações nos sistemas migratórios internacionais

Categorias	Relações
Estado para Estado	1. Relações internacionais: relações comerciais e diplomáticas; Programas de assistência, etc. 2. Passado colonial e laços neo ou quase-coloniais 3. Actuais políticas de imigração e emigração
Relações económicas	1. Internacionalização económica: produção off-shore, multinacionais, etc. 2. Mercados de trabalho complementares
Conexões culturais em massa	1. Produtos de comunicação em massa: jornais, televisão, filmes, etc. 2. Atitudes da população local face à imigração e emigração 3. Similaridade entre culturas e línguas
População Imigrante	1. Círculo de família e amigos 2. Empresas migrantes 3. Estatuto dos emigrantes no exterior enquanto representantes de modelos para os futuros imigrantes
Organismos de actividades migrantes	1. Instituições administrativas 2. Organizações privadas

Fonte: *Goedings, 2000: 13*

No caso das migrações de indivíduos do leste da Europa para Portugal, a maioria destas determinantes encontravam-se pouco desenvolvidas ou estavam mesmo ausentes, o que nos obriga a procurar as suas raízes noutros factores. Se é certo, como já frisado anteriormente, que já residiam em Portugal algumas centenas de imigrantes da Europa de Leste, o seu número não era de molde a estimular um fluxo de dezenas de milhar de indivíduos em poucos meses. Por outro lado, nenhuma das investigações levadas a cabo recentemente e que procuravam estimar fluxos migratórios futuros da Europa central e de leste para a UE 15 tinham em conta a possibilidade de Portugal se tornar um dos mais atractivos destinos migratórios (Fassmann e Münz, 2002). A constatação de que este movimento surge no espaço de poucos meses e tem uma difusão extremamente rápida levou-nos a formular a hipótese de que outros agentes estiveram envolvidos e desempenharam neste processo migratório um papel principal.

Documentos oficiais atribuem este súbito e intenso fluxo migratório do Leste Europeu para Portugal a três causas principais, a saber:

- (i) à falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia;
- (ii) à velocidade e facilidade de movimento dentro do Espaço Schengen;
- (iii) e ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob o disfarce de denominadas “agências de viagem”.

Apesar de relevantes, estes factores não explicam cabalmente porque é que estas pessoas resolveram deixar o seu país nem, sobretudo, porque é que decidiram vir para Portugal em detrimento de vários outros potenciais destinos. De facto, para responder a estas perguntas outros factores, relacionados, por exemplo, com o país de origem, têm que ser tomados em consideração complexificando a análise deste fluxo migratório.

Recorrendo a um modelo clássico de repulsão/atracção podemos dizer que após o desmantelamento da União Soviética, os países da Europa de Leste entraram num período de transição para uma economia de mercado e para sistemas de governação democráticos que aumentaram consideravelmente a propensão para a emigração.⁷ De acordo com a nossa análise esta situação ocorreu devido a, pelo menos, três distintas e complementares causas. Primeiro, porque se tornou possível emigrar para um número muito substancial de pessoas, isto é, as barreiras legais à mobilidade externa foram sendo progressivamente desmanteladas em todos os países do Leste Europeu (Satzewich 2002: 192). Segundo, porque as diferenças de salários e de níveis de vida entre os países da Europa de Leste e da União Europeia tornaram-se conhecidos do público em geral. Saliente-se a este propósito que 81 por cento dos inquiridos ao nosso inquérito de 2002 indicaram ganhar menos de 100 euros por mês nos seus países de origem, o que é significativamente menos do que qualquer um dos salários mínimos em vigor nos países da União Europeia.⁸ E terceiro, porque se reactivou em algumas regiões uma forte cultura emigratória tradicional. Estamos a pensar, por exemplo, na região Oeste da Ucrânia, que de há séculos tem uma forte cultura migratória e de onde provieram uma parte significativa dos inquiridos ao nosso inquérito.

Estas determinantes explicam, a nível macro, porque é que uma parte da população dos países do Leste Europeu decidiu emigrar. A razão porque alguns decidiram emigrar para Portugal pode, por seu turno, ser atribuída ao seguinte conjunto de factores. Primeiro, à promoção de Portugal feita por “agências de viagens” dos países do Leste Europeu, particularmente da Ucrânia, que ofereciam pacotes atractivos que incluíam viagem, documentos, transporte e a promessa de trabalho no país de destino e que eram acessíveis a um largo segmento da população. Segundo, ao facto de os salários em Portugal serem várias vezes superiores aos praticados nos países de origem. Lembremos, por exemplo, que o salário mínimo médio de servente da construção civil e obras públicas, sector em que como dissemos se insere a grande maioria dos imigrantes recém chegados, era de 458 euros em Janeiro de 2001 e de 474 euros em Janeiro de 2002 (MTSS, 2002), valores que caem sensivelmente no meio do intervalo 360 a 600 euros que 60 por cento dos inquiridos a trabalhar no momento do nosso primeiro inquérito declarou ganhar. E finalmente, o facto de que havia uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta em permanência de Janeiro a Novembro de 2001, que oferecia uma alternativa real a uma eventual estadia ilegal noutro país da União Europeia. A possibilidade de obter um documento de residência legal foi, aliás, indicada por percentagens importantes de inquiridos em ambos os inquéritos (cf. adiante).

De acordo com os resultados do último censo realizado na Ucrânia (Dezembro de 2001) o número de cidadãos ucranianos a trabalhar no estrangeiro era de, aproximadamente, 5 por cento do total da população ucraniana (2.450 milhões de pessoas entre os 49.000 milhões de residentes na Ucrânia). A maior parte destes emigrantes encontram-se na Rússia (mais de um milhão), existindo, igualmente, uma outra parte importante nas outras Repúblicas da ex-União Soviética. Um número significativo de imigrantes encontra-se, ainda, na Polónia, Repúblicas Checa e Eslovaca, Hungria, Roménia, Bulgária e Turquia. Também nos países da Europa Ocidental é possível encontrar cidadãos da Ucrânia, nomeadamente na Itália, Grécia, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Irlanda, França, Holanda, Suécia, Finlândia e em Portugal.

7 Em várias regiões, como por exemplo na Trans-Dniestra na Moldávia e na Abkhazia na Geórgia, os conflitos gerados pelo desmantelamento da União Soviética não foram totalmente ultrapassados, continuando a não haver soluções políticas. A instabilidade existente nestas regiões é igualmente um factor propiciador de emigração (International Labour Office -ILO, 2002).

8 Em 2002, os dois países com o salário mínimo médio por mês mais baixo (salário mínimo anual dividido por 12) foram Portugal (406 euros) e a Grécia (473 euros) (Eurostat, Junho de 2003).

Em 2002, de acordo com os dados oficiais, 60.571 imigrantes ucranianos viviam em Portugal, isto é, 14,9 por cento do total de estrangeiros num universo de 405.580 ou 18 por cento de cidadãos não comunitários a viver em Portugal num universo de 340.187 indivíduos. É, porém, necessário referir que os informadores entrevistados na Ucrânia realçaram que o número real de trabalhadores ucranianos em Portugal deveria ser duas a três vezes superior aos indicados pelos dados oficiais, existindo um número considerável, mas dificilmente determinável com exactidão, de imigrantes da Ucrânia em situação ilegal. A mesma constatação é feita pelo embaixador da Ucrânia em Portugal, o que significa que, na altura da realização do inquérito, estariam em território nacional, aproximadamente, 150 a 200 mil indivíduos, o que corresponderia a mais de 6 por cento do total de ucranianos a trabalhar num país estrangeiro.

Os resultados de entrevistas realizadas indicavam também que a maioria (sensivelmente metade) de ucranianos a trabalhar em Portugal provinha de um número limitado de regiões (*oblasts*) do oeste da Ucrânia (Volyn, Rivne, Lviv, Ternopil, Ivano-Frankiusk, Zakarpattia, Chernivtsi). Tal é particularmente significativo dado que nesta região da Ucrânia residem 9.731.700 habitantes, o que representa 19,8 por cento do total da população ucraniana. Trata-se, portanto, de uma região com uma forte propensão emigratória que pode ser explicada com base em factores históricos. Em primeiro lugar, são regiões que não pertenciam ao império russo (excepto em alguns períodos da história para a região de Volyn e Rivne). Tendo estado incorporadas, durante longos períodos, noutros países europeus (por exemplo, no império austríaco, polaco, etc.), os seus habitantes tenderam sempre a ter mais contactos com o ocidente do que as pessoas que viviam tradicionalmente nas regiões do leste. Uma das formas de contactar com o ocidente encontra-se associada a vários períodos de migração em massa ucraniana para o ocidente em busca de melhores condições de vida para si próprias e seus familiares.

Relativamente a estes períodos de migração em massa podem ser distinguidas quatro principais fases migratórias:

1. Finais do século XIX - princípios do século XX (antes da I Grande Guerra): movimento composto principalmente por famílias camponesas ucranianas da Galícia e Bukovyna que procuram melhores condições de vida e condições agrícolas mais favoráveis no Canadá, Estados Unidos e Argentina;
2. Período entre as duas guerras mundiais (1920-1930): os imigrantes deste período eram, sobretudo, personalidades militares, políticas ou culturais e seus familiares que após a derrota do Estado ucraniano no princípio da década de 20 tentaram evitar a repressão do regime soviético. Os principais destinos desta emigração foram o ocidente europeu e a América do Norte;
3. Período entre o final da II^a Guerra Mundial e o final dos anos 80: o rescaldo da II^a Grande Guerra criou um forte fluxo emigratório com destino à Europa ocidental, composto, maioritariamente, por líderes e participantes do movimento nacionalista clandestino ucraniano, por ucranianos que aspiravam a um estado com novas estruturas militares e políticas, por “trabalhadores do leste” (*ostarbeiter*), por prisioneiros dos campos de concentração nazi, assim como por numerosos ucranianos neutros politicamente mas que manifestavam alguma relutância em viver sob um regime comunista (trata-se no fundo de indivíduos que foram forçados a uma emigração política);
4. Período seguinte à queda da “cortina de ferro” na década de 90: a eliminação das barreiras ao contacto entre o ocidente e o leste abriu as fronteiras ucranianas após um longo período de isolamento territorial e ideológico. Os cidadãos da ex-URSS apressam-se a emigrar para os países do ocidente economicamente desenvolvidos, na procura de condições de vida mais favoráveis. É neste período que ocorre a emigração de milhares de ucranianos para Portugal, especialmente após a adesão de Portugal ao Espaço Schengen (UPCHR, 2003).

Esta última vaga migratória ucraniana encontra-se directamente relacionada com a transição do país para a economia de mercado (Satzewich, 2002: 192). Como refere Satzewich (2002: 192), a ironia nesta nova vaga migratória é que ela ocorre, por parte dos países do Leste, num contexto político caracterizado pelo desaparecimento dos obstáculos à emigração em vigor durante o período da Guerra Fria e pelo

surgimento de restrições à imigração por parte dos países ocidentais. É, portanto, também nas lógicas associadas a esta última vaga migratória que devemos procurar as razões para a escolha de Portugal como destino migratório.⁹

De acordo com a nossa análise, é, pois, a combinação de todos estes factores a nível macro e a nível micro que, a nosso ver, explicam o súbito e intenso movimento migratório da Europa do Leste para Portugal, movimento que ocorreu essencialmente ao longo dos primeiros anos do século XXI. É prematuro tentar prever qual vai ser a evolução futura desta vaga migratória, contudo o que é hoje já um facto consumado é que, mesmo sem um número elevado de novas entradas (que ocorrem actualmente devido ao reagrupamento familiar) e mesmo com um número significativo de partidas, esta súbita e inesperada vaga migratória veio alterar drásticamente e substancialmente a composição da imigração em Portugal e inserir o país no sistema migratório europeu na sua dupla condição de país de origem e de país de recepção de migrantes.

Apresentação dos artigos

O presente volume apresenta-se dividido em duas partes complementares. Uma primeira parte dedicada à apresentação dos resultados de três projectos levados a cabo no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra pela equipa do Núcleo de Estudos de Migrações, dedicados aos imigrantes da Europa de Leste em Portugal e, em especial, à imigração ucraniana - os projectos *Novos Fluxos Migratórios em Portugal; Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal; Imigrantes Altamente Qualificados em Portugal: um estudo prospectivo* - e resume as principais conclusões destas investigações. Uma segunda parte composta por vários artigos de autores portugueses e estrangeiros, que analisam diferentes realidades das migrações ucranianas contemporâneas em Portugal, Itália, Espanha ou na União Europeia. No seu conjunto, estas contribuições revelam a complexidade de um fluxo migratório tão súbito como estruturante das migrações em Portugal na contemporaneidade.

No texto *Quando os extremos se tocam: ucranianos em Portugal*, da autoria de José Carlos Marques e Pedro Góis, pretendem apresentar-se os principais dados resultantes dos dois maiores inquéritos aplicados a imigrantes com origem em países do Leste da Europa realizados até à data, disponibilizando publicamente dados empíricos que de outra forma ficariam ocultos. A caracterização do fluxo migratório ucraniano em dois momentos, 2002 e 2004, através do recurso a metodologias quantitativas é a principal singularidade aqui prosseguida. Como explicação para a existência deste fluxo migratório indica-se a elevada pressão migratória nas regiões de origem do fluxo; a facilidade de movimento no interior do espaço Schengen; a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de alguns países da União Europeia; a industrialização da migração organizada a partir da Europa de Leste, normalmente sob o disfarce de denominadas “agências de viagens”, que procurámos enquadrar numa emergente indústria das migrações. Os dados obtidos revelam uma população distinta da que o estereótipo se encarregou de construir. No essencial trata-se de uma população jovem e em idade activa que podemos dividir, a partir do seu perfil educativo, em dois grupos: por um lado, de qualificados e com elevada instrução e, por outro, de indivíduos de qualificação média. Trata-se de um fluxo migratório que tem por base uma estratégia familiar ainda que, na maior parte das vezes, um dos membros do casal, maioritariamente o homem, migre primeiro. Estes artigos permitem conhecer melhor um

9 De facto, o inquérito de 2002 mostra que a totalidade dos imigrantes inquiridos chegaram a Portugal entre o final dos anos 90 e o início da presente década. Neste caso, é o ciclo pós-soviético que empurra os imigrantes inquiridos a deixar os seus países de origem em virtude do deteriorar das suas condições de vida. Na verdade as histórias de vida destes imigrantes, tal como foram relatadas pelos média, tinham sempre um ponto em comum: as condições de vida no país de origem obrigavam ao sacrifício de emigrar para países distantes. Não raramente, estes relatos dos média, contribuíram para a construção de um estereótipo do imigrante de leste com formação superior (por exemplo, médicos ou engenheiros) que vinha para Portugal trabalhar nas obras ou nas limpezas o que, como veremos, não correspondia necessariamente a toda a verdade.

fluxo migratório no momento em que este se inicia e, em complemento com estudos mais recentes, compreender o que ligou, numa conjuntura muito específica, os dois extremos da Europa.

No texto que abre a segunda parte deste volume *Os ucranianos no concelho de Leiria - Percursos migratórios e integração social*, Maria Paula Oliveira retrata uma realidade nova: o alargamento dos espaços de inserção dos imigrantes de Leste Europeu à totalidade do território português, isto é, para além dos espaços de inserção tradicionais, como eram a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve. Trata-se, no essencial, de um estudo de caso centrado no concelho de Leiria, na região centro de Portugal, baseado na construção e aplicação de um inquérito e que permite uma caracterização da população ucraniana no concelho. De relevar o facto de quer o estudo de Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis que apresentamos neste volume, quer o trabalho de Maria Lucinda Fonseca, João Alegria e Alexandra Nunes (2004), também relativo a imigrantes de Leste,¹⁰ mas com referência apenas à região de Évora, apresentarem resultados semelhantes aos que se obtiveram nesta pesquisa, o que confere a estes estudos, no seu conjunto, um grau de fiabilidade elevado.

No seu artigo *Representações e estereótipos face à maioria*, Maria Manuela Mendes inverte o olhar com que, nas sociedades de acolhimento, os imigrantes são tradicionalmente percebidos. Ao colocar-se do outro lado do espelho, a autora vai tentar compreender quais as representações que constroem e que tipo de emoções experienciam os imigrantes russos e ucranianos residentes na Área Metropolitana de Lisboa ao serem confrontados com a sociedade portuguesa. Através da apresentação devidamente enquadrada de um conjunto amplo de extractos de entrevistas, a autora, revela-nos as percepções dos imigrantes ucranianos face a múltiplas dimensões da sociedade portuguesa: dos média, ao mercado de trabalho; da criminalidade ao posicionamento face aos estereótipos que se apercebem que a sociedade portuguesa construiu sobre eles próprios. Com extractos de entrevista pouco editados, ao lermos o texto somos transportados para as próprias conversas e o realismo transparece no ritmo das frases o que é raro acontecer em textos deste tipo.

A partir do estudo do caso ucraniano, Barbara Dietz, no artigo *Migration from Ukraine: A Challenge for the European Union?* procura identificar os novos desafios migratórios que se desenvolvem na fronteira Leste de uma União Europeia alargada. O artigo revela que determinados países são particularmente afectados pela migração laboral ucraniana. Enquanto as elevadas diferenças de rendimento e a ausência de oportunidades de trabalho no país de origem fomentam, em geral, estes movimentos, eles são, adicionalmente, impulsionados por padrões migratórios tradicionais e por redes de relações existentes em países como a Alemanha, Polónia, Hungria e as Repúblicas Checa e Eslovaca. Noutros países membros da UE, tais como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, a procura de trabalhadores pouco qualificados em segmentos específicos do mercado de trabalho, constituiu o principal suporte dos movimentos de trabalhadores ucranianos. O artigo conclui afirmando que embora a UE tenha realizado recentemente alguns esforços para desenvolver regulamentações comuns sobre as migrações, muitas das medidas políticas propostas continuam a ser indeterminadas, particularmente no caso dos movimentos de trabalhadores pouco qualificados.

A partir dos dados de inquéritos realizados a imigrantes em Espanha em 2007, o artigo de Renáta Hosnedlová e Mikolaj Stanek, intitulado *Ukrainian migration to Spain: sociodemographic profile, mobility patterns and migratory projects*, apresenta uma imagem geral da migração ucraniana em Espanha. Com base na descrição das dinâmicas migratórias, das características demográficas, da distribuição geográfica e dos projectos migratórios dos migrantes ucranianos, os autores concluem que a migração ucraniana em Espanha tende a assumir um carácter cada vez mais permanente. Para este prolongamento da permanência de imigrantes ucranianos no país vizinho contribuem as condições do mercado de trabalho espanhol, as dinâmicas familiares do migrante e as políticas migratórias existentes. Trata-se, como demonstrado no artigo, de aspectos frequentemente inter-relacionados e que em conjunto contribuem para moldar os projectos migratórios dos migrantes ucranianos em Espanha.

¹⁰ Nesta amostra 195 dos 518 inquiridos têm nacionalidade ucraniana (Fonseca, 2004:104).

Com base numa abordagem de índole etnográfica, Lena Näre constrói o texto *Ukrainian Migration to Italy: Lone Female Breadwinners as 'Skilled' Workers in 'Low'-Skilled Occupations*. Num país, a Itália, que partilha tantas características de novo país de imigração com Portugal, a receptividade foi contudo prioritariamente para as mulheres ucranianas, ao contrário de Portugal onde chegaram maioritariamente homens ucranianos no início deste fluxo migratório. No ano de 2002, por exemplo, cerca de 84% dos imigrantes ucranianos em Itália eram do sexo feminino. Através de um trabalho de campo realizado em Nápoles, assente em entrevistas a trabalhadoras dos serviços pessoais e domésticos, a autora desafia a polarização entre trabalhadores qualificados e não qualificados mostrando que, como as diferentes teorias ao longo do tempo vêm demonstrando, o capital humano dificilmente migra nos corpos que vão buscar trabalho ao estrangeiro. Apesar das longas carreiras em diferentes profissões na Ucrânia, as imigrantes acabam por encontrar trabalho apenas nos sectores dos serviços pessoais e domésticos. A sua experiência profissional ou os diplomas obtidos não são objecto de um reconhecimento no mercado de trabalho italiano. Esta perspectiva de género demonstra igualmente que outras rupturas sociais acontecem sem que sejam imediatamente reconhecidas. No país de origem é gerada uma migração independente de mulheres que se tornam elas próprias independentes, com consequências sociais e sociológicas de médio prazo. No país de destino, por via do reagrupamento familiar, a chegada dos filhos destas imigrantes alterará as dinâmicas escolares e as paisagens humanas, construindo mais uma geração 1.5 ou 2.0, aquela que fará da integração social o grande desafio de acolhimento.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis e MARQUES, José Carlos (2001) - Imigração e Política: O caso Português, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2002) - “O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000”, Oficina do CES, n.º 173.
- EUROSTAT (2003) - “Statistics in Focus – Minimum wages in the European Union”, in DGEP, A Economia Portuguesa, Ministério das Finanças.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - “Die Osterweiterung der EU und ihre Konsequenzen für die Ost-West-Wanderung”, in BADE, Klaus J. e MÜNZ, Rainer (eds.), Migrationsreport 2002. Fakten - Analysen - Perspektiven, Frankfurt.: Campus, pp. 61-98.
- FONSECA, Lucinda, ALEGRIA, João e NUNES, Alexandra (2004) - New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- GOEDINGS, Simone (2000) - “EU Enlargement to the East and Labour Migration to the West Lessons from previous enlargements for the introduction of the free movement of workers for Central and East European Countries”, in IISG Research Papers, n.º 36, International Institute of Social History Amsterdam.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO) (2002) - Transformation and Migration in Central and Eastern Europe. Final Project Report, Genebra, ILO.
- MTSS (2002) - Inquérito aos salários por profissões na Construção Civil e Obras Públicas, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Janeiro de 2002.
- SATZEWICH, Vic (2002) - The Ukrainian Diaspora, Londres, Routledge.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (1999) - Residentes Estrangeiros em Portugal – 1980/1998. Que Evolução?, Lisboa, SEF.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (1999) - Estatísticas de 1999, Lisboa, SEF (policopiado).
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF) (2000) - Estatísticas de 2000, Lisboa, SEF (policopiado).
- UKRAINIAN PARLIAMENT COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UPCHR) (2003) Special state of observance and protection of the rights of Ukrainian citizens abroad. Report of the Ukrainian parliament commissioner for human rights, Kiev.

PARTE I.

QUANDO OS EXTREMOS SE TOCAM: IMIGRANTES UCRANIANOS EM PORTUGAL

JOSÉ CARLOS MARQUES

Instituto Politécnico de Leiria

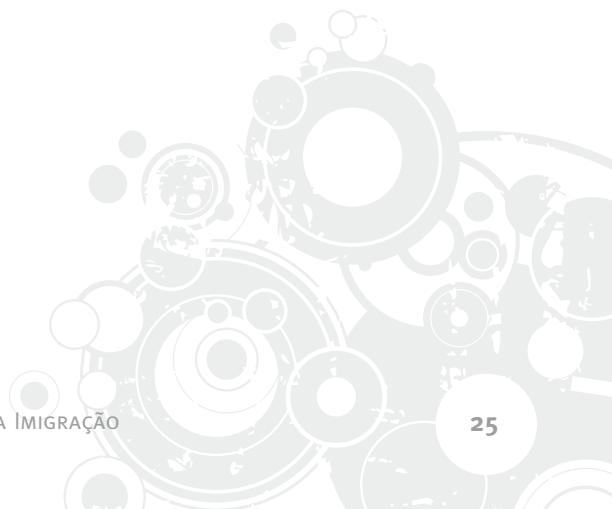
Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s)

Centro de Estudos Sociais

PEDRO GÓIS

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Centro de Estudos Sociais



I

DO LESTE AO OESTE: NOVOS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

o. Nota introdutória e justificação

O conjunto de investigações sobre a imigração de Leste da Europa para Portugal desenvolvidos pelo Núcleo de Estudo das Migrações do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que dão origem a este texto tiveram início com o projecto “Novos fluxos migratórios: imigrantes de leste em Portugal” nos anos de 2002 e 2003.¹¹ Numa época marcada pela ausência de análises abrangentes e actualizadas sobre as, então emergentes, vagas migratórias para Portugal, tornava-se necessário proceder a uma análise extensiva desta população imigrante, ensaiando uma caracterização da primeira fase deste fluxo migratório. A Maria Ioannis Baganha lançou, decorria o ano de 2001, um desafio à nossa equipa: realizar um estudo quantitativo que permitisse caracterizar a imigração com origem no Leste da Europa no momento imediatamente após a sua chegada massiva ao nosso país. Na altura tal projecto parecia irrealizável. Necessitávamos de financiamento, de construir um projecto sobre uma população quase totalmente desconhecida, de construir uma rede de contactos que pudesse levar a cabo todo o “trabalho de campo” e de apresentar resultados em tempo útil que informassem sobre as características desta população. E, no entanto, foi possível. Em pouco tempo foi montado um projecto, construída uma equipa internacional e obtido um financiamento que o viabilizaria. Os resultados deste projecto foram rapidamente transformados em dados empíricos dando origem a diversas apresentações de resultados, e de publicações em livros e revistas nacionais e internacionais.

Ao primeiro projecto seguiu-se um outro, em 2004, intitulado “Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal”.¹² Neste projecto procurámos compreender os mecanismos que se encontram por detrás da criação e estruturação deste fluxo migratório do leste europeu para Portugal, um fluxo migratório original de um conjunto de países com o qual Portugal não tinha ligações históricas, nem partilhava a pertença a qualquer sistema migratório. Já na altura, a evidência empírica disponível indicava que esta população era muito distinta da de fluxos migratórios anteriores. Assim, enquanto fluxos migratórios anteriores poderiam ser atribuídos principalmente aos antigos laços coloniais, esta nova vaga parecia ser estruturada e alimentada a partir da área de origem, o que a investigação se encarregou de comprovar. Num terceiro momento, um outro projecto foi ainda desenvolvido. Ao analisar os “imigrantes qualificados em Portugal”, num projecto financiado pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), o grupo dos imigrantes com origem no Leste da Europa emergiu como essencial para a construção de uma nova tipologia sobre este grupo, permitindo a introdução para o caso português de conceitos como o de “*brain waste*” ou de “*brain gain*”. A inclusão dos “imigrantes de leste” no mercado de trabalho português implicou, nomeadamente, uma mudança analítica fundamental levando-nos a caracterizar a escassez de respostas da sociedade portuguesa a um fluxo sobre qualificado como um claro exemplo de desperdício de cérebros. É com base nestes trabalhos de investigação que este texto se estrutura procurando compreender a emergência na imigração em Portugal de um novo tipo de imigrantes: os imigrantes da Europa de Leste e, de entre estes, da imigração ucraniana.

11 O projecto *Novos Fluxos Migratórios em Portugal* decorreu entre 2002 e 2003 e foi financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

12 Este projecto foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Ensino Superior, através do programa PPOCTI/SOC/44606/2002.

O texto que se segue baseia-se, pois, nos resultados de três projectos: o projecto *Novos Fluxos Migratórios em Portugal*, o projecto *Quando os Extremos se Tocam: Imigrantes da Europa de Leste em Portugal* e o projecto *Imigrantes altamente qualificados em Portugal: um estudo prospectivo* e resume as principais conclusões destas investigações. Neste texto articulamos lógicas mais descritivas com lógicas analíticas procurando, ao mesmo tempo fornecer dados para investigações futuras que outros autores queiram realizar e apresentar a nossa análise sobre este fenómeno migratório excepcional. Após algumas breves observações de carácter metodológico (secção 1), será apresentada, na segunda secção, uma breve panorâmica sobre os movimentos migratórios ucranianos, assim como das suas principais causas. Esta parte centrar-se-á, maioritariamente, nos dados empíricos obtidos através dos inquéritos realizados em 2002 e 2004 que permitiram recolher informação relativa a imigrantes de diversas nacionalidades. No primeiro, a maioria dos inquiridos era de nacionalidade ucraniana (89,4%), seguindo-se a nacionalidade russa com 6,5%, a moldava com 1,2% e um conjunto de outras nacionalidades com 2,9%.¹³ O inquérito tinha por objectivo recolher informação sobre os imigrantes de Leste, independentemente da sua nacionalidade. Neste inquérito, as mulheres representaram 29,3%¹⁴ do total de inquiridos, tendo 88,4% a nacionalidade ucraniana, 7,4% a russa e os restantes 4,2% um conjunto diversificado de nove nacionalidades, nenhuma delas com valores significativos.

No segundo inquérito, o público-alvo foram os nacionais das três principais nacionalidades dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal. Neste sentido, foram realizados inquéritos a indivíduos de nacionalidade ucraniana (57,3%), russa (22,0%) e moldava (17,9%). Os restantes 2,8% referem-se a inquiridos que indicaram uma outra nacionalidade e cujas respostas não puderam ser integradas de forma inequívoca numa das nacionalidades referidas (houve, por exemplo, inquiridos que se consideraram “soviéticos”). Neste inquérito, as mulheres representaram 37,2% do total, sendo 51,0% de nacionalidade ucraniana, 26,9% russa e 18,1% moldava.

Em termos de estrutura do texto optámos por apresentar de forma distinta os dados de cada um dos inquéritos, tal como foram apresentados nos relatórios descritivo-analíticos realizados respectivamente em 2003 e em 2004. A linguagem descritiva foi a forma possível encontrada para colocar ao dispor de um público mais vasto um conjunto importante de dados que estava ou disperso por várias publicações ou mesmo inédito. Finalmente, o texto apresenta uma conclusão em que são sumariados os principais aspectos resultantes dos nossos estudos e se apresentam algumas questões a serem desenvolvidas em futuras investigações.

1. Questões metodológicas

A informação que serviu de base a este estudo teve origem:

- (i) em dois inquéritos por questionário realizado em Portugal continental entre Junho e Dezembro de 2002 e entre Abril e Agosto de 2004;
- (ii) num conjunto de entrevistas exploratórias a informadores privilegiados realizadas na Ucrânia;¹⁵
- (iii) em entrevistas realizadas a informadores privilegiados, ucranianos ou russos, que residiam em Portugal;

13 Nestas outras nacionalidades incluem-se indivíduos de países como o Cazaquistão, o Quirguizitão, a Bulgária, a Roménia, a Bielorrússia, a Letónia ou a Lituânia.

14 215 mulheres.

15 As entrevistas na Ucrânia foram realizadas pelo Dr. Victor Susak, um colega da Universidade de Lviv, Ucrânia. Posteriormente, este sociólogo deslocou-se a Portugal onde, ao longo de três meses, participou na construção do inquérito, na selecção e escolha dos inquiridores e na fase inicial de aplicação do inquérito. A sua colaboração com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra verificou-se ao abrigo do projecto de investigação “The Political Economy of Migration in an Integrating Europe” (PEMINT), financiado pela Comissão Europeia através do contrato (HP-CT-2001-00059).

- (iv) uma série de entrevistas realizadas em Portugal a informadores privilegiados portugueses, designadamente sindicalistas, dirigentes de associações de imigrantes, dirigentes de ONG ou IPSS.
- (v) em outras fontes de informação, cujos dados complementaram ou serviram de base para as várias análises realizadas. De entre estas fontes destacamos as que tiveram origem no Instituto Nacional de Estatística (INE), no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no Departamento de Estatísticas do Ministério da Justiça (DEM), e no Instituto Desenvolvimento Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Aspectos metodológicos da metodologia quantitativa utilizada

Os inquéritos que servem de suporte ao presente texto tiveram por base duas amostras diferentes. O inquérito de 2002 foi realizado tendo por base uma amostra de imigrantes originários de países da Europa de Leste presentes em Portugal, calculada com base nos dados da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT).¹⁶ O tamanho da amostra inicialmente calculado foi de 816 indivíduos, o que pressupunha um intervalo de confiança de 95,5% e uma margem de erro de 3,5%.¹⁷ Após a verificação dos inquéritos realizados foram validados somente 735 inquéritos, o que aumentou ligeiramente a margem de erro para 3,7%.¹⁸ Este inquérito foi realizado entre Junho e Dezembro de 2002 em Portugal continental, do Minho ao Algarve, com excepção do distrito de Castelo Branco, com uma sobre-representação da região da Grande Lisboa em relação às outras regiões.

O segundo inquérito foi aplicado a uma amostra de 935 imigrantes originários de três países da Europa de Leste (Ucrânia, Rússia e Moldávia) presentes em Portugal. O tamanho da amostra inicialmente calculado foi de 1.055 indivíduos, o que pressupunha um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. Após a verificação dos inquéritos realizados foram validados somente 935 inquéritos, o que aumentou ligeiramente a margem de erro para, aproximadamente, 3,2%.¹⁹ Apesar de se terem realizado diversos esforços para conseguir que cada um dos grupos nacionais apresentasse uma margem de erro semelhante à total, não foi possível atingir este objectivo. O trabalho de inquirição decorreu entre Abril e Agosto de 2004, em Portugal continental, do Minho ao Algarve, verificando-se uma sobre-representação da região da Grande Lisboa em relação às outras regiões.

O facto de ter existido desde o início a percepção de que estes imigrantes possuíam um fraco ou nulo domínio do português implicou que o inquérito tenha sido elaborado e aplicado exclusivamente em ucraniano, moldavo e/ou russo, as línguas que a maior parte dos imigrantes de leste em Portugal dominam (havia, porém, a possibilidade do inquirido responder na língua que melhor dominasse, independentemente da sua nacionalidade). Os inquéritos foram anónimos e aplicados em Portugal continental por um conjunto de inquiridores de nacionalidade russa, ucraniana, moldava e portuguesa (neste caso com domínio da língua russa) contratados especificamente para este efeito e sujeitos a uma formação técnica inicial.

16 Os dados recolhidos pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) resultam do enquadramento legal criado pelo DL 4/2001 que tornou necessário as propostas de contrato de trabalho terem a informação da Inspeção-Geral do Trabalho (art. 55º alínea a) para que os imigrantes pudessem obter a autorização de permanência.

17 Dada a insuficiência de números exactos sobre a população imigrante dos países da Europa de Leste presente em Portugal, optou-se por utilizar em ambos os inquéritos a fórmula de cálculo da amostra para populações infinitas ou muito numerosas.

18 Trata-se de um intervalo de confiança e de uma margem de erro apenas teórico, dado que o método de selecção dos inquiridos não permite, em rigor, estimar o verdadeiro intervalo de confiança e a margem de erro da amostra efectivamente obtida.

19 Trata-se de um intervalo de confiança e de uma margem de erro apenas teórico, dado que o método de selecção dos inquiridos não permite, em rigor, estimar o verdadeiro intervalo de confiança e a margem de erro da amostra efectivamente obtida.

A técnica de amostragem seguida foi a de “bola de neve” que se reveste de especial utilidade na recolha de informação sobre a população inquirida, uma vez que ela é adequada à obtenção de amostras quando não existe nenhuma lista com base na qual seja possível elaborar uma amostra representativa e quando os indivíduos a inquirir constituem um grupo minoritário na população total.²⁰ Dado que se trata de um método que se constrói a partir das indicações daqueles que vão sendo inquiridos, ele apresenta algumas vantagens e desvantagens que importa referir. A principal vantagem reside na sua capacidade em incluir na amostra indivíduos que, de outro modo, poderiam não ser incluídos na amostra ou que poderiam manifestar alguma reserva quanto à participação no inquérito (como, por exemplo, os imigrantes não-documentados ou os recém-chegados). As desvantagens do método são também múltiplas e prendem-se, nomeadamente, com a elevada probabilidade de incluir apenas elementos que pertençam à rede social dos inquiridores e/ou dos inquiridos (Arber, 1993: 74) e, assim, incorrer numa selecção enviesada que limita a validade da amostra. Isto é, dado que os elementos da amostra não são seleccionados de forma aleatória, as amostras obtidas pelo método da bola de neve estão geralmente enviesadas e, por isso, não permitem a realização de generalizações a partir da amostra. De modo a reduzir a possibilidade de enviesamento da amostra ambos os inquéritos recorreram a um número alargado de inquiridores, distintos nos dois inquéritos, aos quais foram dadas instruções para a realização de inquéritos não apenas junto dos seus amigos e familiares, mas também junto daqueles com quem de alguma forma contactavam. A tentativa de alargar a base de amostragem por esta via parece ter sido conseguida, dados os resultados obtidos (por exemplo, a dispersão geográfica na origem e no destino). No entanto, uma vez que o universo de partida era simultaneamente desconhecido e mutável, o risco de utilizar técnicas de amostragem deste tipo permanece elevado.

As dificuldades de aplicação do inquérito, designadamente a desconfiança em relação aos entrevistadores, de início muitas vezes confundidos com potenciais mafiosos, o facto de o inquérito ser longo e a volatilidade ou mobilidade geográfica de alguns dos entrevistadores levou a que uma parte dos inquéritos já preenchidos se tenha perdido ou tenha sido inutilizada, nomeadamente, devido a incompleta ou errónea inserção de dados. Todas estas contingências tiveram obviamente uma implicação na qualidade da amostra e condicionam os seus resultados. O facto de os entrevistadores terem sido recrutados através de instituições ou organizações próximas dos imigrantes, designadamente organizações religiosas, associações de imigrantes ou IPSS, permitiu reduzir, mas não fazer desaparecer, o grau de desconfiança em relação aos objectivos do inquérito, uma vez que muitas vezes os entrevistados hesitavam em responder temendo que as suas respostas os pudessem prejudicar.²¹

Tendo presentes estas limitações, foram, após uma primeira análise dos questionários, validados, como já foi referido, 735 inquéritos em 2002 e 935 inquéritos em 2004 que depois de inseridos numa base de dados por colaboradores ucranianos (que traduziam e transcreviam as resposta a questões abertas), foram traduzidos e validados internamente (por um novo grupo de ucranianos contratados para certificar as respostas) de modo a servirem de suporte ao presente texto. As não respostas não são quase nunca significativas, mas dado que em alguns casos assumem valores relevantes, optou-se por apresentá-las sempre que os seus valores sejam relevantes juntamente com a totalidade das restantes categorias de resposta, incluindo-as, por isso nas percentagens totais.

20 Sobre a metodologia a usar na inquirição de populações que sejam pouco numerosas e dificilmente encontráveis (conhecidas na terminologia anglo-saxónica por “*hidden populations*” ou “*rare population*”) veja-se, entre outros Frank e Snijders (1994), Heckathorn (1997), Kalton e Anderson (1986) e Sudman *et al.* (1988).

21 De salientar que, no caso do inquérito de 2002, se estava em plena época de actividade de algumas das máfias de leste e, tal implicava, um grau de desconfiança elevado a algumas questões (e.g. área de origem ou de residência, remuneração, etc.).

Aspectos metodológicos da metodologia qualitativa utilizada

No que diz respeito às entrevistas realizadas na Ucrânia elas serviram, essencialmente, para uma melhor compreensão do outro extremo da cadeia migratória, para um despoletar de contactos que foram posteriormente utilizados em Portugal, para compreender a dinâmica migratória a partir da origem, e a pressão do fluxo migratório à época, bem como para avaliar as expectativas dos potenciais migrantes em relação a Portugal. Foram ainda essenciais para permitir caracterizar o modo de actuação das chamadas “agências de viagem”, verdadeiros agentes de intermediação migratória e fornecedores de serviços para os prospectivos imigrantes.

As entrevistas aos imigrantes de Leste em Portugal que se encontravam de férias no seu país de origem permitiu observar o modo como se constroem imagens sobre um destino migratório e de como essas imagens influenciam os futuros migrantes. A imagem que quem regressa ao seu país constrói sobre o país de destino vai constituir-se como um íman para atrair novos imigrantes comprovando, uma vez mais, se tal necessário fosse, que as redes migratórias são também redes de propaganda sobre os destinos migratórios. Por outro lado, a avaliação *in loco* do *modus operandi* dos mediadores ou das máfias, das escolhas selectivas das embaixadas e/ou dos problemas burocráticos para obter um visto de acesso ao espaço Schengen e dos custos, não apenas financeiros, em que estavam envolvidos os potenciais migrantes, foi de importância vital para a selecção e construção de outros instrumentos de recolha de informação.

As entrevistas realizadas em Portugal a informadores imigrantes, por seu turno, permitiram confrontar os entrevistados com os dados previamente obtidos, questionar sobre experiências pessoais e colectivas, ouvir queixas e expectativas em relação a Portugal e aos portugueses, escutar relatos de intrujices por parte de patrões portugueses ou de outros estrangeiros, de extorsões por parte de grupos organizados de criminosos, de percepção de queixas, medos e estratégias de sobrevivência no momento inicial da construção do fluxo migratório e da sua inserção na sociedade portuguesa. Algumas destas entrevistas foram realizadas a representantes e líderes religiosos, o que permitiu, por um lado, estabelecer um grau mínimo de confiança com indivíduos que se mostravam à partida temerosos ou desconfiados e, por outro, estabelecer contactos que nos permitiram seleccionar um conjunto de inquiridores tecnicamente competentes. Estas entrevistas, por terem sido realizadas ao longo de todo o ano de 2002 e na primeira metade de 2003, permitiram ainda um conhecimento diacrónico desta realidade, o que possibilitou o acompanhamento da evolução deste fluxo migratório, que apesar de recente teve, desde o início, momentos de grande pressão migratória, de retornos temporários ou definitivos, de reagrupamento familiar e, posteriormente, de quase estagnação do fluxo.

As entrevistas realizadas em Portugal a informadores privilegiados portugueses permitiram perceber as dificuldades de integração destas populações, as dinâmicas das instituições de acolhimento nacionais, as lógicas por detrás da promoção de cursos de integração, de cursos de língua portuguesa ou de outras actividades de índole cultural. Por seu turno, as entrevistas realizadas a representantes de patrões e de trabalhadores permitiram-nos compreender os mecanismos de inserção laboral, as dinâmicas de concorrência entre grupos de imigrantes, as especializações laborais étnicas, as preferências ou os estereótipos formados sobre esta ou aquela nacionalidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e sujeitas a uma análise de conteúdo que permitisse, quando tomadas em conjunto, relevar as tendências principais das respostas detectar regularidades e reduzir o grau de opinião pessoal ou de comentário opinativo contida em cada uma delas.

Finalmente, a recolha de estatísticas de base institucional permitiu avaliar o parco conhecimento que ainda detemos sobre esta vaga migratória recente, aquilatar a evolução do volume de nacionais da Europa de Leste em Portugal, ponderar os diferentes pesos que assumem as diferentes nacionalidades, verificar as mudanças ao nível das hierarquias de nacionalidades ao longo dos últimos anos, verificar as diferentes distribuições espaciais dos imigrantes em Portugal.

II

“NOVOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS - IMIGRANTES DA EUROPA DE LESTE EM PORTUGAL”: RESULTADOS DO INQUÉRITO DE 2002

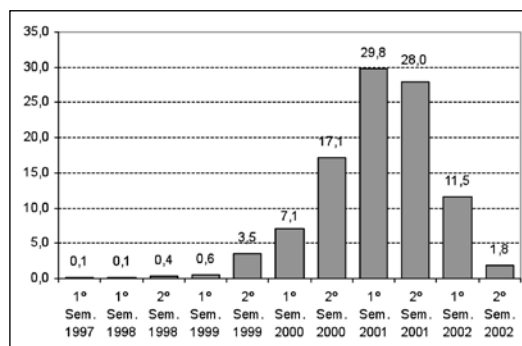
O inquérito levado a cabo pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em 2002 pretendeu, no essencial, ser um inquérito de caracterização de um fluxo migratório na circunstância exacta em que este se estava ainda a desenvolver. Esta oportunidade, rara em termos de análise de fluxos migratórios, tornou-se possível dadas as especificidades deste fluxo e da maleabilidade da equipa de investigação que assumiu este projecto. A opção por uma ferramenta de metodologia quantitativa tinha como objectivo ultrapassar os constrangimentos de estudar uma população (ainda) sem representantes ou informadores privilegiados em número suficiente que permitisse abarcar toda a sua diversidade. As principais áreas inquiridas tinham como objectivo caracterizar a população migrante em três momentos: pré-imigração, a viagem migratória e, por último, a integração no país de destino em diferentes dimensões. Neste sentido, a sequência de perguntas (intercalada por algumas questões de controlo) permitiu caracterizar esta população através da obtenção de uma sequência de dados originais. A receptividade do questionário por parte dos imigrantes entrevistados foi bastante grande, devendo-se tal facto, por um lado, a tratar-se de uma população escolarizada e com hábitos de resposta a questionários e, por outro, à percepção por parte dos entrevistados de que um melhor conhecimento sobre o seu grupo tenderia a favorecer a definição de políticas de integração portuguesas.

Evolução das chegadas. Quando vieram?

Analisando o semestre de entrada é possível verificar que a evolução do número de chegadas ao país ocorre essencialmente a partir do segundo semestre de 1999 (3,4%) do total, para num movimento crescente atingir o seu máximo no ano de 2001 (o somatório do primeiro e segundo semestre deste ano representam 56,4% do total) e iniciar um percurso descendente desde então com apenas 1,8 % dos respondentes a terem chegado ao país no segundo semestre de 2002. Esta concentração das chegadas num curto espaço de tempo constituirá uma das características diferenciadoras deste grupo migrante em relação a qualquer outro dos grupos presentes em Portugal, levando os autores deste estudo a colocarem a hipótese de estarmos perante um fenómeno com origem na origem (isto é, de uma migração induzida a partir do país de origem) ao invés de se tratar de um fenómeno de simples atracção do mercado de trabalho.

FIGURA 2.1

Semestre de entrada em Portugal (%)



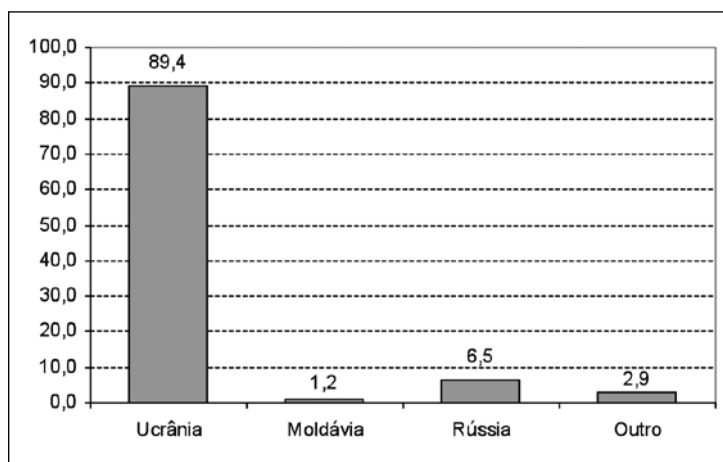
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

1. Caracterização sócio-demográfica

O inquérito analisou as respostas de 735 indivíduos de 11 nacionalidades diferentes, incluindo uma cidadã de naturalidade ucraniana que entretanto obtivera a cidadania portuguesa através do casamento. A grande maioria dos inquiridos (89,4%) é de nacionalidade ucraniana, seguindo-se a nacionalidade russa com 6,5%, os moldavos com 1,2% e outras nacionalidades com 2,9 % do total. Nestas outras nacionalidades incluem-se indivíduos de vários outros países como, por exemplo, a Bielorrússia, a Bulgária, ou a Lituânia, num total de sete outras nacionalidades. Comparando os resultados obtidos no inquérito com os dados relativos à população da Europa de Leste em Portugal (incluindo, portanto, as autorizações de permanência e as autorizações de residência concedidas até ao final de 2001), podemos verificar algumas discrepâncias de que destacamos as seguintes. Em relação, por exemplo, aos nacionais da Ucrânia, que correspondiam em 31 de Dezembro de 2001 a 62,1% do total de imigrantes de leste em Portugal,²² existe uma sobre-representação. Em relação aos nacionais russos, que nessa mesma data representavam 7,7%, a percentagem de inquiridos aproxima-se desta significativamente, enquanto que em relação aos nacionais da Moldávia, que representavam 12,3% do total, existe uma clara sub-representação.

FIGURA 2.2

Nacionalidade dos inquiridos (em %)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

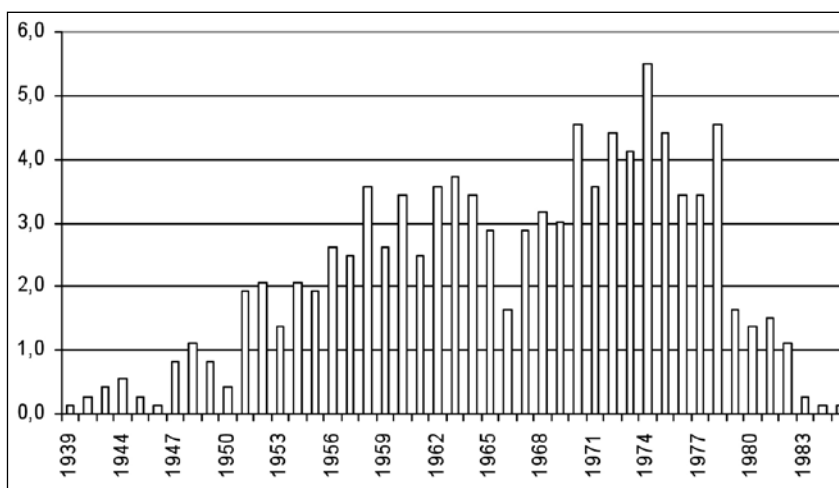
A análise da estrutura demográfica desta população permite, naturalmente, captar algumas das características mais importantes. Os dados relativos à distribuição por sexos e idades captados pelo actual inquérito permitem caracterizar esta população de acordo com os indicadores clássicos do início de um fluxo migratório, isto é, uma população maioritariamente masculina e em idade activa. De facto, em relação ao ano de nascimento dos entrevistados, a grande conclusão a extrair é que se trata de uma população exclusivamente em idade activa em que o mais velho de entre eles nasceu em 1939 (ou seja, tinha no momento do inquérito 63 anos) e o mais novo nasceu em 1987 (isto é, tinha 15 anos à época de aplicação do questionário). A média de idade dos entrevistados é de, aproximadamente, 36 anos. Neste contexto não é possível distinguir grandes diferenças

²² O total de imigrantes de leste em Portugal era, em 31 de Dezembro de 2001, de 73.110 indivíduos.

etárias nos diversos grupos de entrevistados, que se dispersam por todos os grupos etários, embora haja uma ligeira concentração em torno dos nascidos no período que vai de 1970 a 1979 período onde se concentram 39 % dos entrevistados.

FIGURA 2.3

Ano de Nascimento



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em termos de sexo, os inquiridos dividem-se em 70,7% de homens e 29,3% de mulheres (Figura 2.4). Estes dados não são condizentes quer com distribuição desta população expressa nas estatísticas referentes à Regularização de Trabalhadores Estrangeiros entre 15 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2001, nem com os dados publicados pela Inspeção Geral do Trabalho, ocorrendo no caso dos inquiridos uma aparente sobrevalorização da população feminina.²³ Já no que diz respeito aos dados obtidos no censo de 2001 as disparidades têm a ver com a captação de apenas uma parte da imigração de leste, recém-chegada e invisível na altura de aplicação do inquérito censitário, ainda que como referimos anteriormente, o censo 2001 tenha recenseado 18 vezes mais imigrantes da Ucrânia, Moldávia, Roménia ou Rússia do que os indivíduos destas nacionalidades registados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Dezembro de 2000.

Em comparação com outros grupos de imigrantes em Portugal, os elementos identificadores de um novo fluxo migratório surgem com particular visibilidade, mostrando com particular clareza que os imigrantes da Europa de leste em Portugal constituem uma nova vaga de imigrantes no nosso país. Com efeito, enquanto a composição por sexo do total da população estrangeira residente apresenta uma ligeira prevalência do sexo masculino (Relação de Masculinidade de 125),²⁴ a estrutura por sexo da população imigrante proveniente da Europa do Leste encontra-se declaradamente enviesada a favor do sexo masculino (por exemplo, a Relação de Masculinidade é

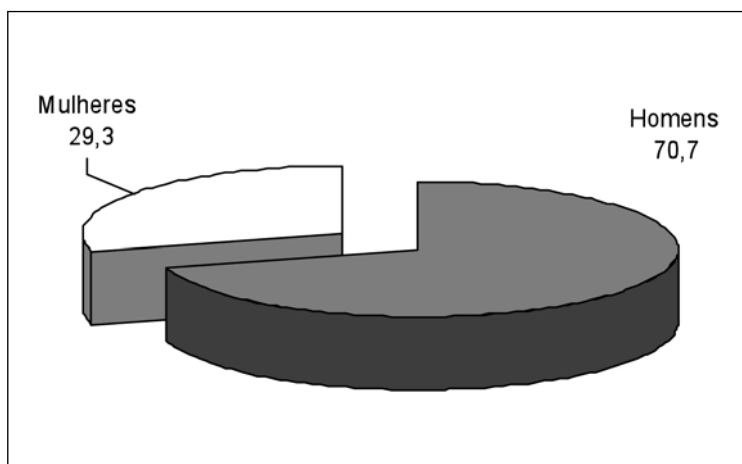
23 De acordo com os dados da Inspeção-Geral do Trabalho (referentes ao número de contratos registados), os imigrantes do sexo masculino representavam 76,6 % do total e as imigrantes 23,4%.

24 Entre os diferentes grupos nacionais existem, contudo, diferenças que importa assinalar. Assim, os europeus têm uma relação de masculinidade de 113, os imigrantes dos PALOP de 139 e os brasileiros têm uma relação de masculinidade de 102.

de 168 para os imigrantes provenientes da Rússia, 437 para os da Ucrânia e 485 para os de origem moldava). Analisando apenas os dados respeitantes aos entrevistados de origem ucraniana (89% do total de entrevistados) verificamos, como seria de esperar, que não existem diferenças significativas em relação ao total da população inquirida (70,6% de homens e 29,4% de mulheres). No entanto, é preciso assinalar que 90,1% dos homens ucranianos foram o primeiro membro da família a chegar a Portugal, enquanto que para as mulheres esse valor se reduz para 54%. Dito de outra forma um em cada cinco dos primeiros imigrantes de cada família da Ucrânia a chegar a Portugal era do sexo feminino, um rácio reduzido quando comparado com outros fluxos migratórios.

FIGURA 2.4

Distribuição dos inquiridos por sexo (%)

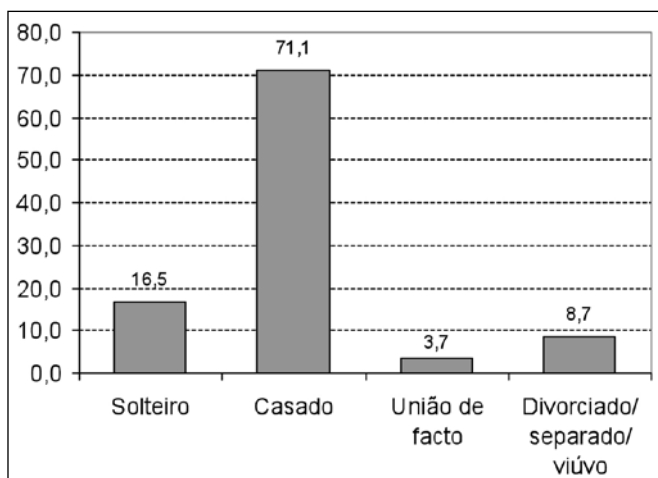


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Na análise das estruturas familiares dos inquiridos e no que diz respeito ao estado civil dos entrevistados a esmagadora maioria de entre eles são casados ou vivem numa união de facto (74,8%), cerca de 9% são separados ou divorciados e 16,5% são solteiros. O cruzamento destes dados com a variável sexo permite-nos notar que, embora de forma ligeira, as mulheres inquiridas apresentam uma nupcialidade superior à dos homens (76,3% e 74,1% respectivamente), enquanto estes últimos se encontram mais representados no estado civil solteiro (19,9% para os homens e 8,4% para as mulheres). A conjugação desta informação com os dados relativos à estratégia migratória dos indivíduos permite antever diferentes tipos migratórios. É sabido que a emigração resulta frequentemente de uma estratégia familiar e, na maioria dos casos, o primeiro a emigrar da família é o homem, seguindo-se a mulher e posteriormente os filhos. Neste caso, os nossos dados apontam também neste sentido. A estratégia familiar aparece, contudo, em ambos os sexos, uma vez que se a maioria dos homens são casados e têm filhos a cargo no país de origem, ou, em menor número, em Portugal, também a maioria das mulheres são casadas e têm filhos a cargo. Aliás a percentagem de mulheres com filhos é superior à dos homens (57,7% e 42,3%, respectivamente). Cruzando estes dados com os períodos de chegada a Portugal esta lógica surge ainda com maior visibilidade. Com efeito, enquanto 63,8% dos homens entraram em Portugal até ao final do primeiro semestre de 2001, “apenas” 46,2% das mulheres entraram durante o mesmo período. Ou seja, ainda que o desfazamento temporal entre a migração dos homens e das mulheres não seja substancial, ele permite, contudo, notar que a migração dos homens precedeu temporalmente a das mulheres, o que é, igualmente, confirmado pela já referida primazia familiar dos homens na chegada a Portugal.

FIGURA 2.5

Estado Civil (%)

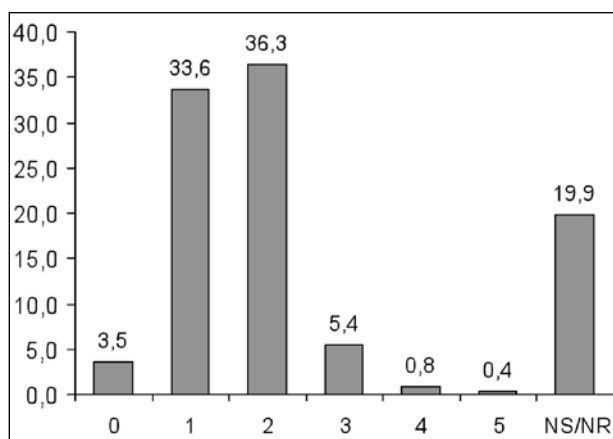


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto ao número de filhos dos entrevistados, mais de 90% têm, no máximo, até três filhos, e destes 34% têm apenas um filho e 36% têm dois filhos. De destacar no entanto que cerca de 20% dos entrevistados não respondeu a esta questão. Estamos, portanto, perante um conceito de família tradicional, com um núcleo familiar reduzido, estruturado em torno de um conceito tradicional de casamento, muito próximo da família tradicional portuguesa.

FIGURA 2.6

Número de Filhos (%)

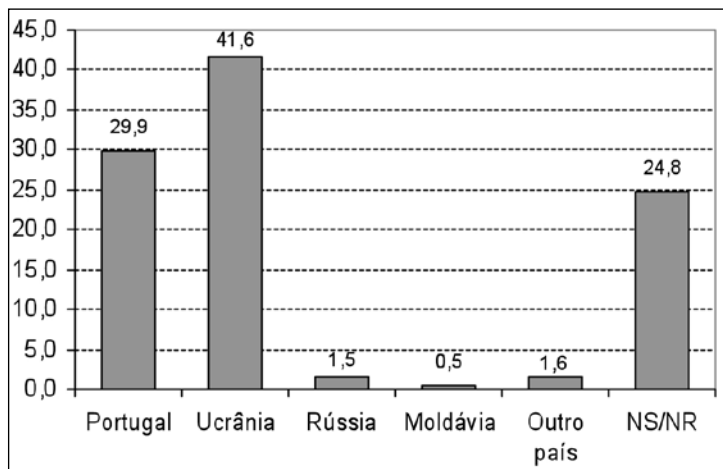


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre os locais onde vivem os cônjuges e/ou os filhos, as respostas demonstram uma clara distinção entre duas componentes do reagrupamento familiar: a primeira, referente ao cônjuge, apresenta uma maior percentagem de realização do reagrupamento familiar, ou de uma migração simultânea do marido e da mulher (29,9% dos cônjuges vivem em Portugal); a segunda, referente aos filhos permite constatar que neste caso o reagrupamento familiar está ainda por realizar na maioria dos casos (apenas, 8,8% dos inquiridos afirmaram que os seus filhos viviam com eles em Portugal).

FIGURA 2.7.

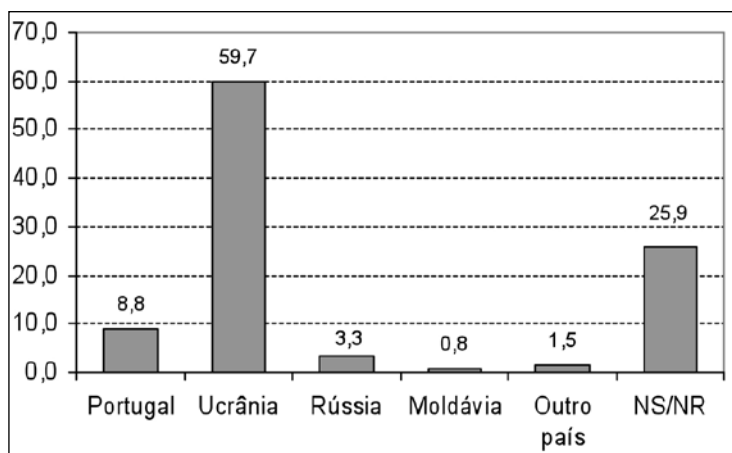
Local de residência do cônjuge (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.8

Local de residência dos filhos (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A partir da análise dos dados obtidos no questionário e das entrevistas realizadas é possível, pensamos, distinguir no recente fluxo migratório da Ucrânia, três grupos distintos de acordo com a idade e as motivações:

- (i) jovens até 39 anos;
- (ii) indivíduos de meia-idade (40-49);
- (iii) indivíduos idosos (50 ou mais anos).

Analisando estes grupos de forma mais desenvolvida podemos afirmar que:

- (i) Os representantes do grupo “jovem” são sem dúvida os mais dinâmicos, independentes, orientados e práticos. Este grupo é constituído quer por solteiros, quer por casados. No caso dos cônjuges terem um filho e este ter uma idade não muito avançada é frequente existir um reagrupamento familiar completo em Portugal. Eles organizam a sua vida presente e planeiam a sua vida futura com base nas experiências de vida e capital financeiro que já conseguiram reunir em Portugal. Trata-se de um grupo em que uma parte significativa poderá, no caso de se reunirem um conjunto de circunstâncias favoráveis, a prazo transformar a sua permanência temporária em residência permanente;
- (ii) Os imigrantes de meia-idade são normalmente casados e, em alguns casos, emigram para Portugal os dois membros do casal embora, por norma, um dos elementos chegue a Portugal mais de um ano antes do outro. Os casais de meia-idade têm em média dois filhos estudantes do secundário ou da universidade. A questão dos filhos, isto é, a necessidade de obter recursos financeiros suficientes para assegurar a continuação da sua educação parece ser, de acordo com os entrevistados, o factor de maior relevância para os imigrantes de meia-idade decidirem emigrar. Tal facto, está, em primeiro lugar, associado ao desejo dos emigrantes em proporcionarem aos seus filhos uma educação profissional sólida que, em regra, nos países de origem é paga, uma vez que ainda não se encontra a funcionar um sistema de apoio estatal suficientemente eficiente que cubra o pagamento da educação daqueles que desejam prosseguir os seus estudos. Deste modo, o pagamento da educação profissional dos filhos recai exclusivamente sobre os pais que, em média, terão que pagar 600 euros por cada ano académico dos filhos (a título ilustrativo é de referir que o salário médio de um trabalhador intelectual no sector público rondava os 60 euros por mês na altura da realização do inquérito). Os ucranianos de “meia-idade” que emigraram para Portugal podem ser caracterizados como pessoas com uma dupla identidade, que oscila entre o desejo de permanecer em Portugal e o de regressar ao seu país de origem, como demonstra o seguinte extracto de uma das entrevistas:

“Portugal é um bom país que oferece muitas possibilidades e oportunidades. Eu gosto deste país...o povo português é educado, hospitaleiro e está sempre pronto a ajudar. Talvez tome a decisão de ficar permanentemente...mas eu ainda tenho fortes sentimentos em relação à Ucrânia e uma grande esperança que a situação, em breve, melhore de forma significativa para poder voltar para casa, sem o risco de cair na situação em que não se tem nada” (Entrevista nº 2).

- (iii) Em regra, os indivíduos pertencentes a grupos etários mais elevados vêm para Portugal por um curto período para melhorar a situação financeira da sua família quando os filhos já estão em idade de viver de forma independente. Para além do objectivo inicial de juntar dinheiro, eles desenvolveram um novo objectivo após terem chegado a Portugal que passa pela tentativa de realizar cinco anos de trabalho legal de modo a poderem alcançar o primeiro nível da pensão estatal (de acordo com a ideia expressa por alguns entrevistados esta rondaria os 200 euros). Neste caso, eles esperam que após o regresso à Ucrânia a “pensão portuguesa” lhes assegure uma vida normal, sem preocupações.

Estes três grupos de imigrantes pressupõem diferentes estratégias migratórias. Para o primeiro grupo, o dos jovens, Portugal insere-se numa estratégia migratória em que se procura uma vida nova fora dos países de origem e em que o retorno ou não dependerá do sucesso dessa carreira migratória. No segundo caso, o dos indivíduos de meia-idade, a experiência migratória em Portugal, parece ser uma aposta no seu futuro imediato e no futuro dos filhos. Neste contexto, Portugal surge como uma boa hipótese de capitalizar rapidamente o risco de uma experiência migratória e retornar à origem com algumas poupanças que facilitem o futuro próximo. No terceiro caso, o dos imigrantes com mais idade, Portugal surge como a última hipótese de recuperarem do fim da colectivização soviética e reunirem algumas poupanças para uma velhice mais tranquila. Estas diferentes estratégias migratórias são particularmente evidentes quando se relacionam estes três grupos com a questão relativa aos planos a longo prazo. Neste caso, é possível verificar que os jovens são os que manifestam uma maior tendência a fixarem a sua residência definitivamente em Portugal (19,8%), ou que têm outros planos que não os de regressar ao seu país ou permanecer em Portugal (31,1%) (por exemplo, emigrar para outro país). Os outros dois grupos, por sua vez, declaram, maioritariamente que pretendem regressar ao seu país de origem (respectivamente, 65,8% e 54,6% para o segundo e terceiro grupo). Obviamente que a estas três diferentes estratégias correspondem motivações diferentes ainda que, como veremos mais adiante, a motivação económica seja dominante.

2. O contexto de origem

No que diz respeito às regiões/países de origem é possível afirmar que a maioria dos inquiridos provinha da Ucrânia (88,7%) e uma grande percentagem destes emigraram directamente da Ucrânia para Portugal. É, igualmente, possível constatar, apesar de uma relativa dispersão dos inquiridos por todas as regiões do território ucraniano, a preponderância de cinco regiões de origem dos imigrantes ucranianos (Lviv, Ternopil, Khmelnytskyi, Ivano-Frankivski e Chernivtsi) (cf. Figura 2.9).²⁵ Em conjunto residiam nestas regiões aproximadamente 60 por cento dos inquiridos de origem ucraniana. Estes dados corroboram as informações obtidas nas entrevistas realizadas na Ucrânia segundo as quais a região ocidental é a tradicional área migratória da Ucrânia. Para além destas regiões são de referir as de Kyiv, Cherkasy e Donetsk que em conjunto representam a origem de cerca de 15 por cento dos inquiridos ucranianos. O mapa mostra, igualmente, que apenas de uma região ucraniana (Luhansk) não foram inquiridos imigrantes, o que atesta a difusão da emigração para Portugal à generalidade do território ucraniano.

Os imigrantes com origem nos países que aderiram à União Europeia em 2004²⁶ ou nos países que aderiram em 2007,²⁷ encontram-se pouco representados na população inquirida (respectivamente, 0,4 e 0,5 por cento), o que no caso dos primeiros está em consonância com o seu peso no número total de autorizações de residência atribuídas até 31 de Dezembro de 2001 (0,9%) e no segundo caso representa uma clara sub-representação das nacionalidades originárias de um dos países candidatos à adesão (até 31 de Dezembro de 2001 foram atribuídos a este grupo de países 7,2% do total de autorizações de residência atribuídas neste ano). Este aspecto é particularmente interessante, uma vez que durante a segunda metade dos anos 90 se desenvolveram uma série de estudos que procuraram auferir as consequências, em termos de fluxos imigratórios, da adesão dos países da Europa de Leste (Fassmann e Münz, 2002). De acordo com um destes estudos (Brücker, *et al.*, 2000), Portugal seria (juntamente com o Luxemburgo e a Irlanda) o país em que a evolução da população originária de um dos

25 A Ucrânia é um país com 603.700 Km² (8 vezes o tamanho de Portugal continental) e está dividida em 24 (+1) regiões administrativas (a República da Crimeia possui um estatuto especial com uma grande autonomia interna). A Ucrânia possui cerca de 52 milhões de habitantes.

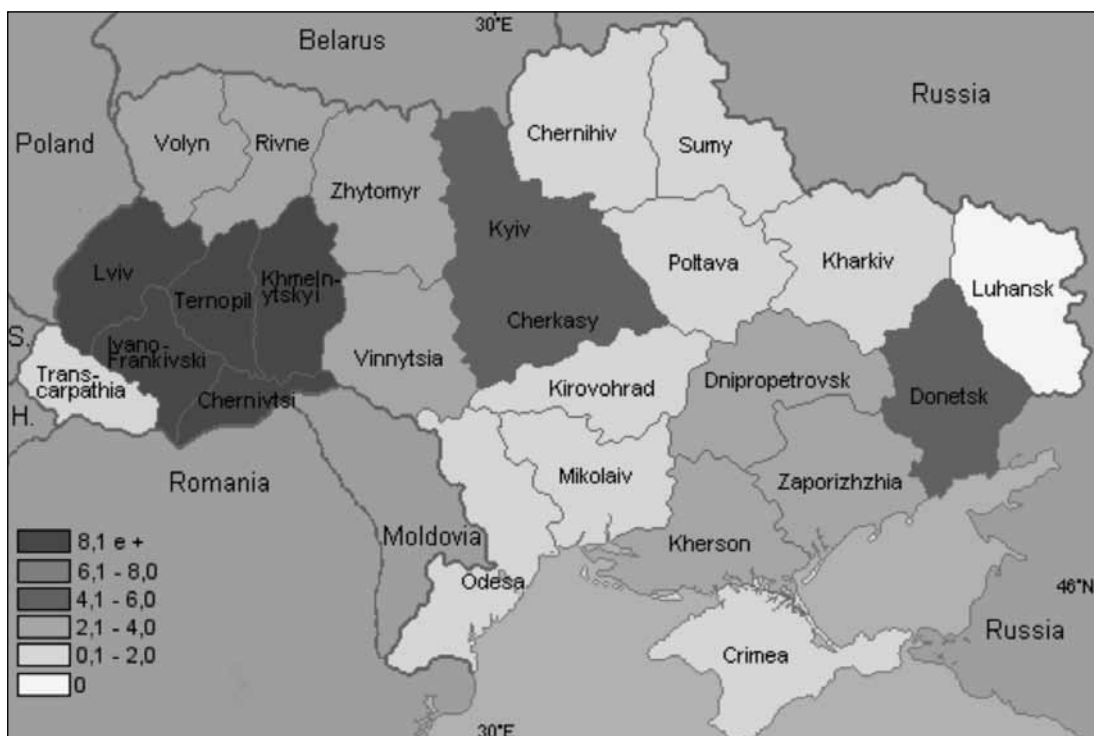
26 Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

27 Bulgária e Roménia.

então países candidatos à adesão²⁸ seria menor, passando de 781 indivíduos, em 1998, para 1.062, em 2002, 1.820, em 2005 e 2.662, em 2010. Ora, o conjunto destes países representava, já em 2001, 11.757 indivíduos e mesmo contando apenas com os detentores de uma autorização de residência, os valores já ascendiam a 1.420 indivíduos. Dado que a ausência de um quadro legislativo favorável à livre circulação de cidadãos entre a UE e estes países candidatos não parece ter impedido a mobilidade dos trabalhadores, torna-se legítimo questionar a utilidade, para Portugal, da imposição de moratórias à livre circulação de trabalhadores originários dos novos países aderentes.

FIGURA 2.9

Região de origem dos inquiridos de nacionalidade ucraniana (%)



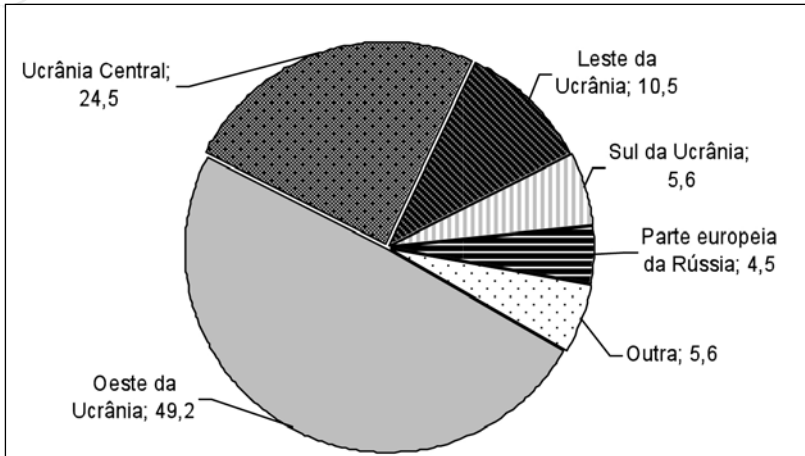
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Se agruparmos as regiões administrativas da Ucrânia por grandes áreas geográficas e incluirmos as restantes origens geográficas dos inquiridos concluímos que 49% dos entrevistados que responderam a esta questão têm origem nas regiões mais a Oeste da Ucrânia, cerca de 24% na Ucrânia Central, 10,2% no Leste da Ucrânia, 5,4% no Sul da Ucrânia, 4,4% na parte europeia da Federação Russa e 5,4% têm outras origens geográficas.

²⁸ Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia.

FIGURA 2.10

Regiões de residência antes de emigrarem para Portugal (%)

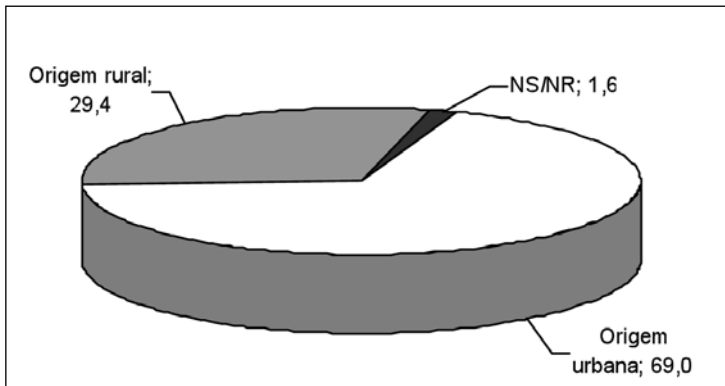


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que se refere à distinção entre uma origem urbana ou rural dos inquiridos, aproximadamente 70% viviam em áreas urbanas antes de migrarem e cerca de 29% residiam em espaços rurais. 1,6% dos entrevistados não responderam. Quando se cruza a região de residência antes da migração com a região de naturalidade torna-se possível verificar que 53,2% dos inquiridos com origem rural tinham realizado uma migração interna em direcção a zonas urbanas antes da migração internacional. O movimento de sentido inverso foi realizado por apenas 3,6% dos inquiridos.

FIGURA 2.11

Origem urbana ou rural dos imigrantes (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

2.1. *Habilitações Literárias*

No que diz respeito às habilitações literárias dos entrevistados, os resultados mostram uma grande percentagem de indivíduos detentores de diplomas técnico-profissionais de nível médio (26%), correspondendo ao 12º ano profissionalizante. Encontramos, igualmente, um número não desprezível de diplomados por instituições do Ensino Superior (Politécnicos e Universidades) que correspondem a cerca de 40% do total, 20% dos entrevistados totais possuem um diploma de Mestrado ou de Especialista (12 + 5/6 anos de estudo) e 0,7% possuem outros diplomas de estudos pós-graduados. Aproximadamente 12% dos entrevistados possuíam um diploma da escola secundária, isto é, 10 ou 11 anos completos de estudo. O perfil educativo dos imigrantes inquiridos permite diferenciar dois grupos de imigrantes: um formado por indivíduos qualificados ou mesmo altamente qualificados e outro constituído por indivíduos com níveis de qualificação médios.

QUADRO 2.1

Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	%
Capaz de ler e escrever sem ter tido uma educação formal	0,1
Ensino Secundário	12,4
Escola Profissional	26,3
Ensino Politécnico	30,1
Licenciatura	9,9
Mestrado	19,9
Pós-graduação	0,4
Doutoramento	0,3
Outras habilitações	0,3
Sub-Total	99,6
Não sabe / não responde	0,4
Total	100,0

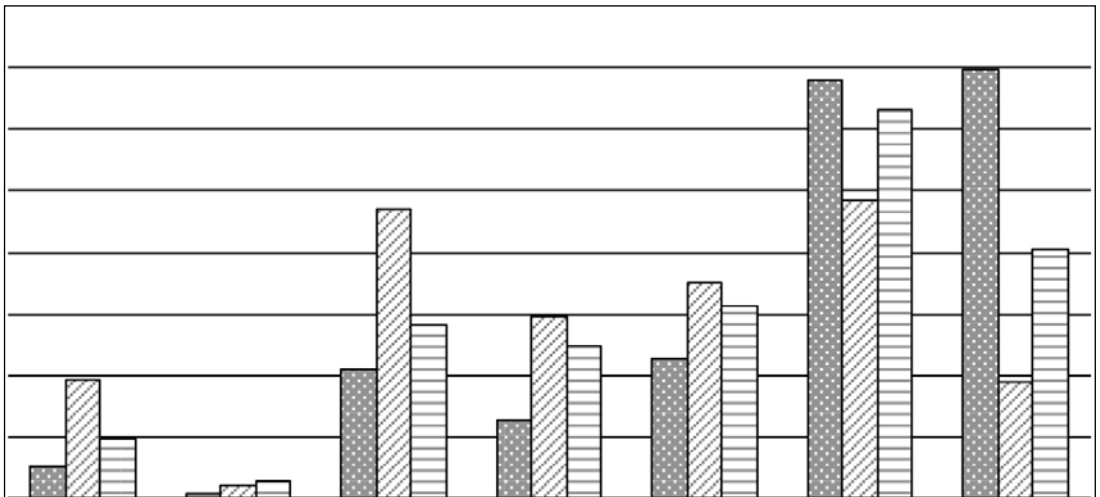
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando comparados com a população portuguesa ou com a população imigrante proveniente de países terceiros, estes imigrantes evidenciam um nível de educação muito superior conforme se pode constatar no gráfico seguinte (Figura 2.12). É preciso notar que este gráfico junta informação de fluxos migratórios com diferentes períodos de maturação. Isto é, fluxos migratórios recentes compostos preponderantemente por indivíduos activos e fluxos migratórios em que já existe, ou está em formação, uma segunda geração (composta quer por imigrantes, quer por filhos de nacionais portugueses considerados retroactivamente – com o Decreto-Lei 308-A/75 – como imigrantes). Apesar desta limitação dos dados é, no entanto, possível verificar que o recente fluxo migratório é composto por indivíduos com uma escolarização muito superior à dos indivíduos originários dos tradicionais fluxos de imigração. A excepção é constituída pelo Brasil que apresenta, igualmente, uma forte proporção de indivíduos

os titulares de graus do ensino superior. A questão da elevada qualificação académica dos elementos do fluxo migratório da Europa de Leste juntamente com a sua inserção em ocupações pouco ou nada qualificadas foi uma das questões mais debatidas na sociedade portuguesa durante o período de maior afluxo deste conjunto populacional.

FIGURA 2.12

Habilitações literárias de três grupos de imigrantes, 2001 (%)



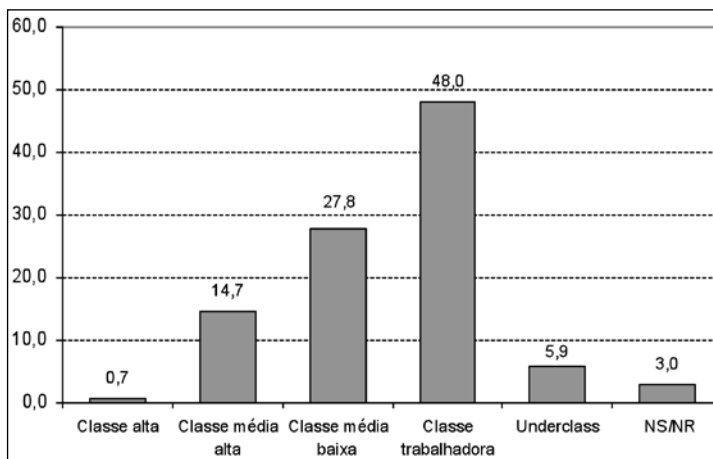
Fonte: INE, Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População: dados não publicados

2.2. Estatuto Socioeconómico no país de origem

Quando colocados perante uma questão que os levava a uma auto-definição do seu estatuto socioeconómico no país de origem, quase 50% dos entrevistados auto-classificaram-se como pertencendo à classe trabalhadora, 28% à classe média baixa e 15 % à classe média alta. Destacam-se ainda os menos de um por cento que se auto-classificaram como pertencendo à classe alta e os 6% que se auto definem como pobres. As não respostas equivalem a 3% do total. Os resultados desta auto-classificação dos inquiridos estão em consonância com a teoria migratória que afirma que, em geral, não são os mais pobres que emigram, mas sim aqueles que dispõem dos recursos financeiros necessários à realização da migração. De facto, os dados empíricos recolhidos demonstram que a maioria dos entrevistados investiu somas não negligenciáveis nesta experiência migratória para um país longínquo. A viagem, o visto e, muitas vezes, a promessa de um trabalho, exigiam um investimento de várias centenas de dólares, o que correspondia até 100 vezes o salário no país de origem. Se pensarmos que a maioria dos entrevistados declararam auferir salários inferiores a 100€ mensais (cf. adiante) e que alguns deles pagaram até 2.000 dólares, a conclusão a extrair é de que o investimento na experiência migratória é muito significativo e, por isso, apenas acessível a uma parte daqueles que desejam emigrar para outro país.

FIGURA 2.13

Estatuto socioeconómico (%)



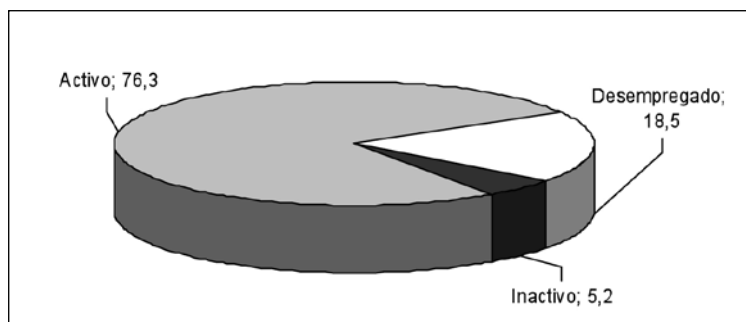
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Um indicador importante do *status* social dos inquiridos que, também, pode servir para auferir da validade das autodefinições de *status* atrás analisadas, é a situação perante o emprego e, sobretudo, a profissão dos imigrantes nos seus países de origem.

No que diz respeito à situação laboral dos inquiridos antes de encetarem o seu processo migratório devemos destacar o facto de apenas 18,5% dos entrevistados que responderam a esta questão estarem desempregados ou terem trabalhos ocasionais antes de emigrarem para Portugal, 76,3% estavam empregados e 5,2% eram inactivos. Fica assim claro que a falta de emprego não constitui o principal mecanismo despoletador da emigração, mas sim as precárias condições remuneratórias auferidas no país de origem quando comparadas com as remunerações praticadas no país de destino.

FIGURA 2.14

Situação perante o emprego (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto aos inquiridos que afirmaram exercer uma actividade laboral, pode verificar-se que tinham profissões muito diversas desde militares a médicos, trabalhadores das minas ou empregados de escritório, operários especializados, etc.. Em geral destaca-se a elevada presença de profissionais intelectuais ou de ocupações científicas (32,4%), dos operários fabris ou similares (28,6%) e dos operadores de instalação e máquinas (10,1%). Em conjunto, estes três grupos profissionais representam 71,1% dos inquiridos.

QUADRO 2.2

Profissão dos imigrantes no país de origem

Profissão	%
Membro das Forças Armadas	1,2
Quadros superiores e dirigentes	1,1
Profissões intelectuais e científicas	32,4
Profissões de nível intermédio	7,2
Pessoal administrativo e similares	1,2
Pessoal dos serviços e vendedores	6,5
Operários, artífices e trabalhadores similares	28,6
Operadores de instalação de máquinas	10,1
Trabalhadores não qualificados	2,3
NS/NR	9,4
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A ordenação dos diversos subgrupos que compõem os grandes grupos profissionais atrás referidos de acordo com a sua importância relativa permite colocar em evidência que o padrão ocupacional dos imigrantes no seu país de origem pode ser descrito por menos de dez grupos ocupacionais. Com efeito, 71,8% dos imigrantes que responderam a esta questão concentram-se em apenas seis grupos profissionais (Quadro 2.3). Esta análise mais detalhada da distribuição profissional dos imigrantes permite, igualmente, distinguir a existência de dois grupos de imigrantes: o primeiro, composto por profissionais intelectuais e científicos; o segundo, formado por operários. Esta dicotomia foi já possível detectar aquando da análise do perfil qualificativo dos imigrantes (cf. acima), verificando-se, como seria de esperar, que as diferenças então referidas encontram uma expressão prática nas profissões exercidas nos países de origem. Assim, os detentores de níveis educativos superiores tendem a exercer profissões mais qualificadas. Como se verá adiante, esta correspondência entre nível educativo e profissional deixa de existir no país de destino.

QUADRO 2.3

Principais grupos profissionais dos imigrantes nos seus países de origem

Grupo Profissional	%
Especialista das ciências físicas, matemáticas e engenharia	9,9
Especialista das ciências da vida e profissionais de saúde	6,0
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	9,8
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	10,1
Operários, artífices e trabalhadores similares da indústria extractiva e construção civil	15,0
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	9,9
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	11,1
Outros	28,2
Total	100,0

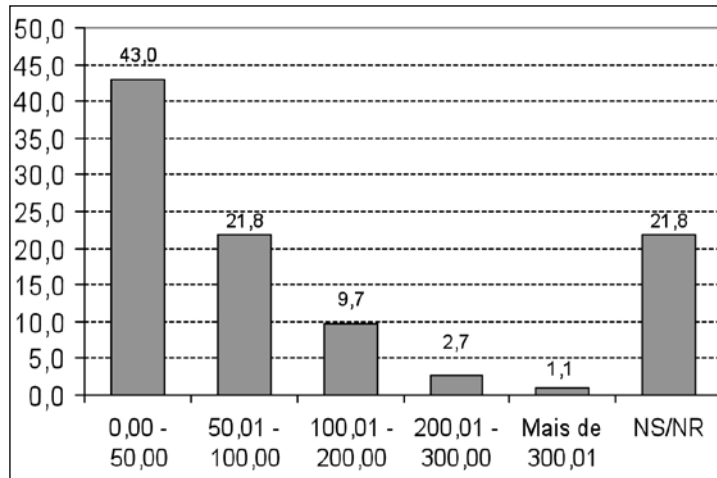
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Analisando o rendimento auferido no país de origem pode observar-se que este era, como seria de esperar, muito baixo. Se fizermos a conversão da moeda dos países de origem para Euros²⁹ chegamos à conclusão que os rendimentos auferidos eram em 55% dos casos inferiores a 50€ mensais e em 83% dos casos inferiores a 100€. Unicamente 5% dos entrevistados auferiam um rendimento superior a 200€ mensais. Este rendimento bastante reduzido é, como veremos em seguida, uma das principais causas ou determinantes para a partida. A desvalorização das remunerações auferidas no período pós União Soviética, as taxas de inflação elevadas,³⁰ a instabilidade do emprego e o apelo ao consumo são outras razões que podemos assinalar. Importa ainda referir que de acordo com um inquérito representativo realizado na Ucrânia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a 8.200 adultos, o valor médio considerado como suficiente para uma família de quatro elementos poder ter uma vida decente na Ucrânia era de 309€ (Standing e Zsoldos, 2001: 35).

29 A uma taxa de conversão em 31 de Dezembro de 2002.

30 A taxa de inflação na Ucrânia, por exemplo, passou de 2.000%, em 1992, para 6,1%, em 2001, e para 2,6%, em 2002 (World Bank, 2003).

FIGURA 2.15

Salário médio mensal no país de origem, em euros


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Analisadas isoladamente as variáveis referentes à situação perante o emprego e à profissão dos inquiridos, poderíamos ser levados a interpretar o movimento migratório dos Europeus de Leste para Portugal segundo as teorias do mercado de trabalho. Os movimentos migratórios são, nestes casos, interpretados como consequência da divisão internacional do trabalho, da alteração da estrutura de procura nos mercados internacionais de trabalho, do desenvolvimento desigual entre regiões e/ou países ou dos desequilíbrios regionais e/ou da precarização do trabalho nas regiões de origem e de destino. As teorias do mercado de trabalho (Harris e Todaro, 1970; Todaro, 1976; Borjas, 1989, 1990) que, na sua génese, são tributárias do modelo de atracção-repulsão, centram a sua análise nesta variável considerando que as migrações humanas obedecem às condições estruturais de um mercado de trabalho mundial. Estas teorias fundamentam os seus pressupostos numa ideia de equilíbrio sistémico potencial, designadamente de equilíbrio de níveis salariais, uma vez que as diferenças provocadas pela variação das vantagens dos diferentes locais de emprego seriam compensadas por migrações de trabalhadores. Realçam os factores e mecanismos de procura e oferta relativos ao fornecimento de mão-de-obra e, quando aplicadas ao campo das migrações, procuram explicar os movimentos da força de trabalho entre diferentes áreas geográficas, isto é, *ceteris paribus*, se existisse uma escassez de mão-de-obra num dado local isso seria compensado por migrações de trabalhadores e, por consequência, a diminuição do número de trabalhadores nas regiões de origem dos migrantes provocaria a subida dos salários o que travaria a migração reequilibrando o sistema. De acordo com o exposto nestas teorias, as migrações internacionais ocorreriam num contexto de mercados de trabalho semelhantes, quer no que diz respeito à regulamentação laboral, quer num contexto de flexibilidade salarial, e mobilidade plena de factores.

Ora, este modelo não é, como sabemos, observável nas migrações internacionais devido às restrições impostas, sobretudo, pelos Estados (Zolberg, 1981). A livre circulação de trabalhadores, quando aceite por estes, é condicionada por todo um conjunto de regulamentações específicas que obstaculizam à sua total concretização. As similaridades entre as migrações internacionais e as migrações internas colidem, neste sentido, com o poder dos Estados de, simultânea e cumulativamente, regular a circulação dos migrantes e regulamentarem o mercado de trabalho. Neste contexto, as migrações internacionais são vistas como dependentes de um conjunto complexo de condições em que a livre circulação de trabalhadores migrantes entre países, ou entre mercados de trabalho diferentes em distintos países, não existe. No entanto, se a não livre circulação de trabalhadores

pode ser contornada recorrendo a técnicas ardilosas de migração (por exemplo, redes formais ou informais, estratégias de obtenção de vistos, migrações clandestinas, etc.), já a entrada no mercado de trabalho dos países receptores depende em larga medida do próprio mercado de trabalho e este tem o poder de condicionar as estratégias dos imigrantes.

No caso da imigração de mão-de-obra do Leste da Europa para Portugal, várias características emergem como essenciais para permitirem a mobilidade, a saber: uma atracção pelos melhores salários auferíveis; uma abundância de trabalho; uma certa facilidade e rapidez de entrada no mercado de trabalho; a existência de estruturas de facilitação para a emigração. Inversamente, algumas características do mercado de trabalho português condicionam essa inserção, nomeadamente: uma não transferibilidade do capital humano obtido no país de origem que gera um *downgrading* ao nível das profissões exercidas; uma desregulamentação (ou não fiscalização eficaz) que permite a existência de um amplo mercado informal; um risco de cair nas malhas de empregadores sem escrúpulos.

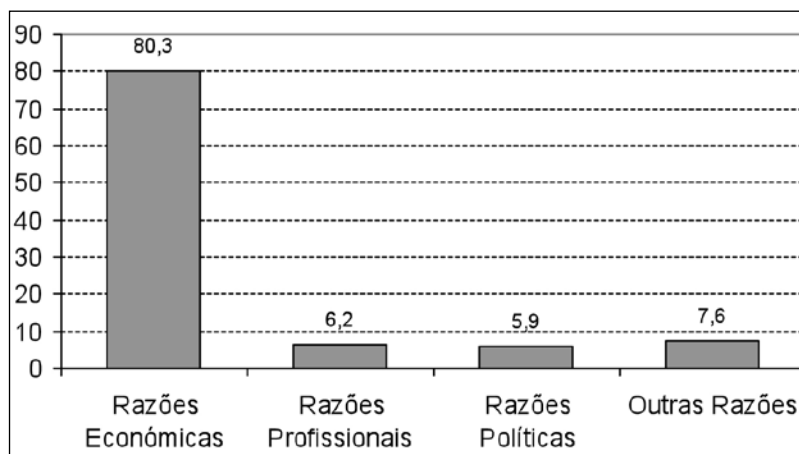
3. O processo de migração para Portugal

3.1. A decisão de emigrar

Face aos baixos rendimentos auferidos no país de origem não é de surpreender que quando questionados sobre quais as principais razões para a migração os inquiridos tenham indicado, em mais de 80% dos casos, razões económicas, 6,2 % razões profissionais, 5,9% razões políticas e 7,6% outras razões não explicitadas. Mesmo as motivações profissionais e políticas são economicamente determinadas, uma vez que aproximadamente 90% dos que indicaram aquelas duas razões também declararam ter razões económicas para saírem dos seus países. A natureza económica da emigração ucraniana é, igualmente, confirmada pelas respostas a diversos inquéritos sociológicos conduzidos na primeira metade dos anos 90, em que cerca de 70% dos inquiridos afirmaram que a saída do país se fica a dever, sobretudo, a razões económicas (Malinovska, 1996: 25).

FIGURA 2.16

Motivos para a emigração (%)

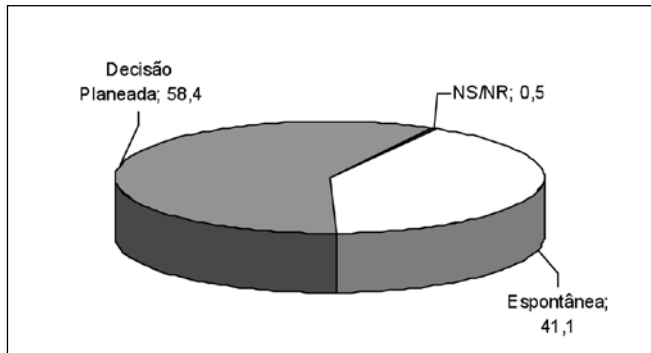


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se a decisão de emigrar foi planeada, a maioria dos inquiridos afirmam que se tratou de uma decisão planeada (58,4%) e 41,1% sustentam que se tratou de uma decisão espontânea, não planeada. É de assinalar que a premeditação da decisão é particularmente evidente quando os motivos migratórios são de natureza económica (60,7%), enquanto a espontaneidade tem uma expressão percentualmente maior entre aqueles que saíram dos seus países por razões não económicas (cerca de 50%).

FIGURA 2.17

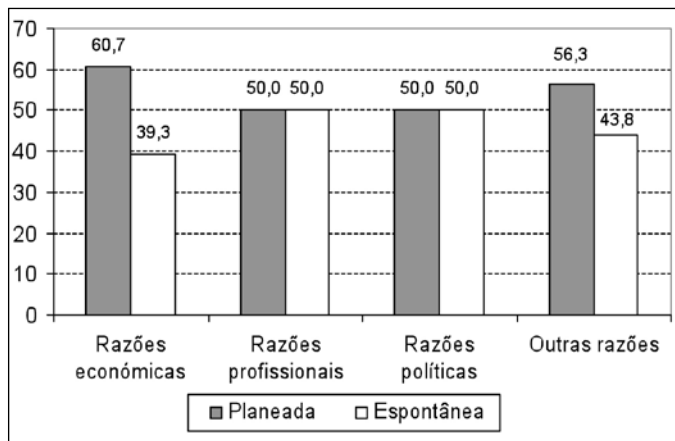
Planificação da emigração (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.18

Motivos da emigração por tipo de decisão (%)



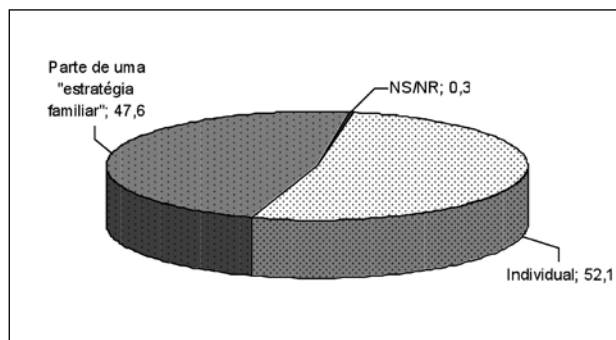
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Esta decisão foi ainda, de acordo com os inquiridos, tomada individualmente em 52,1% dos casos e em 47,6% dos casos como parte de uma estratégia familiar. Se relacionarmos as duas questões precedentes podemos notar que existe uma clara relação entre elas, uma vez que a uma migração não planeada corresponde uma

maior propensão para que a decisão de emigrar seja tomada fora da esfera familiar (60,5%) e, inversamente, uma decisão planeada corresponde com maior propensão a uma estratégia familiar (53,6% dos casos). Se cruzarmos os motivos da partida com o facto de se tratar de uma decisão planeada ou espontânea verificamos que às razões económicas corresponde a uma maior planificação da emigração (60,7% dos casos). Nenhuma das outras razões para a emigração demonstra uma correlação com a planificação da emigração, o que é igualmente um dado a assinalar.

FIGURA 2.19

Nível de tomada de decisão sobre a emigração (%)

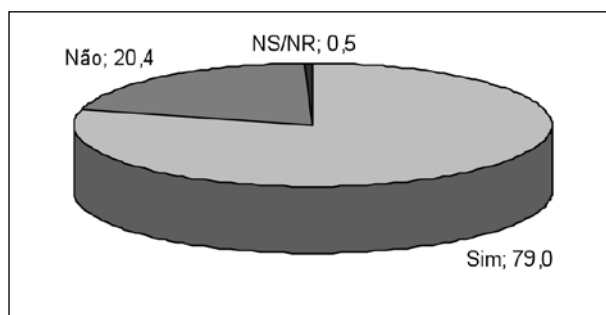


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre se foi o primeiro membro da família a vir para Portugal as respostas são igualmente evidentes demonstrando que foi assim em aproximadamente 80% dos casos. É, sobretudo, entre os homens que os “primo imigrantes familiares” se encontram mais representados, correspondendo a 90,1% do total de homens inquiridos. As mulheres, por seu lado, “somente” em 54,0 % é que foram o primeiro elemento da família a chegar a Portugal. Apesar de se tratar de uma percentagem claramente inferior à dos homens ela é ilustrativa da extensão da iniciativa migratória às mulheres e do desenvolvimento de fluxos migratórios com características não tradicionais.

FIGURA 2.20

O inquirido foi o primeiro elemento da família a chegar a Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

As formas de financiamento encontradas para custear a migração foram de diverso tipo. De entre elas devemos destacar as poupanças próprias (37%), os empréstimos de familiares (28%), os empréstimos de amigos (25%), o empréstimo através de usurários ou outros agiotas (9,7%). De assinalar que o recurso ao crédito bancário tradicional é muito pouco importante (1%). De entre as poupanças familiares utilizadas destacamos algumas respostas do tipo “vendi o meu carro”, ou “vendi o meu apartamento” que são especialmente ilustrativas do investimento realizado na emigração para Portugal. Ao cruzarmos a variável decisão de partida individual ou no âmbito de uma estratégia familiar com a fonte de financiamento verificamos que, independentemente de se tratar de uma estratégia individual ou familiar, as fontes de financiamento continuam a ser maioritariamente as poupanças próprias e/ou o empréstimo de familiares ou amigos, embora, como vimos, uma parte não despreciable tenha recorrido a empréstimos de usurários. De acordo com um dos nossos entrevistados, estes empréstimos chegam a atingir uma taxa de juro na ordem dos 20% ao mês, o que representa uma taxa de esforço inimaginável. As histórias relatadas na imprensa sobre a vida de alguns destes imigrantes em Portugal, forçados a um trabalho sobre-humano, para pagarem dívidas relacionadas com o início da sua experiência migratória (sobretudo quando estas foram contraídas fora do âmbito familiar ou do núcleo de amigos) foram, aliás, um dos despoletadores das investigações ligadas às máfias do leste.

QUADRO 2.4.

Fontes de financiamento para a migração

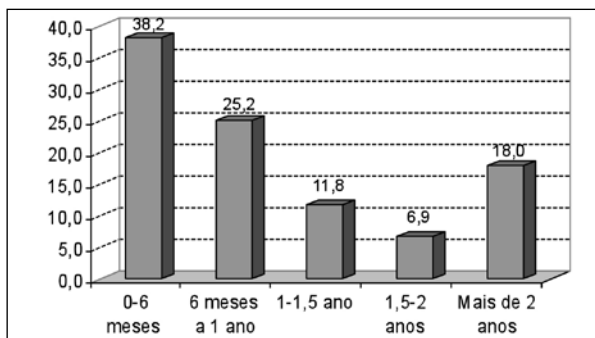
Fonte de Financiamento	%
Poupanças Próprias/Familiares	36,7
Empréstimo de familiares	27,9
Empréstimo de amigos	24,7
Empréstimo de usurários/agiotas	8,5
Crédito bancário	0,8
Não usei nenhuma poupança	0,8
Outros	0,5
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação ao tempo que os migrantes ou seus familiares levaram a poupar o dinheiro necessário para a migração, 38,2% indicaram um período entre 0 a 6 meses, 25,2% de 6 meses a 1 ano, cerca de 19% entre 1 e 2 anos e 18% mais de 2 anos. É de assinalar que 35,3% dos que afirmaram terem dispendido um ou mais anos na poupança do dinheiro necessário à migração referiram, também, que a sua decisão de migrar foi espontânea. Este resultado poderá, à semelhança do que foi referido para a aparente contradição entre espontaneidade/estratégia familiar atrás referida, indicar que a decisão estrutural de migrar para qualquer país já tinha sido tomada há muito tempo e que os indivíduos começaram a economizar logo após terem tomado essa decisão. No entanto, afirmaram que a sua decisão de migrar foi espontânea porque se estavam a referir ao momento no qual tomaram a decisão de vir para Portugal. Ou, dito de outro modo, a decisão de sair do seu país já estava tomada há muito tempo quando surgiu a oportunidade de migrarem para Portugal.

FIGURA 2.21

Período de tempo para formação das poupanças necessárias à migração

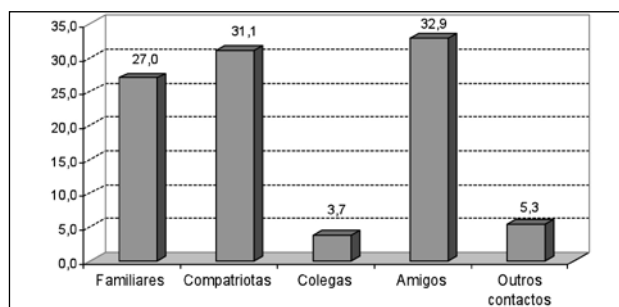


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação aos contactos em Portugal que os imigrantes inquiridos dispunham antes de partirem dos seus países, é possível assinalar o elevado número de inquiridos que declararam dispor de contactos em Portugal. A maioria destes contactos referia-se a familiares, compatriotas e amigos. Apesar de toda a lógica deste fluxo migratório nos levar a prognosticar a presença de uma forte “indústria das migrações” (Castles, 1998) no país de origem que conduziu os imigrantes para um destino específico, a presença em Portugal de conhecidos permite amortecer o risco da emigração para um destino longínquo. É de admitir que, à semelhança do que sucede na generalidade dos fluxos migratórios, estes contactos tenham transmitido aos indivíduos (potenciais migrantes) nos seus países de origem informação sobre Portugal que tenha tornado a decisão de emigrar mais fácil. De facto, quando questionados se já possuíam contactos em Portugal antes de emigrarem 66% dos inquiridos responderam afirmativamente. Estes contactos eram o resultado de diferentes estruturas de sociabilidade dos inquiridos, tais como, a família (27% dos que tinham contactos em Portugal), os amigos (32,9%), os compatriotas (31,1%), os colegas de trabalho ou negócio (3,7%) e outros contactos (5,3%). Se é certo que 33,7% não tinham qualquer tipo de contactos em Portugal, este número representa apenas um terço do total de respostas. Este facto, se não indicia a existência de uma rede de suporte, pelo menos minimiza o risco de uma emigração para o mais longínquo país da Europa ocidental. Como se verá mais adiante, estas redes sociais do imigrante exercem um papel determinante na obtenção de emprego por parte do imigrante recém-chegado. Daqueles que afirmaram que tinham familiares em Portugal, cerca de 41% eram irmãos dos inquiridos, 11% eram pais, 16% primos, 10% sobrinhos, 7% tios e 15% outros parentes.

FIGURA 2.22

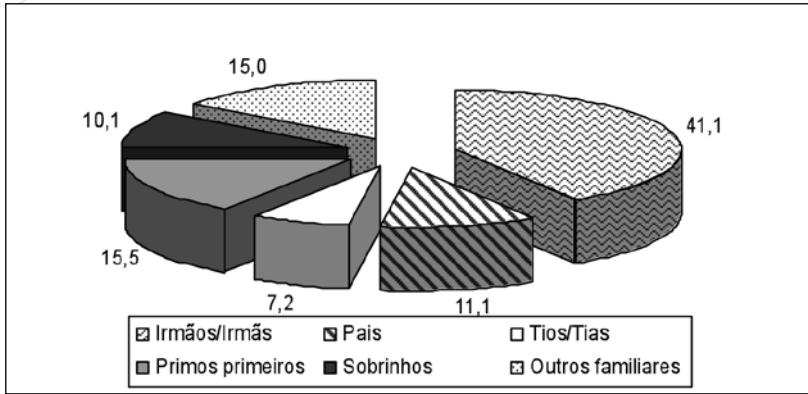
Existência de contactos prévios em Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.23

Familiares do inquirido a residirem em Portugal (%)

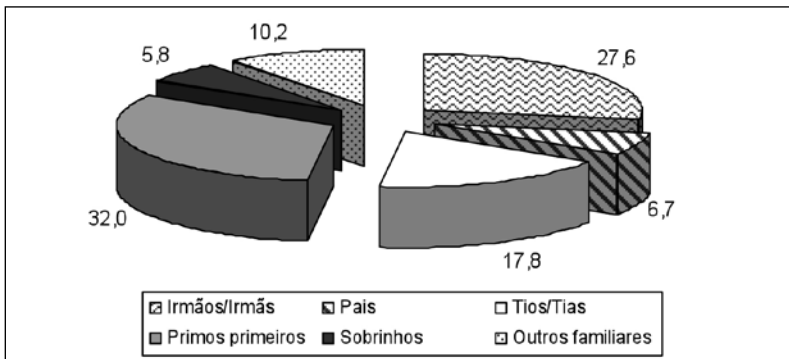


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Já no que diz respeito aos 30,6% dos inquiridos que declararam ter familiares emigrados noutros países estrangeiros, em 34,2% dos casos são os pais ou irmãos, mas na maioria são outros parentes como primos, tios ou sobrinhos.

FIGURA 2.24

Familiares do inquirido a residirem noutro país estrangeiro (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

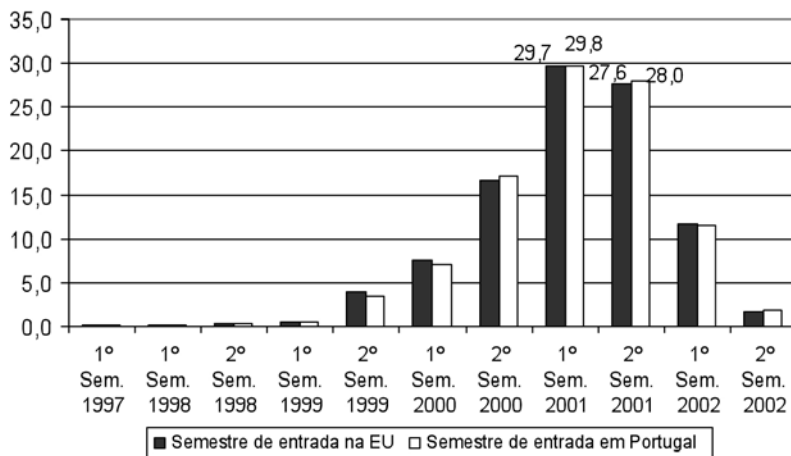
3.2. Da Europa de Leste a Portugal: o percurso migratório

No que diz respeito ao período em que decorre a emigração devemos começar por assinalar que a maioria dos imigrantes inquiridos se dirigiu de forma directa ou quase a Portugal, sendo a data de entrada no espaço da União Europeia muito próxima da data de entrada em Portugal como se pode observar pelos gráficos seguintes. Este facto demonstra a objectividade desta migração que se dirige para o destino migratório que conjuntamente lhes oferece uma maior probabilidade de sucesso. Aliado ao uso de mediadores ou à organização da migração por “agências de viagens”, o destino Portugal (ou Portugal como destino) tornou-se preferencial para

muitos imigrantes de leste num período temporal específico que vai do 2.º semestre de 2000 ao 2.º semestre de 2001, bem assinalado nos resultados do inquérito.

FIGURA 2.25

Semestre de entrada na União Europeia e em Portugal



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

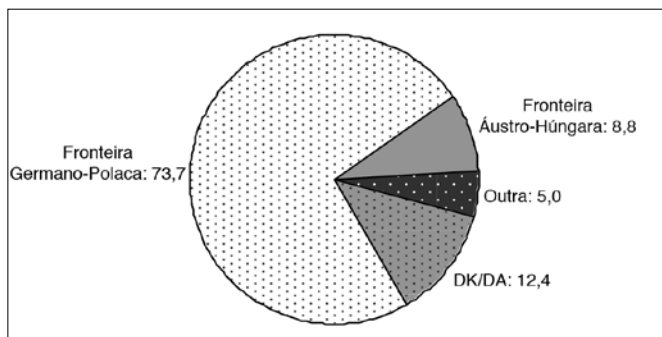
No que diz respeito ao local de entrada no espaço da União Europeia após a análise dos resultados torna-se óbvia a prioridade dada à fronteira germano-polaca como porta de entrada na União Europeia (74%), seguida da fronteira austro-húngara (9%) e de outras fronteiras com 5% do total.³¹ Esta lógica de percurso migratório em direcção ao destino migratório preestabelecido feita por via terrestre no interior do Espaço Schengen, é característica dos grupos de migrantes que entram legalmente na União Europeia para adoptarem uma estratégia de *overstaying*. Nestes casos, os potenciais imigrantes entram no Espaço Schengen num posto de fronteira próximo do país de origem e circulam no interior deste Espaço em direcção a um destino predefinido. Esta constatação, aliada à concessão de vistos de entrada, levanta, no entanto, novas questões ao nível da definição de políticas migratórias por parte dos estados nacionais da União Europeia. Neste caso específico, o facto de Portugal não dispor de uma secção consular na Ucrânia ou na Moldávia que procedesse à emissão de vistos para Portugal não impediu um fluxo migratório de dezenas de milhar de indivíduos, uma vez que essa emissão era efectuada por um consulado de um país que representava Portugal e que ou não procedia à verificação do principal país de destino dos indivíduos que pediam o visto, ou que era ludibriado pelos indivíduos que solicitavam o visto, afirmando que se dirigiam para um país diferente daquele para o qual tinham real intenção de viajar.³²

31 Nesta questão 12,4% dos inquiridos não responderam.

32 De acordo com as regras do “Acordo Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns” (Acordo Schengen), o Estado Português estabeleceu acordos com outros países aderentes ao acordo no sentido destes procederem à emissão de vistos em nome de Portugal em países em que não exista um consulado português. As mesmas regras estabelecem que, em geral, o requerente de visto deverá solicitar o visto na embaixada ou consulado do país de destino principal e somente no caso do destino final não poder ser determinado é que a emissão de visto competirá ao posto diplomático ou ao consulado do país da primeira entrada no espaço Schengen (artigo 12º nº 2 da Resolução da Assembleia da República nº 35/93 – Diário da República 276/93 – Série I-A de 25/11/1993).

FIGURA 2.26

Local da primeira entrada em Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É interessante destacar a diferença que existe entre a estratégia migratória para a emigração para Portugal da utilizada pelos imigrantes ucranianos para outros países como, por exemplo, para Espanha. Para este último destino migratório, os emigrantes ucranianos tendem a utilizar o avião (voos *charter*) e a dirigir-se para a costa mediterrânica,³³ já para Portugal a maioria viaja por estrada de autocarro, mini-bus ou de carro (apenas 3,8% vieram para Portugal de avião e 5,6% de comboio) e distribui-se pelo território nacional.

QUADRO 2.5

Meio de entrada em Portugal

Meio de transporte	%
Avião	3,8
Comboio	5,6
Mini Autocarro	43,7
Autocarro	42,2
Carro particular	4,0
Outro	0,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Uma das questões mais difíceis de abordar no contacto com os imigrantes do Leste da Europa teve a ver com a utilização de mediadores no processo migratório. É preciso ter em conta que por altura da aplicação do inquérito estavam ainda bem presentes os relatos dos média sobre as máfias de leste, o que condicionou quer o modo de colocar a questão, quer a sua resposta. Em alguns inquéritos esta questão implicou inclusive a desistência do preenchimento. Quando questionados sobre se tinham recorrido a mediadores para a emigração para Portugal, 21% dos inquiridos optam por não responder. Dos que responderam, 13,8% afirmam não ter recorrido a nenhum tipo de mediadores, 69,7% recorreram a uma “agência de viagens” no país de origem e 14,3% recorreram à ajuda de compatriotas, amigos e familiares já em Portugal. Ou seja, dito de outro modo, ainda que dispendo de contactos em Portugal, como demonstrado numa outra questão, a força desses contactos não era suficiente para evitar o recurso a agentes mediadores no

33 In http://libertaddigital.com/php3/impre_opinion.php3?cpn=9867 [accedida em 11.08.2003].

país de origem. As respostas válidas obtidas permitem apontar a importância das “agências de viagens” que proporcionavam o pacote completo de viagem até Portugal, isto é, visto, viagem, oferta de alojamento e trabalho.³⁴

QUADRO 2.6

Utilização da ajuda de mediadores para entrar em Portugal

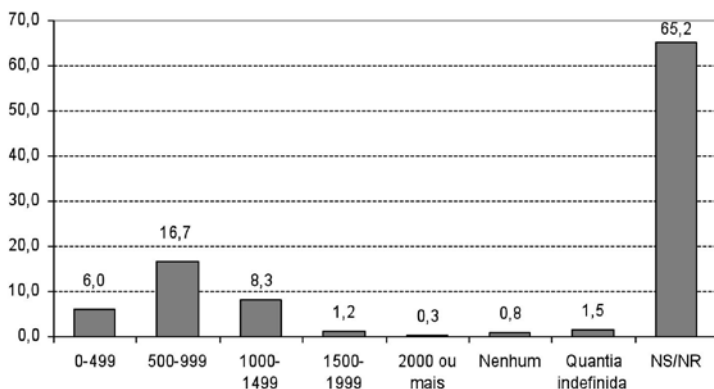
Tipo de ajuda utilizada	%
Ajuda de “agências de viagens” no país de origem	55,1
Colegas/colegas de trabalho a viver em Portugal	1,9
Amigos a viver em Portugal	4,4
Familiares que chegaram anteriormente a Portugal	2,3
Compatriotas que chegaram anteriormente a Portugal	2,7
Sem ajuda	10,9
Outro tipo de ajuda	1,8
NS/NR	21,0
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando questionados sobre o valor pago a esses mediadores, a maioria (65,2%) optou por não responder (o que por si só configura uma resposta a assinalar) e apenas 0,8% afirmaram explicitamente não ter pago nada. Os que arriscaram responder (menos de 35 por cento do total) pagaram entre o simples preço da viagem e do visto até mais de 2.000 dólares pelo pacote de viagem, visto, alojamento e trabalho. De entre estes, 6% pagaram entre 0 e 499€, 16,7% entre 500 e 999€, 8,3% entre 1.000 e 1.499€ e 1,5% mais de 1.500€. De salientar que, também, no já citado estudo para o parlamento ucraniano é referido o valor de 1.000 a 1.200 dólares como um valor médio pago a mediadores (Karpachova, 2003).

FIGURA 2.27

Montante pago aos mediadores, em euros



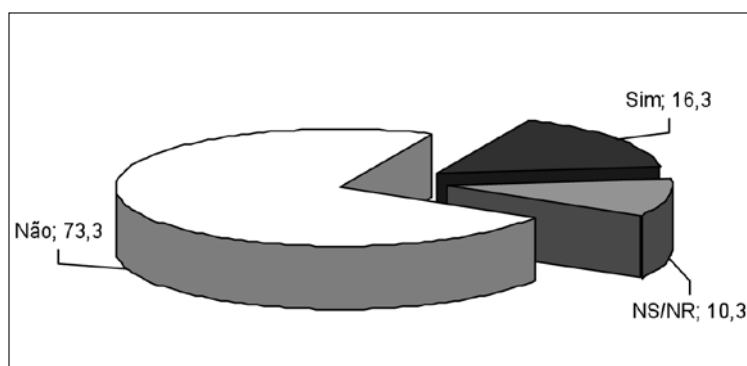
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

34 A importância das agências de viagem na emigração de cidadãos da Ucrânia é, igualmente, possível de constatar noutros destinos migratórios, como, por exemplo, o Reino Unido (Trades Unions Congress, 2004).

Questionados se tiveram algum problema com as máfias em Portugal ou no país de origem no decurso da sua experiência migratória, cerca de 73% afirmaram não terem tido problemas, 16,3% tiveram problemas.³⁵ A percentagem dos que tiveram problemas com as máfias é significativa, correspondendo a um total de 120 entrevistados. Em termos da imigração em Portugal foi das primeiras vezes que um fluxo migratório particular apareceu associado a redes organizadas. No passado, existiam alguns indícios de que o mesmo se passava no interior da comunidade chinesa mas neste caso ela nunca alcançou a visibilidade mediática alcançada pelas redes organizadas do leste europeu. A problemática associada às máfias de leste que exploravam imigrantes em Portugal foi, por seu turno, amplamente noticiada nos média portugueses e deu origem a várias investigações por parte da polícia judiciária e a vários julgamentos.

FIGURA 2.28

Experiências difíceis relacionadas com as máfias (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Como já referido, a maioria dos imigrantes entrevistados recorreu a uma agência mediadora no país de origem, nomeadamente a uma agência de viagens, para tratar de todo o processo conducente à emigração. Não é possível afirmar qual a percentagem destes mediadores a que se podem atribuir características das máfias, no entanto é possível verificar que 74,3% dos que afirmaram terem tido problemas relacionados com as máfias entraram em Portugal através da ajuda de uma agência de viagens.

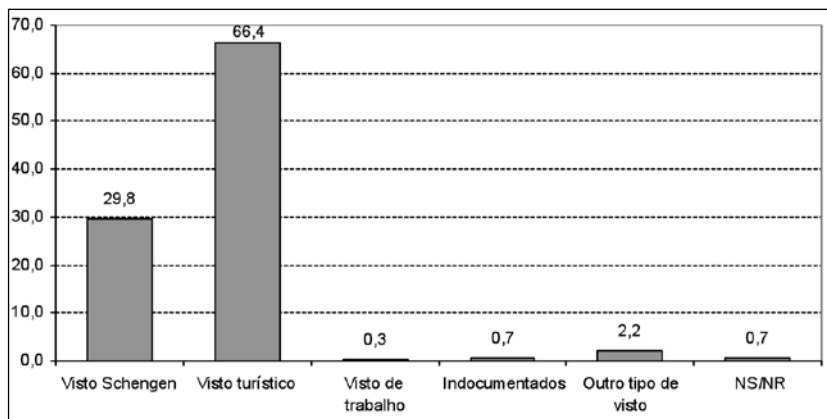
Quanto ao tipo de visto com que os inquiridos entraram no país, verifica-se que a maioria entrou em Portugal munida de um visto turístico (66%), 30 por cento entraram com um visto Schengen e 2,2% com vistos de outro tipo não especificado.³⁶ Destaca-se, ainda, o reduzido número de indocumentados (0,7%) e de vistos de trabalho (0,3%, o que corresponde a 2 indivíduos), bem como as não respostas, apenas 0,7 por cento do total.

³⁵ Cerca de 10% não respondeu a esta questão.

³⁶ Sobre a problemática do sistema de vistos Schengen e a sua aplicação aos países do Leste da Europa ver Grabbe (2000).

FIGURA 2.29

Tipo de visto com que chegou a Portugal (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito ao país que emitiu os vistos, a Alemanha lidera com 57% do total, seguida da Espanha com 11,3%, da França (7,1%), da Áustria (5,7%), Itália (3%), Grécia (2,3%), Portugal (1,4%) e outros países com 1,5% do total.³⁷ Na questão da emissão do visto é possível encontrar algumas diferenças nacionais no que se refere à embaixada utilizada para a solicitação do visto. À embaixada alemã, por exemplo, recorreram 68,6 por cento dos ucranianos e apenas 9,8% de russos, enquanto que à embaixada italiana recorreram 36,6% de russos e somente 1,2% de ucranianos. Também a embaixada da Grécia surge entre as mais procuradas pelos cidadãos russos (22,0%) e menos utilizadas pelos cidadãos ucranianos (1,4%).

QUADRO 2.7.

País que emitiu o visto

País emissor	%
Alemanha	56,7
Espanha	11,3
França	7,1
Áustria	5,7
Itália	3,0
Grécia	2,3
Portugal	1,4
Outro	1,5
NS/NR	11,0
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

37 A esta questão não responderam 11% dos inquiridos.

A importância das agências de viagens no processo de emissão de vistos merece um esclarecimento complementar. De acordo com Guild (2001), o papel assumido pelas agências de viagens encontra-se relacionado com a preocupação das empresas transportadoras em reduzir o risco relacionado com as viagens a partir de países em que a emissão de vistos para o Espaço Schengen é problemática. Com efeito, a dependência da emissão do visto da existência de uma entidade de confiança e com reputação que possa garantir a boa-fé do requerente de visto, torna a emissão do visto relativamente incerta. Neste contexto, entram em ação as agências de viagens que, quando conseguem obter uma reputação positiva junto dos oficiais consulares, podem submeter os requerimentos e obter os vistos para os seus clientes. O negócio torna-se, deste modo, vantajoso quer para o indivíduo que precisa do visto, quer para a empresa de transportes que assim consegue reduzir os factores ligados à incerteza na obtenção do visto por parte do passageiro (como, por exemplo, evitar a mudança do bilhete, respeito dos horários de partida, etc.) (Guild, 2001: 49-51). A descrição do relacionamento entre as agências de viagens e as transportadoras permite comprovar a afirmação de Salt (2001: 317) de que “hoje em dia a migração internacional pode ser vista como um negócio internacional multifacetado (...) dirigido por uma série de indivíduos, autoridades e instituições, em que cada um é parte interessada no desenvolvimento de uma área do negócio”.

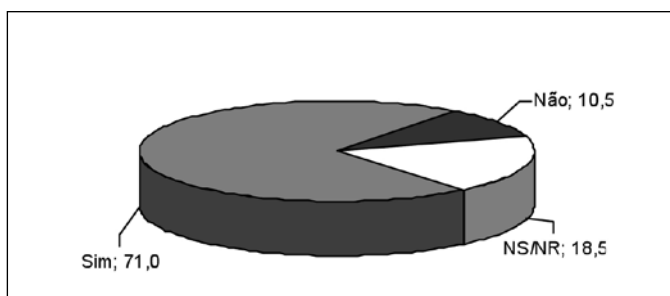
4. A experiência migratória em Portugal

4.1. As condições de entrada

Relativamente às condições de entrada em Portugal, e para além do que já foi referido sobre a data de entrada, o meio de transporte utilizado, o recurso a mediadores e o tipo de visto com que acederam ao país, devemos ainda referir o seu estatuto legal no momento do inquérito. Assim, de entre os entrevistados 71% tentaram legalizar-se antes de 30 de Novembro de 2001, 10,5% não tentaram e obtivemos ainda 18,5% de não respostas. Este procedimento deu lugar a um total de 63,8% de indivíduos legais, 26,4% de ilegais e 9,8 % de não respostas no momento de aplicação do inquérito.

FIGURA 2.30

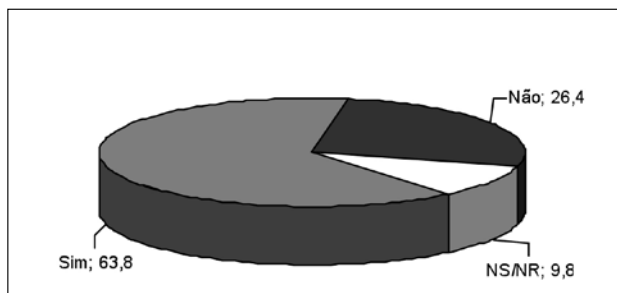
Tentativa de legalização caso tenha chegado a Portugal antes de 30.11.2001



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.31

Está legalizado neste momento? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito aos locais onde foi realizada a legalização dos inquiridos, Lisboa destaca-se com cerca de 30% do total, Viana do Castelo ou Leiria com 9 %, Coimbra ou Santarém com 7% do total, Viseu, Braga ou Faro com cerca de 6%, o Porto com 4% e outras localidades com valores pouco expressivos. Curioso é o facto de todos os distritos e regiões estarem representados com excepção do distrito de Castelo Branco. Esta constatação vem demonstrar que este fluxo migratório se estendeu a praticamente todo o território nacional e não se concentra nas tradicionais regiões receptoras de imigrantes (Lisboa, Setúbal, Porto e Faro) como era comum encontrar-se nas estatísticas de estrangeiros dos finais dos anos 90.

QUADRO 2.8

Local da legalização

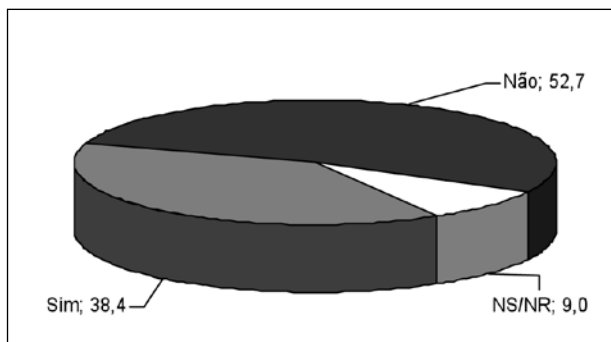
Local	%	Local	%
Lisboa	31,6	Évora	2,0
Coimbra	7,1	Guarda	1,3
Viseu	6,4	Santarém	7,1
Faro	6,2	Setúbal	2,4
Porto	4,4	Portalegre	0,2
Leiria	8,6	Vila Real	0,7
Aveiro	3,8	Viseu	1,8
Bragança	0,2	Viana do Castelo	9,3
Braga	6,2	Açores	0,2
Beja	0,4	Madeira	0,2
Total			100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando questionados sobre se tiveram problemas para se legalizarem, 53% afirmam não ter tido problemas, 39% afirmam que tiveram algum tipo de problemas e 9% não respondem. Se analisarmos o tipo de problemas apresentados pelos inquiridos podemos constatar que a maior parte dos problemas se encontram relacionados com a chegada após o período de legalização, a ausência de contrato de trabalho e com a indisponibilidade da entidade laboral para proceder à legalização.

FIGURA 2.32

Teve problemas para se legalizar? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.2. Razões da escolha de Portugal

As razões pelas quais os inquiridos escolheram Portugal foram questionadas numa sequência de perguntas em que procurámos indagar qual a opinião e informação que os imigrantes de leste detinham sobre o país de destino no momento da emigração. As respostas revelam um grande desconhecimento, ou pelo menos um conhecimento superficial, sobre Portugal.

Quando questionados sobre as razões de escolha de Portugal como destino migratório, os inquiridos deram respostas muito diversas que foram agrupadas nas seguintes categorias: o aconselhamento de familiares e amigos (23%), as características do país (22%), a possibilidade de melhorar as suas condições económicas (16%) e a possibilidade de obter uma legalização (13%). Destaca-se ainda o reagrupamento familiar que foi o motivo para 6,5 por cento dos inquiridos escolherem Portugal e os 5,6% que não tinham outra opção.

QUADRO 2.9

Razões da escolha de Portugal

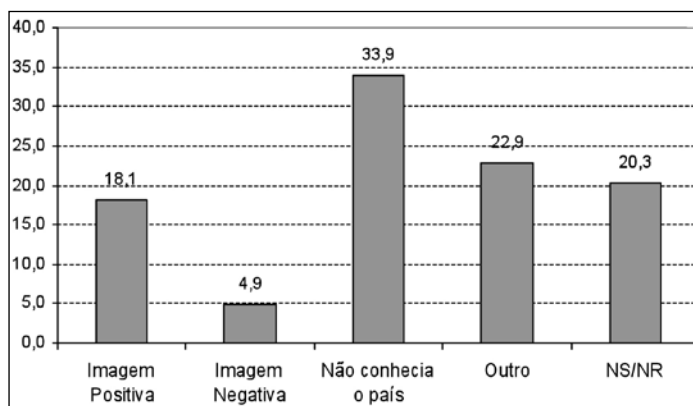
Tipo de razões	%
Legalização	13,2
Aconselhamento da Família	4,8
Aconselhamento dos amigos	18,5
Possibilidade de obter um emprego/melhores condições económicas	16,1
Ausência de outras opções migratórias	5,6
Reunificação familiar	6,5
Acaso	1,9
Características do país	21,8
Tipo de visto necessário para entrar	4,2
Outras razões	4,8
NS/NR	2,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito à impressão que os inquiridos tinham sobre Portugal antes de partirem, apenas 18 por cento tinham uma opinião favorável, contra 4 por cento de opiniões desfavoráveis. A maioria não tinha qualquer opinião sobre o país.

FIGURA 2.33

Impressão sobre Portugal antes de emigrar (%)

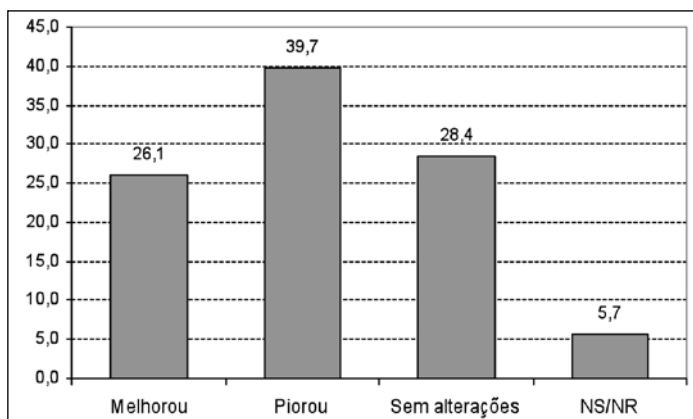


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Após algum tempo em Portugal a opinião melhorou em 26% dos casos, piorou em 40%, manteve-se na mesma em 28% e não responderam quase 6% dos inquiridos.

FIGURA 2.34

Alteração na impressão sobre Portugal (%)

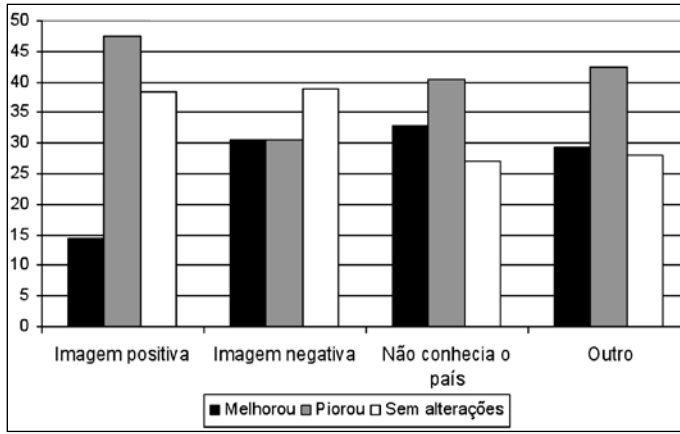


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Ao relacionar a mudança de impressão sobre o país após a chegada com a impressão inicial sobre o país pode verificar-se que o piorar da impressão inicial é particularmente significativo entre aqueles que tinham uma imagem inicial favorável (47,4%) ou aqueles que não conheciam o país (40,3%).

FIGURA 2.35

Alterações na impressão sobre Portugal segundo a impressão inicial

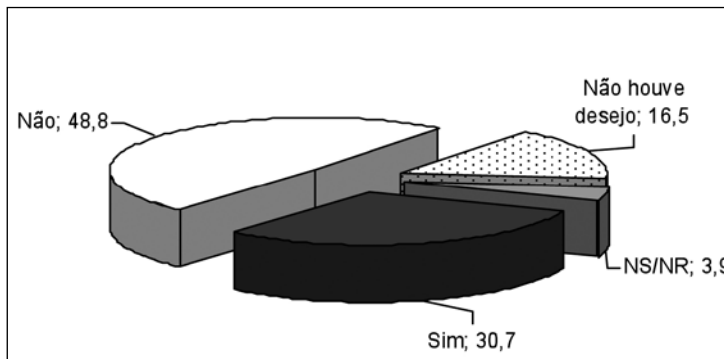


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Procurámos ainda compreender se existia nos inquiridos o desejo e/ou a possibilidade de emigrarem para outro país que não Portugal. Dos que responderam a esta questão, 50,8 % afirmaram claramente que essa possibilidade não existia para eles, isto é, não tinha opção, 17,1% não tinha vontade de ir para outro país e 32% tinha essa possibilidade mas preferiu emigrar para Portugal. Estes dados vêm mostrar que a opção por Portugal como destino migratório se ficou a dever, sobretudo, à ausência de oportunidades migratórias noutros destinos. É interessante assinalar que aqueles que afirmaram ter a oportunidade de emigrar para outro país apresentam uma maior percentagem de familiares a residir noutro país do que aqueles que declararam não dispor da referida oportunidade (32,9% e 24,7%, respectivamente).³⁸

FIGURA 2.36

Possibilidade de emigrar para outro país (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

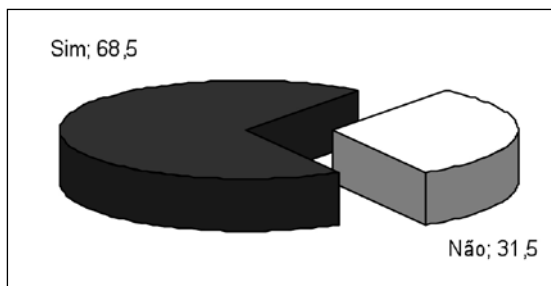
³⁸ Diferença estatisticamente significativa ao nível de $p < 0,05$.

No que diz respeito a experiências migratórias prévias por parte dos inquiridos, para 70,8% dos que responderam a esta questão, Portugal constituiu a primeira vez que viveram fora do seu país mas 29,2% tinham já vivido num outro país. Significativa é também a relação entre a possibilidade, ou não, de escolher outro país para emigrar e a existência de uma experiência migratória anterior. Assim, dos que afirmam a ausência de possibilidade de emigrar para outro país, 76% não tinham qualquer experiência migratória anterior e, somente, 24% tinham essa experiência, enquanto que dos que afirmaram poder emigrar para outro país, 61,2% não tinham experiência migratória e 38,8% já tinha emigrado em algum momento anterior à sua emigração para Portugal.

Um outro tópico abordado no inquérito pretendia avaliar o conhecimento prévio detido pelos inquiridos sobre a ilegalidade em que ficariam quando expirassem os vistos temporários que possuíam. Um conjunto de três questões foi utilizado para avaliar esse conhecimento. Primeiro, questionámos os imigrantes de leste sobre se sabiam que inevitavelmente cairiam no estatuto de imigrantes ilegais em Portugal. Dos inquiridos que responderam a esta questão, isto é, que sabiam previamente que iriam ficar clandestinamente a trabalhar em Portugal, uma vez que não dispunham de visto de trabalho, 68,5% afirmaram conhecer esse risco e 31,5% que não sabiam.

FIGURA 2.37

Conhecimento da necessidade de trabalhar de forma clandestina em Portugal (%)

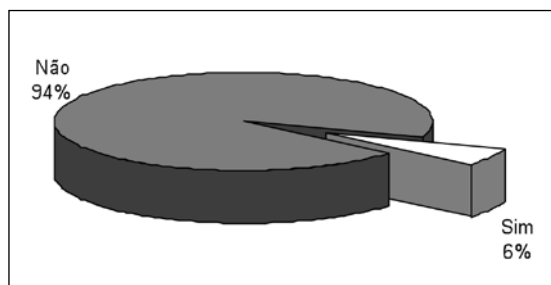


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quanto às vantagens de viverem e/ou trabalharem em Portugal sem um visto de residência válido, 93,9% dos que responderam a esta questão afirmam que o facto não lhes traz qualquer vantagem, por contraposição a 6,1% que pensam que a ausência de um visto de residência ou visto de trabalho válido pode ser vantajosa.

FIGURA 2.38

Vantagem em estar em situação ilegal (%)

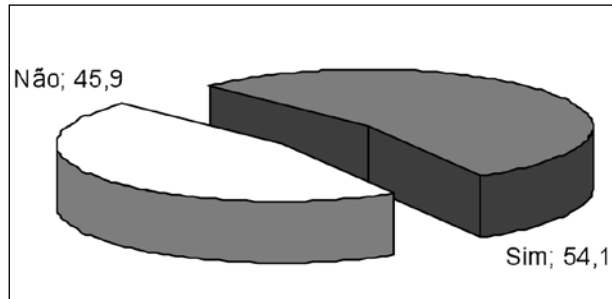


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Já no que diz respeito ao receio/medo de permanecer ilegal em Portugal, 54,1% dos que responderam tinha medo/receio pelo facto de estarem ilegais, e de 45,9% declarou que não tinha medo/receio. Ou seja, ainda que soubessem e receassem o facto de estar ilegais, a emigração era um risco calculado que compensava. Este dado indica que a ausência dos documentos necessários à permanência legal no país não constitui uma razão suficientemente forte para impedir a migração.

FIGURA 2.39

Receio de permanecer ilegal em Portugal (%)

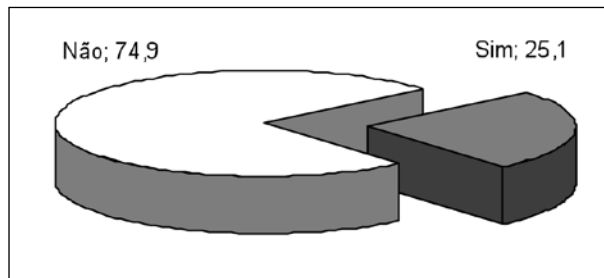


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se alguma vez lhes tinha sido pedida a identificação em Portugal, isto é, se o seu estatuto de residente/trabalhador legal/ilegal tinha sido verificado, 74,9% dos que responderam a esta questão afirmaram que não e 25,1% responderam que lhes tinha sido pedido para se identificarem. Cruzando esta questão com a questão anterior verificamos que aos que foi pedida a identificação têm maior receio de se encontrar em situação ilegal.

FIGURA 2.40

Pedido de identificação em Portugal (%)

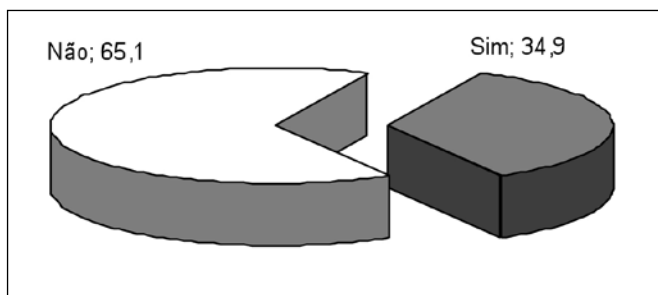


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionámos ainda os imigrantes de leste sobre os seus conhecimentos prévios sobre o funcionamento do mercado de trabalho, o sistema fiscal e o sistema de segurança social em Portugal, antes de chegarem a Portugal. Quando questionados sobre o seu conhecimento da necessidade de possuir um visto de trabalho ou um visto de residência para exercer uma actividade remunerada em Portugal, dos que responderam, cerca de 65 % afirmaram que não sabiam e 34,9% compreendiam essa necessidade.

FIGURA 2.41

Conhecimento da necessidade de autorização de trabalho antes de emigrar (%)

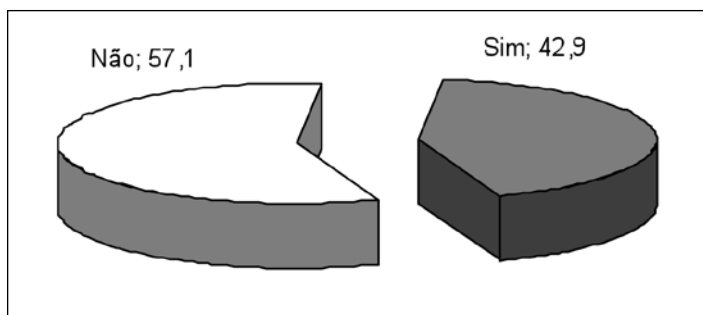


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Também no que diz respeito ao facto de sem contrato legal não descontarem para a segurança social e isso os impedir de auferir uma pensão de reforma no futuro, cerca de 57,1% dos que responderam a esta questão afirmaram desconhecimento, 42,9% afirmaram conhecer os requisitos para obter uma pensão de reforma.

FIGURA 2.42

Conhecimento das condições de atribuição da pensão de reforma antes de emigrar (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.3. A trajectória dos migrantes em Portugal

Para analisar a mobilidade geográfica dos inquiridos em território português, questionámo-los sobre se já tinham vivido em outras cidades ou regiões portuguesas, concluindo que 33,6% já tinham vivido noutra cidade ou região portuguesa anteriormente o que denota, num curto espaço de tempo, uma elevada mobilidade dos imigrantes.

Relativamente ao modo de obtenção do primeiro emprego verificamos que mais de 40 por cento dos primeiros empregos foram obtidos com a ajuda de familiares, amigos ou compatriotas, 21,6% com a ajuda de um agente ou mediador, 4,4% a partir de uma agência no país de origem, 14,1% sozinhos. Estas percentagens alteram-se quando se trata de saber as formas de obtenção do actual emprego. Neste caso, a iniciativa individual assume uma maior preponderância em detrimento dos contactos sociais do imigrante.

QUADRO 2.10

Forma de obtenção do primeiro emprego em Portugal

Formas de obtenção do emprego	Primeiro Emprego (%)	Emprego Actual (%)
Sozinho	14,1	29,1
Ajuda de uma “agência de viagens” do país de origem	4,4	1,1
Ajuda de uma pessoa portuguesa	6,7	7,5
Colegas/Colegas de trabalho	4,4	4,9
Amigos provenientes do mesmo país que chegaram anteriormente a Portugal	23,9	16,1
Familiares que chegaram anteriormente a Portugal	8,3	4,6
Compatriotas que chegaram anteriormente a Portugal	9,9	7,8
Ajuda de um agente/mediador	21,6	8,2
Outros contactos	2,0	2,3
NS/NR	4,6	18,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É, porém, necessário notar que as redes sociais dos imigrantes assumem uma maior influência quando este se encontra em situação ilegal. Cerca de 46% dos que se encontravam em situação ilegal no momento do inquérito afirmaram terem encontrado o seu emprego actual através da ajuda de amigos, familiares e compatriotas, enquanto que aqueles que se encontravam com a sua situação de permanência regularizada essa percentagem não chegava aos 30%. Estes últimos encontraram o seu emprego actual, sobretudo, por iniciativa própria (42,6% contra 23,8% para os que se encontrava ilegalmente em Portugal).

Ao analisarmos qual foi o primeiro emprego chegamos à conclusão que a maioria obteve trabalhos pouco ou nada qualificados (61%).

QUADRO 2.11

Primeiro emprego em Portugal (grandes grupos profissionais)

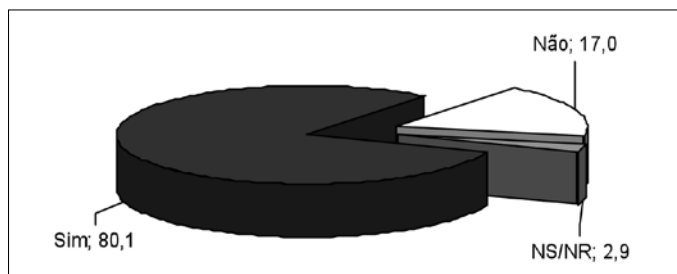
Grupo Profissional	%
Profissionais de Nível Intermédio	0,1
Pessoal Administrativo e Similares	0,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	3,4
Agricultores, Trabalhadores Qualificados Agrícolas e Pescas	1,6
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	11,4
Operadores de Instalação de Máquinas	2,2
Trabalhadores Não Qualificados	61,0
NS/NR	19,9
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No momento em que foi feito o inquérito a grande maioria dos inquiridos (80%) estava empregada. No entanto, cerca de 17% dos inquiridos não estava a trabalhar e 3 por cento não respondeu. A percentagem de desempregados é digna de ser realçada, uma vez que o inquérito foi aplicado num período em que a crise económica e o aumento geral do desemprego ainda não era muito evidente.

FIGURA 2.43

Empregado no momento do inquérito (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos inquiridos que estavam a trabalhar no momento da realização do inquérito, a maioria permanecia em profissões pouco ou nada qualificadas (62,1%). A semelhança entre as duas estruturas ocupacionais apresentadas justifica-se pelo curto espaço de tempo que medeia entre uma e outra, sucedendo em muitos casos que o primeiro emprego em Portugal constitui, também, o emprego actual.

QUADRO 2.12

Profissão actual em Portugal (grandes grupos profissionais)

Grupo Profissional	%
Profissões Intelectuais e Científicas	0,3
Profissões de Nível Intermédio	0,2
Pessoal Administrativo e Similares	0,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	2,5
Agricultores, Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1,7
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,3
Operadores de Instalação de Máquinas	2,0
Trabalhadores Não Qualificados	62,1
Sub-total	85,7
Não sabe / Não responde	14,3
Total	100,0

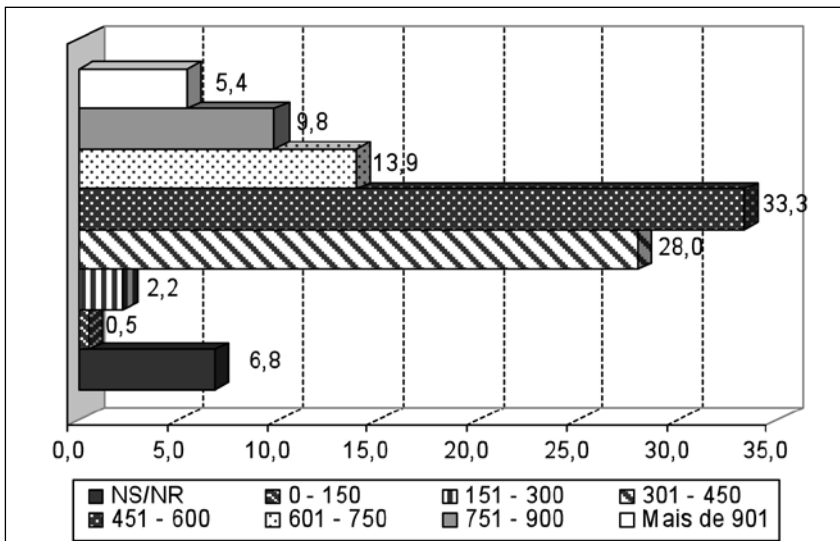
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

É de realçar que a estrutura ocupacional actual dos imigrantes não se encontra, maioritariamente, relacionada quer com as suas habilitações escolares, quer com a sua experiência profissional no seu país de origem. A tendência geral é para os imigrantes da Europa de Leste ocuparem posições profissionais em Portugal menos qualificadas do que aquelas que ocupavam nos seus países de origem. Verifica-se, assim, que a participação dos imigrantes da Europa do Leste no mercado de trabalho português só é conseguida através de uma desqualificação das suas qualificações originais, o que constitui um elemento característico das migrações da periferia ou semi-periferia para o centro (Rudolph, 1994). Como referem Hillmann e Hedwig (1996: 9), os países de destino utilizam o seu poder de definição para descontar os certificados de habilitações dos imigrantes, funcionando este poder como um mecanismo de encerramento dos mercados de trabalho primários. Em Portugal este mecanismo de protecção é particularmente visível em determinados grupos profissionais, originando o desaproveitamento quer das capacidades intelectuais, quer das qualidades profissionais dos imigrantes.

Em termos de vencimentos, 3% dos inquiridos, que tinham um trabalho remunerado, declaram ganhar menos de 300 euros por mês, 28% entre 300 e 450 euros (de notar que o salário mínimo nacional era em 2002 de 348 euros por mês) e 33% ganhava entre 450 e 600 euros. Somente 5% dos inquiridos ganhava mais de 900 euros por mês. Em relação aos salários auferidos pelos imigrantes importa fazer a distinção entre os imigrantes legalizados e os não legalizados, uma vez que se verificaram diferenças significativas entre os vencimentos obtidos por uns e outros. Enquanto 50% dos segundos recebiam 450 ou menos euros por mês, para os primeiros essa percentagem ficava-se pelos 29%.

FIGURA 2.44

Salário médio mensal, em euros (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.4. As condições de trabalho dos migrantes em Portugal

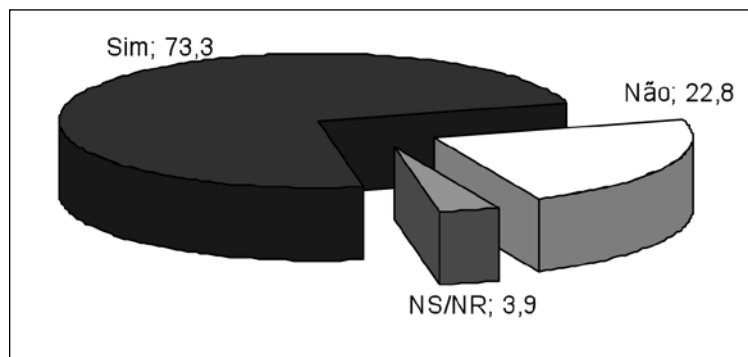
Quanto às condições de trabalho destes imigrantes em Portugal, são várias as conclusões que podemos retirar. Por exemplo, no que diz respeito à existência de pluriemprego no seio deste grupo de imigrantes,

apenas 16 de entre eles declara exercer uma segunda actividade e 4 indivíduos uma terceira, pelo que tal facto não é quantitativamente relevante. A opção passou, neste caso, por um prolongamento do horário semanal de trabalho numa mesma profissão.

Já no que diz respeito à existência de um contrato de trabalho escrito por parte dos entrevistados, 73,3% dos inquiridos que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito tinham um contrato escrito.

FIGURA 2.45

Contrato escrito na profissão principal (%)

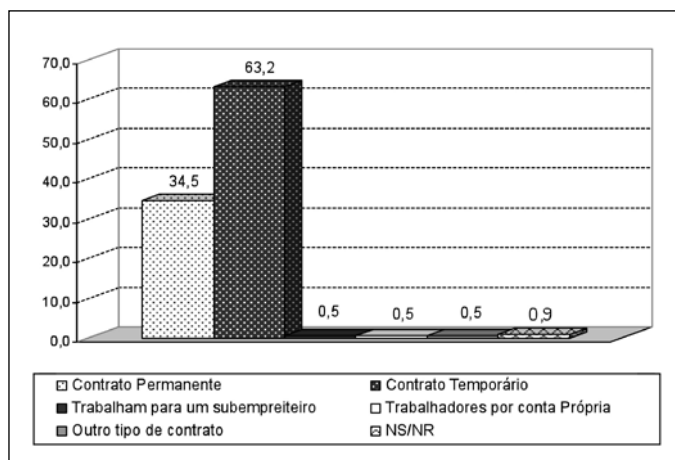


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos que afirmaram possuírem um contrato escrito 34,8% detinham um contrato permanente (isto é, a tempo incerto), 63,2% um contrato temporário, menos de 1% eram trabalhadores por conta própria.

FIGURA 2.46

Tipo de contrato actualmente (%)

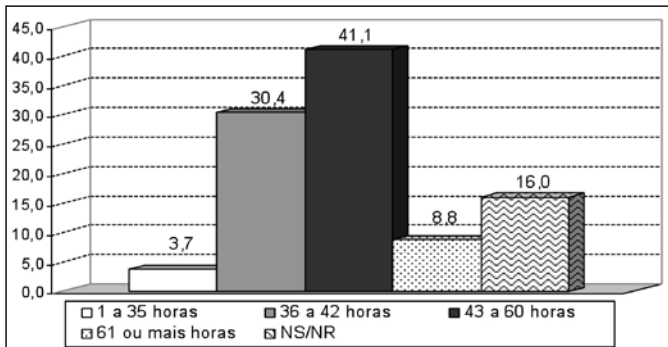


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito ao período de trabalho semanal, cerca de 41,1% dos inquiridos trabalha entre 43 e 60 horas por semana, quase 31% trabalham entre 36 e 42 horas semanais, 8,8% trabalham mais de 61 horas e 3,7% menos de 35 horas semanais. A esta questão não responderam 16 % dos inquiridos economicamente activos.

FIGURA 2.47

Número de horas semanais de trabalho (%)

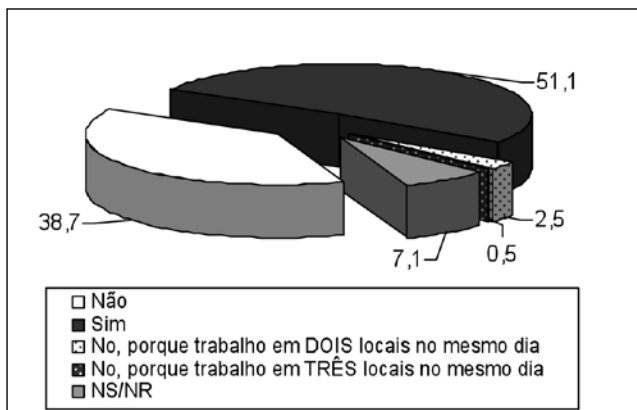


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos inquiridos economicamente activos, mais de 50% fazem trabalho extraordinário, 2,5% trabalham em dois locais no mesmo dia e menos de 1% em três locais o que os impede de realizar horas extras, 38,7% não fazem horas extraordinárias e quase 7% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

FIGURA 2.48

Trabalho extraordinário (%)



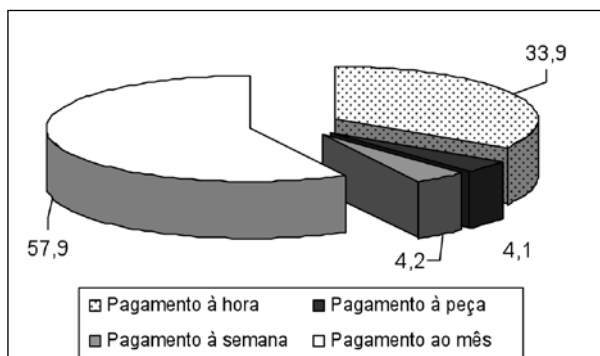
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Dos que afirmaram fazer horas extraordinárias, 38,2% fazem 10 ou menos horas de trabalho suplementar por semana, 34,5% fazem entre 11 e 20 horas e 13,6% trabalham mais de 21 horas do que o seu horário

normal de trabalho. No que diz respeito ao modo de pagamento, cerca de 58% é pago numa base mensal, 33,9% são pagos à hora, 4,2% à semana e 4,1% à peça.

FIGURA 2.49

Forma de pagamento (%)

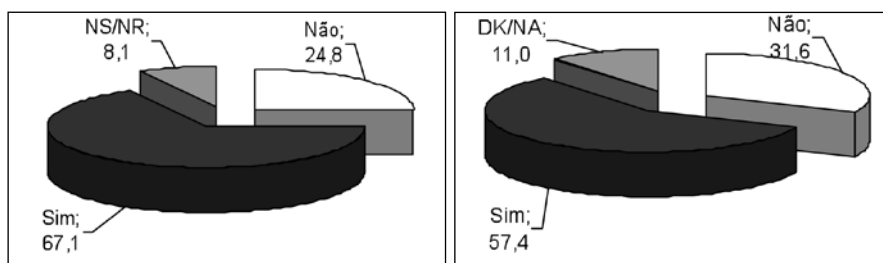


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando procuramos verificar quais dos entrevistados descontam para a segurança social ou pagam impostos, apuramos que cerca de 67,1% dos entrevistados economicamente activos no momento do inquérito procede a descontos para a segurança social, 24,8% não o faz.³⁹ Já no que diz respeito aos impostos, designadamente IRS, 57,4% declaram pagar, 31,6% não pagam e 11% não respondem. Uma análise mais fina desta questão permite verificar que, como seria de esperar, a maioria dos migrantes legais cumprem as suas obrigações fiscais ou sociais (respectivamente, 79,1% e 87,9%) e maioria dos ilegais não cumpre essas mesmas obrigações (respectivamente, 69,4% e 63,2%).

FIGURA 2.50

Contribui para a Segurança Social? e Paga Imposto Sobre o Rendimento (IRS)?



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.5. A experiência laboral dos migrantes

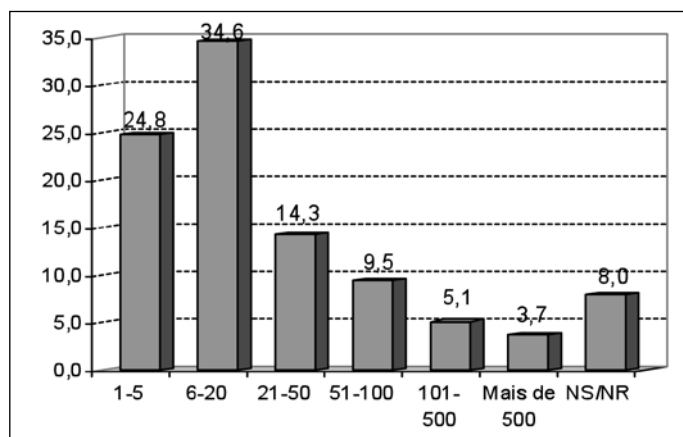
Procurámos igualmente saber em que tipos de empresas laboravam os inquiridos. Da análise das respostas resulta, como seria de esperar, que a esmagadora maioria dos respondentes trabalha em pequenas ou mé-

³⁹ Nesta questão 8,1 por cento dos inquiridos não responderam.

dias empresas. Cerca de 25% trabalham em micro empresas com menos de 5 trabalhadores e apenas 3,7% em grandes empresas com mais de 500 trabalhadores. Dos entrevistados, cerca de 11,5% declara trabalhar para subempreiteiros, sobretudo, no sector da construção civil e obras públicas.

FIGURA 2.51

Número de trabalhadores na empresa onde o entrevistado trabalha (%)

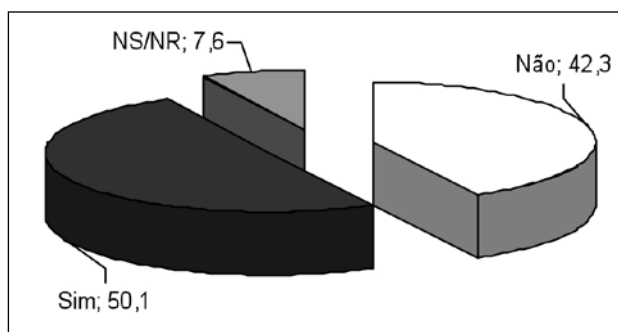


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados se pretendem continuar com a mesma ocupação quando passarem a ter uma autorização de residência, isto é, uma autorização de trabalho de longo prazo, os inquiridos que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito respondem em cerca de 50% que pretendem manter a mesma profissão, 42,3% pretendem mudar, 7,6% não respondeu a esta questão.

FIGURA 2.52

Pretende continuar no seu trabalho actual após obter a Autorização de Residência? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Se quisermos resumir as características aqui apresentadas, estamos perante uma população que trabalha longas horas, auferê salários relativamente baixos, tem vínculos laborais extremamente precários e exhibe elevados índices de informalidade económica ainda que inferiores aos de outros grupos imigrantes.

4.6. Aspectos da inserção dos migrantes na sociedade portuguesa

Um outro grupo de questões dizia respeito a atitudes xenófobas ou racistas experimentadas pelos inquiridos durante a sua estadia em Portugal. Neste grupo incluímos três questões semelhantes, diferenciando apenas diferentes espaços sociais. Após uma análise das respostas a conclusão a extrair é de que os inquiridos conseguem concretizar os espaços sociais onde experimentaram atitudes xenófobas ou racistas, diferenciando-os. Questionados sobre se se sentiram alvo de um atitudes xenófobas ou racistas no local de trabalho, 29,7% dos que responderam a esta questão responderam positivamente, e cerca de 70% responderam negativamente. Por outro lado, 7,6% experimentaram atitudes racistas ou xenófobas em lojas cafés, etc., e 6% experimentaram atitudes racistas nas ruas.

QUADRO 2.13

Experiência de atitudes racistas ou xenófobas em diferentes espaços sociais

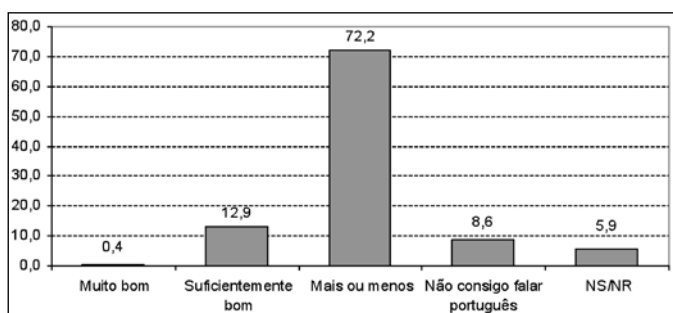
	No trabalho (%)	Em lojas, cafés, etc. (%)	Nas Ruas (%)
Sim	29,7	7,6	6,0
Não	70,3	92,4	94,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Nas questões destinadas a avaliar a integração na sociedade portuguesa, questionámos os imigrantes de leste sobre uma pluralidade de tópicos. Sendo a língua um dos primeiros veículos de integração social, procurámos inquirir sobre a fluência falada ou escrita, a compreensão da língua portuguesa oral e a capacidade de leitura possuída pelos imigrantes de leste. Quando procuramos saber qual o domínio da língua portuguesa por parte dos inquiridos verificamos, sem surpresa, que a maioria de entre eles fala alguma coisa de português, já consegue ler mas tem ainda dificuldades em escrever. Apenas 9% não falam, 14% não lêem e 29% não escrevem português. Apenas uma minoria declara falar, ler e escrever bem a língua portuguesa. Isto significa que, se considerarmos o domínio da língua do país de acolhimento como uma condição indispensável à integração social dos imigrantes, se pode afirmar que na maioria dos casos essa pré-condição parece estar já satisfeita ou, pelo menos, a caminho de o ser.

FIGURA 2.53

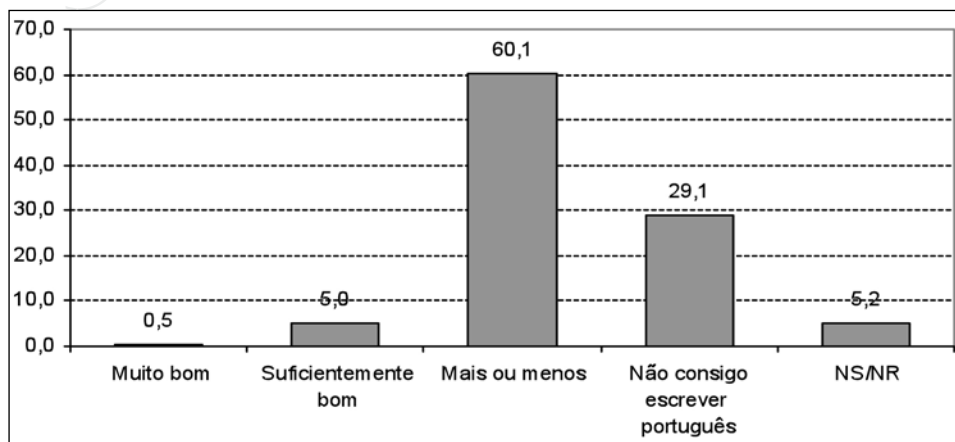
Nível de fluência no português falado (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.54

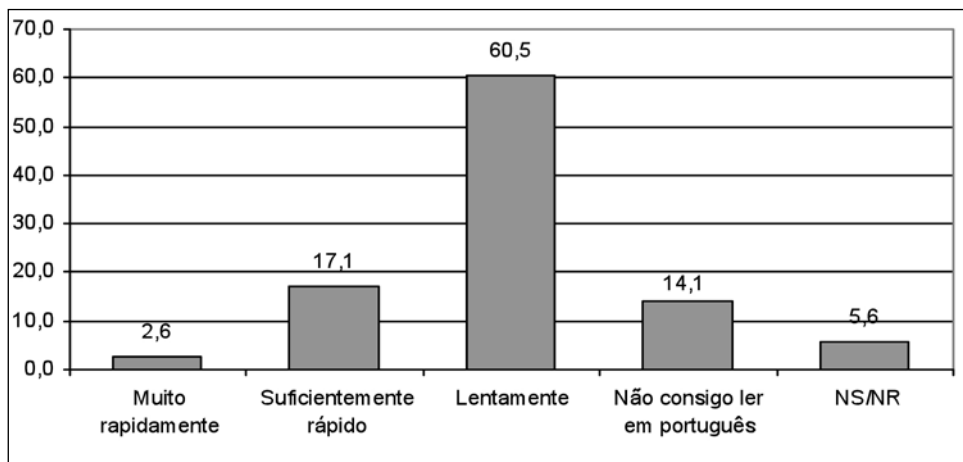
Nível na escrita de textos em português (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

FIGURA 2.55

Rapidez na leitura de textos escritos em português (%)



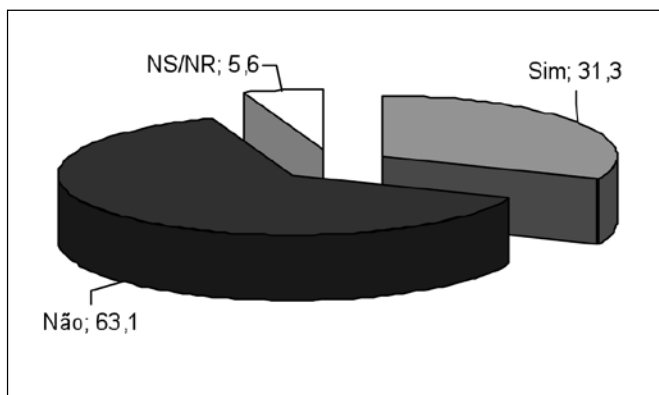
Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Uma das novidades que ocorreram na sociedade portuguesa com a chegada dos imigrantes com origem no leste da Europa foi a proliferação de cursos de língua portuguesa um pouco por todo o país especificamente dirigidos a estas novas comunidades. Neste contexto, procurámos averiguar se os nossos inquiridos tinham frequentado algum desses cursos. De facto, cerca de 31% dos inquiridos frequentou cursos de português versus 63% que o não fizeram. Estes dados são interessantes de comparar com as questões relativas ao domínio da língua portuguesa. Com efeito, não se denota existir grande diferença no domínio da língua lusa entre os que frequentaram e os que não frequentaram os referidos cursos. Apenas na última

categoria de resposta (referente à incapacidade de ler, escrever, ou falar) as diferenças surgem como mais significativas, sendo quantitativamente mais elevadas no caso daqueles que não frequentaram cursos de língua portuguesa.

FIGURA 2.56

Frequenta/Frequentou algum curso de português? (%)

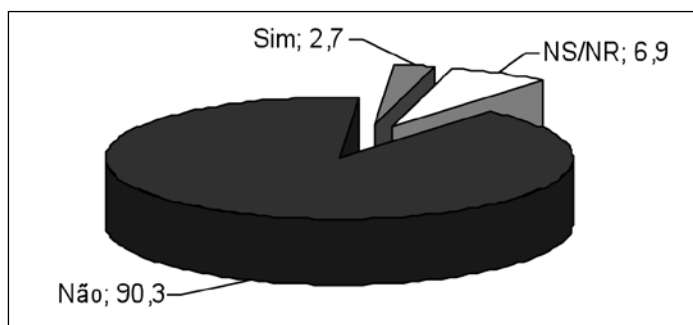


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Em relação a qualquer outra formação obtida em Portugal os dados são igualmente claros, apenas 2,7% dos inquiridos já receberam algum tipo de formação.

FIGURA 2.57

Obteve algum grau educacional em Portugal (incluindo cursos específicos)? (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

A integração nas estruturas associativas existentes em Portugal foi medida através de uma questão sobre o tipo de actividade social ou comunitária em que os imigrantes participavam em Portugal e as respostas foram ao encontro do que seria de esperar de uma população recém chegada, isto é, apenas 2% participam em actividades sociais ou políticas em Portugal, cerca de 3% em associações de imigrantes, 2 por cento em organizações sindicais, 2% em outras organizações. O dado mais claro é, para além da não participação (74%), o envolvimento com a igreja ou outras organizações de carácter religioso.

QUADRO 2.14

Participação social

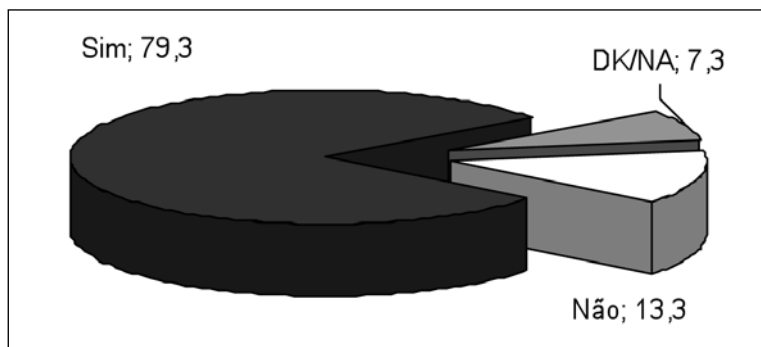
Tipo de organização/associação	%
Organizações sociais ou partidos políticos portugueses	1,6
Associações de imigrantes ou partidos políticos	2,7
Organizações sindicais	1,5
Comunidade religiosa/Igreja	17,7
Outras organizações sociais	1,8
Nenhuma	74,7
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

O envolvimento com a sua própria comunidade pode ser medido através de indicadores vários. A leitura de jornais na sua própria língua, por exemplo, demonstra que os imigrantes inquiridos desejam ser informados através de jornais da sua própria cultura. Neste caso quase 80% dos inquiridos declaram ler jornais em ucraniano ou russo.

FIGURA 2.58

Leitura regular de jornais publicados em Portugal (em russo ou ucraniano) para imigrantes (%)

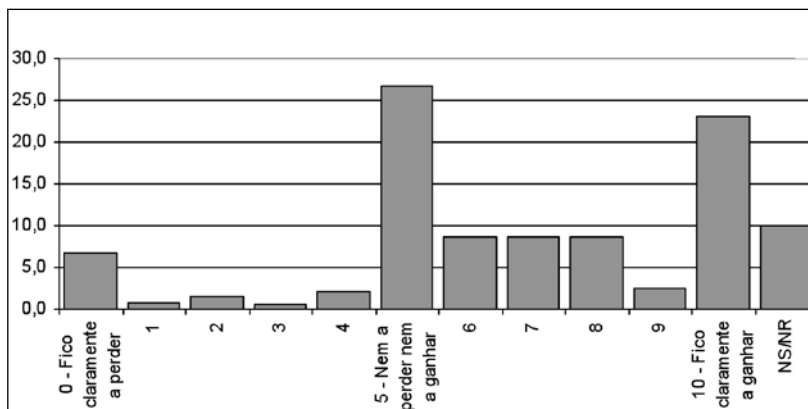


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Quando procurámos aquilatar o modo como os imigrantes de leste avaliam a sua própria experiência migratória para Portugal, foi proposto aos inquiridos uma escala. Questionados sobre se a vinda para Portugal foi (está a ser) uma experiência positiva ou negativa, as respostas, numa escala de 0 (muito negativa) a 10 (muito positiva) indiciam uma multiplicidade de experiências que percorre toda a escala, com um acumulado de respostas em torno dos valores intermédios. Ainda assim, a maioria (51,7%) dos inquiridos considera a experiência positiva ou muito positiva, 26,7% tem uma opinião nem positiva nem negativa, 6,7% consideram-na uma experiência muito negativa, 5% considera-a uma experiência negativa e cerca de 10% não responde.

FIGURA 2.59

Avaliação da vinda para Portugal: perda ou ganho?



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

4.7. *Perspectivas futuras dos migrantes*

Questionados sobre os planos para o futuro de longo prazo, as respostas mais uma vez mostram-se múltiplas. No entanto devemos destacar alguns dados: 51% dos inquiridos pretende regressar aos países de origem e apenas 15,7% pretendem ficar em Portugal. Cerca de 10% ainda não decidiu e 7% não respondeu a esta questão.

QUADRO 2.15

Planos a longo prazo

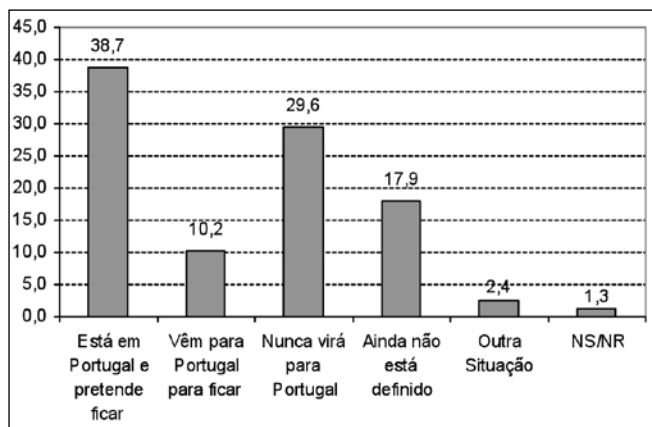
Tipo de perspectiva futura	%
Tentar ganhar algum dinheiro e regressar ao país de origem	36,1
Tentar obter uma Autorização de Residência para ficar em Portugal	10,3
Obter a pensão mínima portuguesa e regressar ao país de origem	2,0
Obter uma formação profissional, Autorização de Residência para ficar em Portugal	3,8
Pagar as dívidas e regressar ao país de origem	2,7
Estabelecer um negócio em Portugal	1,6
Obter um passaporte português e ir para um país melhor	4,4
Ficar por um período determinado e regressar ao país de origem	10,2
Ainda não decidi	19,3
Outros planos	3,0
NS/NR	6,5
Total	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Questionados sobre os planos para o reagrupamento familiar, a maioria dos inquiridos casados ou a viver em união de facto demonstram uma estratégia em que a maioria ou não virá para Portugal ou ainda não decidiu o que irá fazer. Em 38,7% dos casos o cônjuge já está em Portugal e em 10,2% dos casos pretendem que venha. Ao contrário, 29,6% não pretendem que o cônjuge venha para Portugal e 17,6% não tinham à época da realização do inquérito tomado ainda uma decisão.

FIGURA 2.60

Expectativas quanto ao futuro do cônjuge (%)

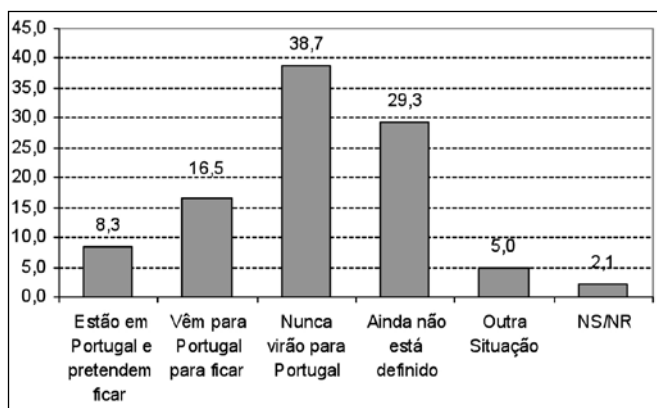


Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

No que diz respeito aos filhos a percentagem dos que já se juntaram aos pais é muito pequena (8,3% do total), e a percentagem dos que pretendem reunir os filhos junto de si é de apenas 16,5%. A percentagem dos que já decidiram que os filhos não se reunirão aos pais é também elevada (38,7%). Uma parte considerável das respostas denuncia, no entanto, uma indefinição em relação a esta problemática.

FIGURA 2.61

Expectativas quanto ao futuro dos filhos (%)



Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, Junho/Dezembro de 2002

Este primeiro inquérito realizado pela equipa do Núcleo das Migrações do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra permitiu uma caracterização do momento inicial de construção de uma comunidade imigrante em Portugal. De certo modo, a maioria das tendências futuras estava já aqui indiciada (e.g. fraco reagrupamento familiar, tendência para o retorno, segmentação da comunidade) mas o novo inquérito realizado cerca de dois anos depois, permitiu consolidar o retrato de um grupo que, já então, parecia estar em transformação. Neste segundo inquérito repetimos algumas das questões, pelo que se torna possível proceder a algumas comparações. Introduzimos novas perguntas para controlar novas hipóteses de trabalho e clarificámos algumas questões que, no inquérito de 2002, nos pareciam poder ter conduzido a interpretações erróneas.

III

OS IMIGRANTES DO LESTE EM PORTUGAL. RESULTADOS DO INQUÉRITO DE 2004

1. Caracterização da Amostra

Dos 913 inquiridos em 2004, 59% são ucranianos, 23% são russos e 18% são moldavos. 63% são homens. Como seria de esperar numa migração económica, a esmagadora maioria encontra-se em idades activas sendo que 70% tem entre 25 e 44 anos de idade. A idade média é de 36 anos, sendo o desvio padrão de 9 anos. Quanto ao estado civil, 71% são casados. A síntese das características da amostra encontra-se no Quadro 3.1.

QUADRO 3.1

Características da Amostra

Características	N	%
Nacionalidade		
Ucraniana	538	58,9
Russa	208	22,8
Moldava	167	18,3
Sexo		
Masculino	576	63,1
Feminino	337	36,9
Grupo de Idade		
15-24	68	7,4
25-34	330	36,1
35-44	310	34,0
45-64	164	18,0
65 e +	3	0,3
Não resposta	38	4,2
Estado Civil		
Solteiro	158	17,3
Casado	646	70,7
Divorciado/Viúvo	104	11,4
Não Resposta	5	0,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

2. Características demográficas

As três nacionalidades inquiridas apresentam estruturas etárias idênticas, caracterizadas pelo domínio dos indivíduos com idades compreendidas entre os 26-45 anos (Quadro 3.2). Não obstante esta semelhança,

é possível notar que os imigrantes russos apresentam, simultaneamente, uma maior proporção de acti- vos jovens (até aos 26 anos) e de indivíduos com mais de 45 anos. A diferenciação entre russos, por um lado, e ucranianos e moldavos, por outro, é, também, possível de ser observada na composição sexual de cada um destes grupos. Enquanto os imigrantes ucranianos e moldavos apresentam uma estrutura sexual claramente enviesada a favor do sexo masculino, os imigrantes da Rússia espelham um maior equilíbrio entre homens e mulheres. Este equilíbrio é particularmente evidente entre os imigrantes russos com menos de 40 anos, conforme se pode observar nas relações de masculinidade por grupos etários quinquenais representadas na Figura 3.1.

QUADRO 3.2

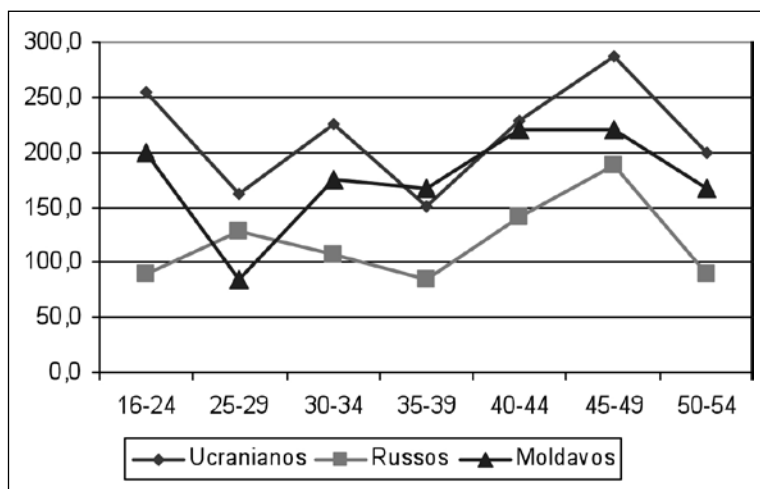
Características demográficas das três nacionalidades inquiridas (%)

Nacionalidade				
	Ucranianos	Russos	Moldavos	Total
Grupo etário	n=518	n=197	n=160	N=875
16-18	1,0	1,5	0,0	0,9
19-25	9,1	11,2	10,0	9,7
26-46	74,1	68,5	77,5	73,5
46-65	15,3	18,8	12,5	15,5
66 e mais	0,6	0,0	0,0	0,3
Sexo	n=538	n=208	n=167	N=913
Masculino	66,9	53,8	62,3	63,1
Feminino	33,1	46,2	37,7	36,9

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

FIGURA 3.1

Relações de masculinidade das três nacionalidades inquiridas



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

2.1. Habilitações Literárias

Apenas 2% (isto é, 18 pessoas) possui o nível de escolaridade básico ou inferior, 44% possui o nível secundário ou profissional, sendo que 54% possui um grau de nível superior. Em concordância com estes níveis de formação a média de anos de escolaridade é de 13,5 anos. Estamos perante uma população com um nível de qualificações e um perfil escolar muito superior ao total da população residente em território nacional. Com efeito, segundo os dados do recenseamento geral da população de 2001, 75% dos residentes detentores de qualificação académica possuíam o ensino básico e 9% detinham graus de qualificação de nível superior (os restantes 16% possuíam níveis de escolaridade médios).

Relativamente às habilitações literárias foi já referida a possibilidade de distinguir entre dois grupos de imigrantes: um constituído por imigrantes qualificados ou mesmo altamente qualificados e outro formado por imigrantes com níveis de qualificação médios. Trata-se de uma distinção comum aos três grupos de imigrantes, embora seja possível notar algumas particularidades. Assim, os imigrantes da Moldávia apresentam uma maior proporção de detentores de um diploma profissional; os ucranianos têm, comparativamente com as outras duas nacionalidades, uma maior proporção de diplomados por instituições politécnicas; e os russos apresentam uma percentagem superior de licenciados (Quadro 3.3). As referidas diferenças tornam-se particularmente salientes no caso das imigrantes, em que 39,7% das moldavas, 30,2% das russas e 26,6% das ucranianas têm uma formação profissionalizante; 21,3% das ucranianas, 17,4% das moldavas e 10,4% das russas têm um diploma de uma instituição politécnica, e 44,8% das russas, 34,9% das moldavas e 26,6% das ucranianas têm a licenciatura.

QUADRO 3.3

Nível educativo das três nacionalidades inquiridas (%)

Nível escolar	Nacionalidade			
	Ucranianos	Russos	Moldavos	Total
	n=504	n=205	n=167	N=876
Sem formação escolar	0,0	0,5	1,2	0,3
Ensino Básico	1,2	1,0	4,2	1,7
Ensino Secundário	12,7	12,7	9,0	12,0
Ensino Profissional	31,0	31,7	37,1	32,3
Ensino Politécnico	20,0	11,2	12,6	16,6
Licenciatura	22,6	39,0	29,9	27,9
Pós-graduação ¹	12,5	0,4	6,0	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: ¹Inclui os detentores de mestrado, doutoramento, ou outra pós-graduação

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

2.2. Características Familiares

Dos que indicaram ter filhos (673 inquiridos), 48% tem apenas um filho e 44% tem dois filhos, sendo que os restantes têm entre três e cinco filhos. A maioria dos inquiridos (54%) ainda não tem os seus filhos a residir em Portugal. 14,5% indica terem todos os seus filhos a residir em Portugal, sendo que

os restantes estão em processo de reunificação familiar. Tal como no caso dos filhos a reunificação familiar com a mulher/marido ainda não se fez para a maioria dos casos (52%), embora em relação aos casais este processo esteja já mais adiantado do que para os filhos. Os dados parecem indicar que o cônjuge vem primeiro e que só depois se lhe reúnem os filhos, estratégia muito comum em vários fluxos migratórios nomeadamente no fluxo migratório português. Contudo, neste fluxo 24% dos inquiridos com filhos indicam que não os mandarão vir para Portugal e 19% que não mandarão vir o cônjuge. São dados significativos que parecem indicar um projecto migratório temporário para uma parte significativa dos migrantes.

A análise do estado civil dos nacionais da Ucrânia, Rússia e Moldávia mostra, uma vez mais, a existência de diferenças entre estes três grupos. Cerca de 65% dos imigrantes ucranianos e moldavos são casados, valor que se reduz para menos de 50% no caso dos imigrantes russos. Estes últimos apresentam uma maior proporção de divorciados, separados, ou viúvos (18,3%) e de indivíduos a viver em situação de coabitação (12,5%). Para os ucranianos estas percentagens são, respectivamente, de 10,1% e 6,8%, enquanto para os moldavos os valores são de 7,2 % e 9%.

2.3. *Contactos em Portugal*

64% dos inquiridos foram o primeiro membro da família a entrar em Portugal, o que indica estarmos ainda numa fase de pioneiros do processo migratório. Dos que tinham familiares já em Portugal a maioria eram irmãos.

2.4. *Estatuto Socioeconómico no país de origem*

A maioria (77,5%) estava empregada no país de origem sendo que a sua distribuição por situação perante o trabalho era a seguinte:

QUADRO 3.4

Situação perante o trabalho dos inquiridos

	N	%
Funcionário do Estado	263	40,2
Trabalhador numa empresa privada	241	36,9
Empregador	15	2,3
Trabalhador por conta própria	135	20,6
Total	654	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

É interessante notar que uma grande parte dos inquiridos trabalhava para o Estado reflectindo uma ainda forte presença do Estado na economia destes países apesar do seu processo de transição para economias de mercado. Por sectores de actividade, a repartição era a seguinte:

QUADRO 3.5

Sector de actividade dos inquiridos no país de origem

Sector de actividade	N	%
Indústria transformadora	64	8,1
Construção civil	92	11,7
Comércio por grosso e a retalho	93	11,8
Educação	101	12,8
Saúde e acção social	69	8,8
Outras actividades de serviços	264	33,6
Outros	103	13,2
Total	786	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Como se pode verificar pelo quadro anterior, denota-se uma forte terciarização nos sectores de actividade dos inquiridos, sendo de destacar o sector da educação onde se inserem 13% dos respondentes. Por grandes grupos profissionais destacam-se dois grupos: Profissões intelectuais e científicas com 43,1% e operários artífices e trabalhadores similares com 19,6%. Tal como seria de supor, devido às qualificações académicas destes indivíduos é de salientar que apenas 1,1% (9 respondentes) eram trabalhadores não qualificados. Em termos de rendimento, o rendimento médio era de 92,8 euros por mês, sendo que o mínimo indicado foi de 2 euros por mês e o máximo foi de 1500 euros por mês. 43% tinha um rendimento inferior ou igual a 50 euros e 38% entre 50 e 100 euros por mês.

A posição dos imigrantes activos nos mercados laborais dos seus países de origem mostra que os três grupos de imigrantes apresentam estruturas ocupacionais relativamente homogêneas e caracterizadas pela presença de dois grandes grupos profissionais que espelham o perfil qualificativo dos imigrantes. O primeiro, composto por indivíduos que exerciam profissões qualificadas, sobretudo de natureza intelectual e científica as quais dominam, embora com ligeiras variações percentuais em todos os grupos nacionais. O segundo, formado por profissionais de nível intermédio ou por profissionais especializados. De notar que os profissionais não-qualificados assumem uma expressão marginal no conjunto dos inquiridos, o que, como se verá adiante, se altera na sua passagem para o mercado de trabalho português.

Para além destas características comuns às nacionalidades consideradas, é possível verificar ligeiras diferenças nas estruturas profissionais destes grupos. Os ucranianos, por exemplo, encontravam-se inseridos com mais frequência do que os outros dois grupos nacionais nas profissões dos serviços e vendedores e nas profissões dos operários, artífices e similares. Os moldavos, por seu lado, estavam activos em maior proporção, comparativamente aos ucranianos e russos, como operadores de instalação de máquinas.

QUADRO 3.6

Profissão dos imigrantes nos seus países de origem (%)

Grandes Grupos Profissionais	Nacionalidade			Total N=785
	Ucranianos n=474	Russos n=177	Moldavos n=134	
Membros das Forças Armadas	3,0	4,5	4,5	3,6
Quadros superiores e dirigentes	1,9	0,6	2,2	1,7
Profissões intelectuais e científicas	40,9	48,0	44,0	43,1
Profissões de nível intermédio	8,0	9,6	9,7	8,7
Pessoal dos serviços e vendedores	10,5	7,3	7,5	9,3
Operários, artífices e trabalhadores similares	22,6	18,6	10,4	19,6
Operadores de instalação de máquinas	9,1	5,6	14,9	9,3
Trabalhadores não qualificados	0,8	1,7	1,5	1,1
Outros grupos profissionais	3,2	4,1	5,3	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

As poucas diferenças que se destacam por entre a homogeneidade que se verifica nos três grupos de nacionalidades, quer ao nível do seu perfil qualificativo, quer quanto à sua estrutura ocupacional no país de origem, encontram uma expressão mais visível na avaliação realizada pelos imigrantes inquiridos do estatuto socioeconómico da sua família ou agregado familiar no país de origem. Aí se nota que a maior proporção de detentores de licenciatura e de profissionais de nível superior entre os imigrantes russos se reflecte numa maior percentagem de imigrantes que consideram o seu agregado familiar no país de origem como pertencendo à classe média-alta ou alta. Os imigrantes ucranianos definem com maior frequência o seu agregado familiar como parte da classe média-baixa ou trabalhadora, o que reflecte os graus de instrução intermédios detidos por este grupo populacional e o tipo de profissão por eles exercido. O facto dos imigrantes ucranianos, contrariamente aos imigrantes russos, apresentarem uma menor correspondência entre o exercício de uma profissão intelectual e científica e a auto-identificação como membros da classe alta ou média-alta poderá estar relacionado com as diferenças de prestígio que as referidas profissões poderão ter nos dois contextos nacionais (algo que não pode ser confirmado pela análise dos dados do inquérito), ou, com o diferente nível remuneratório associado nos dois países a esta categoria profissional. Ao cruzar a categoria profissional pela remuneração mensal auferida no país de origem e pela nacionalidade verifica-se que os profissionais intelectuais e científicos são mais bem remunerados na Rússia do que na Ucrânia: 36,6% dos imigrantes russos e 11% dos imigrantes ucranianos que no seu país de origem exerciam este tipo de profissão auferiam mais de 101€ mensais.

A diferença nos níveis remuneratórios dos membros dos três grupos de nacionalidades não se limita ao referido grupo profissional, estendendo-se à generalidade dos grupos profissionais. A comparação dos rendimentos médios mostra que os moldavos auferem as remunerações mensais médias mais

baixas (62,4€), seguindo-se os ucranianos (82,9€) e, a uma larga distância, os russos (139,6€).⁴⁰ Estes valores indicam que, ao nível das remunerações auferidas no país de origem, se está perante dois subgrupos de imigrantes.⁴¹ As diferenças de rendimento dos imigrantes nos seus países de origem são importantes porque indiciam uma diferente disponibilidade de recursos financeiros que pode reflectir-se nas estratégias e nos percursos migratórios adoptados pelos três grupos de nacionalidade. Em suma, do referido anteriormente pode concluir-se que, à excepção do nível médio de rendimento, os três grupos de imigrantes apresentam um padrão socioprofissional na origem relativamente homogéneo entre si.

No que se refere à percepção que os inquiridos tinham da sua posição de classe esta era a seguinte:

QUADRO 3.7

Percepção da posição de classe dos inquiridos

Classe social	N	%
Alta	14	1,5
Média-Alta	281	30,8
Média-Baixa	285	31,2
Trabalhadora	287	31,4
Underclass	22	2,4
Não Respostas	24	2,6

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Como se deduz do quadro anterior é marginal o número de respondentes que se identifica com a underclass, o que está de acordo com a afirmação reiterada na literatura da especialidade que quem emigra não são os pobres mas sim aqueles que tem os recursos financeiros necessários.

2.5. Razões para a Emigração e nível de decisão

Atendendo aos baixos níveis de rendimento descritos não surpreende que a esmagadora maioria (90,3%) indique razões económicas para a sua decisão de emigrar. Dentre as outras possíveis razões para emigrar destaca-se com 5,9% as razões políticas. A decisão de emigrar foi planeada com antecedência para a maioria dos inquiridos (70%) o que atesta, dado o volume deste fluxo, a grande intensidade da pressão migratória existente nestes países.

40 Diferenças estatisticamente significativas (Teste F (2, 719) = 21,947, p<0,001).

41 O resultado do teste de *Student-Newman-Keuls* (teste S-N-K) confirma esta afirmação ao juntar num mesmo grupo os imigrantes ucranianos e moldavos cujos rendimentos não se diferenciam de modo significativo (p<0,01) e ao considerar como um grupo isolado o caso dos imigrantes russos (apesar de significativos, estes resultados devem ser interpretados com algum cuidado dado que, como é sabido, o teste pressupõe, em termos estritos, que os grupos individuais sejam do mesmo tamanho, o que não acontece no presente caso). A comparação da média dos valores médios dos dois primeiros grupos de nacionalidade com o valor médio dos imigrantes russos (através do procedimento *One-Way Anova: Contrasts*, atribuindo-se os seguintes coeficientes: 0,79 aos ucranianos, 1 aos russos e 0,21 aos moldavos) indica uma diferença significativa entre estas duas médias (Teste T (717) = 22,79, p<0,001).

Neste aspecto, os imigrantes originários da Moldávia foram os que mais fizeram anteceder o seu movimento de uma planificação antecipada, enquanto os imigrantes da Ucrânia foram os que mais afirmaram que a saída do país de origem fora imprevisível.⁴² Decompondo estes valores de acordo com o sexo dos inquiridos denota-se que, nas três nacionalidades, as mulheres afirmaram com maior incidência do que os homens que a sua decisão de emigrar foi planeada com alguma antecedência.

QUADRO 3.8

Processo de decisão da migração, por nacionalidade (%)

	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Momento da decisão	n=533	n=206	n=164	n=903
Imprevisível	39,2	31,6	20,7	34,1
Planificada	60,8	68,4	79,3	65,9
Nível de decisão	n=530	n=204	n=162	n=896
Individual	51,3	59,3	58,6	54,5
Familiar	48,7	40,7	41,4	45,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004.

A decisão de emigrar foi uma tomada de decisão individual para 54% e familiar para 46% dos inquiridos. Não se verificam diferenças significativas entre os imigrantes originários dos países que se têm vindo a considerar.⁴³ As respostas obtidas são surpreendentes uma vez que a esmagadora maioria dos inquiridos é casada. Os valores da participação familiar no processo de tomada de decisão das mulheres estão de acordo com a maior proporção de mulheres que emigraram após outro elemento do agregado familiar (45,4% “contra” 29,8% dos homens), em geral o marido (62,4%).

Os meios financeiros necessários à migração foram, em geral, obtidos através de poupanças pessoais e/ou familiares e, em segundo lugar, pelo recurso à ajuda de familiares. Na amostra total, 50% dos inquiridos afirmaram que o dinheiro necessário para emigrar adveio de poupanças pessoais ou familiares. Os restantes recorreram a empréstimos sendo o mais frequente o recurso a empréstimos de familiares (29%) e amigos (15%). É de salientar que 8% recorreram a empréstimos bancários ou similares. Dos que responderam ter tido um período de poupança 36% pouparam entre 1 e 6 meses, 19% entre 6 meses e um ano, 45% mais de um ano.

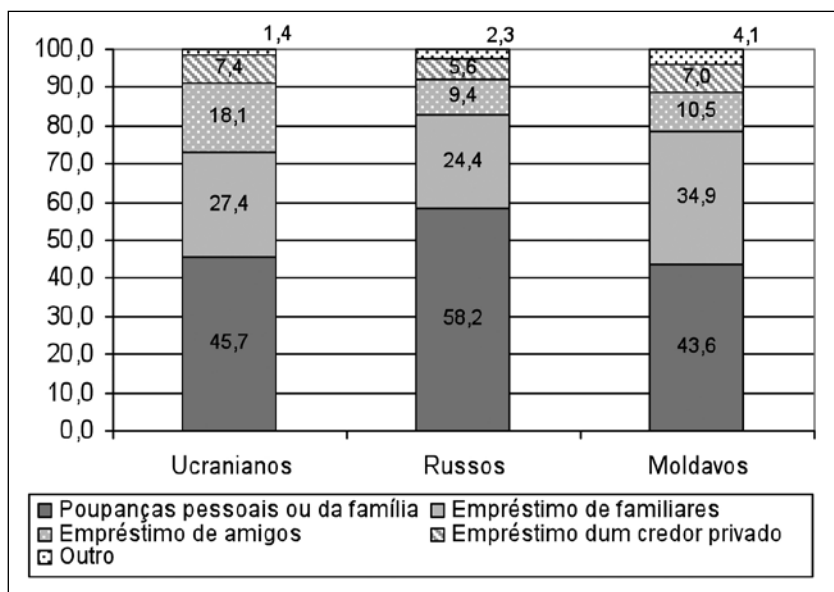
Uma percentagem significativa de migrantes ucranianos recorreu, ainda, a empréstimos de amigos, diferenciando-se, deste modo, dos outros dois grupos de imigrantes que obtiveram os meios materiais para a migração quase exclusivamente no interior do quadro familiar.

42 $\chi^2(2, 903) = 19,833, p < 0,001$.

43 $\chi^2(2, 896) = 5,186, p > 0,05$.

FIGURA 3.2

Modo de obtenção do dinheiro para a migração (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em relação ao tempo que os migrantes ou os seus familiares levaram a poupar o dinheiro necessário para a migração, é possível verificar uma diferença assinalável entre os imigrantes ucranianos e russos, por um lado, e os imigrantes moldavos, por outro. Uma forte proporção dos primeiros afirmaram terem despendido o máximo de seis meses na poupança do dinheiro necessário à migração (37,3% dos ucranianos e 44,3% dos russos afirmaram terem demorado entre o e 6 meses para a obtenção do dinheiro), enquanto os segundos indicaram terem necessitado de um prazo superior a um ano para pouparem o dinheiro (71,8% dos moldavos demoraram mais de um ano a reunir os meios financeiros necessários à migração). Estes dados encontram-se em conformidade com o menor nível de rendimento no país de origem declarado pelos imigrantes moldavos e justificam, de certo modo, o maior recurso deste grupo a empréstimos de familiares e a outras formas de financiamento (venda de bens próprios, por exemplo).

2.6. Preparação e entrada em Portugal

Quanto a contactos prévios em Portugal, 30% tinha já familiares em Portugal, 35% tinha amigos ou conhecidos e 34% não possuía nenhum contacto em Portugal. Destaca-se a ausência de contactos em Portugal antes da partida dos seus países de origem como um aspecto comum a, aproximadamente, um terço dos imigrantes inquiridos. Os imigrantes russos surgem neste caso como os mais desprovidos de uma rede de apoio à migração e à inserção na sociedade portuguesa (43,4% dos russos afirmaram não possuírem nenhum contacto em Portugal aquando da migração). Quanto aos que afirmaram possuir contactos em Portugal antes de emigrarem, a maioria destes contactos refere-se a familiares (particularmente salientes nos inquiridos moldavos) e a amigos e conhecidos (referidos em especial pelos inquiridos ucranianos) (Quadro 3.9), ou seja, a elementos que tradicionalmente são referidos como partes integrantes de redes migratórias.

QUADRO 3.9

Contactos em Portugal antes da emigração (%)

	Nacionalidade			Total
	Ucranianos n=529	Russos n=198	Moldavos n=156	
Familiares	42,1	49,1	53,8	45,6
Amigos e conhecidos	57,2	50,0	42,3	53,2
Outros contactos	0,6	0,9	3,8	1,2
Total com contactos em Portugal	68,6	56,6	66,7	65,6
Sem contactos em Portugal	31,4	43,4	33,3	34,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A existência de contactos informais com familiares e amigos já presentes em Portugal, não foi, contudo, suficiente para a concretização do projecto migratório do inquirido. Com efeito, se analisarmos as respostas dadas à questão sobre a ajuda recebida para entrar em Portugal concluímos que a maioria dos imigrantes das três nacionalidades inquiridas teve que recorrer a uma agência de viagens, isto é, a contactos de natureza mais formal, para conseguir entrar em Portugal. O recurso a estes intermediários formais ultrapassa em larga escala o recurso às estruturas sociais dos imigrantes, sendo particularmente saliente nos originários da Ucrânia e da Rússia (respectivamente, 80% e 82,5% dos que recorreram a uma ajuda externa para efectivar a emigração) e ligeiramente menor nos originários da Moldávia (71,8%). Estes resultados indiciam que a rede migratória ainda não se encontrava suficientemente estruturada para possibilitar, por si só, a autossustentação do fluxo migratório, tendo, por isso, sido necessário utilizar estruturas formalmente organizadas (por exemplo, agências de viagens) com o objectivo de possibilitar a emigração ucraniana, russa e moldava para Portugal. Os familiares e os amigos e conhecidos assumem, deste modo, uma função de intermediação indirecta entre o desejo de emigrar e a concretização dessa mesma pretensão, contribuindo para, à semelhança do que sucede na generalidade dos fluxos migratórios, transmitir ao potencial emigrante informação sobre as oportunidades disponíveis em Portugal e sobre as formas de concretização do projecto migratório. A sua acção parece, contudo, esgotar-se (na primeira fase do processo migratório) na função informativa, não sendo suficiente para a efectiva concretização do movimento migratório (como se verá adiante, a função de intermediação indirecta dos familiares e amigos sofre, face à inoperabilidade das estruturas formais no país de acolhimento, uma profunda transformação após a chegada do emigrante a Portugal).

QUADRO 3.10

Utilização remunerada de mediadores, por tipo de mediador (%)

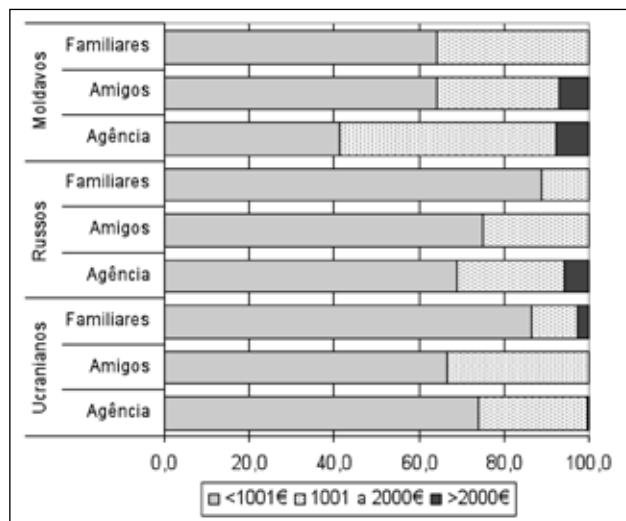
	Nacionalidade			Total n=726
	Ucranianos n=443	Russos n=160	Moldavos n=123	
Agências de viagens	81,9	86,3	74,8	81,7
Familiares	8,4	5,6	11,4	8,3
Amigos e conhecidos	8,7	7,5	11,4	8,9
Outros	0,9	0,6	2,4	1,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A utilização de estruturas formais ou informais para a efectivação da migração envolveu, quase sempre, uma retribuição financeira por parte do emigrante, particularmente evidente no caso do recurso às agências de viagens. A este respeito os imigrantes das três nacionalidades apresentam um comportamento idêntico, embora seja possível notar que ao maior recurso dos migrantes moldavos às estruturas de apoio informal corresponde, também, uma maior retribuição a esse tipo de estrutura. O maior recurso aos familiares, amigos e conhecidos por parte dos moldavos não teve, contudo, o efeito de diminuir os custos associados à emigração, sendo possível constatar que, em média, este grupo de imigrantes teve que pagar um valor superior ao pago pelos ucranianos e pelos russos (respectivamente, 1281,3€, 869,7€ e 999,3€). A diferença entre o investimento feito pelos emigrantes moldavos e o realizado pelos outros dois grupos de nacionalidades é particularmente significativo se atendermos a que, como referido atrás, se trata do grupo que auferia no país de origem as menores remunerações mensais médias. A principal razão para a maior onerosidade do movimento migratório dos moldavos parece encontrar-se nos preços praticados pelas agências de viagens. Enquanto, aproximadamente, 70% dos migrantes da Ucrânia e da Rússia pagaram às agências de viagens até 1.000€, 58,7% dos moldavos tiveram de suportar custos superiores a este valor (Figura 3.3).

FIGURA 3.3

Valor pago ao mediador, por tipo de mediador (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto aos serviços incluídos no pagamento efectuado, verifica-se que, quer isoladamente, quer em conjunto, a viagem e a obtenção dos documentos necessários à saída do país de origem, constituem os principais serviços oferecidos pelas agências de viagens aos imigrantes das três nacionalidades. Dada a inexistência de diferenças assinaláveis nos serviços incluídos no preço pago pelos três grupos de imigrantes, pode afirmar-se que os imigrantes da Moldávia pagaram um preço substancialmente superior para o mesmo tipo de serviço.

Nos casos em que os imigrantes entraram em Portugal na posse de um visto é possível notar algumas diferenças interessantes quanto à embaixada estrangeira que emitiu esse visto. Enquanto os imigrantes ucranianos obtiveram o visto maioritariamente na embaixada alemã (56,6%), os imigrantes russos e os moldavos recorreram a uma maior diversidade de representações diplomáticas estrangeiras para a obtenção do visto: entre outras, a embaixada alemã (respectivamente 28,7% e 18,9%), austríaca (4,5% e 25,9%), espanhola (15,2% e 5,6%), francesa (12,4% e 6,3%) e grega (13,5% e 4,2%). As razões para esta disparidade podem ser encontradas na

diferente presença diplomática dos países da União Europeia nos três países em estudo e, também, no eventual aproveitamento de oportunidades mais favoráveis ou já estruturadas em determinadas embaixadas.⁴⁴

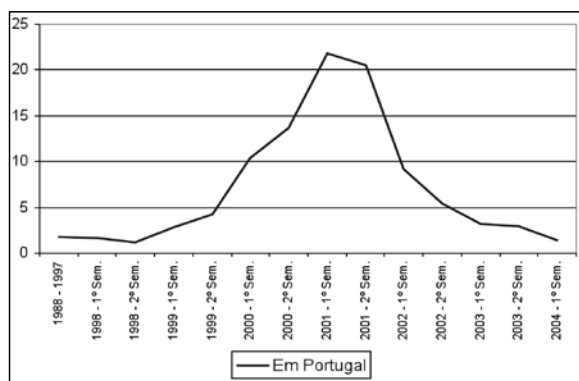
Relativamente ao meio de transporte utilizado verifica-se uma clara diferenciação entre os imigrantes ucranianos e os outros dois grupos de imigrantes. Os primeiros recorreram, sobretudo, ao autocarro ou ao minibus para chegarem a Portugal (84,2%), enquanto os imigrantes da Rússia e da Moldávia utilizaram com menor expressão aqueles meios de transporte (respectivamente, 68,4 e 67,2%) e recorreram, em maior proporção do que os ucranianos, ao transporte aéreo.⁴⁵

Para saber se os imigrantes tiveram, no decurso do seu processo migratório, alguma(s) experiência(s) negativa(s) (relacionadas, por exemplo, com a presença e actuação de máfias do Leste Europeu entre os imigrantes desta mesma origem), questionamos os nossos inquiridos sobre as suas experiências com as máfias. Os resultados obtidos, que devem ser lidos com precaução porque detectamos alguma relutância em falar deste assunto, indicam que 26% dos inquiridos teve experiências negativas com grupos de tipo mafioso. Esta experiência negativa tanto pode ter ocorrido no país de origem, como durante a viagem ou já na estadia em Portugal, ou numa combinação destes três contextos. Para um número reduzido de casos, 5%, esta experiência negativa ocorreu em todos os contextos. Os moldavos (provavelmente devido a um maior recurso às estruturas de apoio familiares para a realização do projecto migratório) registaram menos problemas com as organizações de cariz mafioso que operavam no país de origem, no percurso até ao país de destino e em Portugal⁴⁶ do que os imigrantes ucranianos e russos.

Como é possível verificar na figura seguinte, 42% dos inquiridos entrou em Portugal no decurso de 2001, o que atesta a forma concentrada e a intensidade deste movimento.

FIGURA 3.4

Semestre de Entrada em Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

44 Por exemplo, 25,9% dos imigrantes moldavos adquiriram o visto na embaixada austríaca que, no entanto, não tem representação neste país, tendo os imigrantes de deslocar-se à Roménia para poderem obter um visto da embaixada austríaca. Por seu lado, “somente” 18,9% dos moldavos obtiveram o seu visto da embaixada alemã de Chisinau (capital da Moldávia). A elevada proporção de imigrantes ucranianos que obtiveram o seu visto na embaixada alemã de Kiev fica a dever-se ao aproveitamento por parte dos imigrantes e das agências de viagens da simplificação do procedimento de atribuição dos vistos decretada pela circular Volmer (Marques, 2008).

45 12,8% dos ucranianos, 30,4% dos russos e 26,0% dos moldavos chegaram a Portugal por via aérea.

46 19,8% dos moldavos, 26,5% dos russos e 28,3% dos ucranianos afirmaram ter tido experiências negativas com as organizações de cariz mafioso.

Como se pode ver pela forma da curva, a concentração de entradas coincide grosso modo com o período de regularização especial, que decorreu entre Janeiro e Novembro de 2001, tendo desde então decrescido. A possibilidade de obter a legalização em Portugal constitui a razão para a escolha do país por parte de, aproximadamente, um quarto dos imigrantes de cada um dos três grupos de nacionalidades.⁴⁷ Quanto a outras razões assinaladas pelos inquiridos para a escolha de Portugal pode salientar-se: a) a importância das razões económicas e a reunificação familiar para os imigrantes moldavos (respectivamente, 24,2 e 22,7%); b) a relevância de motivações indeterminadas (expressas através da afirmação de que a emigração aconteceu por acaso) e a reunificação familiar para os imigrantes russos (respectivamente, 22,6 e 20,3%); c) e a influência dos familiares e/ou amigos e a reunificação familiar para os imigrantes ucranianos (respectivamente, 21,4 e 17,3%).

Dada a forte influência da possibilidade de legalização sobre a escolha do destino migratório manifestada pelos três grupos de imigrantes, seria de esperar que uma parte substancial das entradas se tenha processado no decurso do período de regularização especial. Contudo, tal apenas se verificou no caso dos imigrantes ucranianos (49,6% do total das entradas ocorreu em 2001) e nos imigrantes russos (37,9%). No caso dos imigrantes moldavos verifica-se que o fluxo de entradas foi praticamente constante entre o primeiro semestre de 1998 e o segundo semestre de 2002, sendo, somente, interrompido por um aumento mais pronunciado no decurso do ano 2000 e no primeiro semestre de 2001.⁴⁸ Este grupo de imigrantes apresenta, ainda, a maior percentagem de entradas anteriores ao ano 2000 (27%), contrastando claramente com os imigrantes russos (12,3%) e, sobretudo, com os imigrantes ucranianos cuja entrada em Portugal antes daquele ano era pouco significativa (6,9%).

A esmagadora maioria dos inquiridos das três nacionalidades era portadora de um visto Uniforme (visto Schengen) ou de um visto de curta duração⁴⁹ e somente um pequeno número de imigrantes afirmou ter entrado em Portugal sem os documentos necessários à entrada.⁵⁰

Só uma minoria (10%) veio directamente para Portugal. A maioria entrou no espaço da União Europeia pela Alemanha (60%) ou pela Áustria (16%) tendo-se dirigido, seguidamente, para Portugal. Também só uma minoria pediu a emissão do seu visto num consulado ou embaixada portuguesa. De facto, a maioria, usando a possibilidade de circulação no espaço Schengen, pediu o seu visto numa embaixada ou consulado de um país signatário da Convenção de Schengen. De salientar que 44% de todos os vistos emitidos o foram por uma embaixada alemã.

Como seria de esperar, dado que a maior parte dos inquiridos pediu o visto de entrada numa embaixada diferente da portuguesa, o visto mais frequente de entrada foi o visto uniforme também chamado visto Schengen (58%) a que se seguiu o visto de curta duração (VVTL ou visto de turismo) (37%). Quanto ao meio de transporte utilizado a esmagadora maioria fez a viagem de autocarros ou carrinha (78%), sendo que apenas 19% veio de avião. 71% utilizaram como mediador para entrar em Portugal uma agência de viagens e apenas 8% indica ter utilizado familiares já a residir em Portugal.

Quanto ao preço pago para entrar em Portugal, este variou entre um mínimo de 120 euros e um máximo de 4800 euros. É evidente que estes preços incluíram serviços diversificados que foram desde um simples bilhete de autocarro ou carrinha do país de origem a Portugal, até à obtenção da documentação necessária para a viagem, e oferta de emprego e de alojamento em Portugal.

47 Respectivamente, 26,3%, 25,4% e 24,2% para os imigrantes ucranianos, russos e moldavos.

48 No decurso destes dois períodos entraram em Portugal 42,8% dos imigrantes moldavos.

49 95,4% dos ucranianos, 94,2% dos russos e 90,2% dos moldavos eram portadores de um destes dois tipos de visto.

50 0,8% dos ucranianos, 1,5% dos russos e 5,5% dos moldavos não tinham qualquer documento que autorizasse a sua entrada em território nacional.

Cruzando estas duas variáveis, preço pago ao intermediário e serviço oferecido obtemos o Quadro 3.11. De salientar a grande variabilidade de preços pagos pelo mesmo pacote de serviços. De facto, pelo serviço mais frequentemente prestado, isto é, viagem mais documentos, os valores pagos oscilaram entre 300 e 4800 euros, o que significa que uma parte dos inquiridos pagou preços extremamente especulativos pelo serviço contratado. Em média o preço de um simples bilhete custou 686 euros com um desvio padrão de 477 euros, viagem e documentos 910 euros com um desvio padrão de 508 euros e viagem documentos e trabalho 1239 euros com um desvio padrão de 370. Como se pode deduzir dos desvios padrões, a variabilidade dos preços do pacote incluindo só a viagem e do pacote viagem e documentos são muito maiores que o desvio padrão do último pacote viagem, documentos e trabalho.

QUADRO 3.11

Serviços incluídos no preço pago segundo o valor pago ao mediador (%)

Serviços incluídos no preço pago	Valor pago ao mediador (em euros)					Total
	100-500€	501-1000€	1001-1500€	1501-2000	> 2000€	
Viagem	16,1	2,6	2,4	0,0	11,1	4,8
Documentos	22,0	5,0	2,4	6,5	0,0	7,1
Viagem e documentos	56,8	75,2	41,0	50,0	38,9	62,0
Trabalho	0,8	0,3	0,6	2,2	0,0	0,5
Viagem e trabalho	0,0	1,0	1,8	0,0	0,0	1,0
Documentos e trabalho	0,8	1,3	1,2	0,0	0,0	1,1
Viagem, documentos e trabalho	0,0	9,7	34,9	26,1	16,7	15,0
Viagem e alojamento	0,0	0,5	0,0	2,2	0,0	0,4
Viagem, documentos e alojamento	3,4	2,3	4,2	2,2	16,7	3,3
Viagem, trabalho e alojamento	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,3
Viagem, documentos, alojamento e trabalho	0,0	2,1	10,2	10,9	16,7	4,5
Total	16,1	52,4	22,7	6,3	2,5	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto às razões indicadas pelos inquiridos para a escolha de Portugal destacam-se as seguintes: 26% indicou ter escolhido Portugal por causa da possibilidade de legalização; 18% devido à influência de familiares ou amigos; 19% razões de reunificação familiar; 15% por razões económicas; 16% indicou ter vindo para Portugal por acaso. É de notar que mais de um quarto dos inquiridos afirmou ter escolhido Portugal devido à possibilidade de legalização, mas é igualmente interessante que 16% tenham indicado que a sua escolha foi por acaso, o que indica ter havido uma decisão de emigrar sem que contudo existisse paralelamente uma escolha de destino.

3. Estadia em Portugal

3.1. Estatuto de Residência em Portugal

A aplicação deste inquérito decorreu, como foi dito, durante o ano de 2004 o que significa que a maior parte dos nossos inquiridos (todos os entrados até Novembro de 2001) estavam em condições de ter obtido a sua legalização ao abrigo do artigo 55 do Decreto Lei 4/2001 de 10 de Janeiro. De facto, 47% dos inquiridos indicou ter uma autorização de permanência; 16% indicou ter um visto de trabalho (esta indicação é estranha porque o visto de trabalho só pode ser emitido por uma embaixada ou consulado português e apenas 7% disse ter um visto emitido por uma embaixada portuguesa, pelo que pensamos ter havido confusão na resposta dada); 14% não tinha qualquer documento de permanência legal e 8% aguardava resolução do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Estas percentagens de indivíduos com a situação irregular estão de acordo com a percentagem de indivíduos que entrou em Portugal depois de Novembro de 2001, ou seja, depois do fim da regularização especial (22%). Outro facto interessante sobre este fluxo é que 98% entrou em Portugal com um visto válido para esse fim e apenas 2% entrou irregularmente. Ora depois de estar em Portugal o que aconteceu foi que uma parte substancial do fluxo permaneceu irregularmente no país, aproximadamente todos aqueles que entraram depois de Novembro de 2001.

Com o decorrer da estadia do imigrante em território nacional deteriora-se a sua situação legal, registando-se um aumento significativo daqueles que se encontram em Portugal sem os necessários documentos legais. Esta deterioração da situação legal é comum aos três grupos de imigrantes, atingindo os 12,2% no caso dos ucranianos, 15,6% nos russos e 17,2% nos moldavos. Se a estes valores adicionarmos aqueles cujos processos ainda aguardam a resolução do SEF (e que, por isso, se encontram igualmente numa situação de forte insegurança), pode notar-se que, aproximadamente, 20% dos ucranianos e dos moldavos e 26% dos russos se encontram em Portugal numa situação de elevada instabilidade legal.

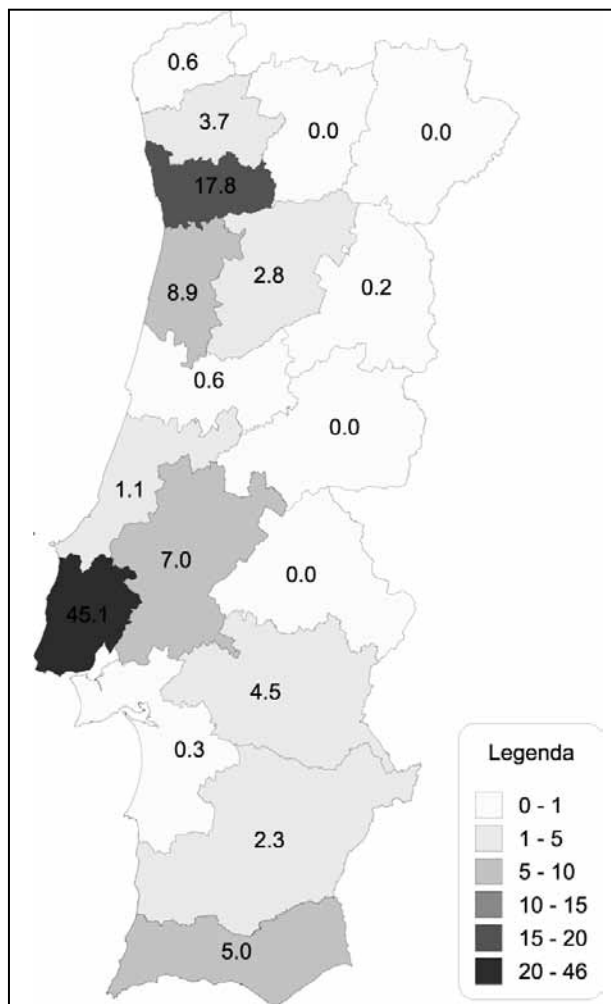
3.2. Distribuição geográfica em Portugal

Como se sabe os imigrantes em Portugal concentram-se esmagadoramente nos distritos de Lisboa e Setúbal. Em relação ao fluxo do Leste Europeu tal concentração não é tão significativa, ou seja, esta população encontra-se muito mais dispersa pelo território. Em trabalhos anteriores já referimos este facto que, a nosso ver, demonstra não estarmos perante uma emigração em cadeia baseada em redes migratórias de familiares de amigos ou de conterrâneos, mas sim perante um fluxo organizado por redes formais de mediadores que, numa parte significativa dos casos, colocaram os imigrantes no seu primeiro trabalho, dispersando-os pelos locais em que essa mão-de-obra era necessária.

Assim 45% residia em Lisboa; 18% no Porto; 9% em Aveiro; 7% em Santarém; 5% em Évora; 5% em Faro; e os restantes 11% em outros distritos do continente. Como se pode ver pelo mapa que se segue trata-se duma população muito mais dispersa do que a de outros grupos imigrantes presentes em Portugal. É de notar, ainda, que pelo menos 40% mudou de distrito de residência entre o momento de chegada a Portugal e o momento do inquérito, o que significa mais uma vez uma especificidade desta população. De facto, a mobilidade interna dos imigrantes do Leste Europeu é também superior à dos outros grupos imigrantes. Pensamos que tal facto se fica a dever à maior flexibilidade desta mão-de-obra para seguir as oportunidades de trabalho que vão surgindo ou de que vão tendo conhecimento.

FIGURA 3.5

Distribuição regional dos inquiridos (%)

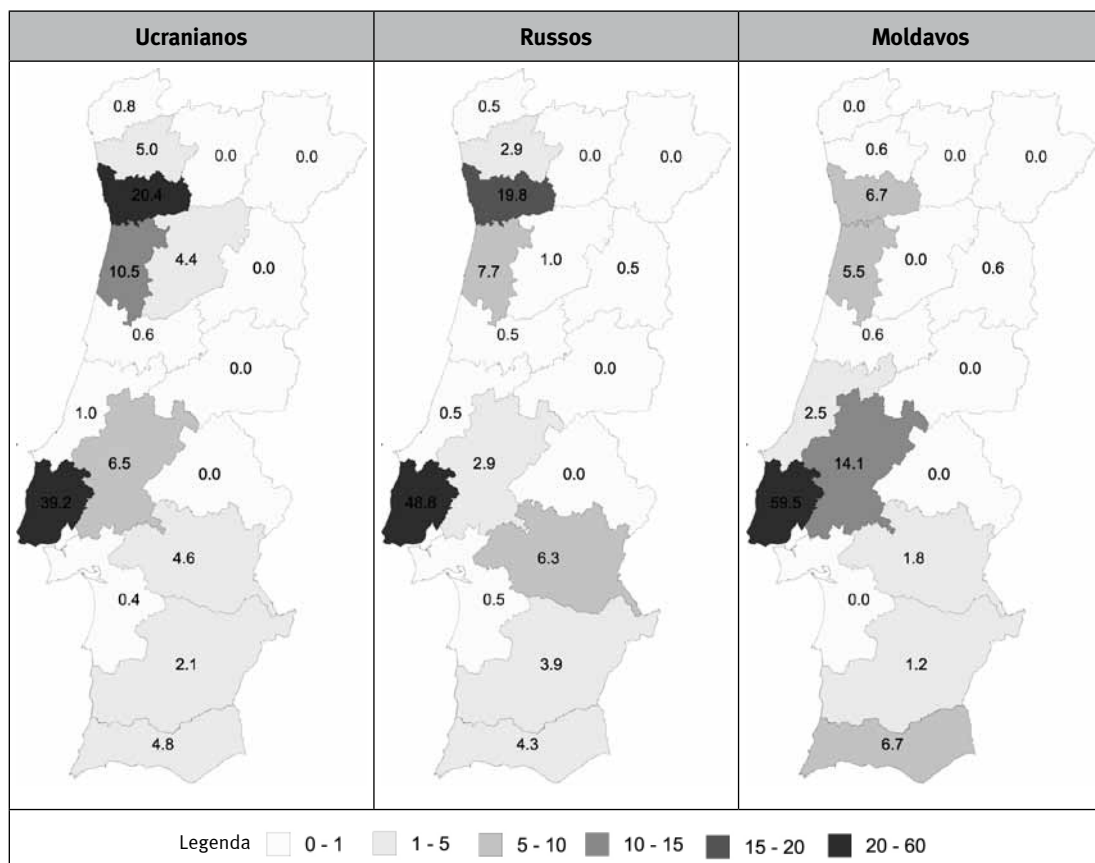


Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A distribuição dos três grupos de imigrantes inquiridos pelo território nacional apresenta algumas diferenças que importa assinalar. Enquanto os migrantes moldavos se concentram com maior preponderância nos distritos de Lisboa (59,5%) e Santarém (14,1%), os migrantes ucranianos e russos registam, comparativamente com os moldavos, uma menor proporção de residentes no distrito de Lisboa (respectivamente, 39,2 e 48,8%) e uma maior percentagem de residentes no distrito do Porto (20,4 e 19,8%, respectivamente) (Figura 3.6). Nos restantes distritos do continente a presença de imigrantes das três nacionalidades é, à excepção dos distritos de Aveiro, Évora e Faro, pouco significativa e sensivelmente semelhante.

FIGURA 3.6

Distribuição geográfica dos imigrantes ucranianos, russos e moldavos (%)



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

3.3. *Trajectórias Profissionais e Económicas*

Em termos de contactos para encontrar o primeiro emprego em Portugal, verificam-se duas situações particularmente relevantes: a primeira é que uma parte substancial dos inquiridos (39%) indicou ter obtido esse primeiro emprego através de compatriotas; a segunda está relacionada com o facto de uma parte substancial ter indicado que o primeiro emprego foi arranjado por uma agência de viagens no país de origem (9%) ou por um angariador da comunidade imigrante (6%), ou seja, pelo menos 15% dos inquiridos ter pago para arranjar o primeiro emprego em Portugal. É de notar que 23% dos inquiridos indicou ter pago a um mediador no seu país para arranjar o primeiro emprego em Portugal. A diferença entre os que pagaram no país de origem por uma colocação no mercado de trabalho nacional e os que obtiveram de facto esse emprego em Portugal é de 14%, o que parece indicar que muitos pagaram no seu país por um serviço que não receberam aquando da chegada a Portugal. No quadro seguinte sumariamos as várias formas utilizadas pelos imigrantes para arranjar o primeiro emprego.

QUADRO 3.12

Forma de arranjar o primeiro emprego em Portugal

Tipo de contacto	N	%
O próprio encontrou o trabalho	107	11,7
Ajuda de uma agência de viagem no país de origem	78	8,5
Ajuda de uma pessoa portuguesa	68	7,4
Ajuda de familiares a viver em Portugal	194	21,2
Compatriotas a viverem em Portugal	341	37,3
Angariador da comunidade imigrantes	48	5,3
Ajuda de uma associação ou IPSS	11	1,2
Outro	22	2,4
Não Respostas	44	4,8

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Numa análise por diferentes nacionalidades verifica-se que os imigrantes ucranianos e moldavos obtiveram o seu primeiro emprego, sobretudo, através do recurso às redes informais do próprio grupo de imigrantes (isto é, familiares e compatriotas já a viver em Portugal)⁵¹ que, como sabido, tendem a promover a inserção dos imigrantes em sectores de actividade e em profissões específicas sobre as quais a rede de conhecimentos do imigrante dispõe de maior informação (Pohjola, 1991). Os imigrantes russos, para além de, também, terem recebido um forte apoio destas estruturas informais, obtiveram em maior proporção do que os outros dois grupos de imigrantes a ajuda de estruturas de apoio formais ou de cidadãos portugueses.⁵² Este resultado encontra-se relacionado com o facto dos imigrantes russos terem, em menor grau do que os outros dois grupos de imigrantes, afirmado que não possuíam nenhum contacto em Portugal antes de emigrarem (cf. atrás). O cruzamento destas duas variáveis permite confirmar a afirmação precedente, mostrando que a acção das agências de viagens no país de origem e a ajuda de cidadãos portugueses é mais significativa no caso dos imigrantes que não possuíam nenhum contacto em Portugal, sendo, em conjunto, responsáveis pela colocação de 21,0% dos ucranianos, 38,1% dos russos e 28% dos moldavos que entraram em Portugal sem disporem de alguém conhecido no país.

Sabia-se por trabalhos anteriores (Baganha, Marques e Góis, 2004; Ferreira, Rato e Mortágua, 2005; Inspeção-Geral do Trabalho, Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2002; Pires, 2002) que, tal como os imigrantes dos PALOP, também os imigrantes do Leste Europeu tinham, na maior parte dos casos, entrada no mercado de trabalho nacional através do sector da construção civil e obras públicas. Os resultados do presente inquérito confirmam os resultados anteriormente apresentados. De facto a distribuição por sectores económicos foi a que a seguir se indica:

51 64,3% dos imigrantes ucranianos, 62,8% dos moldavos e 53,3% dos russos obtiveram o seu primeiro emprego em Portugal através destes dois tipos de mediadores.

52 Respectivamente 13,7%, 7,2% e 8,8% dos imigrantes russos, ucranianos e moldavos obtiveram o seu emprego inicial através de uma agência de viagens no seu país de origem. A ajuda de cidadãos portugueses na obtenção do primeiro emprego foi referida por 14,7% dos russos, 5,3% dos ucranianos e 7,5% dos moldavos.

QUADRO 3.13

Sector de actividade no momento da entrada em Portugal

Sector de actividade	N	%
Agricultura e Pesca	57	6,4
Indústria Transformadora	97	11,0
Construção Civil	370	41,8
Comércio	25	2,8
Alojamento e Restauração	38	4,3
Serviços	191	21,6
Actividades Pessoais e Domésticas	69	7,8
Outro	38	4,3
Total	885	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de distribuição por sectores os imigrantes do Leste Europeu apresentam algumas especificidades quando comparados com os restantes grupos de imigrantes. Assim, estão presentes na agricultura ainda que em números relativamente baixos e têm uma presença considerável na indústria transformadora sector que até esta altura captava uma reduzida mão-de-obra imigrante. Os dois sectores em que a concentração de efectivos é maior, construção civil e serviços, são sectores que tradicionalmente absorvem a maioria dos trabalhadores imigrantes.

Se o mesmo padrão de inserção laboral é possível de ser verificado nos três grupos que formam o conjunto dos imigrantes da Europa de Leste inquiridos, há, contudo, diferenças na proporção com que cada um destes grupos se integrou nos diferentes sectores de actividade. Assim, os imigrantes russos registam uma menor concentração no sector da construção civil do que os imigrantes ucranianos e moldavos e uma maior presença no sector dos serviços e das actividades pessoais e domésticas (Quadro 3.14). Estas dissemelhanças poderão ser o resultado da diferente importância que as modalidades de obtenção de emprego assumem em cada um dos grupos de imigrantes.

QUADRO 3.14

Sector de actividade de inserção inicial dos imigrantes (%)

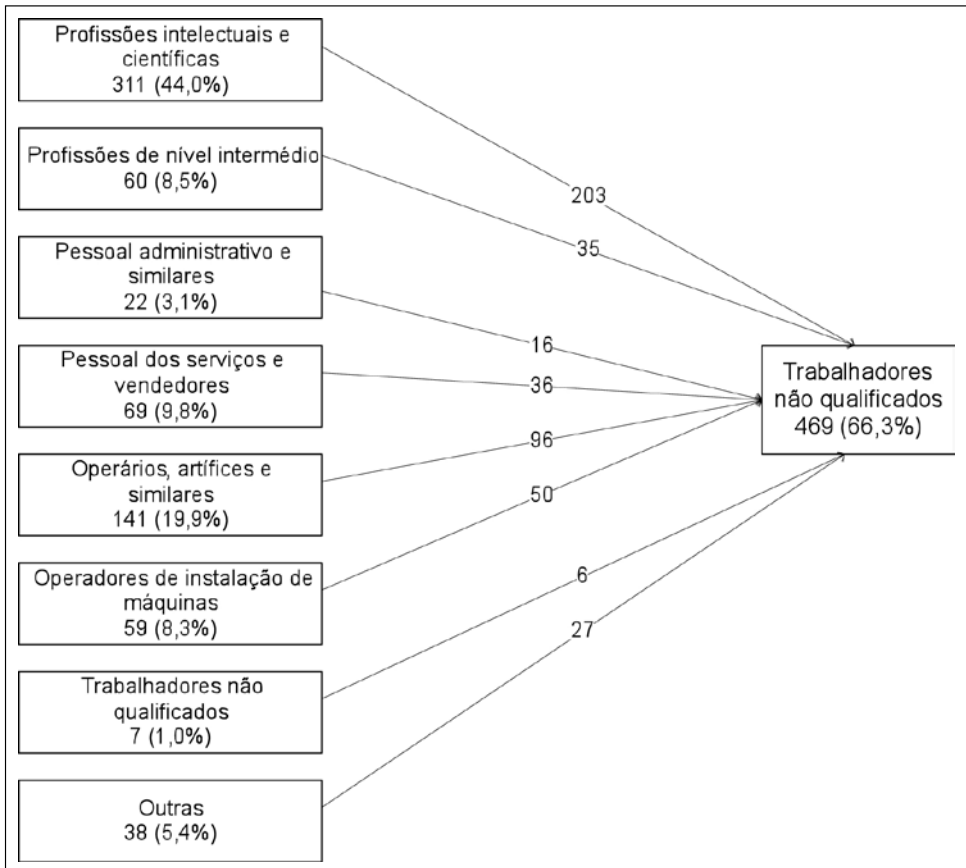
Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=885
	Ucranianos n=522	Russos n=203	Moldavos n=160	
Agricultura e Pesca	6,3	5,9	7,5	6,4
Indústria Transformadora	12,8	7,9	8,8	11,0
Construção Civil	44,1	33,0	45,6	41,8
Comércio	3,3	3,4	0,6	2,8
Alojamento e Restauração	4,2	3,4	5,6	4,3
Serviços	19,2	28,1	21,3	21,6
Actividades Pessoais e Domésticas	5,6	13,8	7,5	7,8
Outro	4,6	4,4	3,1	4,3

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

A distribuição por grandes grupos profissionais, que a seguir se indica, demonstra que a esmagadora maioria (66%) exerciam ocupações não qualificadas e 15% que eram operários, artífices ou trabalhadores similares. O facto mais marcante desta distribuição é a enorme desqualificação profissional que estes imigrantes sofreram com a entrada no mercado de trabalho nacional (Quadro 3.14). De facto, e como o diagrama de fluxos indica, os trabalhadores qualificados ou altamente qualificados nos seus países de origem não conseguiram transferir as suas qualificações e conhecimentos para o mercado de trabalho nacional.

FIGURA 3.7

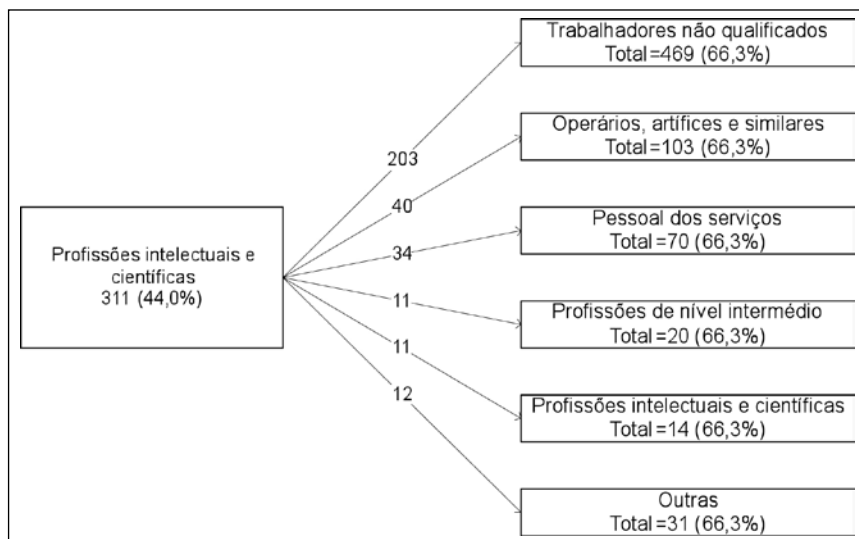
Mobilidade entre a profissão no país de origem e a profissão aquando da chegada a Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

FIGURA 3.8

Profissão no momento da chegada a Portugal dos inquiridos que no país de origem exerciam profissões intelectuais e científicas



Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de profissão de inserção aquando da chegada a Portugal, verifica-se que o processo de desqualificação profissional é comum aos três grupos de imigrantes em análise, verificando-se a sua concentração no conjunto das profissões não qualificadas. Os imigrantes moldavos parecem ter sido particularmente afectados por este processo de desqualificação, dado que passam a ser o grupo nacional com menor percentagem de activos nas profissões intelectuais e científicas e nas profissões de nível intermédio e, simultaneamente, a apresentar a maior proporção de trabalhadores não qualificados (Quadro 3.15).

QUADRO 3.15

Profissão dos imigrantes após a chegada a Portugal (%)

Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=778
	Ucranianos n=463	Russos n=181	Moldavos n=134	
Profissões intelectuais e científicas	1,9	2,8	0,0	1,8
Profissões de nível intermédio	2,2	6,1	0,7	2,8
Pessoal dos serviços e vendedores	8,2	14,4	10,4	10,0
Operários, artífices e trabalhadores similares	17,5	9,4	12,7	14,8
Operadores de instalação de máquinas	4,3	2,8	3,7	3,9
Trabalhadores não qualificados	65,2	63,2	71,6	65,9
Outros grupos profissionais	0,7	1,3	0,8	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

3.4. Situação Actual

87% dos inquiridos encontravam-se empregados no momento do inquérito, 10% estavam desempregados e 3% eram inactivos. A elevada percentagem de desempregados, superior à média nacional, está relacionada com o facto de a maioria destes imigrantes estar inserida no sector da construção civil e obras públicas, sector que estava a ser altamente atingido pela recessão económica em 2004, ano em que decorreu o inquérito.

Enquanto na procura do primeiro emprego se notava uma relativa dependência de angariadores de mão-de-obra ou das agências de viagens do país de origem, na procura do emprego actual verifica-se uma maior independência desses mecanismos. Assim, enquanto que na procura do primeiro emprego estas situações representavam 15% agora representam apenas 6%. Esta maior independência do imigrante nota-se também pelo facto de 38% ter encontrado o actual emprego por si próprio. Tal como na procura do primeiro emprego, também agora se continua a verificar uma relativa importância dos mecanismos de apoio e dos canais de informação informais dentro do próprio grupo imigrante. Assim, 35% declarou ter obtido o actual emprego através de conhecidos da mesma nacionalidade ou familiares. Finalmente, há que registar um ligeiro aumento (de 8 para 13%) no número de imigrantes que conseguiram o actual emprego através de portugueses.

O recurso a modalidades de acesso ao emprego mais individuais e voltadas para o exterior da comunidade migrante é uma característica comum às três nacionalidades inquiridas. O recurso a estas modalidades de obtenção de emprego é particularmente saliente no caso dos imigrantes moldavos, em que 57,8% dos inquiridos afirmaram terem obtido o seu emprego actual por si próprios ou através da ajuda de cidadãos portugueses, o que contrasta com os 22,6% dos inquiridos da mesma nacionalidade que referiram ter obtido o seu primeiro emprego em Portugal através do recurso a estas duas formas de obtenção de emprego (Quadro 3.16).

QUADRO 3.16

Forma de obtenção do primeiro emprego e do emprego actual (%)

Forma de obtenção do emprego	Primeiro emprego				Emprego actual			
	Ucraniana n=513	Russa n=197	Moldava n=159	Total n=869	Ucraniana n=433	Russa n=157	Moldava n=135	Total n=725
Pelo próprio	12,3	10,2	15,1	12,3	36,3	38,9	42,2	37,9
Através de uma agência de viagens no país de origem	7,2	13,7	8,8	9,0	2,1	1,9	1,5	1,9
Através de portugueses	5,3	14,7	7,5	7,8	12,5	13,4	15,6	13,2
Através de familiares a viver em Portugal	22,6	17,8	27,0	22,3	9,7	7,6	14,8	10,2
Através de compatriotas a viver em Portugal	41,7	35,5	35,8	39,2	28,2	30,6	8,9	25,1
Através de angariador da comunidade imigrante	8,0	3,0	0,6	5,5	3,9	1,3	5,9	3,7
De outra forma	3,0	5,0	5,0	3,8	7,4	6,3	11,1	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

O aumento da percentagem de imigrantes das três nacionalidades que obtiveram o seu emprego actual de forma individual ou através do recurso a amigos e/ou conhecidos portugueses pode ser o resultado quer de uma crescente integração do conjunto dos imigrantes da Europa de Leste na sociedade portuguesa, quer da diminuição da capacidade da comunidade migrante veicular informações e contactos necessários à integração do migrante

no mercado de trabalho, quer, ainda, de “estratégias de alargamento de fronteiras” (Hirsch, 1972) por parte do imigrante de modo a alcançar um conjunto de empregos diferentes dos veiculados pela comunidade imigrante.

Na distribuição por sectores de actividade actual o factor mais relevante é a enorme descida verificada no sector da construção civil e obras públicas que aquando da entrada no mercado de trabalho concentrava 42% dos efectivos e agora concentra apenas 28%. Obviamente, esta descida está relacionada com a marcada recessão económica que este sector atravessa. De facto, dos imigrantes que entraram no mercado de trabalho por este sector, na actualidade 50% permanecem neste sector, 13% estão desempregados e os restantes mudaram de sector especialmente para o sector dos serviços. Relativamente às alterações verificadas nos outros sectores elas são pouco significativas como se pode ver pelo quadro que se segue.

QUADRO 3.17
Sectores de actividade no momento do inquérito

Sector de actividade	N	%
Agricultura e Pesca	47	6,4
Indústria Transformadora	85	11,6
Construção Civil	204	27,8
Comércio	35	4,8
Alojamento e Restauração	44	6,0
Serviços	197	26,8
Actividades Pessoais e Domésticas	60	8,2
Outro	62	8,4
Total	734	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos de ocupações por grandes grupos profissionais nota-se uma descida significativa dos efectivos nas profissões não qualificadas (que passam de 66% para 38%) e um aumento dos operários, artífices e similares (que passam de 15% para 26%), dos operadores de instalação de máquinas (que passam de 4% para 10%), do pessoal de serviços e vendedores (que passa de 10% para 15%) e das profissões intelectuais e científicas (que passa de 2% para 7%). Apesar de se continuar a notar uma enorme discrepância entre as ocupações no país de origem e no de destino, verifica-se uma substancial melhoria nas ocupações detidas pelos imigrantes, nomeadamente patente no aumento significativo dos efectivos nas profissões intelectuais e científicas.

QUADRO 3.18
Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (grandes grupos profissionais)

Grupos profissionais	N	%
Profissões intelectuais e científicas	48	7,2
Pessoal administrativo e similares	17	2,5
Pessoal dos serviços e vendedores	98	14,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	172	25,7
Operadores de instalação de máquinas	67	10,0
Trabalhadores não qualificados	252	37,7
Outros	14	2,0
Total	668	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Com o prolongamento da estadia do imigrante em Portugal observam-se algumas alterações importantes ao nível da sua inserção no mercado de trabalho nacional. Quanto ao sector de actividade verifica-se que os imigrantes das três nacionalidades consideradas apresentavam no momento do inquérito uma estrutura ocupacional mais diversificada do que a estrutura ocupacional inicial. Com efeito, enquanto a construção civil funcionou como principal sector de inserção inicial dos imigrantes das três nacionalidades, no momento do inquérito a percentagem dos que se encontravam neste sector reduz-se substancialmente, em resultado da recessão económica experimentada por este sector de actividade. Esta redução verifica-se nos três grupos de imigrantes, sendo, porém, particularmente intensa entre os imigrantes originários da Rússia e da Moldávia (ambos os grupos registam uma redução de, aproximadamente, 40% no total de efectivos no sector da construção civil) e menor no caso dos imigrantes originários da Ucrânia (que apresentam uma diminuição de 28%). Os principais sectores de actividade privilegiados com a redução dos efectivos no sector da construção civil, são o sector dos serviços no caso dos imigrantes ucranianos e russos e a categoria residual dos outros sectores (e dentro desta categoria, o sector dos transportes, armazenagem e comunicações) no caso dos imigrantes moldavos. As alterações nos outros sectores de actividade não apresentam alterações significativas em relação ao momento de entrada conforme se pode ver através da comparação dos dados do Quadro 3.17 com os dados da tabela seguinte.

QUADRO 3.19

Sector de actividade dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Sector de actividade	Nacionalidade			Total n=734
	Ucranianos n=437	Russos n=159	Moldavos n=138	
Agricultura e Pesca	6,6	9,4	2,2	6,4
Indústria Transformadora	13,3	8,8	9,4	11,6
Construção Civil	31,8	17,6	26,8	27,8
Comércio	4,8	5,7	3,6	4,8
Alojamento e Restauração	6,9	3,1	6,5	6,0
Serviços	24,3	32,1	29,0	26,8
Actividades Pessoais e Domésticas	5,9	16,4	5,8	8,2
Outro	6,4	6,9	16,7	8,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Um dado importante que emerge, ainda, da comparação das duas últimas tabelas é a redução do número de activos entre o momento de entrada e o momento do inquérito devido ao aumento do desemprego. Esta redução é comum aos três grupos de imigrantes, sendo, contudo, particularmente evidente no caso dos imigrantes russos que registam uma diminuição de 21,7% dos activos entre a data de entrada e 2004.⁵³

A análise das ocupações dos imigrantes por grandes grupos profissionais mostra que, apesar de se manter uma elevada discrepância entre a profissão exercida no país de origem e no país de destino, os três grupos de imigrantes apresentam uma ligeira aproximação às profissões detidas antes de emigrarem. Assim, enquanto entre a ocupação na origem e a primeira ocupação em Portugal os valores do índice de dissemelhança⁵⁴

53 Os imigrantes da Ucrânia registam uma redução de 16,3% e os da Moldávia diminuem 13,7%.

54 Utiliza-se aqui o índice de dissemelhança de Duncan e Duncan (1955a e 1955b), o qual neste caso mede o grau de afastamento ou ajustamento entre as estruturas profissionais dos imigrantes no seu país de origem e no país de destino. Os valores do índice variam entre 0 e 1, correspondendo estes dois limites, respectivamente, a um perfeito ajustamento e a um total afastamento das duas estruturas profissionais consideradas.

eram de 0,64 para os ucranianos, 0,69 para os russos e 0,75 para os moldavos, entre a ocupação no país de origem e a ocupação actual os valores do índice reduzem-se para, respectivamente, 0,49, 0,49 e 0,53. Para esta diminuição da diferença entre a profissão original e a profissão actual contribuiu decisivamente quer a forte redução dos imigrantes activos em ocupações não qualificadas, quer o aumento dos efectivos nas profissões intelectuais e científicas, dos operadores de instalação de máquinas e dos operários, artífices e trabalhadores similares (Quadro 3.20). Estas modificações na estrutura profissional dos imigrantes verificam-se nos três grupos de imigrantes, embora seja possível assinalar que nalguns grupos de profissões as alterações foram mais intensas para determinados grupos de imigrantes. Assim, por exemplo, relativamente aos trabalhadores não qualificados e aos operadores de instalações de máquinas verifica-se que os imigrantes moldavos são os que no conjunto dos imigrantes apresentam a maior variação entre a primeira e a actual ocupação em Portugal. Relativamente aos operários, artífices e trabalhadores similares verifica-se que a maior variação é registada pelos imigrantes da Ucrânia e da Rússia.

QUADRO 3.20

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Grandes Grupos Profissionais	Nacionalidade			Total N=668
	Ucranianos n=404	Russos n=141	Moldavos n=123	
Profissões intelectuais e científicas	5,9	10,6	7,3	7,2
Profissões de nível intermédio	2,0	3,5	0,0	1,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	11,6	18,4	20,3	14,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	30,0	18,4	20,3	25,7
Operadores de instalação de máquinas	7,9	9,9	17,1	10,0
Trabalhadores não qualificados	41,1	34,8	30,1	37,7
Outros grupos profissionais	1,5	4,4	4,9	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Independentemente desta ténue aproximação à estrutura ocupacional dos imigrantes nos seus países de origem, é de realçar que a estrutura ocupacional actual dos imigrantes continua a não se encontrar, maioritariamente, relacionada quer com as habilitações escolares, quer com a experiência profissional adquirida pelos imigrantes nos seus países de origem. A tendência geral é para os imigrantes da Europa de Leste ocuparem posições profissionais em Portugal menos qualificadas do que aquelas que ocupavam nos seus países de origem. Regista-se, deste modo, um padrão de participação dos imigrantes da Europa do Leste no mercado de trabalho português já identificado no inquérito realizado em 2002 que assenta num processo de desqualificação das qualificações originais do imigrante.

Outro dado sobre a inserção laboral dos imigrantes refere-se ao exercício de uma segunda actividade. Dos inquiridos, 27% afirmaram exercer outra actividade, geralmente no mesmo sector em que desempenham a sua actividade principal. Assim, por exemplo, dos que tinham uma segunda actividade na construção civil 72% desempenham a sua principal actividade no mesmo sector.

Dos inquiridos empregados no momento do inquérito, 83% afirmou ter contrato escrito, os restantes 17% afirmaram não ter qualquer contrato. A distribuição por tipo de contrato era a seguinte:

QUADRO 3.21

Tipo de contrato de trabalho detido pelos imigrantes

Tipo de contrato	N	%
Contrato permanente	246	39,2
Contrato temporário	360	57,3
Trabalhador por conta própria	11	1,8
Outro	11	1,8
Total	628	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Do tipo de contrato dominante deduz-se haver uma grande precarização da relação laboral. 57% possui um contrato temporário, uma percentagem muito superior à dos trabalhadores nacionais que em 2004 apenas abrangia 15% dos trabalhadores por conta de outrem (INE, Indicadores Sociais, 2004). Em termos de horário de trabalho, 9% trabalha menos do que 35 horas semanais, 42% trabalha entre 36 e 40 horas semanais, 22% trabalha entre 41 e 45 horas semanais e 28% trabalha mais do que 45 horas. Claramente estamos perante horários particularmente longos, que em parte se explicam por uma percentagem significativa (27 %) exercer mais do que uma actividade.

Em termos salariais a maioria (60%) recebe entre 360 e 600 euros, sendo que a média é 627 e o desvio padrão é 313, o que indica existirem grandes assimetrias nesta variável. Tendo em conta que 55% dos inquiridos declara fazer horas extras e que, como referido, 27% exerce uma segunda actividade, apesar dos longos horários de trabalho, quando comparado com o salário médio nacional dos trabalhadores por conta de outrem, nota-se que os imigrantes auferem um salário médio que é, aproximadamente, 300 euros inferior à média nacional - 921,6 euros (DGEEP, Inquéritos aos Ganhos e Duração do Trabalho, 2004). A distribuição dos salários auferidos é a seguinte:

QUADRO 3.22

Salário auferido pelos imigrantes (em euros)

Categorias salariais	N	%
120,00 – 360,00 €	29	4,3
360,01 – 600,00 €	403	59,3
600,01 – 840,00 €	165	24,3
840,01 – 1080,00 €	54	7,9
1080,01 – 1320,00 €	12	1,8
Mais de 1320,00 €	17	2,5
Total	680	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Dos inquiridos a exercer uma actividade a esmagadora maioria (80%) desconta para a segurança social. Quanto aos que não descontam 40% diz que o não faz porque o patrão não quer e 8% porque o próprio não quer. Os restantes 52% indicam outras razões. Quanto à situação fiscal, 69% indica ter efectuado os pagamentos devidos. Dos 31% que não realizam os pagamentos devidos, 36% dizem não

o fazer porque o empregador não quer, 20% porque o próprio não quer e os restantes apresentam outras razões.

Em suma, temos que 17% não possui qualquer vínculo laboral, 20% não desconta para a segurança social e 31% não cumpre as suas obrigações fiscais. Estes três indicadores indicam diferentes formas de informalidade sendo que a relação com o estado tende a exibir maior informalidade do que a relação laboral.

Verificam-se, no entanto, algumas diferenças interessantes entre os imigrantes ucranianos, russos e moldavos (Quadro 3.23).

QUADRO 3.23

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Condições de trabalho	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Existência de contrato escrito	n=469	n=165	n=138	n=772
Sim	83,2	79,4	84,1	82,5
Não	16,8	20,6	15,9	17,5
Tipo de contrato	n=384	n=129	n=115	n=628
Permanente	35,9	48,8	39,1	39,2
Temporário	61,5	43,4	59,1	57,3
Outro	2,6	7,8	1,7	3,6
Horas semanais de trabalho (em média)	n=461	n=164	n=132	n=757
até 35 horas	7,4	14,6	6,1	8,7
36 a 40 horas	43,4	40,2	37,9	41,7
41 a 45 horas	21,9	22,0	20,5	21,7
Mais de 45 horas	27,3	23,2	35,6	27,9
Salário mensal (em média)	n=407	n=150	n=123	n=680
120,00-360,00€	3,9	4,7	4,9	4,3
360,01-600,00€	60,9	61,3	51,2	59,3
600,01-840,00€	25,1	20,0	26,8	24,3
840,01-1080,00€	7,1	6,7	12,2	7,9
1080,01-1320,00€	1,5	1,3	3,3	1,8
Mais de 1320,00€	1,5	6,0	1,6	2,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em termos gerais pode afirmar-se que os trabalhadores ucranianos inquiridos parecem apresentar condições de trabalho inferiores às dos seus colegas russos. Com efeito, quando comparados com os russos, os ucranianos têm uma maior proporção de contratos sem estabilidade, uma semana de trabalho com duração ligeiramente superior e salários mensais inferiores.⁵⁵ A situação dos trabalhadores moldavos situa-se entre

55 A média dos salários mensais é de 604,4€ para os ucranianos, 674,7€ para os russos e 645,9€ para os moldavos.

aqueles dois grupos de imigrantes: apresenta uma proporção de contratos temporários superior à dos russos, mas inferior (ainda que somente ligeiramente) à dos ucranianos; regista uma jornada de trabalho superior à dos imigrantes russos e ucranianos; auferem um salário mensal que, em média, se situa acima do auferido pelos ucranianos, mas abaixo do que recebem os trabalhadores russos.

3.5. Remessas para o país de origem

Todos os fluxos de trabalho promovem um contra-fluxo de remessas para o país de origem que tende a ser particularmente intenso no início do fluxo migratório. Os imigrantes de Leste não são excepção a esta regra. De facto, 60% dos inquiridos afirma enviar dinheiro para o seu país de origem. Semanalmente 42% dos imigrantes que enviam dinheiro para o seu país enviam entre 250 e 500 euros, 33% entre 101 e 250 euros e 19% entre 1 e 100 euros. Em média os envios semanais são de 279 euros, uma importância que deve representar um enorme esforço financeiro uma vez que esta população auferem, como referido atrás, em média 627 euros por mês. Os imigrantes ucranianos são os que afirmaram com maior insistência o envio de remessas para o seu país (63,0%). Trata-se de um dado interessante, uma vez que, como se acabou de referir atrás, este grupo de imigrantes é o que auferem salários mensais médios mais baixos. Por oposição, os imigrantes russos, que têm salários médios mais elevados, são os que menos afirmaram enviar dinheiro para o seu país de origem (53,4%). Os imigrantes moldavos encontram-se a este respeito na situação intermédia com 59,9 por cento dos inquiridos a indicarem realizar transferências monetárias para o seu país. Os imigrantes ucranianos, para além de serem os que mais remessas enviam para o seu país, são, também, os que, em média, enviam semanalmente quantitativos mais elevados (283,7€), ligeiramente acima dos montantes enviados pelos moldavos (279,5€) e significativamente mais do que o enviado pelos imigrantes russos (266,2€).

A forma como as remessas são enviadas varia, mas a maior parte indicou recorrer à Western Union (58%) para fazer os seus envios. É interessante notar que até à vinda destes imigrantes a Western Union não tinha uma presença significativa em Portugal e que actualmente possui uma extensa rede de filiais e de parcerias com os Correios de Portugal que se expandiu devido à presença destes imigrantes. Na captação deste negócio de transferências monetárias a Western Union beneficiou também de um *marketing* mais agressivo que a banca portuguesa uma vez que foi a primeira a anunciar e fornecer informação nas línguas nativas destes imigrantes. A Western Union sofre actualmente a competição da banca nacional, que também já promove publicidade específica para estes imigrantes, mas que na altura do inquérito ainda só conseguira captar 34% deste mercado. O envio de remessas por canais informais (nomeadamente através de amigos ou familiares) é bastante reduzido, representando apenas 3% dos envios. Facto relativamente interessante quando comparado com outros grupos imigrantes, nomeadamente o cabo-verdiano, em que os canais informais são largamente usados. As formas de envio das remessas são sensivelmente semelhantes em todos os grupos de imigrantes considerados, surgindo a empresa Western Union como a instituição privilegiada para efectuar as transferências de dinheiro dos imigrantes. O recurso a esta instituição financeira é, contudo, ligeiramente menor no caso dos imigrantes russos, os quais recorrem com maior frequência do que os restantes grupos de imigrantes às instituições bancárias. As percentagens dos que recorreram à Western Union foram: 59,1% para os ucranianos, 52,1% para os russos e 60,0% para os moldavos. Os imigrantes ucranianos, russos e moldavos que recorreram às instituições bancárias foram, respectivamente, 33,3%, 39,4% e 28%.

4. Processos de integração na sociedade portuguesa

A inserção económica dos imigrantes em Portugal constitui apenas uma das dimensões do processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. O sentido de evolução deste processo de integração poderá ser avaliado através do recurso a algumas questões que procuraram auscultar a opinião dos imigrantes relativamente às características dos empregos disponíveis e estes, conhecer as experiências de discriminação sentidas pelos próprios, reconhecer o seu grau de envolvimento com a sociedade portuguesa e perceber

as suas experiências futuras. Tratam-se de questões que, na sua maioria, não se dirigem directamente a avaliar a integração social, cultural e política dos imigrantes, mas que permitem analisar algumas das condições que poderão influenciar decisivamente a evolução daquelas formas de integração.

4.1. Opinião sobre os empregos disponíveis aos imigrantes

A percepção que os imigrantes tinham do tipo de emprego disponível para os imigrantes foi captada através de um conjunto de frases sobre as quais foi pedida uma opinião. Da análise destes resultados ressalta o seguinte. Primeiro, 61% considera que os empregos disponíveis para os imigrantes são sujos e mal pagos e 80% considera que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles em que há falta de mão-de-obra. Os imigrantes ucranianos manifestam-se particularmente conscientes desta realidade (66,8%), o que poderá estar relacionado com o facto de ser também este grupo que apresenta a maior taxa de ocupação das profissões não qualificadas. Os valores dos imigrantes russos e moldavos que concordam com a afirmação de que “os empregos disponíveis para os imigrantes são sujos e mal pagos” são, respectivamente, 54,4% e 50,3%.

A afirmação de que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles em que há falta de mão-de-obra merece a concordância de, aproximadamente, três quartos dos imigrantes das três nacionalidades.⁵⁶ Um elevado grau de concordância recebe, também, a afirmação de que os empregos disponíveis para os imigrantes são aqueles que os portugueses já não querem desempenhar.⁵⁷ Apesar de uma forte proporção de inquiridos exercer ocupações pouco ou nada qualificadas e mal pagas, as quais em períodos anteriores eram exercidas quase exclusivamente por imigrantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, não existe a percepção (por parte dos imigrantes de leste) de estarem a ocupar os empregos anteriormente ocupados por outros grupos de imigrantes e, deste modo, estarem a contribuir para a mobilidade profissional, ou para o afastamento daqueles grupos de imigrantes dos seus tradicionais locais de inserção laboral. Com efeito, quando questionados sobre se os empregos disponíveis para os imigrantes de leste eram iguais aos empregos disponíveis para os outros imigrantes, 69,7% dos ucranianos, 67,6% dos russos e 74,3% dos moldavos responderam afirmativamente.

Igualmente relevante parece-nos ser a opinião de 52% dos inquiridos que considera que os empregos disponíveis para os imigrantes não estão de acordo com as suas qualificações. Esta opinião vem apenas substanciar a enorme discrepância, já anteriormente notada, entre as qualificações académicas e profissionais da maioria destes imigrantes e as oportunidades de emprego a que têm acesso em Portugal.

QUADRO 3.24

Opinião dos inquiridos relativamente às características dos empregos disponíveis para os imigrantes (valor e percentagem dos que concordam com a afirmação proposta)

Características dos empregos disponíveis	N	%
“Os empregos disponíveis para imigrantes são compatíveis com as suas qualificações”	401	51,9
“Os empregos disponíveis para imigrantes são sujos e mal pagos”	468	60,6
“Os empregos disponíveis para imigrantes são empregos em que há falta de mão-de-obra”	607	79,8
“Os empregos disponíveis para imigrantes são empregos que os portugueses já não querem”	484	63,3

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

56 81,1% dos ucranianos, 73,8% dos russos e 88,7% dos moldavos concordaram com a afirmação proposta.

57 61,9% dos ucranianos, 61,6% dos russos e 69,1% dos moldavos concordaram com esta afirmação.

Uma análise por grupos de nacionalidades apresenta ainda outros dados relevantes. A maioria dos imigrantes ucranianos e moldavos referiram a desadequação entre a ocupação em Portugal e o seu nível de qualificação (respetivamente, 52,8 e 57,6%), enquanto os imigrantes russos manifestaram alguma indecisão (17,8%) ou concordância (37,2%) relativamente à afirmação proposta⁵⁸ para aferir a opinião dos imigrantes relativamente à adequação das ocupações exercidas com a qualificação detida. Trata-se de um resultado interessante se tivermos em consideração que os imigrantes originários da Rússia detinham, em maior proporção do que os outros dois grupos de nacionalidade, habilitações académicas de nível superior (politécnico ou universitário), sem contudo apresentarem uma estrutura ocupacional significativamente diferente da dos restantes grupos de imigrantes.

4.2. Experiências de discriminação

Questionámos também estes imigrantes sobre as suas experiências de discriminação no trabalho e nos espaços públicos. As respostas obtidas apontam para que as experiências de discriminação tendem a diminuir do trabalho para os espaços públicos. De notar que o inquérito realizado em 2002 apontava para índices de discriminação menores em todos os espaços considerados. Estes resultados estão de acordo com resultados obtidos em anteriores trabalhos em que também se verificava uma tendência decrescente da discriminação dos lugares privados para os espaços públicos (Baganha, 1996). Pensamos que tal se deve ao facto das sanções sociais serem maiores nos espaços públicos do que nos espaços privados (Vala, 1999a; Vala, 1999b).

QUADRO 3.25

Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais (valor e percentagem dos que responderam afirmativamente)

Espaço de discriminação	N	%
No trabalho	370	41,4
Em lojas, cafés, transportes públicos, etc.	177	20,2
Na rua	152	17,4

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Quanto às experiências de discriminação dos imigrantes é possível afirmar que, em termos gerais, os inquiridos das três nacionalidades referiram em maior proporção terem sido alvo de práticas discriminatórias no local de trabalho do que nos espaços públicos (lojas, cafés, transportes públicos, rua). Uma análise mais atenta do Quadro 3.26 permite verificar que os imigrantes ucranianos indicaram em menor proporção terem sido alvo de discriminação quer no local de trabalho, quer na rua e que as experiências de discriminação em lojas, cafés e transportes públicos são sensivelmente semelhantes para as três nacionalidades.

QUADRO 3.26

Experiência de atitudes discriminatórias em diversos espaços sociais (valor e percentagem dos que responderam afirmativamente) (%)

Local da discriminação	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
No trabalho	39,0	44,4	45,7	41,4
Em lojas, cafés, transportes públicos	20,3	19,5	20,5	20,2
Na rua	15,9	21,3	17,5	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

58 A afirmação sobre a qual se pedia a opinião dos inquiridos foi a seguinte: “na sua opinião os empregos disponíveis para imigrantes são compatíveis com as suas qualificações?”

4.3. Alguns indicadores de integração

Apesar desta população ter chegado há muito pouco tempo a Portugal e portanto estar ainda no início do seu processo de integração, decidimos colocar algumas questões que nos permitissem ter uma ideia da integração funcional destes imigrantes. Um dado importante para conhecer as condições de integração dos imigrantes refere-se ao seu nível de conhecimento da língua portuguesa. É através do domínio da língua que os imigrantes conseguem estabelecer e manter formas de relacionamento mais regulares, intensas e completas com os cidadãos portugueses e com as diversas instituições da sociedade portuguesa. O Quadro 3.27 apresenta o grau em que os imigrantes afirmaram dominar cada uma das três valências linguísticas inquiridas.

É interessante notar que apesar do pouco tempo de permanência em Portugal, 46% dos inquiridos afirma falar bem ou muito bem português e 40% afirma conseguir ler textos em português rapidamente. O domínio da escrita é inferior uma vez que só 18% afirma ser capaz de escrever muito ou suficientemente bem em português.

A frequência de cursos de língua portuguesa por parte de 37% dos inquiridos aponta para uma auto aprendizagem da língua por uma parte significativa deste grupo.

De facto, só 3% afirma não ser capaz de falar português e 8% de não ser capaz de escrever português. A organização destes cursos esteve a cargo de diversas organizações e instituições, de notar contudo que apenas 19% dos inquiridos que frequentaram um curso de língua portuguesa refere o Programa “Portugal Acolhe” como a entidade organizadora.

QUADRO 3.27

Competência linguística dos inquiridos

Valência linguística	N	%
Nível de fluência do português falado		
Muito bom	47	5,3
Suficientemente bom	360	40,4
Mais ou menos	459	51,5
Não consegue falar	25	2,8
Grau de rapidez na leitura do português		
Muito rápido	44	4,9
Suficientemente rápido	315	35,2
Lentamente	470	52,5
Não consegue ler	67	7,5
Nível de escrita em português		
Muito bom	20	2,2
Suficientemente bom	136	15,3
Mais ou menos	547	61,4
Não consegue escrever	188	21,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

À parte o forte domínio da língua portuguesa por parte da generalidade dos imigrantes inquiridos, nota-se que os de origem moldava apresentam um maior nível de domínio da língua lusa do que os restantes imigrantes (Quadro 3.28). Tal é evidente em todas as valências linguísticas inquiridas, sendo as diferenças em relação aos outros dois grupos de imigrantes superiores a 20 pontos percentuais no caso da expressão e da leitura e superior a 10 pontos no caso da escrita do português. Este maior domínio da língua do país de acolhimento por parte dos imigrantes moldavos poderá ficar a dever-se a uma maior proximidade entre a língua moldava (de origem latina) e as restantes duas línguas (de origem eslava).

QUADRO 3.28

Profissão dos imigrantes no momento do inquérito (%)

Competência linguística	Nacionalidade			Total
	Ucranianos	Russos	Moldavos	
Nível de fluência do português falado	n=526	n=204	n=161	n=891
Muito bom	2,5	6,4	13,0	5,3
Suficientemente bom	36,7	38,2	55,3	40,4
Mais ou menos	59,1	49,0	29,8	51,5
Não consegue falar	1,7	6,4	1,9	2,8
Grau de rapidez na leitura do português	n=528	n=206	n=162	n=896
Muito rápido	3,0	3,9	12,3	4,9
Suficientemente rápido	27,8	37,4	56,2	35,2
Lentamente	60,0	50,5	30,2	52,5
Não consegue ler	9,1	8,3	1,2	7,5
Nível de escrita em português	n=526	n=204	n=161	n=891
Muito bom	1,1	3,4	4,3	2,2
Suficientemente bom	10,8	16,2	28,6	15,3
Mais ou menos	66,5	55,9	51,6	61,4
Não consegue escrever	21,5	24,5	15,5	21,1

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Em todos os grupos de nacionalidades verifica-se que a auto-aprendizagem, isto é, a aprendizagem da língua portuguesa sem recurso a cursos de língua portuguesa especificamente criados para responder às necessidades deste grupo de imigrantes, assume uma forte relevância, não se notando diferenças significativas entre os grupos.⁵⁹ No caso dos imigrantes que frequentaram os cursos de língua portuguesa, verificam-se algumas diferenças interessantes quanto à instituição organizadora a que cada um dos três grupos estudados ocorreu com maior frequência. Assim, deixando de lado a categoria residual 'outras instituições', os imigrantes moldavos recorreram com maior preponderância a cursos organizados pela Igreja

59 $\chi^2(2, 893) = 2,406, p > 0,05$. 64,7% dos ucranianos, 58,6% dos russos e 61,5% dos moldavos afirmaram não ter frequentado um curso de língua portuguesa.

Católica (36,4%), os imigrantes russos frequentaram em maior proporção cursos oferecidos pelas associações de imigrantes (26,9%) e os imigrantes ucranianos recorreram, sobretudo, à Igreja Católica (24,7%) e ao programa “Portugal Acolhe” (23,5%).

O facto dos imigrantes moldavos referirem um maior nível de conhecimento do português poderá explicar que este grupo de imigrantes recorra, como referido atrás, com maior frequência aos seus próprios recursos para encontrar o seu emprego. Mas, como também se viu atrás, não é suficiente para garantir a este grupo de imigrantes uma integração no mercado de trabalho substancialmente diferente da dos outros dois grupos de imigrantes.

4.4. Participação associativa

Outro indicador que apuramos foi o grau de participação em instituições e organizações sociais e políticas. Os resultados são os que se indicam no Quadro 3.29. A principal conclusão a tirar sobre o grau de participação destes imigrantes quer em instituições ou organizações sociais e políticas é que esta participação é apenas numericamente significativa nas instituições religiosas e nos sindicatos. Atribuímos esta maior participação em instituições religiosas à necessidade de manutenção de laços de apoio e de convívio com imigrantes da região de origem. E atribuímos a maior participação nos sindicatos ao papel que estes desempenharam na legalização destes imigrantes bem como à necessidade sentida por uma parte importante destes imigrantes de resolver conflitos laborais, nomeadamente o atraso no pagamento de salários.

QUADRO 3.29

**Participação em diferentes tipos de organizações
(valor e percentagem dos que responderam afirmativamente)**

Tipo de organização	N	%
Organizações sociais ou partidos políticos portugueses	2	0,9
Organizações sociais de imigrantes ou partidos políticos que incluem imigrantes de diferentes países	14	6,2
Organizações sociais de imigrantes ou partidos políticos que incluem imigrantes do seu país de origem	25	11,0
Sindicatos	54	23,8
Comunidade religiosa/Igreja	81	35,7
Outras organizações sociais	51	22,5

Fonte: Inquérito aos Imigrantes da Europa de Leste, CES, Coimbra, 2004

Da questão relativa à participação associativa dos imigrantes inquiridos ressalta, como já referido anteriormente, o fraco envolvimento dos imigrantes na generalidade das instituições ou organizações sociais ou políticas. Esta constatação é válida para todos os imigrantes, independentemente da sua nacionalidade. A excepção a este padrão não participativo dos imigrantes regista-se nas instituições religiosas e nos sindicatos em que os três grupos de inquiridos registam valores ligeiramente superiores aos registados nas restantes esferas de participação sugeridas (partidos políticos, organizações sociais portuguesas ou de imigrantes). É também nestas duas organizações que se observam as maiores diferenças entre os três

grupos de imigrantes, sendo os imigrantes moldavos os que referiram um maior grau de participação.⁶⁰ Se atribuirmos, como fizemos anteriormente, a maior participação nas instituições religiosas e nos sindicatos, respectivamente, à necessidade de manutenção dos laços de apoio e de convívio com os imigrantes de origem e ao papel desempenhado pelos sindicatos na legalização dos imigrantes e na resolução dos conflitos laborais, os dados relativos à participação diferencial dos três grupos de imigrantes nestas duas instituições parecem sugerir que os imigrantes moldavos sentem com mais intensidade do que os outros grupos de imigrantes esta necessidade de apoio da comunidade de origem e dos sindicatos.

4.5. Planos futuros

A maioria dos imigrantes inquiridos entende que a sua vinda para Portugal foi positiva (63%) e apenas 11% entende que foi negativa, os restantes entendem que nem ganharam nem perderam com a sua vinda para Portugal. Independentemente desta avaliação positiva apenas aproximadamente um terço dos imigrantes pretende ficar em Portugal.

Com efeito, a maioria dos inquiridos tem uma concepção temporária do seu projecto migratório. De facto, 47% afirma pretender regressar ao seu país de origem e apenas 29% pensa ficar em Portugal. É interessante notar que 7% pretende obter documentação portuguesa que lhe permita emigrar para outro país da União Europeia. Daqueles que tencionam regressar ao seu país de origem, 44% pretende regressar no curto prazo (no espaço de três anos), 33% pretende ficar até cinco anos, 6% até dez anos e 17% pretende ficar mais de dez anos.

Os imigrantes ucranianos afirmam maioritariamente o seu desejo de apenas permanecerem temporariamente em Portugal e depois regressar ao seu país de origem (54,2%), enquanto os imigrantes russos e moldavos manifestaram uma maior tendência à fixação em Portugal (respectivamente, 36% e 34,6%). Estes dois últimos grupos de imigrantes são, também, os que se encontram mais indecisos relativamente às suas perspectivas futuras (20% de cada um dos grupos).

Dos inquiridos que declararam pretender regressar ao seu país de origem, uma forte proporção dos membros de cada grupo nacional pretende fazê-lo no espaço de três anos.⁶¹ Conjugando os dados relativos aos planos futuros com os referentes ao tempo de estadia planeado, pode concluir-se que os imigrantes ucranianos apresentam projectos migratórios de natureza mais temporária e de menor duração do que os restantes dois grupos de nacionalidades: 80,6% dos imigrantes ucranianos deseja regressar ao seu país no espaço de 5 anos, enquanto que a percentagem de imigrantes russos e moldavos que exprimiram o mesmo desejo é, respectivamente, de 67,7 e 72,3%.

Conclusão

Num contexto de alargamento da União Europeia, em que um número substancial de estudos se preocupava sobretudo com os efeitos que esse alargamento teria sobre os fluxos de imigração com origem nos novos países aderentes,⁶² foi interessante verificar que a maior parte dos imigrantes que nesse período chegou a Portugal era originária de países que não faziam nem fazem (pelo menos no futuro próximo) parte do grupo de países candidatos à integração na União Europeia.

60 14,1% dos imigrantes moldavos afirmaram participar quer em sindicatos, quer em comunidades religiosas. Os valores para os imigrantes ucranianos foram, respectivamente, 4,3 e 8,7% e para os imigrantes russos os valores foram de 5,1% e 7,6%.

61 43,9% dos ucranianos, 40,3% dos russos e 46,8% dos moldavos pretendem regressar ao seu país no espaço de três anos.

62 Cf., por exemplo, Hönekopp e Werner (2000), Aleckel e Untiedt (2001).

Do ponto de vista da história recente, as raízes do recente fluxo migratório de nacionais de países da Europa de leste para Portugal têm origem num conjunto de imigrantes pioneiros que chegam a Portugal em meados dos anos 90 e após a adesão de Portugal ao Espaço Schengen. Trata-se de um período pós dissolução da União Soviética, em que o agravar da crise económico-social dos países de origem coincidiu com uma forte necessidade de mão-de-obra no mercado de trabalho português. Estes imigrantes pioneiros, poucas centenas de início,⁶³ permanecem maioritariamente ilegais no país e servem de chamariz para as várias dezenas de milhar que chegarão entre 2000 e 2002. As nacionalidades mais representadas neste grupo genérico dos imigrantes da Europa de Leste são em Dezembro de 2002, por ordem de grandeza, a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia. Sob a designação geral de imigrantes da Europa de Leste incluem-se, no entanto, cidadãos de muitos outros países como a Bielorrússia, a Bulgária ou a Polónia. Numericamente o grupo mais importante é o formado por cidadãos da Ucrânia que se tornou, no espaço de dois ou três anos, a nacionalidade líder do ranking de imigrantes legalmente residente em Portugal, superando o grupo tradicionalmente maioritário constituído por cidadãos da antiga colónia portuguesa de Cabo Verde.

Referências Bibliográficas Parte I:

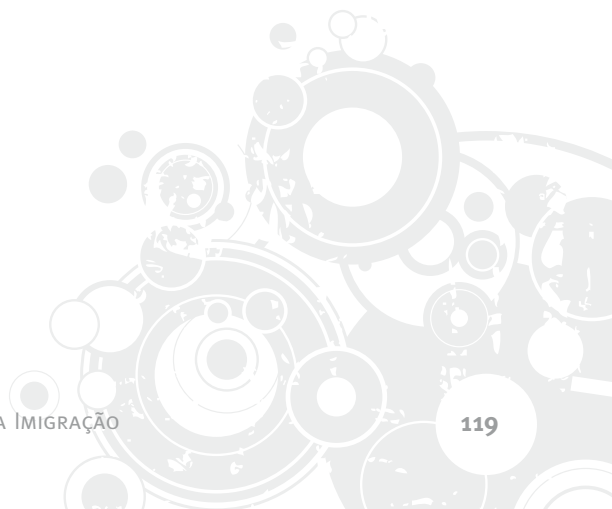
- ALECKE, Björn e UNTIEDT, Gerhard (2001) - "Migration aus den EU-Beitrittsländern Polen und Tschechien in die Europäische Union. Potential und regionale Verteilung", in RIEDEL, Jürgen e UNTIEDT, Gerhard (eds.), *EU-Osterweiterung und deutsche Grenzregionen*. Teilprojekte, ifo Institut für Wirtschaftsforschung, Forschungsnetzwerk Strukturentwicklung und Förderpolitik Dresden (ifo Dresden Studien 28/II), pp. 317-384.
- ARBER, Sara (1993) - "Designing samples", in GILBERT, Nigel (ed.), *Researching Social Life*, Londres, Sage Publications, pp. 68-92.
- BAGANHA, Maria I. (1996) - *Immigrants Insertion in the Informal Economy: The Portuguese Case*, First Report of the MIGRINF Project., Coimbra, CES/FEUC.
- BAGANHA, Maria I., MARQUES, José e GÓIS, Pedro (2004) - "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in BAGANHA Maria I. e FONSECA, Maria Lucinda, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 23-39.
- BORJAS, George J. (1989), "Economic theory and international migration", in *International Migration Review*, vol. 23, n.º3, pp. 457-485.
- BORJAS, George J. (1990), *Friends or Strangers*, Nova Iorque, Basic Books.
- BOYD, M. (1989) - "Family and Personal Networks in Migration", in *International Migration Review*, Special Silver Anniversary issue, n.º 23, pp.638-670.
- BRÜCKER, H., et al. (2000) - *Studie über die Auswirkung der EU-Erweiterung auf de Beschäftigung und die Arbeitsmärkte in den Mitgliedstaaten*, Final Report, Part A Analysis, Brussels (http://europa.eu.int/comm/employment_social/free_movement/news/parta.pdf [acedido em Janeiro de 2004])
- CARVALHO, Catarina e BAIÃO, Ana (2002) - "Reviver o passado em Lutsk. De volta à Ucrânia sem saudades", in *Expresso Revista*, n.º 1538, pp. 60-80.
- CASTLES, Stephen (1998) - "New Migrations, Ethnicity and Nationalism in Southern and East Asia", *Working Paper WPTC-98-09*, University of Oxford, Transnational Communities Programme.
- DUNCAN, Otis Dudley e DUNCAN, Beverly (1955a) - "A Methodological Analysis of Segregation Indexes.", in *American Sociological Review*, pp.210-217.

63 Em 1997, de acordo com o SEF o total de imigrantes da Europa de Leste a quem foram concedidas autorizações de residência foi de 82 indivíduos. Em 1998 de 1090 e em 1999 de 1077 indivíduos.

- DUNCAN, Otis Dudley e DUNCAN, Beverly (1955b) - "Residential Distribution and Occupational Stratification.", in *American Journal of Sociology*, pp. 493-503.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - "EU enlargement and future East-West Migration", in International Organization for Migration (ed.), *New challenges for migration policy in Central and Eastern Europe*, Genebra.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (eds.) (2000) - *Ost-West-Wanderung in Europa*, Viena, Böhlau Verlag.
- FASSMANN, Heinz e MÜNZ, Rainer (2002) - "Die Osterweiterung der EU und ihre Konsequenzen für die Ost-West-Wanderung"; in BADE, Klaus J. e MÜNZ, Rainer (eds.), *Migrationsreport 2002. Fakten - Analysen - Perspektiven*, Frankfurt a.M.: Campus, pp. 61-98.
- FRANK, Ove, e SNIDJERS, Tom (1994) - "Estimating the size of hidden populations using snowball sampling", in *Journal of Official Statistics*, vol.10, n.º1, pp.53-67.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, RATO, Helena e MORTÁGUA, Maria João (2005) - *Novos Caminhos da Europa. A Imigração de Leste*, Oeiras, Celta Editora.
- GOEDINGS, Simone (2000) - "EU Enlargement to the East and Labour Migration to the West Lessons from previous enlargements for the introduction of the free movement of workers for Central and East European Countries", in *IISG Research Papers*, n.º 36, International Institute of Social History Amsterdam.
- GRABBE, Heather (2000) - "The sharp edges of Europe: extending Schengen eastwards", in *International Affairs*, vol.76, n.º3, pp. 497-514.
- GUILD, Elspeth (2001) - Moving the Borders of Europe, The inaugural lecture delivered during the official ceremony on the occasion of the assumption of the professorship of the CPO Wisselleerstoel at the University of Nijmegen, the Stichting Steunfonds Juridisch (Post) Doctoraal Onderwijs on 30 May 2001 (www.jur.kun.nl/cm/Articles/oratieEG.pdf [acedido em 10/10/2003]).
- HARRIS, John R. e TODARO, Michael P. (1970) - "Migration, unemployment and development: a two-sector analysis", *The American Economic Review*, vol.60, n.º1, pp. 126-142.
- HECKATHORN, Douglas D. (1997) - "Respondent-driven sampling: A new approach to the study of hidden populations", in *Social Problems*, n.º 44, pp. 174-199
- HILLMANN, Felicitas e HEDWIG, Rudolph (1996) - "Jenseits des brain drain. Zur mobilität westlicher Fach- und Führungskräfte nach Polen", in *Discussion Paper FS I*, Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, pp. 96-103.
- HIRSCH, Paul M. (1972) - "Processing fads and fashions: an organizational set analysis of culture industry systems.", in *American Journal of Sociology*, n.º77, pp.639-659.
- HÖNEKOPP, Elmar E WERNER, Heinz (2000) - *Eastward Enlargement Of The European Union: a Wave of Immigration?*, IAB Labour Market Research Topics, n.º 40/2000, Nürnberg: Institut für Arbeitsmarkt- und Berufsforschung der Bundesanstalt für Arbeit (IAB).
- INSPEÇÃO-GERAL DO TRABALHO, ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS, E SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2002) - *Relatório Sobre a Evolução do Fenómeno Migratório*.
(http://www.idict.gov.pt/Docum_IGT).
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO) (2002) - *Transformation and Migration in Central and Eastern Europe*. Final Project Report, Genebra, ILO.
- KALTON, Graham e ANDERSON, Dallas W. (1986) - "Sampling rare populations", in *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 149, pp. 65-82.
- KARPACHOVA, Nina (2003) - *Стан дотримання та захисту прав громадян України за кордоном* (Special Report of the Ukrainian Parliament Commissioner For Human Rights: Report of the Ombudsmen Nina Karpachova) <http://www.ombudsman.kiev.ua/publ/s-d-Int.rar> [acedido em 1/10/2003, o texto original foi traduzido para poder ser lido pela equipa de investigação).

- MALYNOVSKA, Olena (1996) - Migration und Migrationspolitik in der Ukraine nach 1991, Bericht des Bundesinstitut für ostwissenschaftliche und internationale Studien (BIOst), nº 42/1996, Berlin: Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit.
- MALYNOVSKA, Olena (2001) - "Migration and Migration Policy in Ukraine", in *Migration Policies and EU Enlargement. The case of Central and Eastern Europe*, Proceedings of the Seminar on «The recent developments in migration and the labor market in Central and Eastern Europe in the context of European Union enlargement», Bratislava, March 2000, Paris, OECD.
- MARQUES, José Carlos (2008), *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, ICS.
- PIRES, Rui Pena (2002) - "Mudanças na Imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1988-2001.", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º39, pp.151-166.
- PIROZHKOVA, Sergei I. (1996) - "Trends in Ukrainian Migration and Short term Work Trips", in AZRAEL, Jeremy R., PAYIN, Emil A., MCCARTHY, Kevin F. e VERNEZ, Georges (eds.), *Cooperation and Conflict in the Former Soviet Union: Implications for Migration*, RAND, CF-130-CRES, Santa Monica, California
- POHJOLA, A. (1991) - "Social Networks - Help or Hindrance to the migrant", in *International Migration*, n.º29/3, pp.435-444.
- RUDOLPH, Hedwig (1994) - "Ex Oriente Lux? Gastwissenschaftlerinnen und Gastwissenschaftler aus Mitteleuropa und der ehemaligen UdSSR an deutschen Forschungsinstituten.", *Discussion Paper FS I 94-105*, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Berlin.
- SALT, John (2001) - "Europas Migrationsfeld", *Zeitschrift für Bevölkerungswissenschaft*, vol. 26, n.º3-4, pp. 295-325.
- SATZEWICH, Vic (2002) - *The Ukrainian Diaspora*, Londres, Routledge.
- TODARO, M. P. (1976): "Internal Migration in Developing Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology and Research Priorities", in *International Labour Office*, Genebra.
- SUDMAN, S., SIRKEN, M. G. e COWAN, C. D. (1988) - "Sampling rare and elusive populations", in *Science*, n.º 240, pp. 991-996.
- TRADES UNION CONGRESS (2004) - *Gone West. Ukrainians at work in the UK*, EURID.
- UKRAINIAN PARLIAMENT COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UPCHR) (2003) - *Special state of observance and protection of the rights of Ukrainian citizens abroad*. Report of the Ukrainian parliament commissioner for human rights, Kiev.
- VALA, Jorge (1999a) - *Novos Racismos: Perspectivas comparativas*, Oeiras, Celta Editora.
- VALA, Jorge et al. (1999b) - *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WORLD BANK (2003), "Ukraine at a Glance", *Data by Country*, (http://www.worldbank.org/cgi-bin/sendoff.cgi?page=%2Fdata%2Fcountrydata%2Faag%2Fukr_aag.pdf [acedido em Abril de 2004]).
- ZOLBERG, Aristide R. (1981), "International Migration in Political Perspective", in KRITZ, Mary M.e KEELY, Charles B. (eds.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, New York, Center for Migration Studies.
- STANDING, Guy e ZSOLDOS, László (2001), *Coping with Insecurity: The Ukrainian people's Security Survey*, International Labour Office, Socio-Economic Security Programme, Genebra, OIT.

PARTE II.
OS UCRANIANOS NA EUROPA DO SUL



IV

OS UCRANIANOS NO CONCELHO DE LEIRIA PERCURSOS MIGRATÓRIOS E INTEGRAÇÃO SOCIAL

MARIA PAULA OLIVEIRA
CEMRI – Universidade Aberta

1. Nota Introdutória⁶⁴

O ano de 2001 ficou marcado por profundas transformações nos padrões imigratórios em Portugal. Para além do factor numérico, multiplicaram-se os países de origem, os grupos étnicos, os imigrantes com origens urbanas e com maiores níveis de qualificações. A imigração feminina autonomizou-se do reagrupamento familiar, diversificaram-se os tipos de imigrantes, surgiram redes informais de recrutamento e auxílio à imigração irregular e de tráfico, registou-se uma dispersão de imigrantes por todo o território nacional, incluindo interior e ilhas.

Estas alterações sociográficas, percebidas a partir do final da década de 90 do séc. XX,⁶⁵ tornaram-se “oficialmente visíveis” após a abertura do terceiro processo de regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular, implementado pelo DL 4/2001, de 10 de Janeiro. A autorização de permanência (AP), figura jurídica de carácter excepcional, possibilitou a legalização a quem, em território nacional e sem visto adequado, fosse titular de uma proposta de contrato de trabalho com informação da então Inspecção-Geral de Trabalho – IGT (actual ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho).⁶⁶

O processo decorreu entre 10 de Janeiro e 30 de Novembro de 2001 e no seu termo, tinham sido emitidas 126.901 autorizações de permanência (SEF, 2001).⁶⁷

No cômputo geral (AR e AP)⁶⁸ o volume de cidadãos não nacionais com situação regularizada subiu de 207.607 indivíduos no ano 2000, para 350.503 em 2001, o que corresponde a um impressionante aumento de 68,8%, apenas num ano. Portugal tornava-se país, também, de imigração (Peixoto, 2004:16).

64 Este artigo resume e apresenta os resultados da pesquisa realizada entre 2002 e 2004, no âmbito da tese de mestrado em Relações Interculturais, especialidade Sociologia das Migrações, defendida na Universidade Aberta de Lisboa, com o título «Percurso Migratório e Integração Social - Os Ucranianos no Concelho de Leiria. Estudo de Caso».

65 Relatório Sobre a Evolução do Fenómeno Imigratório - Resolução Conselho de Ministros n.º14/2002, de 1 de Março e Baganha, 2002:28.

66 Para além deste requisito o art. 55º do DL 4/2001 de 10 de Janeiro, previa ainda a não condenação dos requerentes em sentença com trânsito em julgado com pena privativa de liberdade superior a seis meses; não terem sido sujeitos a medida de afastamento do território nacional e não estivessem indicados no sistema de informações do SIS e do SEF. No seu n.º 2, previa-se a concessão de autorizações de permanência até à aprovação do relatório previsto no art.36º do mesmo decreto. As AP eram concedidas por um ano, prorrogáveis por iguais períodos, não podendo o total de permanência exceder os cinco anos, contados da primeira emissão (no fim deste prazo o titular poderia requerer a Autorização de Residência). O art.55º foi revogado pelo artigo 20º do DL 34/2003, de 25 de Fevereiro.

67 Em 30 de Novembro de 2001 foi aprovado, conforme previsto no art.36º do DL 4/2001 de 10 de Janeiro, o relatório bianual de previsão de oportunidades de trabalho e dos sectores de actividade com carências de mão-de-obra, fixando-se um limite máximo anual imperativo de entradas de cidadãos oriundos de Estados terceiros para o exercício de uma actividade profissional. O visto de trabalho passou a permitir, ao seu titular, a entrada em território nacional a fim de exercer temporariamente a actividade profissional, subordinada ou não, que justificava a sua concessão.

68 A partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, os dados oficiais da população não nacional (SEF), passam a distinguir os indivíduos titulares de autorização de residente (AR) e os titulares de autorizações de permanência (AP).

Os movimentos provenientes da Europa de Leste, sem expressão até então, ascenderam ao primeiro lugar da tabela de comunidades não nacionais mais representadas em Portugal. Dentro deste grupo, os cidadãos ucranianos passaram a figurar no lugar de topo, destronando a tradicional liderança dos cabo-verdianos.

Das 126.901 AP emitidas em 2001, 56% (70.430) foram concedidas a cidadãos oriundos de países da Europa de Leste e 36% (45.233) apenas a cidadãos de nacionalidade ucraniana.

Portugal tornou-se mais multicultural, passando a acolher “outros”, com os quais nunca teve relações históricas, culturais e económicas.

O discurso oficial (Relatório Conselho Ministros, n.º14/2002) apontava a reunião de alguns factores como explicação deste intenso e rápido fenómeno: (I) as alterações geopolíticas, sociais e económicas ocorridas na Europa de Leste; (II) a queda do muro de Berlim; (III) a facilidade de emissão de vistos de curta duração pelos países da UE; (IV) a facilidade de circulação no Espaço Schengen; (V) a escassez de mão-de-obra não qualificada; (VI) a existência de um mercado de trabalho informal em Portugal, com larga capacidade de absorção de trabalhadores; (VII) a presença de sistemas organizados de recrutamento e auxílio de mão-de-obra irregular e de tráfico; (VIII) o conhecimento, pelos agentes, do decurso do processo de regularização extraordinária; (IX) a permissibilidade das autoridades nacionais em face aos indocumentados.

É neste novo contexto de mudança que esta investigação se situa e que este artigo resume e apresenta os principais resultados.

Objectivos e enquadramento teórico

O objectivo central foi identificar e analisar os mecanismos que explicam os percursos migratórios, ou o “[...] o conjunto de passos, acções ou situações, [...] que estão na base e explicam a “[...] intenção de partir, as expectativas, os preparativos, a viagem, a instalação, a inserção, a fixação ou o regresso” (Rocha-Trindade, 1995:39) e os processos de integração social, em particular, as práticas de inserção no mercado de trabalho dos ucranianos no concelho de Leiria.

No enquadramento teórico, tendo em conta as particularidades deste recente fluxo, privilegiou-se, sem descurar o acervo da sociologia das migrações, os contributos teóricos da globalização e do transnacionalismo, enquanto fenómenos que se tornaram, eles próprios, causa e efeito do acontecimento migratório, tornando muitas das tradicionais teorias sociológicas ineficientes se aplicadas, “*tout court*”, a estes novos movimentos.

Os modelos de integração de imigrantes nas sociedades de destino e os mais recentes debates em torno das questões de cidadania foram também examinados.

Percepcionando o fenómeno migratório como um processo multidimensional e multilateral, onde actores sociais e sociedades interagem, onde diferentes sistemas jurídico-políticos ditam diferentes formas de integração, entendeu-se pertinente completar o estudo com um levantamento transversal, quer da evolução numérica da imigração em Portugal, quer dos vários modelos jurídico-políticos de regulação dos fluxos migratórios e das políticas de integração (discursos, práticas, enquadramento legal e algumas respostas institucionais) do pós-revolução a Junho de 2004. Pretendeu-se, desta forma, contextualizar a investigação na realidade jurídico-política em que se inseria.

Operacionalizou-se ainda alguns conceitos fundamentais como os de cidadão europeu, cidadão estrangeiro e imigrante que, depois da instituição da Cidadania Europeia, assumem em termos sociológicos e jurídicos recortes e fronteiras distintas.

Metodologia, processo de amostragem e recolha de dados

Em face dos objectivos traçados, por estarmos perante uma nova corrente migratória com informação ainda escassa e porque os estudos locais são fundamentais para a compreensão das transformações sociais e da relação ou comparação entre o global e o local (Castles, 2000:20), preferiu-se a profundidade à generalização dos resultados, optando-se por um estudo de caso qualitativo.

A população em estudo é constituída pelos cidadãos de nacionalidade ucraniana, maiores de dezasseis anos, que, independentemente do seu estatuto legal no momento do inquérito, se encontravam fixados no concelho de Leiria.

Entendeu-se que antes da maioridade não é provável que o acto migratório aconteça de forma autónoma mas, a partir dos 16 anos, poderá existir alguma actividade laboral. O termo “fixado” foi preferido ao de “residente”, com o propósito de não ser confundido com o conceito jurídico de “residente legal”, ao tempo, circunscrito apenas aos titulares de autorizações de residência.⁶⁹ Entendeu-se ainda que a inclusão das situações irregulares traria uma mais-valia ao trabalho e um conhecimento mais profundo e rico da população em estudo.

A amostra, não probabilística, foi seleccionada através da técnica de “bola de neve” por melhor se adaptar a este universo.

Na recolha de dados quantitativos utilizou-se um inquérito por questionário, com 101 perguntas fechadas traduzido para Ucraniano. Dos 115 inquéritos, aplicados entre Outubro de 2002 e Julho de 2003, foram validados 105. Haverá no entanto a assinalar uma maior concentração das freguesias de Leiria, Parceiros, Marrazes e Pousos.

Os dados recolhidos foram sujeitos a um tratamento estatístico, cálculo de frequências e análise bidimensional com cruzamento de algumas variáveis, através do programa - *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS.

As não respostas registaram percentagens diminutas, tendo apenas uma pergunta ultrapassado os 20%. Em todas as outras a percentagem situou-se abaixo dos 5%, pelo que não enviesam os resultados.

2. Leiria - Do Global ao Local

Situado no centro do país, o concelho de Leiria tem uma posição geoestratégica privilegiada. Uma extensa rede viária, transversal e longitudinal e a integração na Região Turismo Leiria-Fátima, com uma ampla oferta turística e de qualidade, são factores que potenciam a atracção e a fixação de pessoas, mercadorias, capitais e investimentos.

No contexto nacional, a região destaca-se com um maior peso relativo, relativamente à estrutura produtiva do país. Dominam as actividades económicas ligadas ao comércio, à construção e à indústria transformadora, com destaque para o vidro, a cerâmica, os moldes, os cimentos e os plásticos.

Em Dezembro de 2002, estavam sediadas e em actividade no distrito 15.878 empresas e no concelho, 4.892 (INE, 2002). Apesar de maioritariamente pequenas e médias, a aposta na inovação, na internacionalização e na competitividade, caracterizam o dinamismo do tecido empresarial, traduzido no maior número de empresas certificadas em Portugal (até ao ano de 2002 – INE, 2002).

⁶⁹ Os “residentes legais”, titulares de Autorizações de Residência, reuniam um catálogo de direitos e garantias mais alargado relativamente a outras formas, sublinhe-se, também legais, de “viver” e trabalhar em Portugal, como era o caso, entre outros exemplos, das autorizações de permanência.

É no sector terciário (62% das empresas sediadas) seguido do secundário (34,7%), que se concentram os maiores níveis de empregabilidade do concelho, sobretudo no comércio, na agro-pecuária e na indústria (INE, 2002).

A construção civil acompanha o crescimento económico, registando um incremento e uma excepcional dinâmica. No ano de 2002, foram concluídas 852 obras no concelho e, no mesmo período, concedidas 792 licenças de construção de novos edifícios (INE, Retratos Territoriais).

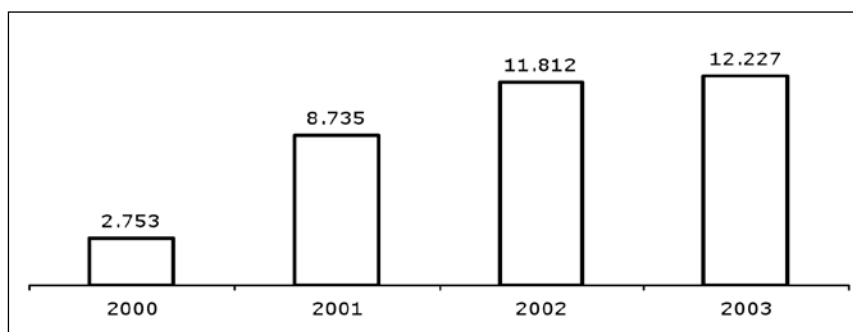
O sector primário tem uma expressão inferior à média nacional (3,3%) mas será de sublinhar que a pecuária representa mais de um quinto da produção nacional.⁷⁰

Leiria no contexto nacional ⁷¹

No cômputo geral os números globais da população não nacional com situação regularizada (AR e AP) no distrito de Leiria, acompanham a tendência imigratória nacional (Figura 4.1).

FIGURA 4.1

População não nacional (AR e AP) no Distrito de Leiria, por anos (2000-2003)



Nota: Cálculo da autora.

Fonte: 2000-2002 - Estatísticas Anuais, dados definitivos, 2003, dados provisórios

O primeiro registo que encontramos de cidadãos ucranianos titulares de autorização de residência reporta-se ao ano de 1999 e refere um único indivíduo, número que se mantém até 2001. Em 2002 surgem já quatro e em 2003 o número eleva-se para 24 (Quadro 4.1).

70 Fonte: Estudo "Caracterização Económica e Social da Região e do Distrito de Leiria", Observatório Regional, não datado, disponível em <http://www.nerlei.pt/observatorio/index>, consultado em Outubro de 2004.

71 Apesar dos esforços, não foi possível até ao termo da investigação (finais de 2004) aceder aos dados desagregados ao nível do concelho, motivo pelo qual se apresentaram os referentes ao distrito.

QUADRO 4.1

Autorizações de residência concedidas no distrito de Leiria e em Portugal (1999-2003)

Anos	Autorizações de Residência (AR)			
	AR concedidas a ucranianos no distrito de Leiria	AR concedidas a ucranianos em Portugal	Total de AR concedidas no distrito de Leiria	Total de AR concedidas em Portugal
1999	1	123	2.497	191.143
2000	1	163	2.753	207.607
2001	1	203	2.991	223.976
2002	4	299	3.189	238.944
2003	24	519	3.394	250.697

Fonte: SEF- *Relatórios Estatísticos (1999 a 2002 dados definitivos e 2003 dados provisórios)*

Estes números, quando comparados com os titulares de autorizações de permanência, aumentam significativamente (Quadro 4.2).

QUADRO 4.2

Autorizações de permanência concedidas no distrito de Leiria e em Portugal (2001 -2003)

Anos	Autorizações de Permanência (AP)			
	AP concedidas a ucranianos no distrito de Leiria	AP concedidas a ucranianos em Portugal	Total de AP concedidas no distrito de Leiria	Total de AP concedidas em Portugal
2000*	-	-	-	-
2001	3.753	45.626	5.744	126.903
2002	1.869	16.523	2.879	47.659
2003	159	2.546	257	9.097

* Nota: As AP foram introduzidas no ano de 2001, pelo DL 4/2001, de 10 de Janeiro

Fonte: SEF - *Relatórios Estatísticos (2001 e 2002 dados definitivos, 2003 dados provisórios)*

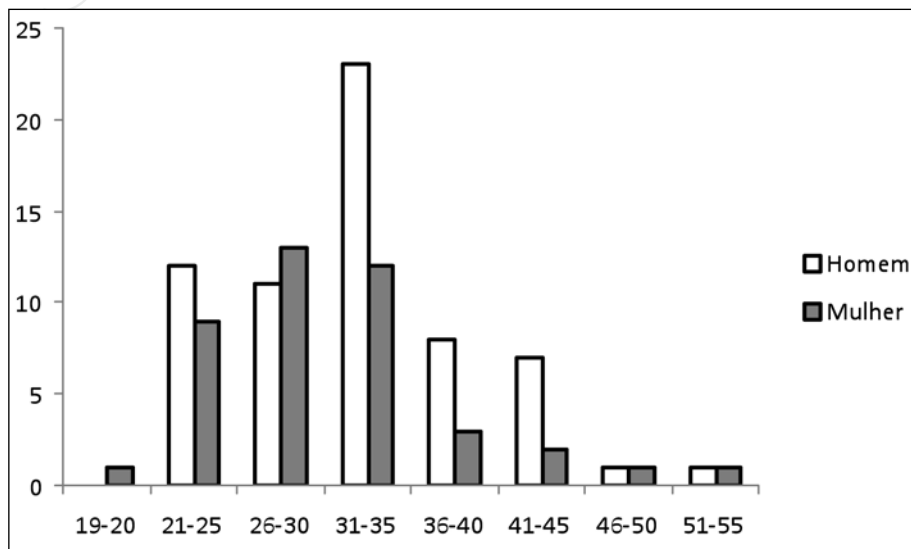
As novas correntes migratórias, com especial destaque para os cidadãos ucranianos, terão respondido às carências do mercado de trabalho local e também aqui se fixaram.

3. Características sociodemográficas da amostra

A amostra é constituída por 105 indivíduos de nacionalidade ucraniana, “residentes” no concelho de Leiria dos quais 63 são do sexo masculino (60%) e 42 do sexo feminino (40%). A maior concentração de idades (82,9%) situa-se na faixa etária entre os 21 e os 35 anos, o que indicia uma amostra laboral típica (Figura 4.2).

FIGURA 4.2

Distribuição da amostra, por idade e sexo (%)



A maioria é casada (78%) ou vive em união de facto (8,1%) e tem entre um e três filhos (78,1%). Oitenta e seis dos inquiridos (81,9%) estão em Portugal sem a família.

Quanto às habilitações académicas, 17,1% terminaram o ensino secundário, 51,4% tem um curso médio e 29,5% um curso superior. Mais de metade dos inquiridos (59) declara possuir bons conhecimentos da língua portuguesa. Apenas um refere não ter nenhum conhecimento de português.

Inquiridos sobre se tinham a sua situação regularizada perante a lei, 78,1% respondeu afirmativamente (31 mulheres e 51 homens) e 18,1% reconheceu encontrar-se em situação irregular (10 mulheres e 9 homens) enquanto quatro inquiridos declararam aguardar uma decisão (Quadro 4.3).

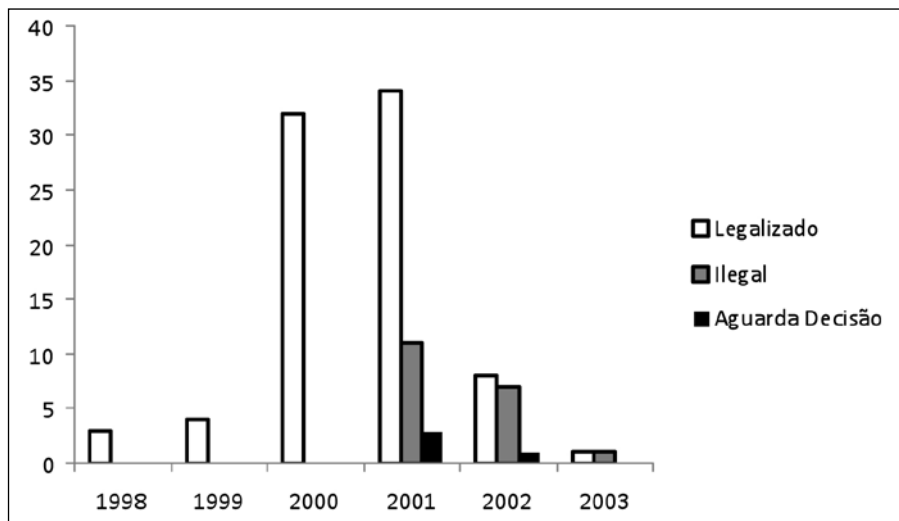
QUADRO 4.3

Situação legal da amostra, por sexo

Situação Legal	Mulher	Homem	Total
Legalizado	31	51	82
Irregular	10	9	19
Aguarda decisão	1	3	4
Total	42	63	105

O ano de chegada a Portugal foi, para a maioria da amostra, o ano de 2001, verificando-se em 2002 e 2003 uma quebra. Todos os chegados até ao ano 2000 conseguiram obter a legalização (Figura 4.3).

FIGURA 4.3

Situação legal da amostra, por ano de entrada em Portugal (%)


Perguntados sobre que tipo de autorização ou que tipo de visto possuíam, 42,9% declarou ser titular de autorização de permanência, 29,5% ter visto de trabalho, 13,3% visto de estada temporária e 8,6% estar ao abrigo do reagrupamento familiar. O quadro 4.4 cruza as respostas dadas quanto ao tipo de autorização ou visto com a situação perante a lei.

QUADRO 4.4

Tipo de autorização ou visto, segundo a situação perante a lei

Tipo de Autorização / Visto	Legal	Ilegal	Aguarda Decisão	Total
Autorização de Permanência	43	-	2	45
Visto de Trabalho	30	1	-	31
Visto de Turismo	-	13	1	14
Reagrupamento Familiar	8	1	-	9
Não respostas	1	4	1	6
Total	82	19	4	105

4. Percursos migratórios

Motivações à partida

A maioria dos inquiridos (72,4%) aponta razões de ordem económica, como principal motivação para a partida. Seguem-se o acompanhamento de cônjuge (16,2%), razões políticas (2,9%) e motivos de ordem profissional (1,9%). Numa segunda linha, contribuiu para a decisão de partir, o facto de terem amigos e/ou

familiares em Portugal (58%), a divulgação do país através de intermediários de empregadores, de agências de viagens e de recrutamento (27,6%). Para 4,8%, foi decisivo o facto de terem emprego assegurado.

Antes da partida 89,5% dos inquiridos pouca ou nenhuma informação tinha sobre Portugal, apesar disso, 63,8% tinha conhecimento da existência de muitas oportunidades de emprego, factor que pesou na escolha do país como destino (Quadro 4.5).

QUADRO 4.5

Motivos que contribuíram para a escolha de Portugal como destino

Escolha de Portugal como destino	N	%
Muitas oportunidades de emprego	67	63,8
Facilidade de legalização	9	8,6
Reagrupamento familiar	7	6,7
Emprego garantido	5	4,8
País da União Europeia	3	2,9
Permissividade das autoridades	3	2,9
Outros motivos	10	9,5
Não responde	1	1,0
Total	105	100

Leiria - Local de destino

A maioria dos inquiridos (69) veio directamente da Ucrânia para Leiria, registando-se, também neste grupo, uma maior concentração de chegadas durante o ano 2001.

Para 67,7% o destino Leiria ficou a dever-se a amigos, familiares ou conhecidos já radicados e para 11,4%, a contactos fornecidos por terceiros, enquanto que 21,9% declarou não ter qualquer ligação a Leiria. Para estes últimos, a razão de fixação no concelho ficou a dever-se, sobretudo, ao facto de terem emprego assegurado (44,8%).

Viagem e chegada

A maioria dos inquiridos (89,5%) viajou por via terrestre, entrou na UE pela Alemanha (81%) e utilizou o autocarro como meio de transporte (73,4%). Só 5,7% dos inquiridos viajaram de avião. A maioria fê-lo integrado num grupo, cujos elementos, até esse momento, não conhecia. Apenas 11,4% viajaram na companhia da família.

O custo da viagem oscilou entre os 100 e os 1000 euros. Para além desta importância, 42,8% dos inquiridos suportou um pagamento adicional para a obtenção de documentos (passaporte e vistos) cujos montantes variaram entre os 100 e os 1.500 euros.

A primeira percepção dos inquiridos à chegada a Portugal revela-se maioritariamente positiva.

5. Estratégias de integração no mercado de trabalho

Mobilidade profissional

A quase totalidade da amostra (95,2%) é composta por trabalhadores activos. Dos 105 inquiridos, um está desempregado, um declarou ser estudante e três referiram estar noutras situações não especificadas.

Se comparadas as profissões na origem com as actuais observa-se uma desqualificação profissional, num processo de mobilidade profissional descendente.

A inserção no mercado de trabalho, efectuou-se através de sectores não qualificados: construção (28,6%), indústria (25,7%), limpezas e serviços domésticos (20,9%), hotelaria (4,8%). O sector da construção é ocupado por homens, enquanto às mulheres cabe os serviços domésticos e a hotelaria.

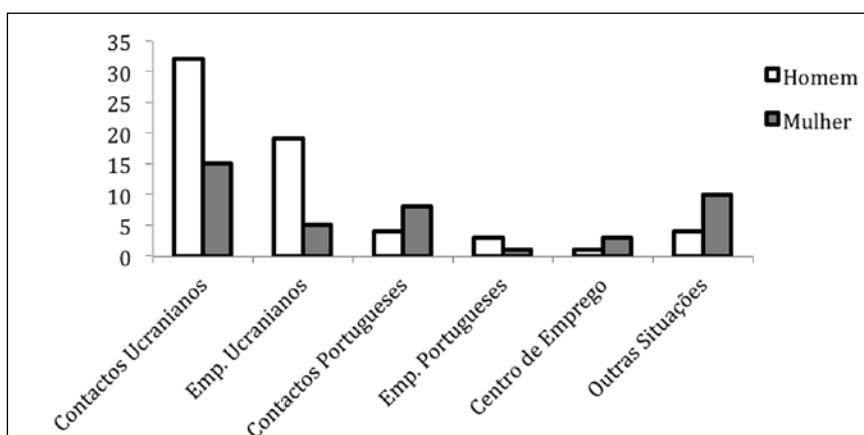
Redes

Quer as redes formais quer as informais, dentro da própria comunidade, desempenham um papel importante na decisão de partir e na obtenção de emprego.

Como acontece nos fluxos migratórios recentes, o recurso à comunidade portuguesa e às fontes oficiais apresenta valores relativamente baixos. Apenas 28% declaram tê-lo feito (Figura 4.4).

FIGURA 4.4

Forma de obtenção de emprego, por sexo



A maioria (78,1%) declarou ter amigos, familiares ou contactos fornecidos por terceiros em Leiria e também a maioria (67,7%) declarou ter entrado no mercado de trabalho através ou dessas redes sociais (47 inquiridos), ou através de empregadores ou recrutadores ucranianos (24 inquiridos).

Ao cruzarmos a informação relativa aos setenta inquiridos (66,7%) que, com ou sem contactos prévios, vieram directamente da Ucrânia para Leiria, 47 declara que o fez porque tinha emprego assegurado. Destes últimos, 31 não tinha nenhum contacto em Leiria, o que denota a existência das redes de angariação de mão-de-obra na origem.

Com ou sem emprego assegurado, não tiveram períodos significativos de espera pelo primeiro emprego: 15,2%, começou de imediato a trabalhar, 80% esperou menos de um mês, 15,2% até dois meses, 1,9% aguardou quatro meses. Só 1%, declarou ter conseguido emprego, apenas, ao fim de seis meses, o que revela as necessidades de mão-de-obra locais, pelo menos, nos sectores de actividade em que foram inseridos.

À pergunta, se teriam sido obrigados a pagar alguma quantia mensal a quem lhes tinha arranjado emprego, 81,8% respondeu negativamente, 1,9% não respondeu e 14,3% (15 inquiridos) reconheceu que pagou, a angariadores, quantias mensais que variaram entre os 150 e os 500 Euros. Os que responderam afirmativamente, fizeram-no por períodos de tempo que oscilaram entre um e oito meses. De referir que, destes 15 inquiridos, 6 (5,8%) foram alvo de ameaças pessoais em Portugal e, para três deles, as ameaças foram extensíveis às respectivas famílias na Ucrânia. Sublinhe-se que, quando perguntados sobre se teriam notícias deste tipo de situações ou outras análogas, uma percentagem mais significativa (66,7%) afirma que sim.

Situação Laboral

Apesar do tempo de espera pelo primeiro emprego ter sido, para 80%, inferior a um mês (supra), 62 inquiridos declaram ter tido alguma dificuldade na obtenção de emprego, 31 por falta de legalização, 26 pelo desconhecimento da língua portuguesa e 16 pelo não reconhecimento das suas qualificações académicas. Treze referem a discriminação e 8 indicam a distância entre o local do emprego e a habitação como principal dificuldade.

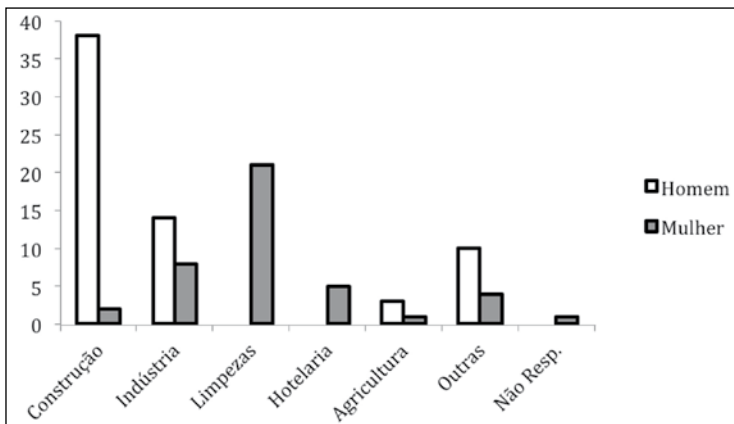
No momento do inquérito, 62,9% dos inquiridos mantinha o primeiro emprego há mais de doze meses, 15,3% manteve-o entre sete a doze meses e 19,1% de um a seis meses.

Quanto ao número de empregos, 2,9% teve um único, 58,1% dois, 30,5% entre três a cinco, 7,6% de seis a oito e 1% nove ou mais empregos.

Desde que chegaram a Portugal, o sector da construção, seguido da indústria e das limpezas foram as actividades que exerceram mais tempo. Desagregados por sexo, observa-se uma maior concentração de homens na construção e na indústria, mantendo-se a exclusividade de mulheres nas limpezas e na hotelaria. Quatro mulheres, declaram terem já trabalhado na construção civil (Figura 4.5).

FIGURA 4.5

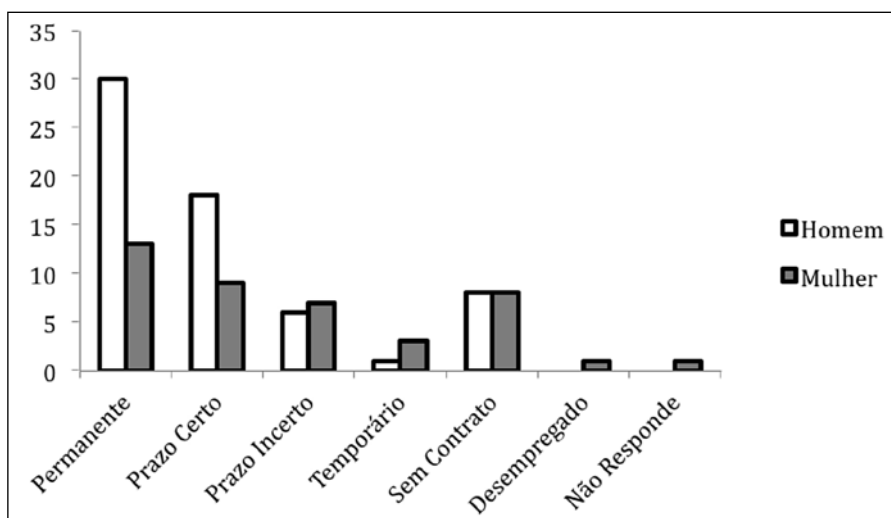
Actividade profissional exercida mais tempo em Portugal, por sexo



Quarenta e três inquiridos (41%) são trabalhadores permanentes, 25,7% tem contrato de trabalho a termo certo, 12,4% a termo incerto, 3,8% são trabalhadores temporários e 15,2% não tem contrato de trabalho escrito (os restantes dois, um é estudante, outro está desempregado) (Figura 4.6).

FIGURA 4.6

Vínculos contratuais



Para 70,5%, o trabalho é prestado em horário completo. Apenas 2,9%, no momento do inquérito, trabalhava em regime de tempo parcial enquanto 25,7% declarou trabalhar “à hora”. Para além do horário de trabalho normal, 73% dos inquiridos faz horas extraordinárias, quer com carácter de regularidade, quer a título ocasional. Vinte e três inquiridos tinham ainda um segundo emprego a tempo parcial e cinco declararam já terem tido.

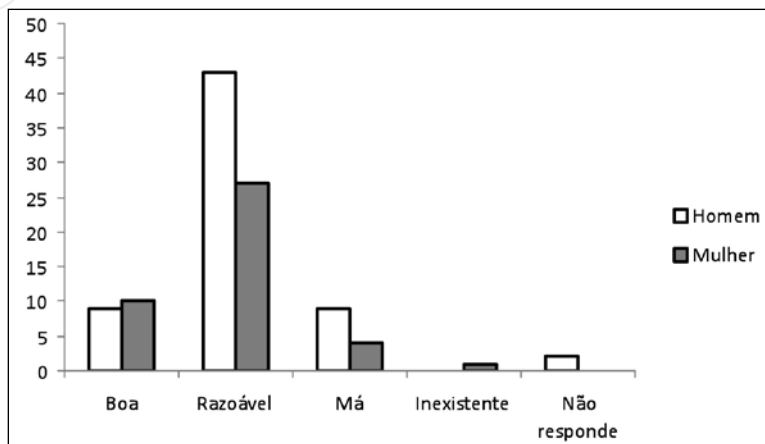
As horas de trabalho ultrapassam, para a maioria, as 40 horas semanais, independentemente do título a que são prestadas. Esta sobrecarga de trabalho está em consonância com o pouco descanso semanal que declaram ter. A maioria descansa um dia e 3,8% não tem nenhum dia de descanso, o que, de alguma forma, poderá explicar que 24,8% já teve, pelo menos, um acidente de trabalho em Portugal. Apesar disso, a maioria (61,9%) avalia as condições de segurança e higiene no trabalho de forma positiva.

É também de forma positiva que avaliam quer o relacionamento com a entidade patronal, declarando 84,8% ser razoável ou boa, quer a relação com os seus colegas de profissão (79,1%).

Também a maioria dos inquiridos (84,8%), apesar de possuir vínculos contratuais vulneráveis (46 inquiridos têm contrato de trabalho a termo ou temporários e 16 não têm contrato) de trabalharem mais de 40 horas por semana, de terem poucos ou nenhuns períodos de descanso, ainda assim, classificam a sua situação profissional em Portugal de boa ou de razoável (Figura 4.7).

FIGURA 4.7

Auto-avaliação da situação laboral em Portugal



De razoável qualificam também o seu nível salarial (79%), só 19% o entende mau.

Para 54% dos inquiridos, os períodos de desemprego, até ao momento do inquérito, nunca foram superiores a um mês e só 3 vivenciaram situações de despedimento.

Dificuldades Sentidas

No momento da chegada a Portugal, as principais dificuldades dos inquiridos concentravam-se maioritariamente na Língua Portuguesa (64), seguidas da legalização (16) e da habitação (6). No momento do inquérito, a legalização, a língua e a saúde encabeçavam as dificuldades mais sentidas.

Apesar do pouco tempo disponível, 34 dos 105 inquiridos frequentam aulas de português. Os restantes entendem ter já bons conhecimentos da língua (56,2%), outros classificam-nos de fracos (30,5%) e, outros ainda, de muito fracos (9,5%).

Quanto à dificuldade sentida na legalização verifica-se que, no momento do inquérito, 19 inquiridos reconhecem estar em situação de ilegalidade. Curiosamente, nesta pergunta, também com referência ao momento do inquérito, a legalização é uma dificuldade apontada por um número superior (24) o que parece sugerir que, nesta amostra, haverá mais do que 19 situações de irregularidade.

O emprego, enquanto dificuldade, parece não ter expressão muito significativa, o que traduz a quantidade de oferta, quer no mercado formal, quer no informal, tendo em conta que os dezanove inquiridos em situação irregular são trabalhadores activos.

Redes de Sociabilidade

O relacionamento com a comunidade portuguesa, enquanto indicador dos níveis de integração dos migrantes na sociedade, é avaliado pelos inquiridos que compõem a amostra, de forma positiva independentemente das barreiras linguísticas e culturais existentes.

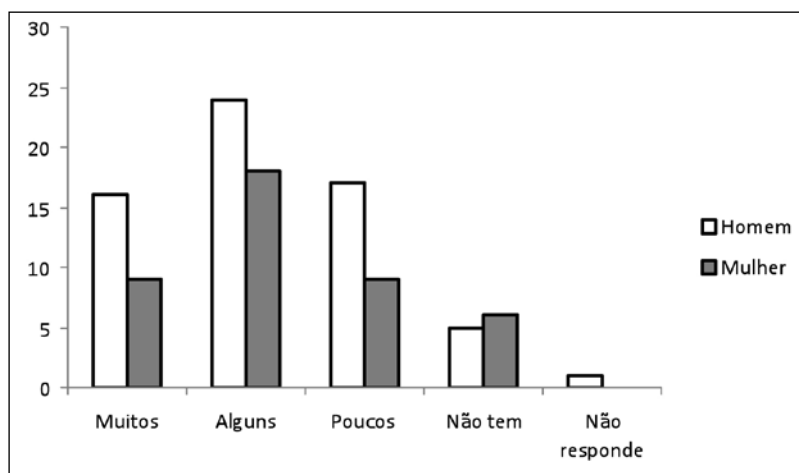
Quando inquiridos sobre que avaliação fazem do relacionamento com os portugueses em geral, as respostas obtidas são classificadas por 97,1%, entre o bom e o razoável. Quando desagregadas por entidades patronais, colegas de trabalho, vizinhos, amigos e entidades oficiais, os valores relativos descem ligeiramente mas, a maioria, mantém-se situada entre o bom e o razoável.

A avaliação do relacionamento com vizinhos é, para a maioria (90,4%), também, boa e razoável. Só um inquirido a classifica de má e 7,6% de inexistente.

Apesar do pouco tempo de permanência em Portugal, 88,6%, considera ter pelo menos um amigo ou mais de nacionalidade portuguesa (Figura 4.8).

FIGURA 4.8

Número de amigos portugueses



O tipo de relacionamento com portugueses distribui-se pela convivência nos tempos livres (24,8%), ajuda no dia-a-dia (21%), ajuda no local de trabalho (17,1%) e visitas nas respectivas casas (15,2%). Se tivermos em conta que estamos perante um fluxo migratório recente, que não fala a mesma língua, que não tem uma história comum, nem traços culturais e religiosos próximos, esta percentagem é significativa.

A frequência de contactos, quando comparada, com a que os inquiridos mantêm com a sua própria comunidade, sobe de 40% para 65,7%.

Relação com entidades oficiais

Na avaliação do relacionamento com as entidades oficiais, 32% declara a relação inexistente, 1% considera-a má, mas os restantes 65,7% classificam-na de boa, ou de razoável.

Trinta e oito inquiridos (36,2%) declararam ter já beneficiado de algum tipo de apoio por parte de entidades oficiais. No cômputo geral (legais e ilegais), as maiores concentrações situam-se ao nível de ajudas médicas e medicamentosas (19%), jurídicas (12,4%) e económicas (2,9%). Para 33,3% dos beneficiários, as ajudas foram prestadas por instituições ou organismos sediados em Leiria, respectivamente o Hospital Distrital, a delegação local do IDICT e a Segurança Social.

Práticas associativas

O facto de estarmos perante uma comunidade recente pode constituir um elemento justificativo da fraca mobilização associativa. Dos 105 inquiridos, só 8 são sócios de associações. Um de uma associação de imigrantes, um outro de uma associação de defesa de direitos humanos e um terceiro de um sindicato. Os restantes declararam ser sócios de associações desportivas, de pais, de residentes e religiosas.

6. Laços com o país de origem e perspectivas futuras

Ligações à origem

A maioria mantém contactos semanais (58,1%) ou mensais (31,4%), com a Ucrânia, maioritariamente via telemóvel (81,9%).

Quarenta e sete dos inquiridos (42,9%) lê jornais e revistas ucranianas e fá-lo com carácter de regularidade, enquanto 44,8% o faz esporadicamente.

Trinta inquiridos enviam de forma regular divisas e bens para a Ucrânia, 54 fazem-no pontualmente e 21 declaram não o fazer. Ao cruzarmos os dados, verifica-se que são os que imigraram sozinhos que, naturalmente, mais divisas enviam, o mesmo acontecendo com as remessas de bens.

Evolução da Situação Profissional

A forma como os inquiridos avaliam a evolução das suas situações profissionais num futuro próximo (ao tempo do inquérito) parece traduzir alguma expectativa. Quarenta e cinco inquiridos declaram não saber como irá evoluir o seu futuro profissional. Vinte e seis acredita que vai ser melhor, doze é de opinião que se manterá e outros doze, julgam que a situação irá piorar. Desagregadas pelas respectivas situações legais, e como seria de esperar, são os que têm a situação regularizada perante a lei que têm uma perspectiva futura mais positiva em termos profissionais.

Quando perguntados sobre quanto mais tempo julgam ter trabalho garantido, 46,7% dos inquiridos declara julgar tê-lo por, no mínimo, mais doze meses, 27,6%, entre seis a doze meses e 14,3%, até seis meses.

Cruzando estes dados com as situações irregulares (19 no total) constata-se que, sete destes inquiridos não responderam a esta questão, três declaram ter trabalho garantido, pelo menos até seis meses, outros três, de seis a doze meses e seis por mais de doze meses. Nesta última situação estão os três dos quatro inquiridos que declaram estar à espera de uma decisão de legalização, o que parece evidenciar que o mercado de trabalho informal, continua com alguma capacidade de absorção de mão de obra ilegal.

Evolução da situação imigratória em Portugal

Neste aspecto, a opinião dos inquiridos é maioritariamente negativa. Na verdade, 53,3% entende que a situação está a piorar, 14,3% que está igual desde que chegou a Portugal, 14,3%, declara não saber e só 17,1% está convicta que irá melhorar.

No entanto, caso viessem a ficar sem emprego, as opções tomadas pela maioria passariam pela manuten-

ção da permanência em Portugal (Quadro 4.6). Só uma pequena minoria (6,7%) declara que desistiria do projecto migratório e regressaria à Ucrânia e 6,7%, tentaria outro país da União Europeia.

QUADRO 4.6

Opções em caso de desemprego, por situação legal

Opções em caso de desemprego	Legal	Irregular	Aguarda Decisão	Total
Inscrição no Centro de Emprego	32	1	1	34
Procurar outro emprego com a ajuda de amigos ou de familiares	29	11	1	41
Pedir emprego directamente a empregadores	5	1	1	7
Pedir ajuda a Instituições de Solidariedade	-	1	-	1
Tentar outro país da União Europeia	8	-	-	8
Regressar à Ucrânia	5	2	-	7
Várias opções em conjunto	1	-	-	1
Outras opções,	1	2	1	4
Não responde	1	1	-	2
Total	82	19	4	105

Retorno ou Fixação em Portugal

Nesta amostra, para 41 dos inquiridos (39%) a imigração é tida como um projecto de vida temporário, declarando que têm intenção de, um dia, regressar à Ucrânia. Trinta e seis inquiridos (34,3%) declaram não saber. Se no momento do inquérito não tinham ainda uma opção definida, não deixa de ser curioso este elevado numero de inquiridos não excluir, desde logo, a possibilidade de fixação definitiva em Portugal. Por seu turno, seis (5,7%) afirmam ter intenção de aqui se fixar definitivamente. Sublinhe-se que vinte e dois inquiridos não responderam a esta questão pelo que, as percentagens válidas (excluídas as não respostas) têm valores mais elevados, respectivamente 49,4%, 7,2% e 43,4% (Quadro 4.7).

QUADRO 4.7

Retorno à Ucrânia

Retorno à Ucrânia	N	%	% Válida
Sim	41	39,0	49,4
Não	6	5,7	7,2
Não sabe	36	34,3	43,4
Respostas dadas	83	79,0	100,00
Não responde	22	21,0	
Total	105	100,0	

Nem todos os 19 inquiridos, que se encontram em situação irregular em Portugal têm intenções de regressar. Dos quinze em situação irregular que responderam a esta pergunta, 3 declaram que não têm intenções de regressar e 4, ainda não sabe se o fará um dia. Quanto ao tempo previsto de permanência em Portugal, 41,9% declarou não ter um prazo definido, 28,6%, declara querer manter o projecto migratório até três anos e 23,8%, mais do que quatro.

Reagrupamento Familiar⁷²

Dos 71 inquiridos que estão sozinhos em Portugal, 35,2% têm intenções de trazer a família para junto de si, independentemente do retorno ou da definitiva fixação. Dos restantes, 39,4% declararam ainda não saber e 25,4% não têm, para já, tal intenção (Quadro 4.8).

Quando questionados se tinham intenção de trazer a família para Portugal, mesmo que não conseguissem obter a sua legalização, 25,3% declarou que, mesmo assim, a família viria, 30,5% declarou não saber e 22,9% respondeu negativamente.

QUADRO 4.8

Reagrupamento Familiar

Reagrupamento Familiar	N	%	% Válida
Sim	25	23,8	35,2
Não	18	17,1	25,4
Não sabe	28	26,7	39,4
Respostas dadas	71	67,6	100,0
Não se aplica	34	32,4	
Total	105	100,0	

7. Discussão dos Resultados

Apesar de os resultados a que chegamos não serem generalizáveis, denotam estar em conformidade com os resultados apresentados por dois trabalhos anteriormente realizados.

Quer o estudo de M. Ioannis Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis (in Baganha e Fonseca, 2004:23-39) que se debruça sobre uma amostra mais abrangente, englobando imigrantes oriundos de vários países de Leste em Portugal,⁷³ quer o trabalho de Maria Lucinda Fonseca, João Alegria e Alexandra Nunes (in Baganha e Fonseca, 2004:91-118) também relativo a imigrantes de Leste,⁷⁴ mas com referência apenas à região de Évora, apresentam resultados semelhantes aos que se obtiveram nesta pesquisa. Se comparados, as diferenças registadas não são, em termos relativos, significativas, com uma excepção no que toca

72 O reagrupamento familiar, ao tempo em que o inquérito foi construído e aplicado, estava vedado aos titulares de autorização de permanência, sendo estritamente concedido aos residentes titulares de autorização de residência. Só com o DR 6/2004, de 26 de Abril, surge a reunião familiar para os titulares de autorização de permanência, motivo pelo qual, esta questão fazia sentido, quer para os inquiridos legalizados, quer para os irregulares.

73 Neste trabalho, apesar de estarem representadas onze nacionalidades diferentes, 89% dos inquiridos têm nacionalidade ucraniana (Baganha e Fonseca, 2004:32).

74 Nesta amostra 195 dos 518 inquiridos têm nacionalidade ucraniana (Baganha e Fonseca, 2004:104).

às perspectivas futuras. As características sócio demográficas, os trajectos migratórios e os processos de integração a nível nacional, na região de Évora e no concelho de Leiria, para os cidadãos ucranianos são, em termos globais, idênticos.

Estão ainda em consonância com as tendências verificadas a nível nacional (SEF).

Os resultados indicam estarmos perante um movimento recente, com características sócio demográficas típicas das migrações laborais. Maioritariamente homens em idade activa, na faixa etária entre os 31 e os 35 anos. A maioria está em Portugal sem a família, apesar de ser casada, ou viver em união de facto. Têm entre um e três filhos.

Os percursos migratórios têm trajectórias idênticas. Como primeira motivação à partida, surgem as razões de ordem económica, tendo a maioria destes inquiridos vindo directamente da Ucrânia para Leiria. Se, para a maior parte, a escolha de Portugal como destino teve por base o conhecimento de muitas oportunidades de trabalho e a facilidade de legalização, cuja informação lhes chegou através das redes sociais, para outros, a angariação e oferta na origem, através de “pacotes migratórios” (documentos, vistos, transporte, emprego garantido e habitação) foi o factor determinante da escolha.

Os dados recolhidos demonstram a existência de redes transnacionais de crime organizado, desenvolvido a partir da origem. Com ramificações em Portugal, estas redes acrescentam ao negócio de auxílio à imigração irregular a extorsão mensal de quantias em dinheiro, em alguns casos com ameaças e ofensas corporais, quer na pessoa do trabalhador, quer nos membros da sua família na Ucrânia.

A maioria afirma ter a sua situação regularizada perante a lei, apenas 18,1% declaram estar irregulares, ter número de contribuinte e proceder a descontos para a segurança social. A análise dos resultados, contudo, parece apontar um número mais elevado de situações de ilegalidade do que as de facto declaradas.

O elevado número de inquiridos que declara ser titular de um visto de trabalho (31) conjugado com o facto de, pelo menos 28 desses mesmos inquiridos, ter entrado em Portugal até ao ano de 2001,⁷⁵ parece indiciar algum enviesamento, senão vejamos: (I) uma das reconhecidas características deste fluxo migratório,⁷⁶ é que a maior parte das entradas em Portugal se efectuou de forma acentuada, entre os anos 2000 e 2001, através de vistos de curta duração. Já em território nacional puderam beneficiar do processo de regularização de imigrantes, que decorreu até 30 de Novembro de 2001, através da concessão das autorizações de permanência; (II) por outro lado, recorde-se que, no ano de 2001, foram concedidas, nos termos deste processo e, exclusivamente a cidadãos ucranianos, 45.626 autorizações de permanência, número esse que contrasta profundamente com os 127 vistos de trabalho concedidos durante o mesmo período de tempo, também, e só, a ucranianos.⁷⁷ Convirá sublinhar, ainda, que desses 127 vistos, só 87 eram de tipo IV, que permite o exercício de uma actividade profissional subordinada (SEF, 2001); (III) por último, ao cruzarmos a informação – “tipo de autorização ou visto” com a “situação legal” da amostra, verificamos, pelo menos, uma impossibilidade legal, que se traduz no facto de 1 dos 31 inquiridos, ao mesmo tempo que declara ser titular de um visto de trabalho, refere que se encontra em situação irregular perante a lei (Fig. 4.4).

Com excepção desta última situação, apesar de todas as outras serem juridicamente possíveis, não nos parecem, de todo, viáveis.

Uma outra reserva prende-se com o facto de nove inquiridos declaram estar em Portugal, ao abrigo do es-

75 Os restantes três não respondem em que data entraram em Portugal.

76 Estatísticas oficiais e trabalhos citados.

77 No total nacional no ano de 2001, foram concedidos 3.289, vistos de trabalho, figurando Cabo Verde, em primeiro lugar, seguido do Brasil, respectivamente com 803 e 604 vistos concedidos.

tatuto de reagrupamento familiar. Acontece que o reagrupamento, e nos termos da legislação que vigorou até Abril de 2004, só era concedido a titulares de autorização de residência. Também aqui, apesar destas situações serem juridicamente possíveis, não nos parecem, também, viáveis tendo em conta o reduzido número de autorizações de residência concedidas a cidadãos de nacionalidade ucraniana, conjugado com o facto de todos estes inquiridos terem entrado em Portugal em data muito recente.

As maiores dificuldades sentidas à chegada situavam-se no desconhecimento da língua e na legalização. Ao tempo do inquérito, a legalização passou a ser a principal dificuldade, considerando a maior parte dos inquiridos ter, já, bons conhecimentos de Português.

Com habilitações académicas superiores à média da tradicional imigração portuguesa, inserem-se em sectores do mercado de trabalho pouco ou nada qualificados num processo de mobilidade profissional descendente.

A obtenção de emprego à chegada não é apontada enquanto dificuldade senão por uma pequena minoria, estando apenas um dos inquiridos desempregado no momento do inquérito.

Apesar de terem vínculos contratuais vulneráveis, trabalharão muito mais de 40 horas semanais, quer a título de horas extraordinárias, quer como segundo emprego, avaliam de forma positiva a sua situação profissional em Portugal (84,8%), bem como os seus níveis salariais (75%).

As relações com os colegas de trabalho e, sobretudo, com as entidades patronais são também avaliadas, maioritariamente, de boas e de razoáveis. Da mesma forma, classificam o relacionamento com as entidades oficiais, independentemente de terem ou não, beneficiado de algum tipo de apoio.

A frequência de contactos, o tipo de convivência, os sistemas de ajuda e solidariedade que mantêm com amigos e vizinhos portugueses, apesar de em menor proporção, não diferem, curiosamente, dos que mantêm dentro da sua própria comunidade de origem.

Característica típica dos fluxos recentes, a prática associativa não tem, nesta amostra, ainda, expressão. Os laços com o país de origem são estreitos, traduzidos quer na frequência de contactos estabelecidos, quer através da leitura de jornais ou revistas, quer ainda, nas remessas de bens e divisas efectuadas, maioritariamente, por aqueles que estão em Portugal sem a família.

Quanto às perspectivas futuras e no que toca à evolução das suas situações profissionais em Portugal, apesar de 49 dos inquiridos (quase metade) ter trabalho assegurado por mais de um ano e 29 entre seis a doze meses, verifica-se alguma expectativa. Já quanto à evolução da situação imigratória em Portugal, a maioria (53%) acredita que vai piorar, no entanto, em caso de desemprego, só 6,7% encarariam a possibilidade de desistência do projecto migratório em Portugal e o respectivo retorno à Ucrânia. Apenas 7,6% tentariam um outro país da União Europeia.

Se 49,4% têm em vista o regresso, 43,4% não têm ainda uma opinião formada, sendo que, 7,2% são peremptórios ao afirmarem que fazem tenções de se fixar definitivamente em Portugal, o que não deixa de ser algo surpreendente.

Independentemente do retorno ou da fixação definitiva e da possibilidade de o efectuar ou não por via legal, 35,2% vão trazer a família para junto de si, enquanto 39,4% declaram não ter, ainda, uma opinião definida.

8. Conclusões

Ao longo deste trabalho pretendeu-se examinar os percursos migratórios e os processos de integração social dos ucranianos fixados no concelho de Leiria.

As explicações foram procuradas e fundamentadas dentro do contexto de mudança mundial, imprimida pelos fenómenos de globalização e transnacionalismo, que se tornaram causa e efeito do fenómeno migratório. Esta abordagem utilizada no enquadramento teórico explica o surgimento das novas correntes migratórias e, nesta amostra, a chegada dos ucranianos a Leiria.

Como factores de repulsão encontramos as motivações de ordem económica, para as quais contribuíram as modificações ocorridas na União Soviética, a subsequente abertura ao Ocidente e a grave crise socioeconómica verificada na Ucrânia, tornada independente.

Por seu turno, os factores de atracção são encontrados no conjunto das particulares condições económicas, políticas e jurídicas, ao tempo existentes em Portugal.

A conexão entre os aspectos macro e micro estruturais é explicada pelo sistema de redes transnacionais, formais e informais, que respondem ao porquê, ao como e ao para onde desta nova corrente migratória.

O processo em curso de regularização de imigrantes é determinante na escolha de Portugal como destino e explica a elevada concentração de entradas em 2001. Como se demonstrou, a rápida circulação da informação nas redes sociais mas, sobretudo, nas de angariação de mão-de-obra e a promoção de “pacotes migratórios” na origem, responderam de forma eficaz às carências de trabalho não qualificado e à sua rápida absorção no mercado local, formal e informal. É desta forma que se explica não só que muitos dos inquiridos tenham vindo directamente da Ucrânia para Leiria, sem que aqui tenham nenhuma ligação prévia, como também os números atingidos num tão curto espaço de tempo.

O encerramento do processo de legalização e a implementação, a partir de 30 de Novembro de 2001, de vistos de trabalho, concedidos através do sistema de quotas, explica, por sua vez, a acentuada quebra de entradas registadas nos anos subsequentes (2002 e 2003). Por outro lado, o visto de trabalho, ao ser obrigatoriamente requerido antes da respectiva entrada em território nacional, para além de dificultar as novas entradas, dificultou também a legalização, depois de 30 de Novembro de 2001, dos imigrantes que continuaram a entrar no país ignorando este condicionalismo legal.⁷⁸

É neste quadro que julgamos que, com alguma probabilidade, o estatuto legal desta amostra se traduz num número mais elevado de situações de irregularidade. Julga-se que, na base desta opção de resposta, estará o conhecido receio dos respondentes nesta particular e sensível matéria.

78 Será pertinente aqui referir um relato que nos chegou através de uma conversa informal com um imigrante (Outubro de 2002) extra-amostra, a propósito da sua entrada em Portugal. Findo o processo de legalização extraordinária, o controlo fronteiriço por parte do SEF tornou-se mais acentuado e direccionado para autocarros de transporte de imigrantes irregulares. Segundo este relato, este cidadão comprou na origem o tradicional “pacote turístico”, que incluía visto de curta duração, transporte, emprego e habitação. A particularidade em relação aos demais era incluir, de facto, um destino turístico e uma noite de hotel. O nosso interlocutor partiu da Ucrânia, numa camioneta de excursão (ucraniana) em que o destino se encontrava visivelmente identificado num placard colocado no pára-brisas - o Santuário de Fátima (situado a poucos quilómetros de Leiria) e onde, segundo nos disse, todos os viajantes pernoveram num hotel. Na manhã seguinte, a camioneta regressou à Ucrânia e cada um foi acompanhado por “um guia” ao destino previamente contratado e acordado. Este subterfúgio, para além de iludir os agentes do SEF, tinha sobretudo em vista afastar a eventual responsabilidade civil e criminal do transportador, pela prática dos novos crimes, previstos e punidos pelo DL 4/2001, de 10 de Janeiro (art. 134.^o-A, 135.^o e 136-A). Para além de ilustrar a organização e eficácia das redes transnacionais de auxílio à imigração irregular, sugere que, mesmo depois de 30 de Novembro de 2001, o mercado de trabalho continuava a absorver mão-de-obra irregular, em claro contraste com a quebra nas entradas registadas por via legal.

Com ou sem esta reserva, a situação perante a lei não afecta a obtenção de emprego, nem a sua manutenção. Se por um lado, o mercado de trabalho local parece manter as necessidades de mão-de-obra não qualificada (pelo menos ao nível das actividades em que a amostra se insere), por outro, parece indicar que se mantém a capacidade de absorção de trabalho informal (só um inquirido está inactivo).

As habilitações académicas não diferem da tendência geral do mesmo fluxo verificada a nível nacional, mas a mobilidade profissional descendente vivenciada pela grande maioria poderá gerar, num curto ou médio prazo, problemas de integração social. Apesar dos resultados apontarem situações laborais instáveis, vulneráveis e precárias, o saldo do projecto migratório é positivo. Em todas as variáveis introduzidas as respostas reflectem níveis de satisfação muito elevados para uma comunidade tão recente.

A interacção com a comunidade portuguesa, as redes de solidariedade e de entreaajuda, as relações de amizade, de vizinhança e o relacionamento com as entidades patronais e oficiais são tidos como positivos. Ficou ainda demonstrado um bom nível de integração funcional, considerando os bons ou razoáveis conhecimentos da Língua Portuguesa.

Quanto às perspectivas futuras, afastamo-nos das conclusões a que chegaram as anteriores investigações. No estudo conduzido por Baganha (Baganha e Fonseca, 2004:38) o projecto migratório é temporário, com forte propensão para o retorno, enquanto no de Fonseca (Baganha e Fonseca, 2004:112-113) a maioria dos inquiridos planeia manter-se em Portugal por um curto período de tempo, tendo em vista não o retorno, mas a mudança para um outro país da União Europeia. Em sentido contrário, face dos dados recolhidos, concluímos que apesar do pouco tempo de permanência em Portugal, os inquiridos evidenciam, *ab initio*, grandes potencialidades de fixação definitiva, apesar de claramente reconhecermos que tal não é comum acontecer numa comunidade tão recente.

A grande maioria é casada e tem descendentes, o que conjugado com o facto de 35,2% dos que imigraram sozinhos, declararem que vão trazer a família para Portugal, independentemente de o poder vir a fazer por via legal ou não, parece indicar que, num curto prazo, o movimento de entradas a este título aumentará significativamente. O decurso do tempo, é sabido, cria raízes em Portugal, enquanto que outras na origem se vão perdendo, projectando o retorno sistematicamente para o futuro. A nossa diferente posição fundamenta-se essencialmente no facto de, nesta amostra, 7,2% ter já decidido fixar-se de forma definitiva em Portugal e 43,4% não afastar, desde logo, tal possibilidade, ao responder que não sabe. É também curioso que, não sendo uma pergunta “problemática” para os inquiridos, foi a única em que a percentagem de não respostas foi de 21%.

A ideia que esta amostra tem já raízes a Leiria e a Portugal mais profundas do que é normal acontecer num fluxo tão recente, confere com o que nos foi sendo transmitido pelos inúmeros cidadãos ucranianos a quem, no período da observação participante, prestamos consulta jurídica. Com muita frequência, os cidadãos, legalizados, solicitavam apoio para acesso e mediação de financiamentos bancários, tendo por finalidade a aquisição e/ou a construção de imóveis para habitação própria, o que traduz a vontade de criar ligações de carácter duradouro a Portugal.

Na base desta não usual opção poderá estar, por um lado, os níveis de satisfação e de integração funcional elevados, por outro, a grave crise económica, social e política que a Ucrânia atravessava sem que, ao tempo, se vislumbrasse a esperada retoma.

Apesar de ser prematuro concluir que o projecto migratório destes cidadãos se tornaria, num curto espaço

de tempo, definitivo, ficou-nos, caso se mantivesse o mesmo cenário, essa convicção.⁷⁹

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Geraldo (2002) - “Enquadramento Legal da Imigração Portuguesa”, in *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Estudos e Análises, n.º 14, Observatório de Emprego e Formação Profissional, IEFP, pp. 369 - 388
- APADURAI, Arjun (2002) - *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 27-65
- BAUBOCK, Rainier (2001) - *Transnational Citizenship - Membership and Rights in International Migration*, Massachusetts, Edward Elgar Publishing.
- BAGANHA, Maria (1998) - “Immigrant Involvement in The Informal Economy: The Portuguese Case”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.24, n.º2, pp. 367-385.
- BAGANHA, Maria, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge (1999a), “Os Imigrantes e o Mercado de Trabalho”, in *Análise Social*, n.º 150, vol. XXXIV, pp.147.
- BAGANHA, Maria, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge (1999b) “A cada Sul o seu Norte. Dinâmicas Migratórias em Portugal”, in SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 135-159.
- BAGANHA, Maria, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge (2002) – *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Estudos e Análises n.º14, Observatório de Emprego e Formação Profissional, IEFP.
- BAGANHA, Maria I., MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2004) - “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”, in BAGANHA, Maria I. e FONSECA, Maria Lucinda (orgs.), *New Waves: Migration From Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 23-39
- BAGANHA, Maria e FONSECA, Lucinda (orgs.) (2004) - *New Waves: Migration form Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coord.) (1998) - *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*, Oeiras, Celta Editora.
- CASTLES, Stephen (1995) - “How Nation-State Respond to Immigration and Ethnic Diversity”, in *New Community*, vol. 21, n.º3, pp-293-308.

79 Entre a conclusão deste estudo e a redacção deste resumo, registaram-se algumas mudanças que descontextualizaram algumas das conclusões e alertas que, ao tempo, retiramos e identificamos. Pela positiva será o caso: (I) da redução do fosso existente entre direitos e garantias, antes distribuídos de forma dispar por várias categorias de imigrantes; (II) a maior aplicação prática do princípio fundamental de equiparação consagrado no art. 15º da Constituição da República Portuguesa; (III) a definição jurídica do conceito de “residente legal” aplicado a imigrantes; (IV) a revisão da Lei da Nacionalidade que, retomando a nossa antiga tradição jurídica, veio equilibrar os princípios do *ius soli* e do *ius sanguini*, enquanto critérios de aquisição e atribuição da nacionalidade, promovendo a integração social dos imigrantes e dos seus descendentes. Pela negativa, a grave crise financeira e económica mundial que introduzirá novos factores de mudança no panorama imigratório em Portugal.

Alguns eixos de actuação continuam no entanto actuais, nomeadamente: (I) a articulação do benefício acrescido e incontornável da imigração, com a promoção e o reforço da efectiva integração social dos imigrantes; (II) o combate à imigração irregular e às redes informais, contrariando o crime, a exclusão e as atitudes xenófobas; (III) a necessidade de repensar a gestão dos fluxos migratórios e o sistema de quotas de imigração; (IV) no aspecto teórico, mantém-se a necessidade de clarificar a polissemia dos conceitos de migrante e de estrangeiro, que depois de instituída a Cidadania Europeia passaram a ter delimitações conceptuais, jurídicas e sociológicas diversas. Na linguagem comum, na literatura, na lei e nas fontes oficiais de dados, existe hoje uma “zona cinzenta”, onde os conceitos se usam com acepções e recortes distintos, o que gera alguns erros na interpretação de dados, dificulta a compreensão, a comparação e sobretudo uma leitura clara e inequívoca do acontecimento imigratório em Portugal.

- CASTLES, Stephen (1997) - *Globalización y Migration: Algunas Contradicciones urgentes*. Disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/migraciones.pdf>, (consultado em Abril de 2003).
- CASTLES, Stephen e DAVIDSON, Alistair (2000) - *Citizenship and Migrations: Globalization and the Politics of Belonging*, Londres, Macmillan Press, pp. 1-24.
- COHEN, Robin (1998) – “Transnational Social Movements: An Assesmen”, in *Transnational Communities Seminar*, School of Geography, University of Oxford (Working Papers).
- FAIST, Thomas, (1999) - *Transnationalization in International Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture*. Disponível em www.transcomm.ox.ac.uk, (consultado em Maio de 2003).
- FERREIRA, Eduardo de Sousa e RATO, Helena (2000) - *Economia e Imigrantes. Contributo dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- FONSECA, Lucinda, NUNES, Alexandra e ALEGRIA, João (2004) - “Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: The case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)”, in BAGANHA, Maria I. e FONSECA, Maria Lucinda (orgs.), *New Waves: Migration From Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 91-118
- GUARNIZO, Luis Eduardo (2003), “The Economics of Transnational Living”, *International Migration Review*, vol.37, n.º3. Disponível em www.hcdavis.edu/faculty/guarnizo (consultado em Março 2004).
- IRELAND, Patrick (1994) - *The Policy Challenge of Ethnic Diversity*, Cambridge, Harvard University Press.
- KIMLICKA, Will (1995) - *Multicultural Citizenship. A Liberal Theory of Minority Rights*, Oxford, Clarendon.
- KIMLICKA, Will (2000) - *Citizenship in Diverse Societies*, Nova Iorque, Oxford: University Press.
- MACHADO, Fernando Luís (1992) - “Etnicidade em Portugal, Contraste e Politização”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º12, Lisboa, CIES/Celta Editora, pp.123-136.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996) - *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Colibri.
- MARQUES, Margarida (2004) - “Enquadramento Jurídico da Imigração”, in *Actas do 1º Congresso Imigração em Portugal - Diversidade, Cidadania e Integração*, 18-19 de Dezembro de 2003, Lisboa, ACIME, pp.152-167.
- PAPASTERGIADIS, Nikos (2000) - *Globalization and Migration*. In *The Turbulence of Migration*, Londres, Polity Press , pp.100-118.
- PEIXOTO, João (2002a) - “Strong Market, Weak State: The Case of Recent Immigration in Portugal”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.28, n.º. 3, pp.483-497.
- PEIXOTO, João (2002b) - “A Europa e as Migrações Altamente Qualificadas: Dinâmicas do Mercado de Trabalho e Políticas de Imigração”. Síntese da comunicação apresentada no Colóquio, *A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, 18 de Outubro, Lisboa, Centro Cultural de Belém, (policopiada).
- PEIXOTO, João (2004) - “País de Emigração ou de Imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal”, in *Socius*, n.º2/2004, Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em www.pascal.iseg.utl.pt/socius/index.htm, (consultado em 7/2004).
- PIRES, Rui Pena (1993) - “Immigration in Portugal. A Typology Essay”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.), *Recent Migrations Trends in Europe - Europe’s News Architecture*, Lisboa, Universidade Aberta.
- PIRES, Rui Pena (1999) - “Teoria dos Processos de Integração”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º30, Lisboa, CIES/Celta Editora, pp.9-54.
- PIRES, Rui Pena (2003) - *Migrações e Integração*, Lisboa, Celta Editora.
- PORTES, Alejandro (1997) - *Globalization form Below: The Rise of Transnational Communities*, Princeton University (Working Papers). Disponível em www.transcomm.ox.ac.uk, (consultado em Julho de 2003).
- PORTES, Alejandro (1999) - *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Lisboa, Celta Editora.

- RAMOS, Rui Manuel Moura (1999) - «Mouvements Migratoires et Droit de la Nationalité au Portugal dans le Dernier Demi-Siècle», in WEILL, Patrick e HANSEN, Randall (coord.), *Nationalité et Citoyenneté en Europe*, Paris, Editions la Découverte et Syros, pp.221-238.
- RESOLUÇÃO CONSELHO MINISTROS (2002) - *Relatório Sobre a Evolução do Fenómeno Migratório*, n.º 14/2002, 1 de Março.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1992) - “Portugal: O Novo Enquadramento das Políticas Migratórias”, Comunicação apresentada no Congresso *Migration Trends in the 90’s: Old Themes, New Issues*, 6-8 Abril, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1993) - *Recent Migrations Trends in Europe. Europe’s New Architecture*, Lisboa, Universidade Aberta, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) - *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2000) - “Underclass or Exclusion: Social Citizenship for Ethnic Minorities”, in VASTA, Ellie (Org.), *Citizenship, Community and Democracy*, Londres, Macmillan Press, pp.23-41.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2002) - “Portugal: Ongoing Chances in Immigration and Governal Policies”, in *Studi Emigrazione*, vol. XXXIX, n.º148, pp.795 -808.
- ROSA, Mª João Valente et al. (1999) - “*Imigrantes Internacionais: dos Factos ao Conceito*”. Disponível em www.fcsh.unl.pt/socinova/workingpapers (consultado em Maio de 2002).
- RUGY, Anne de, (2000) - *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*, Lisboa, Celta Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2001) - *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento.
- SASSEN, Saskia (2002) - “Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 64, Dezembro, pp.41-54.
- SILVA, Jorge Pereira da (2004) - *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania. Princípio da Equiparação, Novas Cidadanias e Direito à Cidadania Portuguesa como Instrumentos de uma Comunidade Constitucionalmente Inclusiva*, Lisboa, ACIME.
- SOYSAL, Yasemin Nuhoglu (1994) - *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press.
- SOYSAL, Yasemin Nuhoglu, (s/d.) - “Identity, Rigths, and Claim-Making: Changing Dynamics of Citizenship, in Postwar Europe”, in *Metropolis International Workshop Proceedings*, Lisboa, Lisbon Luso American Development Foundation, in *Textos de Apoio ao Seminário de Cidadania e Participação Política*, Universidade Aberta, Ano Lectivo 2001/2002, pp. 305-319.
- UKRAINIAN PARLIAMENT COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UPCHR) (2003) - *Special state of observance and protection of the rights of Ukrainian citizens abroad*. Report of the Ukrainian parliament commissioner for human rights, Kiev.
- VENTURA, Catarina Sampaio (2003) - “Migrações - O Caso Português: Enquadramento Normativo Geral e Actuação do Provedor de Justiça”, in *Relatório sobre Direitos Humanos da Federação Ibero-Americana de Ombudsen* (FIO), Lisboa, Provedoria da Justiça.
- VERTOVEC, Steven (2002) - “Transnational Networks and Skilled Labour Migration”, in *Ladenburger Diskurs Migration Conference* (Working Papers), 14-15 Fevereiro 2002, Ladenburg.
- VERTOVEC, Steven e COHEN, Robin (orgs.) (1999a) - “Conceiving and Researching Transnationalism”, *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, n.º 2, University of Oxford. Disponível em www.transcomm.ox.ac.uk, (consultado em Maio 2003).
- VERTOVEC, Steven e COHEN, Robin (1999b) - *Migration, Diasporas and Transnationalism*, Cheltenham, Edward Elgar Publishers.

V

REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS FACE À MAIORIA

MARIA MANUELA MENDES
Socióloga, FA-UTL e CIES/ISCTE-IUL

Introdução

Neste artigo pretende-se reflectir sobre a seguinte questão: ao confrontarem-se com a sociedade dominante, ou seja, com o “Outro⁸⁰ maioritário”, geralmente que representações constroem e que emoções experienciam imigrantes russos e ucranianos residentes na Área Metropolitana de Lisboa?⁸¹

A escolha do estudo dos imigrantes russos e ucranianos deve-se em grande medida ao fato de estarmos diante de cidadãos estrangeiros não comunitários, com uma experiência recente de imigração em contexto nacional, supostamente mais próximos da sociedade receptora — visual (aspectos de carácter físico) e culturalmente. Optou-se por estudar, em conjunto, os russos e ucranianos, apesar de serem grupos imigrantes heterogêneos no seu interior e entre si, havendo porém afinidades e proximidades geográficas, históricas e culturais, já que, até os anos 90, faziam parte da ex-URSS — eles próprios se autoavaliam como os mais próximos, nomeadamente, entre os quatro grupos imigrantes da “Europa do Leste” (acrescem os moldavos e romenos, estes últimos eram assim categorizados, antes da sua adesão à UE), com um maior número de representantes. Por outro lado, os russos também não têm sido muito visados pelas pesquisas que vêm sendo levadas a efeito em Portugal, devido possivelmente à sua menor visibilidade e dada a sua dimensão menos significativa entre outros grupos imigrantes desta Europa do Leste.

É um facto inegável de que o fenómeno da imigração proveniente dos países do Leste europeu é ainda relativamente recente na nossa sociedade, o que constitui mais uma razão para a escolha de nosso tema. Até finais de 2004, o número de imigrantes com a situação regularizada via Autorizações de Permanência (AP's) atingia já os 64.730 indivíduos de nacionalidade ucraniana (+ 1.360 Autorizações de Residência,

80 Como bem refere Patrick Champagne, os Outros têm quase sempre um conteúdo impreciso, o mesmo acontece com o Nós, que é uma classificação que não se baseia em critérios unívocos, não tendo fronteiras bem claras, o que pode gerar múltiplas interpretações. Contudo, o mesmo autor clarifica estas duas noções, ao dizer que o Nós pode funcionar como um núcleo fundamental de resistência, transmitindo um sentimento de segurança, que envolve os pares, ou seja, aqueles em quem se confia e com os quais há identificação. Enquanto que, os Outros suscitam sentimentos de insegurança ontológica e até de ameaça (Champagne *et al.*, 1990: 49-51).

81 Este texto tem por base um dos capítulos da dissertação de Doutoramento em Sociologia Geral, de Maria Manuela Mendes (2007), Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa, ICS-UL. Tendo como ponto de partida uma perspectiva relacional e dinâmica, foi no quadro da interacção entre o Nós e os Outros que se pretendeu conhecer as representações dos imigrantes russos e ucranianos e dos ciganos sobre domínios, práticas e situações percebidos como discriminatórios no contexto das relações entre estes grupos e a sociedade maioritária. Neste estudo de carácter qualitativo confere-se um lugar de centralidade à entrevista em profundidade realizada aos ciganos portugueses (40) e aos imigrantes russos e ucranianos (34) a residir na Área Metropolitana de Lisboa (entre meados de 2003 e finais de 2004), embora se tenham utilizado outros recursos técnicos, como a análise documental e a análise estatística. Os resultados apresentados neste texto restringem-se aos discursos veiculados pelos imigrantes.

AR's), 7.053 russos (+ 1.124 residentes), 12.647 moldavos e 10.944 romenos com AP'S.⁸² Estima-se que estes quantitativos sejam largamente superiores, pois tais valores não contemplam aqueles que ainda não tinham regularizado a sua situação de permanência na sociedade de acolhimento. Os estudos até o momento efetuados em contexto nacional privilegiam os ucranianos, de dimensão bem mais expressiva face aos demais. Os russos, por sua vez, vêm sendo menos estudados, pautando-se por uma visibilidade social discreta, quase mesmo imperceptível.

Os sujeitos entrevistados tendem a focalizar-se nos contrastes, nas semelhanças, nos aspectos negativos e positivos, assim como nas reacções emocionais que expressam em contacto com os membros da maioria. Neste prisma, os imigrantes deixam antever os estereótipos que constroem face à maioria, o que não deixa de ser simultaneamente uma manifestação de adaptabilidade demonstrada por estes grupos minoritários co-presentes na sociedade portuguesa. Relembre-se a este propósito, que os estereótipos servem uma variedade de funções nas relações intergrupais. Têm desde logo uma função primordial, que é a de simplificarem o complexo mundo social, proporcionando uma espécie de guião a accionar nas interacções sociais, já que fornecem explicações sobre o comportamento dos outgroups. Os estereótipos são geralmente mobilizados pelo *ingroup* para justificarem a sua superioridade e reforçarem a sua auto-estima. Quando revelam uma carga negativa, podem envolver ameaças ao *ingroup* na medida em que se espera que os membros dos outros grupos ajam em detrimento do bem-estar do *ingroup* (Stephan e Renfro, in Mackie e Smith, 2002: 191-207). Os estereótipos têm ainda a funcionalidade de transformar diferenças menos claras entre grupos em diferenças mais nítidas, ou então criam diferenças onde elas não existem (Tajfel, 1983).

Relembre-se ainda que os estereótipos são também as componentes cognitivas mais importantes dos preconceitos (cf. Gamella, 1996: 313). Os preconceitos prefiguram-se como orientações individuais, ainda que socialmente moldados, e que se podem concretizar em condutas. Ou seja, os preconceitos implicam não só uma representação negativa (reacção cognitiva), mas também respostas emocionais negativas, em termos comportamentais (internas ao sujeito, e que podem ser publicamente exteriorizáveis), por parte de quem os constrói e manifesta. Os preconceitos têm várias componentes: a cognitiva, a afectiva e a comportamental. Aqui, confere-se especial destaque não só à componente cognitiva e estereotipada (as crenças sobre determinados atributos), mas também à dimensão de carácter afectivo e avaliativo (avaliações negativas e sentimentos de hostilidade). Nas suas representações face à maioria, os imigrantes fazem avaliações que revelam uma dupla componente: por um lado, a positiva, em que enunciam as características preferenciais e as mais apreciadas, por outro, uma faceta negativa, que se focaliza nas características rejeitadas e nos aspectos críticos. Estas avaliações revelam, de forma concomitante, tanto elementos de distanciamento como de

82 Consideramos apenas as quatro nacionalidades da Europa do Leste com um maior número de estrangeiros. Em 2004, existiam em Portugal 264.222 estrangeiros com AR's (Autorizações de Residência) e 183.832 com AP's ou títulos de permanência (total concedido entre 2001 e 2004). Em 2008, o número de estrangeiros legalmente residentes quase duplicou, registando-se a presença de 440.277 indivíduos. Observa-se, contudo, um decréscimo no quantitativo de ucranianos, com 52.494 residentes, e de russos, com 6.194 indivíduos, enquanto os brasileiros constituem, desde 2007, o contingente mais numeroso, com 106.961 efectivos. A Autorização de Permanência foi um mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, que autorizava a permanência de estrangeiros que se encontravam em Portugal, não titulares de visto adequado, mas que reunissem as seguintes condições: a) ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do IDICT; b) não ter sido condenado por sentença transitada em julgado empenhadora de liberdade de duração superior a seis meses; c) não ter sido sujeito de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; d) não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; e) não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema de informações do SEF. Em 2003 a nova lei da imigração revogou o regime das AP (Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro). A Autorização de Residência não tinha limite de validade, mas devia ser renovada de cinco em cinco anos ou sempre que se verificassem alterações nos elementos de identificação pessoal. Apenas podiam requerer este título os estrangeiros que residiam legalmente em Portugal há, pelo menos, cinco ou oito anos, conforme se tratava, respectivamente, de cidadãos dos PALOP ou de outros países e que durante esse tempo de residência não tenham sido condenados, por sentença transitada em julgado, em pena ou penas que, isolada ou no seu conjunto, ultrapassem um ano de prisão. Ver DL Nº 34/ 2003, de 25 de Fevereiro.

proximidade face à maioria. Mas, como veremos, são possíveis múltiplas avaliações, algumas até de carácter ambivalente e inconsistente.

Em síntese, vamos privilegiar a dimensão representacional, nomeadamente, e num primeiro momento, a forma como os grupos em análise (o Nós ou o Eu) percebem a sociedade maioritária e, num segundo momento, posicionando-nos na perspectiva do Nós, como é que os imigrantes russos e ucranianos pensam que a maioria os representa. A este propósito, retoma-se a importância da cobertura na imprensa que conferem aos imigrantes e minorias étnicas não migrantes. Em estudos efectuados recentemente em Portugal constata-se que o tema do crime é aquele que justifica uma mais ampla cobertura por parte da imprensa sempre que faz referência a estes grupos (Cunha *et al.*, 2004: 93). Procurou-se perceber e apreender as percepções que os imigrantes russos e ucranianos constroem relativamente às mensagens que são difundidas pelos média sobre si próprios. Dado o desconhecimento, ignorância e vazio relacional entre a maioria e algumas minorias, é de pressupor, na óptica dos entrevistados, que a transmissão de mensagens e imagens com um conteúdo desfavorável só poderá ter um impacto contraproducente nos públicos de recepção. Não será assim irrelevante o papel dos média na construção de preconceitos nem na criação de condições para a activação de reacções comportamentais e emocionais negativas face aos imigrantes russos e ucranianos. Deste modo, procura-se averiguar quais os reais e profundos efeitos das notícias junto dos grupos “difamados”. Será que resistem a estes estereótipos? Ou será que incorporam o estigma e o confirmam nas suas práticas?

1. O confronto com a alteridade: percepções dos imigrantes face à sociedade portuguesa

As opiniões e percepções face à sociedade de acolhimento divergem consoante o património de experiências sociais que estes indivíduos vão acumulando ao longo da sua estadia entre nós. Tendencialmente, aqueles que tiveram experiências positivas, foram bem acolhidos e que usufruíram de apoios, a priori tendem a manifestar uma opinião mais favorável do que quem vivenciou experiências essencialmente negativas, como a exploração por parte do empregador (ou “intermediários”), o desemprego (temporário ou de longa duração) e a perda de alojamento (e consequente, residência na rua como sem-abrigo).

Para aqueles cuja vinda para Portugal é um projecto temporário, com um tempo bem delimitado, ou seja, que vieram para trabalhar por pouco tempo e amealhar algum dinheiro, de molde a melhorar a sua situação e regressar ao seu país de origem, é-lhes difícil reflectir e questionar a sociedade de acolhimento, já que as suas preocupações centrais parecem ser outras. Claro que os que vieram com projectos de curto prazo e que acabaram por ficar, ou aqueles que trouxeram a família para aqui permanecer a médio e longo prazo, tendem a manifestar uma avaliação mais aprofundada, mais comprometida e, eventualmente, mais favorável para com a sociedade de acolhimento.

1.1. Breve retrospectiva sobre os modos de acolhimento e aceitação na sociedade receptora

O regime jurídico de cada Estado deixa bem clara a distinção entre cidadãos nacionais e não nacionais. A soberania dos Estados actua como mecanismo de inclusão e simultaneamente de exclusão, pelo que, “os cidadãos estão dentro, os imigrantes ficam excluídos.” (Checa, 2002: 99). Para Checa, no Ocidente a condição de cidadão aparece essencialmente associada à condição de nacional (fruto da ideia de soberania estatal). Por isso, o autor conclui que a cidadania é um conceito de “clausura”, ou seja, uma categoria de fechamento social. No entanto, e inclusive em contexto nacional, já se operaram importantes mudanças ao nível da extensão dos direitos, principalmente aos estrangeiros residentes.

Para a maioria dos imigrantes entrevistados, a sociedade portuguesa tem uma opinião positiva e favorável face ao grupo socialmente conhecido e designado pela maioria como “imigrantes de Leste”.

Natacha é ucraniana, tem 37 anos e observa com agrado a abertura e disponibilidade manifestada por muitos portugueses que gostam de:

“[...] ensinar qualquer coisa, explicar, mostrar, ir mostrar até que, pronto, saem e vão mostrar onde é que é o sítio [...]” (regularizado, ens. superior, quadro técnico, intelect. e científico).

Alguns dos interlocutores estão bem cientes de que a positividade com que são aceites em Portugal se prende, essencialmente, com a necessidade de satisfação das carências de mão-de-obra em sectores pouco prestigiados do mercado de trabalho. Igor tem 30 anos, nacionalidade russa, e afirma que a boa aceitação de que gozam se deve ao facto de tendermos a comparar e até a encontrar semelhanças entre estes fluxos migratórios e os emigrantes portugueses que nas décadas de 60 e 70 tiveram que deixar Portugal para irem trabalhar para alguns países europeus. Os entrevistados reparam que a receptividade é maior entre aqueles que já vivenciaram experiências de emigração. Neste contexto, Igor reproduz o que já ouviu da parte de alguns portugueses:

“[...] nós compreendemos a vossa situação porque nós também já fomos emigrantes. A minha experiência pessoal foi positiva.” (30 anos, nac. russa, não regularizado, 11 anos escol.).

Mas é sobretudo como trabalhadores que estes imigrantes são apreciados pelos membros da sociedade de acolhimento. Mesmo em comparação com outros grupos migrantes, os entrevistados não têm dúvida que as suas qualidades e capacidades de trabalho os superiorizam face aos demais. Estas qualidades que os entrevistados acham que a maioria lhes atribui aproximam-se muito das características que os próprios interlocutores se auto-atribuem, como atributos positivos. Os imigrantes entrevistados destacam o facto de serem reconhecidos como bons trabalhadores (executam bem o trabalho e trabalham com mais rapidez), executam mais horas de trabalho, contribuem para as finanças e segurança social do país de recepção e detêm uma boa formação escolar. Pedro ressalta os níveis de educação e de escolaridade dos imigrantes russos e ucranianos, comparativamente a outros imigrantes:

“Eu acho que há uma melhor opinião sobre os imigrantes de leste do que sobre os africanos, porque somos mais civilizados, não acha que é assim? Tem que concordar comigo? Somos mais educados, temos mais estudos, temos outra cultura.” (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, 9 anos escol., trabalh. não qualific. da indústria e da construção, detido).

Os portugueses, principalmente os empregadores, parecem apreciar a elevada formação escolar destes imigrantes, a sua dedicação e gosto pelo trabalho, assim como a sua elevada produtividade. Dima salienta que esta opinião é manifesta entre empregadores e chefias, afirmando:

“Eu uma vez quando falei com um engenheiro lá em Lisboa por causa do meu trabalho, eu disse assim «sabe uma coisa, eu acho que o português já precisa um sangue novo»; ele disse assim: «e acho que é bom, porque vocês chegaram cá e vocês têm uma coisa boa, o vosso método de trabalho é bem diferente; vocês chegaram aqui e há muitas pessoas formadas e aqui, tenho pena mas não há muitas pessoas formadas» [...]” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, regularizado, operário da indústria e construção).

Estes trabalhadores parecem revelar outras características, como uma elevada disponibilidade para o trabalho e uma maior propensão para a mobilidade, nomeadamente geográfica. Vladislav acrescenta outros atributos positivos:

“Porque mais disponível, pode trocar o sítio [...]. Mais disponível para fazer qualquer tipo de trabalho e trabalha bem porque se trabalhador bem, se pessoa boa, se chegou cá para ganhar, o objecto dela é trabalhar mais para ganhar mais. Trabalha sábados, domingos, férias, feriados. Tudo o que é preciso.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Com o seu trabalho, os imigrantes russos e ucranianos têm ajudado a reequilibrar os activos do Estado, contribuindo para a segurança social e também para as finanças, o que não passa despercebido aos próprios. Nicolai evidencia as lacunas que vieram colmatar, para além de ocuparem lugares no mercado de trabalho rejeitados ou não procurados pelos trabalhadores nacionais, têm contribuído, ainda, para o rejuvenescimento da população em geral e principalmente da população activa. Assim:

“Por exemplo, nós trabalhamos e pagamos no Estado, não é, pagamos todos meses segurança social caixas e todas essas coisas. Se nós vamos sair...o país também perde esses dinheiros; muito perder porque portugueses trabalha muito fora de Portugal e ficam mais velhos, pessoas que não trabalham, só recebem segurança social e nós fazemos bom para você. E porque aqui nós entramos pessoas da 20 anos até 35, 40, só trabalhamos.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

O facto de estes imigrantes aceitarem trabalhar por baixos salários permite ao empregador gerar mais valias, o que é um dos motivos acrescidos para a sua maior procura no mercado de trabalho. As vantagens para os empregadores e para o Estado são evidenciadas por Nina, ao declarar:

“Os portugueses sabem que aos ucranianos podem pagar menos. Muitos imigrantes traz mais riqueza, pagam a segurança social e contribuem para o desenvolvimento do país.” (40 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol.).

QUADRO 5.1

Qualidades mais apreciadas pela sociedade de acolhimento

Qualidades hetero-atribuídas pela maioria*	N
Bons trabalhadores	10
Boa formação escolar	5
São mais mal remunerados	4
Contribuem para a segurança social e para as finanças	5
Inteligentes	3
Trabalham mais	7
Maior disponibilidade e mobilidade	1
Honestos	1
Fazem o trabalho que ninguém quer	1
Beleza das mulheres	3

* Resposta múltipla

Algumas mulheres assinalam que os homens nacionais apreciam particularmente a “beleza” da mulher russa e ucraniana. Tatiana afirma:

“Isso já ouvi falar. Normalmente os homens dizem: são bonitas, são trabalhadoras.” (nac. ucraniana, 24 anos, regularizada, 10 anos escol.).

Mas perante o “estranho” e o “desconhecido” é também comum emergir a tendência para a construção de preconceitos e estereótipos sobre a “estranheza” e a “diferença”. Sergey é ucraniano e recusa as representações estereotipadas excessivamente redutoras, tendo por base apenas um mero exercício quantofrénico:

“For example, os chineses tem lojas. Muitos chineses a vender, outras trabalha. Brasileiros trabalha restaurantes, café e na outras; ucranianos trabalha na building, nas limpezas, sim, sim. Esta outra coisa. Esta é estatística.” (43 anos, não regularizado, ens. superior, desempregado, à procura emprego).

1.2. O “olhar” da sociedade de acolhimento a partir dos média

Para estes entrevistados, a comunicação social tem um papel fundamental na construção social de representações sociais negativas sobre o seu ingroup. A maioria não tem dúvidas de que a informação depreciativa veiculada pelos média tem um impacto não negligenciável na construção de opiniões sociais sobre estes imigrantes. Os cidadãos portugueses tenderão a manifestar um receio cada vez maior em contactar com os imigrantes, já que, segundo Vladimir:

“[...] eles vai dizer: «já conhece ucranianos, não acredito neles, não tenho confiança» [...]” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado).

Anna reconhece que, com facilidade e ligeireza, a sociedade maioritária tende a generalizar atributos e condutas transgressoras, atribuídas aos grupos minoritários e a considerar:

“[...] depois, tudo mau.” (26 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizada, ens. superior).

Viktor é um dos poucos entrevistados que relativiza e desvaloriza o poder dos média. Na sua perspectiva, o impacto nefasto das notícias desfavoráveis sobre os imigrantes é momentâneo e efêmero. Muito rapidamente, as pessoas apagam da sua memória ou esquecem tais acontecimentos. O entrevistado declara:

“Portugueses dizem: «olha ucranianos, não gosto, eles fazem mal»; mas depois passa algum tempo e está tudo bem. No Carrefour sempre brincamos: «olha tu mataste»... quando algum ucraniano matou...; ao pé do restaurante morreu um português com faca e disseram que fui eu e estavam a brincar comigo – «és tu, tu foste matar aquele gajo...», há portugueses que fazem mal também, fazem muito mal, pra nós também, mesmo [...]” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Os entrevistados estão bem cientes de que, em torno dos principais grupos imigrantes com presença entre nós, se constroem imagens estereotipadas, redutoras e depreciativas. Em particular, no caso dos “imigrantes de Leste”, estes aparecem associados à criminalidade violenta e organizada, nomeadamente a práticas ilícitas, como o tráfico de mão-de-obra, a prostituição e a extorsão. Os entrevistados sublinham que sobre os “estrangeiros de Leste”, os eventos noticiados pelos média, geralmente, os interligam a este tipo de práticas.

As representações são classificadas por alguns entrevistados como uma espécie de “mitos”, que estão já bem ancorados no imaginário colectivo das populações residentes, sobretudo nos centros urbanos. Para Vladislav, as populações que residem no interior do país parecem não se deixar influenciar no seu pensamento e acção por estes “mitos urbanos”, até porque a fixação e a concentração de imigrantes nestas zonas é ainda um fenómeno recente, tendo menor volume e menos visibilidade. Nestes locais, a percepção que os autóctones constroem sobre o imigrante é fundada, em grande medida, no conhecimento interpessoal e na experiência relacional e face-a-face, sendo mais imune à corrosão por parte do ruído informativo veiculado pelos média. O entrevistado sustenta que:

“Isto nas aldeias, talvez nos zonas mais interior do país, as pessoas viviam sem isso e só começaram a encontrar-se com imigrantes há bocado. Não têm imagens e eles fazem sua imagem de imigrante de pessoa o qual encontra. Se entra sempre em contacto com pessoa bom, então bom. Entra em contacto com pessoa má, má imagem.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os próprios entrevistados estão bem cientes da deterioração da sua imagem pública, em virtude da criminalidade protagonizada por grupos criminosos, publicamente identificados como pertencendo à Europa de Leste. Quando há referências aos “imigrantes de Leste” nos média, a tendência é para que surjam como actores perpetradores de crimes. Para os entrevistados há na sociedade de acolhimento uma clara tendên-

cia para o exagero, para o excesso de “ruído” e para a ênfase da zona de proveniência dos agressores, quando estes são oriundos dos países do Leste da Europa. Danilo assinala que “quando por exemplo rouba um ucraniano mostra todos os televisão, rouba, rouba... canal um, canal dois, aparece em todos [...]” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, casado, ens. superior, desempregado). Inna faz alusão à rápida e fácil propagação de tais notícias que envolvem estes imigrantes, alegando que “quando são russos, ucranianos, moldavos sim, todos... todo o Portugal sabe.” (38 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio).

O evento que os meios de comunicação social mais propagaram sobre estes imigrantes prende-se com um homicídio perpetrado durante o Euro 2004, por um alegado nacional de um dos países da Europa de Leste, sendo a vítima um adepto inglês. Porém, a veracidade da notícia transmitida à exaustão pelos média, suscita entre os entrevistados sérias dúvidas e algumas reservas. Oxana conhecia o suposto homicida e tem dificuldades em aceitar que ele tenha sido capaz de cometer tal acto, argumentando que estava a ser alvo de acompanhamento médico e técnico por parte de uma ONG. A entrevistada revela:

“[...] É difícil acreditar, é difícil acreditar porque eu fui ao Lumiar e gente me disse que ele foi acompanhado pela JRS, mas pelo nome eu não conheço, mas pela cara, mas as meninas do JRS dizem que ultimamente ele andava muito deprimido, andava em baixo, teve qualquer problema de saúde, não sei quê, foi ao médico, e médico receitou qualquer comprimidos... Acho que neste estado... não podia, não podia matar com faca, apontar no coração com a força, para mim difícil de, de, de... aceitar isso e de perceber.” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Mas entre os entrevistados emerge também o argumento de que os média não foram completamente rigorosos na divulgação de informações relativas à identidade nacional do suposto homicida, o que para os entrevistados não é algo de irrelevante. A informação veiculada foi a de que o indivíduo era ucraniano, mas Anton contraria tal tese, alegando que:

“[...] disseram que era ucraniano, mas não tinha passaporte e o apelido dele não é como tem ucranianos. É outro apelido.” (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior).

Para a comunicação social e seus profissionais, a verdadeira nacionalidade do agressor é algo de irrelevante. A partir do momento em que o indivíduo é identificado como originário de uma região da Europa ainda pouco conhecida entre nós, é natural que se depreenda de forma errónea que o indivíduo só poderá ser ucraniano, até porque os ucranianos são o grupo estrangeiro provindo desta parte da Europa mais numeroso em contexto nacional. Contudo, a identificação da nacionalidade do alegado homicida não é algo de indiferente e insignificante para os entrevistados, dadas as diferenciações e clivagens sócio-culturais existentes intra e entre os vários grupos imigrantes provenientes desta parte da Europa. Vladimir clarifica as origens nacionais do suposto indivíduo, atribuindo-as a alguém originário do Cáucaso, ou seja, a um indivíduo oriundo de uma região que assume uma conotação negativa para os imigrantes, nomeadamente russos. Assim, o entrevistado esclarece que:

“[...] disseram que este foi ucraniano, mas não isso, foi de algum país Cáucaso ou qualquer coisa... Cáucaso é o Cáucaso, eu também não gosto deles. Pessoas mais perto de Iraque, Irão [...]” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado).

Contudo, e ao longo da sua breve permanência entre nós, os imigrantes registam uma evolução positiva, no que se refere ao fluxo de notícias e ao seu conteúdo quando o destaque é conferido a estes imigrantes. Os entrevistados entendem que, entre 2000/01 e 2004, o afluxo de notícias desfavoráveis decresceu e conseqüentemente a sua imagem mediática afigura-se-lhes como menos negativamente conotada. Esta percepção parece ir de encontro à constatação efectuada por Cunha *et al.* (2004: 106), que referem que o grupo com maior destaque na imprensa em 2003 é “a comunidade brasileira que, precisamente, em 2003, passou a ser a maior em Portugal, ultrapassando a ucraniana e a cabo-verdiana, sobretudo no período extraordinário de legalização, concluído em Dezembro”.

Parece consensual entre os entrevistados que, num espaço temporal de 4 anos, se tenha registado uma diminuição da criminalidade noticiada pelos média, assim como dos sentimentos de medo que estes imigrantes suscitavam na sociedade envolvente. Alguns dos interlocutores consideram que tal facto se deve a um real decréscimo dos delitos praticados pelos imigrantes, em virtude da existência de uma acção mais eficaz por parte das forças policiais, nomeadamente do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). A este propósito, Sergey avalia positivamente a actuação das forças de segurança, ao salientar que:

“[...] para algumas pessoas há alguns problemas com a criminalité da Ucrânia, mas agora não. Agora a polícia de Portugal parou com estes problemas.” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, desempregado).

A diminuição deste tipo de criminalidade violenta é realçada por Danilo, que salienta o desaparecimento da acção intimidatória exercida por grupos que chantageavam e exerciam actos de extorsão sobre os seus conterrâneos, ao dizer:

“Eu penso que antes... agora já este tema máfia já passou porque eu moro cá já três anos mas não tinha problema com máfia, nada, antes na Pontinha uma vez um russo fala olha é preciso ajudar aqui na prisão há máfia russa, há máfia e precisa ajudar, precisa pagar por exemplo cinco euro por mês. Ele disse precisa ajudá-la lá dentro, para fumar, para outras coisas. E algumas o quê? Amanhã, encontramos amanhã aqui, fazemos reunião e amanhã um grupo aqui, um grupo aqui e batemos, só uma vez.” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, casado, ens. superior, desempregado).

Leonid está em Portugal desde 1997 e realça que desde 2001 se nota uma atitude geral de carácter mais favorável face à presença dos imigrantes em Portugal, nomeadamente por parte dos canais de televisão, sublinhando que até surgiram programas televisivos consagrados de forma especializada a temáticas ligadas à imigração (40 anos, nac. russa/cidadania ucraniana, regularizado, ens. superior).

Os entrevistados denotam, contudo, por parte da imprensa uma atitude oposta, ou seja, de carácter desfavorável face à imigração. Nesta sequência, Leonid sublinha que:

“[...] os jornais são diferentes, e muito, por exemplo, Correio da Manhã quer dizer o jornal maravilha, mas os crimes, alguma coisa ucraniana, russa, do pessoal de leste está aqui plantado, mesmo... quer dizer, foi; mas alguma coisa das boas? Nada.” (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior).

Os sujeitos entrevistados salientam que alguns sectores da imprensa nacional tendem a transformar os imigrantes em “bodes expiatórios”, o que na óptica de alguns pode até gerar alguma tensão e conflitualidade no país de acolhimento. Neste contexto, e situando-se num segmento minoritário de entrevistados, Viktor declara abertamente que a comunicação social tem também mostrado eventos positivos associados a estes imigrantes, destacando o seu papel na divulgação de algumas das suas tradições religiosas, assim, declara que:

“[...] Por exemplo, este ano, mostraram a nossa Páscoa na igreja, não sei, não vi, na RTP2, com um padre português de Almada, ele sempre ajuda nós ucranianos e sempre a pedir apoio...Páscoa é uma festa em que todas as pessoas vêm de todo o Portugal para Lisboa e há muita gente, muita gente.” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Tatiana é ucraniana e assinala que, para os portugueses, a associação dos nacionais dos países de leste à “máfia” é quase uma espécie de automatismo:

“Ah, máfia. Está sempre a pensar que é máfia.” (24 anos, regularizado, 11 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Na sua grande parte, os entrevistados não duvidam de que são os “imigrantes de Leste” os que têm pior imagem pública entre os vários grupos imigrantes co-presentes na sociedade portuguesa, devido à associação excessivamente redutora entre migração de Leste e “máfias de Leste”. Os interlocutores lamentam que, raramente, se noticiem eventos em que se demonstre que são os imigrantes as próprias vítimas da violência perpetrada pelos seus concidadãos, e não os cidadãos portugueses. Nicolai refere a acção dos grupos que praticam formas de criminalidade violenta sobre os seus conterrâneos, mas cujo campo de acção tem vindo a ser cerceado, revelando:

“[...] nós entrámos primeiro e também com muitas coisas mal, mafiosos, ucranianos. Eu sei muita gente foi preso ou foi para terra, para a Ucrânia, eu sei que eles passou mal.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, operário da indústria e construção).

Efectivamente, alguns dos entrevistados recorreram ao apoio dos “intermediários” ou “engajadores de mão-de-obra” que, a troco de alvissaras (em dinheiro, outros valores materiais, relações de extrema dependência e subordinação), faziam a mediação entre trabalhador e empregador, assegurando a contratação de alguns trabalhadores imigrantes. Não raro, aqueles que recorriam a estas modalidades de intermediação viram-se envolvidos numa teia de relações de exploração e de dependência, já que alguns destes agentes estavam ligados a organizações criminosas com uma certa dimensão e complexidade e cuja forma de actuação era muito violenta e marcada por um elevado grau de perigosidade (por exemplo, ameaças de morte ao próprio e aos seus familiares, sujeição a sevícias físicas, entre outras práticas); outros “intermediários” actuavam a uma outra escala, essencialmente no seio de pequenos grupos de extorsão, que sob coacção física e psicológica extorquiam dinheiro ou outros valores (objectos de valor, passaporte...) aos imigrantes.⁸³ Os intermediários arranjaram trabalho a pelo menos dois entrevistados do sexo masculino e ao marido de uma das entrevistadas; no entanto, também lhes criaram problemas inesperados: ou ficaram sem documentos e passaporte, ou foram alvo de despedimento sem justa causa, ou então não lhes foram pagas as horas de trabalho. Dima retrata o quadro de relações de exploração que facilmente se estabelecem entre imigrantes e grupos de extorsão:

“Não, eu não tinha cá ninguém porque naquela altura era já o envio de pessoas... as pessoas pagam para arranjar trabalho, eu também fui por esse caminho, paguei para arranjar trabalho e também arranjei muitas confusões para a cabeça. Tive problemas como vocês ouviram na televisão, se calhar aquilo tipo máfias, aquelas coisas todas, porque foi mesmo isso que as pessoas contaram. Fiquei sem trabalho, também fiquei sem dinheiro, não pagaram para nós, ainda por cima fiquei sem passaporte porque na situação que me puseram não tinha...digamos assim, roubaram-mo [...].” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, regularizado, operário da indústria e construção).

Mas a prática mais comum à chegada, nomeadamente para os que já cá tinham amigos e conhecidos, era recorrerem ao seu apoio. No entanto, e principalmente para os que entraram em Portugal antes de 2001, a prática mais recorrente mas nem sempre verbalizada era o recurso a um intermediário, geralmente nacional dos países da Europa de Leste e que já conhecia a língua portuguesa, bem posicionado no sector informal da economia, movimentando-se com facilidade numa vasta teia de relações (entre empregadores e outros agentes). Para aqueles que chegavam sem documentos e sem visto de trabalho, esta era a via mais fácil para acederem ao mercado de trabalho. Embora este constitua um assunto sobre o qual os entrevistados mostrem alguma reserva, alguns confessam abertamente ter recorrido aos serviços prestados por via informal e à margem da lei por estes operadores. Vladimir tem 34 anos, chegou a Portugal em 2000, tendo no acesso ao seu primeiro trabalho beneficiado da mediação de um destes agentes. Conta que se sujeitou a

83 Jean Ziegler (1999: 299) discute de forma desenvolvida esta questão, esclarecendo que estas organizações são altamente hierarquizadas, supondo-se que os pequenos “bandos de chantagistas”, assim nomeados pelo autor, situar-se-ão na base do crime organizado, cometendo crimes pouco visíveis, ou seja, geralmente perpetrados na sombra, na clandestinidade já que “odeiam a luz do dia”.

condições extremamente penosas e que posteriormente foi despedido sem direito a qualquer retribuição. Foi um alvo fácil de exploração e extorsão, perpetradas quer pelo intermediário, quer pelo próprio empregador. Retrata com pormenor como foi despedido e acabou por ir viver na rua:

“Então, contactaram com outra pessoa e ele diz «vamos arranjar trabalho, temos outro patrão» e depois conhecemos aquela pessoa e eles, não há contrato, naquela altura não há nenhum contrato, só ilegais e trabalhámos por uma semana trabalhos muito esforçado, saímos de casa às 6 da manhã e saímos de casa às 10, às 10 da noite. Muito difícil, muito pesados e passou uma semana ele passou lá, «você trabalha mal, eu vou arranjar pessoas mais fortes» e deixou para a rua [...]. Mas quando eles mandaram-nos embora, meu e meu amigo, eles não dá para nós passaporte, eles não dá nenhum dinheiro e nós ficávamos na Leiria, passar um noite na rua perto de polícia e eu acho que pessoas foi brutais.” (nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado - trabalh. não qualificado da indústria e construção).

Entre os imigrantes entrevistados e que se encontram em reclusão prisional, 4 revelaram ter estado envolvidos em actividades que são legalmente classificadas como “auxílio à imigração ilegal”. Tais actividades são subjectivamente percebidas pelos indivíduos em causa como socialmente úteis e legítimas, servindo para “apoiar” muitos conterrâneos que vão chegando, sem apoio de redes sociais não instrumentais.

As razões da atractividade de Portugal sobre estas correntes imigratórias são de ordem puramente pragmática e funcional; alega-se o pouco rigor e a flexibilidade das leis que regulam os fluxos migratórios, assim como a pré-concepção induzida pelas agências turísticas de que Portugal praticava elevados níveis salariais e de que a breve prazo iria instaurar um processo de regularização para imigrantes (motivo apontado por 4 entrevistados). Andrey declara que esta foi a razão que o trouxe ao nosso país:

“As pessoas disseram que eu podia fazer legalização em Portugal. Quem me disse foram as pessoas que venderam a viagem na Ucrânia e depois eu estive primeiro em Madrid e depois encontrei lá pessoas que me disseram que Portugal ia fazer legalização e vim para o Porto.” (26 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado, detido).

Estas agências tiveram um papel fundamental na vinda de um número inesperado de indivíduos da Europa Central e de Leste, e parece mesmo ter havido um surto destes operadores entre 2000 e 2001. Pavel tem 29 anos, é ucraniano, e reconhece a rentabilidade associada a este fenómeno, que não era mais do que “uma forma fácil de ganhar dinheiro”. Em alguns casos foram as próprias empresas a sugerir Portugal como destino. Portugal era uma espécie de “*el dorado*”, os imigrantes chegavam cá com expectativas muito elevadas e irrealistas de que facilmente encontravam trabalho e que o salário médio rondaria os 1000 e os 1500 euros mensais. Natacha alega mesmo que estas agências faziam publicidade enganosa, veiculando informações relativas à existência de oportunidades fáceis de trabalho bem remunerado, o que gerava nos imigrantes expectativas elevadas e até irrealistas. A entrevistada revela:

“Naquelas firmas que organizam estas viagens, sempre dizem a toda a gente que «vocês só chegam lá e têm emprego, têm casa, emprego menos de 1000€ não pode ser...» Ah, sim. Então as pessoas de lá investem aquele dinheiro, pagam a viagem e depois chegam cá e vêem a realidade aqui... não é assim... E nem sempre conseguem emprego logo. Tem que se esperar ou vêem aquelas máfias que tem que se pagar ainda a máfia. Ainda acontece ou pagam 300, ou enfim 300, 400, 500 mais... senão eles vêm todos os meses. Sabem onde trabalham mais, onde estão concentrados, onde vive [...]” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

Alguns dos entrevistados queixam-se de terem sido enganados pelas “firmas turísticas” que, geralmente, vendiam um “pacote” composto pela viagem, visto e pelo contacto de um angariador de trabalho; em alguns casos já estava incluída a própria oferta de trabalho. Leonid confessa que foi enganado pelo intermediário que tinha por incumbência encontrar-lhe um posto trabalho, o que não chegou a concretizar-se:

“Uns disse que possa ganhar dinheiro e há aqui muito trabalho...e por isso elas traz-me para cá e elas diz-me lá que elas arranjar-me trabalho cá. Por isso eu tinha que pagar 350€ ... para elas que elas arranjar-me trabalho. Deixar-me cá ao pé do aeroporto ...Deixaram-me lá e não arranjam trabalho. Só diz-me que esse homem, o tal preto, um homem preto, que ele dá para ti trabalho. Mas depois ele saiu. Durante duas semanas eu não vi dele... e depois sozinho encontrou trabalho.” (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. da indústria e da construção).

Embora o custo do visto e do bilhete para a viagem não fossem propriamente dispendiosos, os pagamentos que eram necessários efectuar aos agentes que intervêm no processo, nomeadamente aqueles que põem em prática as estratégias que permitem aos nacionais dos países da Europa de Leste uma entrada regular no espaço Schengen e noutros países da UE, representavam um valor significativo. Alguns dos entrevistados assinalam que compraram o tal “pacote” (viagem, visto e proposta ou contacto de trabalho) por preços situados entre os 1000 e os 1100 euros.

Importa referir que as vagas migratórias providas por exemplo da Ucrânia devem-se em grande medida ao desenvolvimento e consolidação de “*informal networks*” entre a origem e os locais de destino. Malynovska (in Baganha e Fonseca, 2002: 21) nomeia estas estratégias que poderão assumir configurações diversas: “*Job searches, house hunting, travel arrangements and receiving an invitation to come to a destination country...*” Essas redes são dinamizadas por actores que actuam nos “bastidores da vida social”, de uma forma bem organizada, ainda que actuem na clandestinidade ou na semi-legalidade.

Outros aspectos que parecem ser realçados por alguns órgãos de informação correspondem às associações entre islamismo e terrorismo e, também, entre “máfias de leste” e terrorismo.

Zina tem cidadania russa, diz que é tártara e muçulmana e revela que já sentiu desconfiança quando afirma a sua identidade muçulmana. Assim, evita identificar-se como tal:

“[...] porque as pessoas ficam assustadas. Eu já digo primeiro nacionalidade, muçulmana ‘não, não quero’. Depois muçulmana tudo terrorista.” (45 anos, regularizado, ens. superior, desempregada (trabalh. não qualific. dos serviços)).

Publicamente, tende a apresentar-se primeiro como cidadã russa e só depois como tártara e/ou muçulmana.

Boris mostra-se indignado com uma outra associação de ideias reportada pelos órgãos de comunicação social e que interliga a “máfia de leste” ao terrorismo, dizendo que:

“[...] o Canal 1 mostrou no outro dia a Ministra da Justiça a falar de terrorismo e dizia que a máfia de leste é financiada com dinheiro do terrorismo.” (25 anos, nac. russa (etnia tchetchena), não regularizado, desempregado, detido).

Ainda a este respeito, Sergey sustenta que máfia não é o mesmo que grupo ou associação criminosa, afirmando claramente que em Portugal existem grupos criminosos, mas não existe “máfia russa”. O entrevistado esclarece:

“Eu gusta de termos correctos. Que é isto máfia? Máfia é corrupção de governo, parlamento e criminosos estruturas. Aqui no Portugal não há russa máfia porque não há a nossa deputadas no parlamento, não há a nossa deputada no governo. Isto não é máfia. Isto só bandido turma. Isto não é máfia.” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado, à procura emprego).

Para Vladislav o rótulo não é mais do que um mito e um estigma que se criou e que não se fundamenta em evidências e factos. Dirigente de uma associação de imigrantes, refere que numa fase inicial do seu trabalho associativo, quando começou a ajudar os seus conterrâneos na procura de casa, foi importunado por grupos organizados que prestavam esse tipo de serviços. Vladislav conta como lidou com a situação:

“Não existe máfias como estrutura ou como os grupos. Só aconteceu os grupos criminais. A máfia também é organizada mas a máfia significa os contactos do Estado, dos polícias e não sei quê. Eu falo que criminal não tem nacionalidade... No início do meu trabalho também tive em contacto com aqueles pessoas, as quais viviam só através de empréstimo. Quando eu comecei a arranjar um prédio para pessoas gratuito. Não pede nada a ninguém nem de parte de empresa, ninguém. Só para pessoa não ficar na rua. Esta lá ocupado, se vens cá trabalhar, trabalha. Se não queres trabalhar, vai-se embora. Se fazes depois mal, vai a prisão. Assim, assim, assim. Também tive um encontro com eles. «Ah, tu fazes um trabalho, tu vais-me estragar a nossa competência». Desculpa lá, gente! Assim um bocadinho. Algumas conversas não é fácil. Depois trabalho SEF, depois trabalha PSP.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Dimitri afirma que tais grupos criminosos e organizados são compostos por indivíduos com diversas pertenças nacionais, realçando a participação de cidadãos portugueses. Na sua perspectiva:

“[...] não tem máfia, só tem pequeno grupo que gosta de roubar e fazer mal e tem portugueses nesses grupos, mas quando prendem esses grupos só ficam presos os estrangeiros, não os portugueses.” (55 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizada, ens. superior, comércio e serviços, detido).

Em alguns casos, os média, mais do que informar, pretendem também julgar publicamente os suspeitos ou presos preventivos. A este respeito, Dimitri afirma ainda que, quando foi detido, a televisão noticiou:

“[...] que foi apanhado grande bandido e criminoso e que o Office foi fechado.” (55 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizada).

O entrevistado revela a sua insatisfação e o seu desalento, pois, os média comentaram e pronunciaram-se sobre o suposto crime, muito antes de os tribunais terem chegado a uma decisão.

Há quem ainda estabeleça uma relação directa entre o manancial de notícias negativas que vinham a público a propósito destes imigrantes e as orientações de carácter político que, entre 2000 e 2001, eram marcadamente desfavoráveis à imigração. Nicolai sustenta que:

“[...] se políticos gosta neste momento, para nós não mostra televisão, nos jornais.... Se políticos mudou e já não precisa de nós ou não sei quê, vai mostrar, vai fazer isso. Agora um ano atrás, dois anos atrás foi isso.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Nesta conjuntura, os imigrantes não esqueceram os discursos políticos que nessa altura foram amplificados pelos média e deixaram transparecer uma posição governamental favorável a uma política de imigração de carácter ainda mais restritivo face aos imigrantes do espaço não comunitário e não pertencentes à lusofonia.

Os imigrantes reparam com estranheza na escassez e até ausência de notícias em que os imigrantes são vítimas de acções violentas e discriminatórias por parte de alguns membros da sociedade de acolhimento. Vitali evidencia que os média não se preocupam com o imigrante-vítima, relembrando factos desta índole que nunca chegaram a ser amplamente publicitados:

“[...] quando estive na Madeira com bom patrão, bateu dois... não bateu, matou dois imigrantes; todos, ninguém não disse nada... se um estrangeiro matou pessoa de nacionalidade portuguesa, já está escrito na todos jornais, na televisão. (38 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado).

Leonid reconhece que existem grupos minimamente organizados e constituídos por portugueses que também se dedicavam a actividades ligadas ao auxílio à imigração ilegal e cujas actividades não são noti-

ciadas. O entrevistado contraria assim a ideia pré-concebida de que tais actividades são exclusivamente praticadas pelos imigrantes, esclarecendo:

“Agora havia algum caso com portugueses mas isto já eram grupos bastante elevados, que tratam dos papéis... foi também o caso de advogados que entravam no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e começaram a fazer os vistos de residência, e essas coisas, mas isto já não, quer dizer é criminoso não é, mas não é o tal bruto como era eles enganava as pessoas, tiravam dinheiro.” (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Uma outra informação estigmatizante, que faz parte do estereótipo do “ser imigrante de leste”, é a dependência face ao álcool. É manifesto para estes imigrantes que há já um preconceito instituído entre os portugueses de que os imigrantes russos e imigrantes consomem bebidas alcoólicas em excesso. A este propósito, Oxana revela:

“Mas todo o mundo pensa assim, os russos bebem vodka, os portugueses bebem vinho do Porto.” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Vladislav classifica essa representação como mais uma quimera:

“Portugueses que tem cá os mitos de que imigrantes de leste bebe-se muito. Em Portugal imigrantes de leste bebe-se muito. Mas os portugueses bebe-se muito mais do que imigrante.” (29 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os entrevistados declaram, contudo, que em Portugal algumas bebidas alcoólicas como o vinho têm preços relativamente baixos, comparativamente aos preços praticados no seu país, tornando-se num produto de fácil e mais amplo acesso. Danilo esclarece que a prática de consumo de álcool não pode ser especificamente atribuída aos imigrantes russos e ucranianos, tratando-se de uma prática culturalmente moldada e que é também observável entre os portugueses, embora se manifeste de forma diferente. Nota que os portugueses tendem a ingerir vinho durante as refeições, enquanto na Ucrânia o vinho é uma bebida pouco acessível, e, por isso, a maioria tende a consumir vodka, cuja ingestão antecede, geralmente, as refeições. Deste modo, Sergey procura desconstruir o preconceito e explica em que medida beber vodka é uma prática culturalmente condicionada:

“É um bocadinho diferente [...] primeiro bebe, depois come. Por exemplo na aldeia, por exemplo uma zona onde não há uvas ou outra coisa, bebe vodka. Às vezes, por exemplo em minha casa o que pode ser é por exemplo 50g vodka ao meio-dia, bebe 50, a primeira vez, copo pequenino, bebe, está pronto e me, mais nada. E também às vezes cá bebe vinho mais porque há mais vinho e pode...há muitos e mais barato, lá vinho é muito caro e pessoa não pode beber vinho assim uma vez por dia, cada dia porque é muito caro.” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, desempregado).

Viktor faz alusão à associação entre alcoolismo e a adopção de comportamentos desordeiros em espaços públicos por parte destes imigrantes:

“Há vários ucranianos, que fazem mal e bebem e gritam e depois à noite cantam canções ucranianas e eles [portugueses] não gostam.” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Alguns dos entrevistados mostram-se preocupados com a má imagem que alguns imigrantes deixam transparecer para a sociedade de recepção, o que acaba por afectar a reputação social de todos. Acusam e responsabilizam sobretudo os seus conterrâneos, que se tornaram sem-abrigo e que exibem comportamentos socialmente reprováveis devido a um consumo excessivo de álcool. Vladislav faz alusão às práticas de rejeição e de censura exercidas pelos próprios compatriotas face a estas condutas:

“[...] e é assim, e às vezes, quando pessoas fica bêbada e sentou-se perto do mercado. Outros imigrantes foram «vai-te embora daqui. Tu vais-te sentar aqui. A gente passa e vê de ti e sobra para nós todos. Levanta-se e vai-te embora.»” (29 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços).

Assiste-se, em paralelo, ao processo de negativização mediática que recai sobre o indivíduo imigrante e sobre os fluxos provenientes da Europa de Leste, assim como à difusão de uma imagem deturpada e deformada sobre as condições de vida e o nível de desenvolvimento destes países europeus. Os imigrantes manifestam-se descontentes com as informações pouco dignificantes que vêm a público, classificando-as como indignas, desprezíveis e que só os envergonham. Oxana é russa e considera que a televisão tem contribuído em muito para que, entre os portugueses, subsista ainda uma representação parcelar, fragmentada e desvirtuada sobre o seu país de origem. A entrevistada aponta os principais atributos que são manipulados pelos média:

“Por que é que muitos portugueses pensam que Rússia, é onde há gelo, não há praias, não há nada, a gente dá-se numa maneira tão activa que já ninguém dá-se assim, mas há uma maneira de pensar assim porque só isso passa na televisão porque, por exemplo, eles só mostram coisas más, miséria, assim fome, mas não há só isso [...]” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Zina chegou a Portugal em 2002 e refere que desde aí só ouviu notícias negativas sobre a Rússia. Reportam-se quase sempre a situações de conflito, destacando-se o terrorismo e a acção das máfias. (45 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, desempregada).

Também relativamente à Ucrânia, é manifesta a persistência de uma representação redutora e restritiva, que suscita insatisfação e revolta entre os entrevistados. Pavel mostra o seu desagrado relativamente a uma reportagem que um canal privado de televisão transmitiu sobre o seu país de origem:

“No outro dia, a SIC fez uma reportagem em que acompanhava um imigrante de regresso à Ucrânia, e a SIC só deu coisas escuras – fábricas fechadas, carroças...aqui disseram-me o que é isso a Ucrânia? Nem carros, tem. Porque não mostrou coisas boas. Quando sair daqui, vou fazer um vídeo com imagens que a SIC não mostrou e vou mandar o vídeo para a SIC.” (nac. ucraniana, não regularizado, 29 anos, ens. superior, detido).

Na actualidade, parece haver uma dualidade nas imagens mais difundidas pelos média nacionais sobre estes imigrantes: exploram, por um lado, a imagem do imigrante “criminoso” e “mafioso”, e por outro, a do “coitadinho” e “desgraçadinho”. Pavel mostra a sua repugnância e indignação perante:

“...imagens de imigrantes a dizer: «senhora, nós somos pobres», não gosto disso.” (nac. ucraniana, não regularizado, 29 anos, operário da indústria e construção, detido).

De igual modo, Pedro responsabiliza a televisão pela divulgação de uma imagem desprezível e humilhante do imigrante:

“Diz que dormem no banco, andam na rua a pedir comida, estão a “chorar”. Ainda hoje deu uma notícia que eles andavam no supermercado a ver se encontravam comida entre o lixo, isto não é notícia de um telejornal. Mas cá isto é notícia? Não mostram coisas positivas, podia mostrar o dia a dia de uma pessoa normal, então aí os portugueses iriam abrir-se mais aos imigrantes.” (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, 9 anos escol., trabalh. não qualific. da indústria e da construção, detido).

Aquilo que tem notoriedade mediática não é apenas uma mera perspectiva sobre a realidade, mas sim uma distorção da mesma, gerando entre os entrevistados sentimentos de vergonha, e até ferindo o orgulho e a auto-estima dos nacionais da Ucrânia. Dimitri refere-se a imagens difundidas pela televisão, que desprestigiam e desvalorizam o cidadão imigrante:

“Quando a televisão mostra os ucranianos mostra coisas que não são bem assim, mostra pessoas a buscar comida no lixo no Lidl, isso é uma vergonha para nós; isso são 4 ou 5 pessoas que não querem fazer nada, mas Portugal pensa que tudo faz isso ou que eles fazem igual na Ucrânia.” (55 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, regularizada, ens. superior, empreg da administração, comércio e serviços, detido).

Estes imigrantes destacam ainda o papel positivo da imprensa em língua russa que é publicada em Portugal e cujo número de títulos em contexto nacional tem vindo a multiplicar-se. Principalmente os jornais têm permitido aos imigrantes um acesso mais alargado, rápido e rigoroso à informação. Vladislav realça:

“[...] Há 2 anos atrás [2002] acho eu não estava nenhum jornal. Nenhum revista, nenhum jornal, nada. Tenho alguns jornais já em 2 línguas, em português e em russo. Tenho jornais de economia para estabelecer contactos cá entre os 2 países. Eu acho que eles fazem o seu trabalho bem. 3, 4 anos atrás quando eu estive lá não tenho nada de informação, nada, só mitos, só ouvidos, uns fala para outros. Agora transformou-se totalmente porque aqueles jornais começaram a explicar as coisas. Os factos, os erros, os... tudo.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os entrevistados notam diferenças significativas na cobertura de determinados eventos por parte da imprensa nacional em comparação com a imprensa em língua russa publicada em Portugal. Vladislav não tem dúvidas em afirmar que estes jornais são mais fiáveis e rigorosos porque “mostram a realidade” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços). Danilo acrescenta que as notícias patentes nos jornais impressos na língua materna têm uma carga muito menos depreciativa e pejorativa, ao afirmar que “também na língua russa jornal menos negativa [...]” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, desempregado). Face ao exposto, não parece despicinda a intervenção dos média nos processos de inculcação de estereótipos, bem como nos processos de construção da ideia do estrangeiro como uma possível “ameaça”, quer realista, quer simbólica.

1.3. *Percepções da sociedade portuguesa: “a «ameaça» que vem do Leste”*

No discurso dos média, à semelhança do que acontece no discurso popular, os imigrantes da Rússia e da Ucrânia aparecem geralmente incluídos na amálgama indistinta que é a categoria “imigrantes de Leste” ou ainda “ucranianos.” Muito raramente, estes imigrantes são nomeados pela comunicação social e pelo senso comum de acordo com a sua identidade nacional.

Estes imigrantes auto-comparam-se com outros grupos imigrantes e assinalam as virtualidades da imigração da Europa de Leste, comparativamente a outros fluxos. Com estes imigrantes, Portugal não tem que despender recursos na sua educação e integração educacional e profissional. Assim sendo, para Sergey, a imigração da Europa de Leste não constitui propriamente uma ameaça directa aos trabalhadores portugueses, dadas as suas elevadas qualificações e a sua maior predisposição para se adaptarem à sociedade de acolhimento. Por isso, só poderão constituir uma mais-valia para a economia portuguesa. O entrevistado não hesita em dizer:

“Como regra, imigrantes de países de leste são pessoas com boa educação, não são pessoas com má educação. Nossos países todas as pessoas têm nível secundária. Mas sistema de ensino secundário em nosso país é muito alta, quando comparado com o sistema na Alemanha, com o sistema na França. Mas isto é um problema só de educação, quando se compara com sociedade de africanos e de leste, este é muito grande problema – diferenças de educação. Quando pessoas de África chegam em Portugal elas exportam África para cá. Eles exportam de África a sua má educação, beginning to reconstruct here África, it's a very big problem.” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, desempregado, à procura emprego).

Os imigrantes entrevistados observam que, nos últimos 3 anos, têm-se reforçado as opiniões e atitudes menos favoráveis por parte da sociedade maioritária face à presença dos imigrantes. Tal percepção tem por base informações a que os entrevistados têm acesso, sobretudo através da imprensa. Anastacia afirma que os jornais têm revelado uma atitude até de rejeição face aos estrangeiros em geral, pois viu “escrito no jornal que pessoa portuguesa já não querem viver com estrangeiros... Não escrito ucraniano, russo, português, só estrangeiros, brasileiros juntos, tudo, tudo, russos, ucranianos, angolanos, tudo isso.” (46 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços). Mas, no local de trabalho e em espaços públicos, como na rua, na fila de espera dos transportes, no interior dos transportes públicos, os imigrantes entrevistados ouvem, por vezes, opiniões desfavoráveis face à sua presença.

Aqueles que foram e são os atributos mais apreciados pela sociedade maioritária podem também reverter-se em factores que podem gerar discriminação e exclusão. Os imigrantes confessam que estão dispostos a trabalhar por uma remuneração abaixo dos níveis salariais médios dos trabalhadores portugueses, estando bem cientes que este facto suscita desagrado e até reacções conflituosas por parte dos nacionais que tendem a perceber o imigrante como uma ameaça realista. Anatoli dá conta do descontentamento dos cidadãos nacionais, que tendem a culpabilizar os imigrantes, entre os quais os de “Leste”, responsabilizando-os pelos baixos níveis salariais e pela subida da taxa de desemprego. O entrevistado reproduz aquilo que escuta por parte da maioria:

“Muitos portugueses fala assim: «nós temos muitos imigrantes aqui e Portugal ficou sem trabalho; temos muitos estrangeiros: brasileiros, ucranianos, moldavos...; você rouba nosso trabalho...». Português não quer trabalhar por mil euros por mês. E ucranianos ou brasileiros ou pretos de África falar assim: «eu posso trabalhar por seiscentos ou setecentos Euros’ e depôs português falar assim: ah, isto é muito mau».”
(47 anos, nac. ucraniana, regularizado, ensino superior, desempregado/ operário constr. civil).

Alguns dos imigrantes fazem alusão ao receio que os portugueses têm em competir com estes trabalhadores no mercado de trabalho, dado que estes imigrantes têm, em média, 10 anos de escolaridade, ao que acresce a formação e a experiência profissional que acumularam no seu país de origem. Dima faz referência a este aspecto, salientando ainda a dificuldade que os trabalhadores nacionais demonstram em aceitar serem chefiados por imigrantes.

“[...] Porque as pessoas que vêm de lá têm no mínimo nove anos de formação na escola e aqui não e pessoas portuguesas têm medo disto; têm medo que eles vejam que as outras pessoas apanhem lugares melhores no trabalho e não aceitam quando ucraniano começa a mandar no trabalho; português às vezes não aceita; por exemplo uma situação, quando o patrão coloca nessa situação e as pessoas não querem aceitar, mas no final quem manda é patrão e têm que aceitar assim. Têm este receio, sim senhora, eu acho que sim, mas pronto...” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Num cenário e conjuntura económica desfavorável, em que se procura explorar de forma intensiva a mão-de-obra e rebaixar o preço do valor-trabalho, os processos de alienação e de exploração tenderão a assumir ainda uma maior severidade no caso da mão-de-obra imigrante em situação não regularizada. É de esperar que, num contexto de exploração desenfreada surjam conflitos entre trabalhadores e entre estes e o patronato. Irina exemplifica, ao salientar que:

“Se pessoa não tem trabalho e patrão não quer fazer contrato e ela não se pode defender por nenhum lado... não fazem contrato, pessoa não tem dinheiro, não pode trabalhar... pessoas vão fazer qualquer coisa para sobreviver [...]” (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, ens. superior, empreg da administração, comércio e serviços).

Neste sentido, é de supor um recrudescimento das tensões entre imigrantes e sociedade maioritária.

Danilo acrescenta que, em particular, parece haver uma atitude de crescente desconfiança face aos “imigrantes de Leste”, encarados como potenciais criminosos. Assim sendo, o entrevistado afirma:

“Eu leio estatística que cada português... quase 80 portugueses pensa que imigrantes de leste quer roubar ou quer outra coisa [...]” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, desempregado/operário da indústria e construção).

A associação da presença de estrangeiros a um acréscimo dos níveis de conflitualidade e insegurança interna parece ser uma evidência para Viktor que destaca, em particular, os problemas de relacionamento entre ucranianos e africanos. Tais desentendimentos parecem não se circunscrever apenas à concorrência no mercado de trabalho, manifestando-se em outros contextos. O entrevistado declara:

“Estão no vosso país é normal, vocês não querem muitos estrangeiros cá porque estrangeiros sempre, estrangeiros num país... fazer mal, roubam tudo nas feiras e sempre há porradas nas ruas e os africanos e ucranianos e russos... nós temos problemas com eles, não é assim como você pensa. Eles não gostam de nós porque nós estamos cá há 4 anos e antigamente nós quando viemos cá todos não sabíamos falar e os africanos também foram trabalhar primeiro que nós, os portugueses quando sabe falar, vão lhe mandar trazer a massa e ele vai saber, vai trazer, o ucraniano – «o que é que ele disse?» Ele não vai compreender; e agora nós já aprendemos mais coisas, somos concorrentes e eles não gostam nada disso.” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Elena constata que, mesmo no seu país de origem, que é a Rússia, a segurança interna está fortemente interligada com o fenómeno da imigração não regularizada:

“Isso normal, isso normal, na Rússia a mesma coisa, que eles agora tem também muitos imigrantes ilegais numa escola, quer expulsar porque eles parece cada segundo um criminoso... Que se eles não tem nada para perder aqui, eles aproveitar.” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os média e a população portuguesa em geral parecem esquecer que o reforço da presença dos imigrantes em contexto nacional tem ajudado ao difícil reequilíbrio das contas da segurança social, como atesta o estudo de Corrêa d’Almeida (2003) sobre o Impacto da Imigração em Portugal nas contas do Estado. Deste modo, Vladislav relembra que a imigração:

“Também traz o preenchimento do caixa de segurança social ou não? Acho que também fazem isso.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços)

Relativamente à sua representação, como possível ameaça cultural, as similaridades culturais face aos portugueses são geralmente evidenciadas pelos entrevistados, argumentando que, portugueses, russos e ucranianos compõem o mosaico de uma suposta cultura europeia. Anatoli salienta que, em termos geográficos, o centro da Europa localiza-se precisamente na zona oeste da Ucrânia, o que parece constituir um facto desconhecido para a maioria dos europeus. O entrevistado salienta, assim:

“A cultura é mais ou menos igual, é igual. Nós ver uma coisa, centro da Europa, nossa cidade, achamos centro da Europa Rako, não é Alemanha, não é Luxemburgo, não é nada, Rako, centro da Europa. Tenho um poste que diz que centro da Europa Rako, do geografic.” (nac. ucraniana, 47 anos, regularizado, ens. superior, desempregado/operário da indústria e construção).

Inna é de nacionalidade russa e realça com agrado a abertura e curiosidade demonstradas por alguns portugueses face à cultura do seu país, ao revelar:

“Portugueses muito gostem saber como russos vivemos, cultura, tudo. Eu trabalhei no Belodente de patrão gosta muito da Rússia, ele sabe museus, ele sabe música russa, bailado, tudo, tudo. Cidades, San Petersburgo, Moscovo. Eu sei uma dentista, ele foi na Rússia, na Praça Vermelha e ele gosta muito, tudo, ele tem muitas coisas russas e fotos e muita coisa, gosto muito.” (nac. russa, 38 anos, regularizado, ens. médio, trabalh. não qualific. dos serviços).

Mas esta curiosidade parece ser apenas impressionista e superficial, perante o relativo exotismo e alteridade que não deixam de ser atribuídos a estes imigrantes, provenientes de uma sociedade que mal se conhece e da qual ainda hoje nos chega pouca informação.

A coexistência de indivíduos e grupos com sistemas culturais distintos é encarado por grande parte destes entrevistados como um fenómeno positivo. Igor diz que, apesar de ser percebido pelos cidadãos nacionais como um estrangeiro, nunca foi alvo de um tratamento menos favorável, nem se sentiu como um estranho. A este propósito, o entrevistado salienta:

“Aqui um estrangeiro não é olhado como um estranho, quando eu trabalhava como distribuidor de vinhos, era bem tratado, até pensavam que eu era francês.” (30 anos, nac. russa, não regularizado, 11 anos escol.).

Este tratamento mais favorável poderá dever-se a uma certa confusão no processo de identificação da sua identidade nacional, associado ao seu aspecto físico (olhos e cabelo escuros, baixa estatura, sabe falar inglês, aparência cuidada e envergando um vestuário similar ao dos jovens portugueses da sua idade) e à sua manifesta abertura ao contacto com o Outro, contrariando, de algum modo, o estereótipo do imigrante da Europa de Leste, enquanto indivíduo reservado, fechado e distante e com traços físicos bem demarcados (olhos e cabelo claros, estatura elevada, uso de vestuário *demodé*).

Alguns dos entrevistados mostram-se preocupados com os comportamentos pouco aceitáveis de alguns dos seus compatriotas em espaços públicos e que contribuem para a construção social de imagens depreciativas e estereotipadas sobre o seu *ingroup*. Elena mostra-se indignada:

“[...] Até lá na praia costumamos andar Paço D’ Arcos, até eu passo vergonha, já não sei, se calhar vou deixar lá andar. Eles... falam com palavrões. Aqueles palavrões, já palavrões...em russo, mas palavrões que na todo o mundo conhece, mas já é fora de comum, já é muito, muito, muito, muito mau. Eles só falaram palavrões, eu disse «cala-te que pessoas percebem que vocês fala mal, pessoas não percebe é sentido, mas percebe que vocês fala mal qualquer coisa». Ele disse «deixe, deixe nós em paz que nós não somos russos», «não importa, mas vocês fala em russo» aqueles palavrões e as pessoas... Eles estavam bêbados todos.” (34 anos, nac. russa, regularizado, casada com cidadão português, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os próprios sujeitos imigrantes não deixam de ser também responsáveis pelas representações que os Outros poderão construir a seu respeito.

Mas notam também uma espécie de medo relacional da maioria face a estes imigrantes e que se manifesta em contextos extra laborais. Viktor realça que:

“Eles [portugueses] também têm um pouco de medo de nós, não sei porquê? Nós não fizemos mal a ninguém, eles têm medo. Nós estamos a conversar e às vezes gritamos mas é uns com os outros, não? E eles olham para nós – «estes ucranianos são malucos».” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol.).

Este medo parece basear-se num certo temor face ao desconhecido, que para Pavel tenderá a desaparecer “depois de as pessoas se conhecerem.” (nac. ucraniana, não regularizado, 29 anos, operário da indústria e construção).

Para alguns dos entrevistados é necessário reconhecer as virtualidades dos fluxos de imigrantes do Leste da Europa, geralmente constituídos por trabalhadores com qualificações escolares médias relativamente superiores às da mão-de-obra nacional. O local de trabalho poderá ser um espaço de intercâmbio de saberes e de saberes-fazer entre trabalhadores nacionais e imigrantes, como bem evidencia Dima, ao contar que no seu posto de trabalho há uma troca de conhecimentos entre ele e os seus colegas portugueses:

“Eu também acho que é bom; eu quando cheguei na altura estive a dar aulas no meu trabalho de geometria para pessoas portuguesas que já acabaram escola e tudo. Tem que ajudar de uma maneira ou outra; uns ajudam de uma maneira, outros ajudam de outra. Tem de ser e acho que é bom de uma parte que já está a desenvolver-se que é o intercâmbio, intercultura, entre matérias, entre conhecimentos, é bom, é bom. Há pessoas que não percebem, há pessoas que não querem; paciência, vamos fazer o quê? Não podemos fazer nada.” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, regularizado, operário da indústria e construção).

Os entrevistados estabelecem uma clivagem no interior dos imigrantes que provêm da Rússia, e da Ucrânia de acordo com as expectativas que os trouxeram a Portugal, e com os seus projectos pessoais e familiares de curto e longo prazos. Aqueles que vieram para cá com o objectivo de apenas ganhar algum dinheiro, supõe-se que regressarão a curto prazo até porque a sua família se encontra no país de origem. Pensa-se que estes imigrantes terão uma menor predisposição para aprender a língua do país de acolhimento e terão menos condições e recursos para estabelecer uma teia relacional consolidada e diversificada. Aqueles que têm como projecto permanecer em Portugal, tendo reunido cá toda ou parte do seu grupo familiar, tenderão a estabelecer relações com os membros da sociedade de recepção, procurarão aprender a língua portuguesa e a incorporar elementos da cultura portuguesa. Esta atitude não é mais dos que uma espécie de “pragmatismo cultural”, que possibilitará, segundo Sergey, a assimilação destes imigrantes:

“It’s impossible to keep the two steps: tradition and this society. This society dominar these traditions, in the future their children have culture portuguesa. [...] acabam por ser dissolvidos pela sociedade. Depende de quantos anos precisa. Se perder uma tradição, não é a destruição; isto é como língua, língua todos os dias change. Língua é viva, não é morta, não precisa estudar regras que língua explica, precisa de estudar a língua que precisa. Este é problema de pragmatismo [...]” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado).

Vladislav não tem dúvidas em afirmar que, nos próximos 15-20 anos, os filhos destes imigrantes estarão devidamente integrados e assimilados na sociedade portuguesa. A total perda das referências culturais do país de origem poderá até ocorrer, se não houver uma preocupação por parte dos indivíduos, das famílias, das associações de imigrantes, das embaixadas e de outras instituições em transmitir e reatualizar esse reportório cultural de origem entre as gerações vindouras. Assim, Vladislav declara:

“Como entrada na sociedade, claro que nenhum imigrante que chegou cá nunca vai ter acesso de todas estas possibilidades cá em Portugal porque eu sou imigrante mas os filhos dele e ele depois de 15, 20 e 30 anos, quando está adaptados já poderá. O meu trabalho quando eu faço isso, alguns dos meus objectos é pessoas sabem como sabendo de suas tradições mas ficaram bem integrados, assimilados na população portuguesa.”

Mas vão esquecer as tradições?

“Isso depende de pessoas... Se alguém se preocupar com isso.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Leonid faz alusão à forte vontade que caracteriza um espectro significativo destes imigrantes e que consiste em se adaptar ao país de acolhimento, demonstrando assim essa predisposição que parece estar culturalmente incorporada:

“Há um ditado na minha terra porque a pessoa que vai entrar num mosteiro tem de cumprir as leis deste mosteiro, vais para outro tens de cumprir leis do outro.” (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

O cenário acima descrito está distante das expectativas partilhadas por outros entrevistados. Assim, para um outro segmento de imigrantes, o contributo no contexto da sociedade portuguesa é meramente económico, circunscrevendo a sua participação a esta esfera de actividade. Assim, Olena afirma que:

“Imigrantes muito ajudam. Os imigrantes pagam 70% da segurança social portuguesa, eles vêm ajudar muito.” (29 anos, nac. ucraniana, não regularizada, 11 anos, trabalh. não qualific. dos serviços, detida).

Nina sustenta que há uma distância cultural bem vincada entre imigrantes da Europa de Leste e portugueses, não antevê qualquer plataforma de diálogo e de intercâmbio cultural entre uns e outros. Na sua perspectiva, estes imigrantes localizam-se num espaço social segregado e impenetrável, já que vivem:

“À parte, com a sua cultura própria; vivem fechados.” (40 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., operária da indústria e construção, detida).

2. O que pensam sobre a sociedade de acolhimento?

2.1. Distanciamento e principais diferenças

Alguns dos entrevistados percebem a existência de diferenças profundas ao nível dos valores e práticas culturais, entre portugueses e imigrantes russos e ucranianos, o que se manifesta em dificuldades no plano da interacção quotidiana, sobretudo na intensidade e nas relações que estabelecem com os membros da maioria. Em contexto imigratório, até que ponto lhes é fácil ou difícil estabelecer laços de amizade com os cidadãos nacionais?

Apenas 8 entrevistados afirmam convictamente que têm amigos de nacionalidade portuguesa (n=34). Parece ser consensual entre os imigrantes que o domínio da língua portuguesa condiciona a capacidade para se estabelecer relações de amizade. Svetlana já frequentou 3 cursos de língua portuguesa, no âmbito do Programa “Portugal Acolhe”, patrocinado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e está ciente que não pode ir mais além nas relações de amizade que estabelece com os portugueses, porque tem ainda muitas dificuldades em estabelecer uma conversação em português:

“O problema é a língua. Eu tenho coração aberto para todos, mas não falo a língua, como não falo, não contacto. Em Alverca tenho amigas, duas foram minhas professoras, já fui a casa de Guiomar e marido jantar, mas que vou fazer? Eu pouco falo.” (55 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, à procura de emprego).

Mas, para além das dificuldades de compreensão ao nível da língua, há outros obstáculos que não são logo imediatamente perceptíveis nas interacções iniciais com os membros da sociedade de acolhimento. São apontadas dificuldades associadas a uma atitude de distanciamento, fechamento, volubilidade e até mesmo a percepção de que os portugueses receiam relacionar-se com estes imigrantes. Oleg é ucraniano e assevera que é muito difícil fazer amigos entre os portugueses, pois há muitas diferenças culturais:

“Eu não sei... população de Portugal não queria fazer amizade ou tem medo de imigrantes, não sei porquê.” (38 anos, não regularizado, ens. superior, desempregado).

Parece que é difícil estabelecer relações com algum grau de profundidade e intimidade entre portugueses e imigrantes russos e ucranianos. Vladimir caracteriza os relacionamentos mistos de amizade ou companheirismo como transitórios, superficiais, e por isso de difícil manutenção e aprofundamento:

“Eu posso fazer um contacto mesmo, falar, mas também esta amizade não vai prolongar-se, não vamos fazer para casa um de outro, isto não. Até um café só para beber ou cerveja, este pode, mas... eu também pode chamar para sua casa, fazer alguns coisas juntos, mas é só um barreira também, até algum tempo.”

Depois acaba tudo?

“Não é tudo, pode dizer «olá, tudo bem», mas não.” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado).

Desde 2000 que Dima está em Portugal e, apesar de ser um dos poucos entrevistados que afirma ter um amigo de nacionalidade portuguesa, admite, no entanto, que:

“As pessoas de Portugal, a maioria são mais fechadas; eu acho que mais fechadas. [...] portugueses são mais cautelosos; não sei, pode ser uma segurança, uma distância que eles querem manter.” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, operário da indústria e construção).

Oleg admite que não tem amigos entre os membros da sociedade maioritária. Na sua perspectiva, são mais as diferenças entre nacionais e imigrantes do que propriamente as similitudes, o que poderá justificar algum temor face a quem não se conhece:

“Difícil, difícil. Eu não sei... população de Portugal não queria fazer amizade ou tem medo de imigrantes, não sei porquê.”

Sente isso?

“Não sei pode explicar isso, é mesmo muito diferente.” (38 anos, nac. ucraniana, não regularizado, desempregado (quadro técnico intelect. e científico)).

Algumas das mulheres entrevistadas revelam a falta que sentem das amigas que ficaram no país de origem. Anna tem apenas 26 anos, nacionalidade russa e cidadania ucraniana e revela que sente a sua falta: com elas conversava à vontade, podia sair e divertir-se; aqui, sente uma espécie de insegurança ontológica e ainda não conseguiu estabelecer relações de amizade com portugueses. Retrai-se no contacto com os nacionais e evidencia alguma dificuldade em objectivar as razões que subjazem a essa atitude, alegando que tendencialmente e perante o imigrante os portugueses mostram uma certa atitude de superioridade e de desdém. O marido, por sua vez, não confia nos membros da sociedade maioritária porque já por várias vezes foi enganado por empregadores nacionais. A entrevistada afirma:

“Ainda não tenho amigos portugueses porque, não sei, nós somos diferentes, é muito complicado. Os portugueses acho que a mentalidade deles maior que de nós e quando, normalmente... eu trabalhei, fiz limpeza, claro que gente pensou que eu... é meu mentalidade mais baixo que eles, sim”. (26 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, regularizada, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os cenários em que a maior parte dos imigrantes tem oportunidade de conhecer os cidadãos nacionais é o da esfera de trabalho, e a relação que mantêm é basicamente uma relação profissional, o que não é de estranhar, dado o pouco tempo de permanência destes imigrantes em Portugal, bem como o carácter laboral dos fluxos migratórios.

Vladimir assinala que as relações com os autóctones se confinam exclusivamente ao contexto de trabalho e nunca ou muito raramente extravasam essa esfera (34 anos, nac. russa, regularizado, ens.

médio, desempregado). Nicolai confessa que o objectivo que norteou a sua vinda para Portugal foi o trabalho, daí que tenda a confinar as suas interacções ao espaço trabalho e ao espaço doméstico. Por isso mesmo, salienta que só tem amigos entre os seus concidadãos:

“Amigos portugueses, só pessoas... só amigos onde nós trabalhamos, o resto não. Colegas de trabalho. São colegas, amigos só da nacionalidade. Amigos é difícil porque culturas outras. Difícil... não sei, difícil... difícil... Porque... porque... nós a vida é diferente, eu já dizer que nós vivemos com nós amigos, todos dias falamos com eles, trabalhamos, depois trabalho nós vamos descansar no casa, fazemos comida.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

A maior parte dos portugueses com quem estes imigrantes interagem no seu quotidiano são apenas meros “conhecidos”. Observam que os portugueses com alguma facilidade aplicam a palavra “amigo”. Russos e ucranianos tendem a distinguir “amigo” de “conhecido” e estabelecem e gerem as suas interacções com alguma selectividade. Ao relacionarem-se com os Outros (principalmente com o Outro maioritário) depositam quase sempre um certo sentido de responsabilidade e de rigor, criando expectativas que depois são geralmente goradas. Por vezes, declaram-se ludibriados perante a facilidade e a simpatia com que alguns nacionais se comprometem ou prometem algo e que depois não cumprem, ou então, se cumprem, é num tempo mais distendido. Pedro é ucraniano e afirma que, quando os portugueses falam no “amanhã”, isso equivale ao “nunca” (25 anos, regularizado, detido). Oxana afirma que tem dificuldade em confiar nos portugueses e deixa antever algumas dissemelhanças na forma como russos e portugueses fazem a gestão das suas relações:

“Às vezes, eu penso que amizade em Portugal... não existe, às vezes que pelo contrário. A mesma coisa como no meu país. No meu país, claro que depende de pessoa também, mas sobre mim, eu nunca prometo sem saber se tenho a certeza. [...] Em Portugal é fácil, ‘logo, claro! E ligue-me’, ‘quando?’, ‘amanhã’. Ligo, está desligado, depois de amanhã, está desligado ou ninguém atende. Para mim, para mim não dá para explicar porque sempre fui responsável e... sinceramente, é natural que nem toda a gente faça a mesma coisa que eu [...] por isso, perdi o hábito de confiar e acreditar logo para já, se tenho algum problema já falo com alguém, eu não estou acreditada 100%. Lá na minha terra também acontece, mas muito menos.” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Mas há ainda quem declare que é entre os portugueses que estão os “verdadeiros amigos.” Esta posição é sustentada, por norma, entre aqueles que têm já amigos portugueses. É interessante verificar que, na maior parte das vezes, essas amizades são construídas tendo por base, na sua origem, a mediação de instituições nacionais. Natacha recebeu da parte de leigos, colaboradores e religiosos ligados à Igreja Católica, apoios inimagináveis e que vieram em muito mudar o seu trajecto de vida. Sem este suporte a entrevistada declara que não teria conseguido legalizar-se, nem enquadrar os filhos em meio escolar, nem tão pouco teria conseguido obter equivalência das suas habilitações académicas, passando posteriormente a exercer uma actividade profissional mais consonante com a sua formação.

“Nós temos amigos verdadeiros, verdadeiros, muitos... Como devo dizer [...] Temos amigos. Pronto, nós encontramos... mas verdadeiros temos só alguns. Poucos. Realmente amigos porque... pronto, temos a certeza absoluta que qualquer altura posso ir contar com eles ou eles podem contar conosco... Não podíamos fazer muita coisa mas aquilo que podemos fazer [...]” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, casada, 2 filhos, ens. superior, técnico intellect. e científico).

Parece ser unânime a opinião entre os imigrantes de que o apoio e a solidariedade, quer seja pessoal e informal, quer seja institucional, são, em regra, prestados pela sociedade de acolhimento. Elena é russa e conheceu uma das suas principais amigas portuguesas de forma inesperada nos transportes públicos:

“Aquele dona Maria conhecemos por acaso aqui no autocarro, que eu perguntei qualquer coisa, ela «não

tenho anéis», eu vi um anel que mulheres russos ande com aliança na mão esquerda, na mão direita aqui, mesmo dedo. Eu vi como que estava... vê-se que não sou portuguesa, ela começou a falar russo, assim conhecemos. Este que duas amigas, é bom... pode ser, não é preciso mais.” (34 anos, regularizado, casada com cidadão português, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Elena revela que sempre que precisa, é esta cidadã portuguesa que lhe empresta dinheiro.

Embora seja uma excepção no conjunto dos entrevistados, Vladislav salienta a forte relação de amizade que o une ao seu ex-empregador, de nacionalidade portuguesa. Conheceram-se quando Vladislav chegou a Portugal em 2001 e foi trabalhar como servente na construção civil e desde aí tornaram-se inseparáveis. Geralmente passam algum do seu tempo juntos, pescam e até organizam piqueniques e passeios em família.

“Eu quando cheguei cá, 2, 3 meses trabalhava na construção civil e, não sei, acho que tive sorte e um dia encontrei com um português [...] uma pessoa simples. E desde aquele tempo eu posso dizer que pessoa meu melhor amigo cá em Portugal. Ele descobriu para mim Portugal. Eu estive com ele nos vários sítios. Viajámos. Eu, esposa, ele, elementos de família dele. As passagens de ano, Natal nós festejamos em conjunto.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

A afectividade e companheirismo que Vladislav encontrou junto deste seu amigo e respectiva família justificam, de algum modo, que o entrevistado tenha uma opinião positiva sobre a sociedade maioritária.

Não obstante, a maioria dos entrevistados tende a focalizar as suas sociabilidades apenas no núcleo familiar, isolando-se dos seus compatriotas. Outros, principalmente aqueles que não têm cá familiares, tendem a relacionar-se e a manter apenas relações de maior proximidade com os seus conterrâneos. Esta última situação é a de Sergey, que chegou há cerca de 8 meses. Ocupa cerca de 8 horas por dia a estudar português e salienta que lhe sobra muito pouco tempo para fazer outras coisas, confinando-se a sua teia de relações aos falantes de língua russa:

“Esta só pessoas ucranianas ou russas. Não só a minha nacionalidade porque eu tenho comunicações com a Bielo-Rússia língua. Língua é mais fácil para comunicar a mesma problema, a mesma interesses, a mesma... mas agora já tenho pouco tempo para outras coisas, mas agora precisa língua portuguesa.” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, casado, 1 filho, ens. superior, desempregado, à procura emprego).

2.2. Casamentos e relações de namoro mistos com portuguesas

Havendo entre a população imigrante da Rússia e Ucrânia um elevado número de homens sozinhos, parece ser relevante perceber se há dificuldades ou, pelo contrário, facilidades em estes imigrantes viverem experiências conjugais e/ou de namoro de carácter misto, sobretudo com mulheres portuguesas.⁸⁴

Segundo as Estatísticas Demográficas, o quantitativo de matrimónios entre cidadãos portugueses e estrangeiros tem vindo a aumentar, de forma progressiva. Em 2000, constituíam 2,7% dos matrimónios, tendo passado em 2002 para 4,8% e em 2003, registam-se 6,7%. Entre as várias nacionalidades, destacam-se os casamentos com indivíduos com nacionalidade brasileira.⁸⁵ Em relação a 2004 e de acordo com os dados fornecidos pelo SEF, entre os nacionais que protagonizaram uniões conjugais mistas, as preferências nas

84 Em Portugal e no ano de 2004 registou-se, ainda, uma forte endogamia, já que mais de 90% dos casamentos celebrados é entre indivíduos de nacionalidade portuguesa. Esta tendência também é passível de ser observada em outros grupos de estrangeiros, como os nacionais dos países da UE e de outros países europeus.

85 Estatísticas Demográficas, 2003, in www.ine.pt, Informação à Comunicação Social.

escolhas recaíam sobre os brasileiros, seguindo-se os oriundos dos PALOP e só depois os europeus não comunitários. Há uma maior percentagem de uniões protagonizadas por mulheres estrangeiras (5,5%) do que por homens (3,5%). Porventura, para a mulher estrangeira talvez seja mais fácil movimentar-se no mercado das escolhas conjugais do que para o homem, o que também poderá ser uma possível estratégia de mobilidade pessoal e social. No entanto, também poderá haver uma maior predisposição e abertura dos homens nacionais face a essas escolhas do que por parte das mulheres, o que deverá ser lido à luz dos diferentes modos de socialização e de interiorização de expectativas de género.

QUADRO 5.2

Casamentos mistos em 2004

Nacional.		Nacionalidade do cônjuge masculino							
Cônjuge feminino		Portugal	UE*	Outra Europa	PALOP	Outra África	Brasil	Outros	Total
Portugal	N	45 234	252	142	249	76	351	265	46 569
	%	95,4	81,3	64,2	71,3	89,4	72,5	90,4	94,7
UE	N	177	35	4	2	2	4	8	232
	%	0,4	11,3	1,8	0,6	2,3	0,8	2,7	0,5
Outra Europa	N	389	4	68	2	-	3	2	468
	%	0,8	1,3	30,8	0,6	-	0,6	0,7	0,9
PALOP	N	270	8	3	94	-	-	-	375
	%	0,6	2,6	1,4	26,9	-	-	-	0,8
Outra África	N	42	2	-	-	7	-	1	52
	%	0,1	0,6	-	-	8,2	-	0,3	0,1
Brasil	N	1 165	6	3	2	-	126	2	1 304
	%	2,5	1,9	1,4	0,6	-	26,0	0,7	2,6
Outros	N	159	3	1	-	-	-	15	178
	%	0,3	1,0	0,4	-	-	-	5,1	0,4
Total	N	47 436	310	221	349	85	484	293	49 178
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* UE sem Portugal.

Fonte: SEF, 2005

A língua é um obstáculo importante, mas também os assuntos banais de conversa, que parecem ser distantes do que habitualmente é alvo de conversação no seu país. Nicolai tem 33 anos e fala nas dificuldades que o homem dos países da Europa de Leste experiencia, quando se tenta aproximar e contactar com mulheres portuguesas:

“Porque há pessoas não sabe que falar, então vamos falar, vamos num café e depois que vai falar? [...] nós podemos falar com mulher na rua minha terra, só vi mulher «olá, estás bom» e falamos, aqui não, aqui pessoa «onde trabalha, onde ele estuda» [...]” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Vladimir invoca diferenciações ao nível das “características de alma”, alegando que ainda não percebeu a orientação e o sentido de vida dos portugueses. O entrevistado é profundamente religioso, possuindo até

um curso de teologia concluído no seu país de origem, e foi num espaço de culto ligado à Igreja Ortodoxa que o encontrámos. Quando veio para Portugal (em 2000) trazia a expectativa de desposar uma cidadã nacional, mas ao fim de algum tempo concluiu que tal era de difícil concretização. Por isso, em 2003, acaba por regressar ao seu país de origem para casar com uma mulher russa. O entrevistado explicita algumas das dificuldades:

“[...] Depois é, por exemplo, eu antes, antes, se eu posso arranjar algum mulher aqui, mas não é para alguma coisa... com papéis, não, é só normal, mas agora já percebi não, tanta diferença este não dá. Agora já casei com menina da Rússia.”

Havia muita diferença?

“Sim, e eu não sei como passar este barreira. Tentou, tentou, mas... até alguma coisa pode ser. Antes amigo de minha idade também, ele tentava-me arranjar num bar e... ajudou para ela fazer alguma coisa e também nós tentámos fazer alguma relação.” (34 anos, nac. russa, regularizado, casado, não tem filhos, desempregado).

O entrevistado reconhece que há diferenças insuperáveis, sentindo-se impotente para as ultrapassar; não sabe explicar, parece-lhe que a hierarquia de prioridades e os objectivos de vida são diferentes para uns e outros. Vladislav, por seu turno, justifica o retraimento da mulher portuguesa com base em preconceitos e em atitudes de superioridade social e até classista das portuguesas face aos imigrantes. As portuguesas são acusadas de usarem estratégias calculistas, quando se trata de relacionamentos mais íntimos. Assim, o interlocutor declara:

“[...] Agora haver diferença entre raparigas portuguesas é que mais distante dos homens estrangeiros. Não é estrangeiro, homens imigrantes. Porque estrangeiro francês, inglês... já é prioridade para casar-se. Acho que falamos sobre discriminação generalidade mas raparigas sempre procuram um bom casamento, não é assim? Esquecem e os pais é que espera que vai casar-se com um homem rico. Mas maior parte dos imigrantes de leste que estão aqui vêm cá para ganhar.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Pedro fala em tom crítico da forma como era tratado pelas mulheres portuguesas sempre que tentava encetar conversas com elas, acredita que não o rejeitavam tanto pela sua condição de imigrante, mas pela de operário, o entrevistado afirma:

“As mulheres olhavam de cima, «porque estás a falar comigo? Não te conheço. Um imigrante, uh», mas se fosse inglês, holandês, dinamarquês era diferente.” (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, trabalh. não qualific. da indústria e da construção, detido).

As escolhas neste plano são socialmente determinadas, resultando não só da socialização e do quadro de valores do indivíduo, mas também da estruturação classista da sociedade.

Alex tem 24 anos, é ucraniano e revela que gostava de ter uma namorada portuguesa, mas reconhece que “portuguesas não gosta muito de estrangeiros”. O campo e as possibilidades de escolha não são, assim, ilimitados e indeterminados. De forma muito realista os próprios imigrantes estão cientes de que as afinidades (se)leceivas se sobrepõem a outras motivações. Alex afirma:

“Se calhar porque eu sou trabalhador; muitas portuguesas querem é senhor que anda no Mercedes ou BMW, que tem ‘papel’, tás a ver? É tudo assim, todos os lados assim; querem é com ‘papel’ este homem.” (nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, operário ind. construção).

O indivíduo imigrante age em função da compreensão que constrói sobre a reacção das mulheres nacionais.

Boris também se refere à maior facilidade com que as mulheres de Leste se relacionam com os homens portugueses, já que “mulheres de leste não se mistura com os de leste, procura portugueses”; em contrapartida, a mulher portuguesa tem receio dos “imigrantes de Leste”. Estes são ainda percebidos como alguém estranho, desconhecido, distante, ainda que fisicamente próximo, por isso:

“Têm medo da mudança, como estes imigrantes é uma nova coisa, ela pensa que é pior.” (25 anos, nac. russa (etnia tchetchena), não regularizado, 12 anos escol., desempregado, detido).

Para uma mulher nacional dos países de Leste, uma relação conjugal com um homem português poderá ser um “bom casamento” e permitirá uma mais rápida ascensão social. Entre os entrevistados, apenas duas mulheres de nacionalidade russa estão casadas com homens portugueses e o casamento foi combinado através da interferência de amigos comuns e por via de contactos telefónicos. Yvette Rocheron (1999 : 209) faz referência às dificuldades destas relações mistas, ao dizer: *“le devenir du couple impose l'acculturation des deux partenaires, étrangers l'un à l'autre par instants, surtout si les femmes et les hommes forgent des conceptions différentes de la culture à transmettre”*. Esta afirmação ganha ainda mais pertinência, se pensarmos que estes fluxos migratórios ainda são recentes na sociedade portuguesa, e, por isso, a consolidação da sua presença e até integração está ainda no grau zero.

A filha de Oxana, Maria, tem apenas 23 anos e já foi casada com um homem de nacionalidade portuguesa que conheceu pouco tempo depois de ter chegado a Portugal, em 2000. Os maus-tratos físicos e a violência psicológica de que foi alvo, mesmo durante a gravidez, constituem alguns dos motivos que justificaram o divórcio. Maria conhece e invoca outros casos de amigas de nacionalidade russa e ucraniana, cujas relações conjugais mistas também foram mal sucedidas. Assim:

“Por exemplo... eu tenho amigos rapazes, não há problema nenhum, mesmo amigos. O meu marido disse que não pode ter amigos masculino. Não existe uma amizade. Amigas também não, nenhuma podia telefonar. Não posso falar russo porque ele pensa que eu estou a falar sobre ele, pronto, há muitas coisas... Também uma amiga da Rússia, ela estava a viver com um rapaz, ele também bateu, bateu na ela, pronto, também não sei porquê, por ciúmes, mas... Por exemplo, eu vejo no Centro há uma rapariga de Lituânia apareceu lá para tratar o visto e nós falámos, não sei quê, ela é casada com português, mas está separada.” (nac. russa, regularizado, divorciada, 1 filho).

Para Maria, o problema reside na forma como o homem português gere a relação conjugal, querendo controlar e coarctar a autonomia da mulher. Acresce a isto o facto de à mulher ser exigido o desempenho de uma sobrecarga de tarefas, não contando geralmente com a colaboração do seu companheiro. Neste contexto, a entrevistada salienta:

“[...] Parece que os homens são mais assim para mandar, mais machos. Querem ficar deitadinhos no sofá, querem camisas e calças bem passadas, comida pronta, toda a casa arrumada e eles não, eles saem do trabalho, estão cansados, sem fazer nada... Chegas para casa, tens que fazer isso tudo, é um homem, está cansado, está com dor de cabeça que não consegue-se levantar.” (23 anos, nac. russa, regularizado, divorciada, 1 filho).

Para os homens entrevistados, é evidente que as mulheres portuguesas manifestam receio em contactar e relacionar-se de forma mais íntima com os imigrantes da Rússia e da Ucrânia. Os homens imigrantes expressam as dificuldades que sentem em aproximar-se das mulheres portuguesas. Assim Dima diz que as mulheres portuguesas são:

“[...] mais cautelosas, calculam mais...” (28 anos, nac. ucraniana, regularizado, união de facto (com imigrante brasileira), ens., superior).

Elena considera que há uma grande distância social, mas também cultural, entre os homens ucranianos e as mulheres portuguesas. Acha que dificilmente estes homens poderão satisfazer o grau de exigência, assim como as expectativas das portuguesas numa possível relação de namoro e/ou de conjugalidade:

“Eu penso que eles nem deve aproximar nem 100 metros de mulheres portuguesas porque... nunca vai satisfazer, na todos os sentidos, pode ser num sentido, pode ser na cama, não sei, também não conheço muito bem este parte, mas... eles não... estão outro nível, se é homem, por exemplo, de grande cidade ou de capital ou assim, pode ser já nível mais alto e... tem que andar, eu penso que tem que andar no teatro, tem a andar no cinema ou divertir-se. Mas homens que trabalha na obra, ele não vai levar mulher para teatro, ou pode ser leva uma vez, chega, mas não é assim.” (34 anos, nac. russa, regularizado, casada com cidadão português, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Anna conhece alguns casos de mulheres de leste que casaram com portugueses, notando, com surpresa, a escassez de relações conjugais entre homens de leste e portuguesas, argumentando que uma das razões se prende com a procura pelos homens imigrantes de modelos conjugais mais tradicionais: em que a mulher é menos emancipada, mais confinada às tarefas do lar e à maternidade; o que contrasta com a orientação de algumas das mulheres nacionais, mais orientadas para modelos conjugais em que as relações entre os dois sexos são mais simétricas. A entrevistada esclarece assim:

“Eu não sei... Se calhar os nossos homens sabe que mulher da Rússia ou da Ucrânia são cozinhar bem, são fazer limpeza de casa, mais mulher de família e os portugueses mais... feminismo?” (26 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, regularizada, casada, ens. superior).

Viktor tem apenas 20 anos e fala sobre os relacionamentos amorosos entre jovens de Leste e nacionais. Entre o seu círculo de amigos e conhecidos, apenas uma sua concidadã namora com um português; não conhece qualquer situação análoga entre rapazes de Leste e raparigas portuguesas. Na sua perspectiva, os seus amigos até gostariam de conhecer e de se relacionar com as jovens nacionais, mas observa da parte das portuguesas uma atitude de desprezo, sobrançeria e repugnância, manifesta em gestos, expressões faciais e até discursivamente, o que impõe distâncias inultrapassáveis entre ambos. O entrevistado explicita a reacção de repulsa que observa, ao dizer que:

“[...] As raparigas portuguesas têm medo de nós. Nós queríamos conhecer... ‘olha uma’, ‘eu vou chamar a polícia’ ou uma coisa assim [...] aconteceu aos amigos. Eu também quando estou lá na Alameda com amigos eles querem conhecer...mas elas passam e levam a mal se nós lhes dizemos alguma coisa, ficam assim a olhar.” (nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

A forma como os portugueses interagem entre si nos mais diversos contextos é também alvo de reparo. Um dos aspectos que mais surpreendeu Natacha foi o relacionamento entre os seus colegas de trabalho que, com alguma facilidade, perdiam o auto-controle e desencadeavam acesas discussões. A entrevistada revela como ficava atónita perante tais contendas, que rapidamente eram sanadas, ao afirmar que os portugueses:

“Rebentam muito depressa. Podem gritar. Vi várias vezes cenas no serviço que gritavam...por tudo e por nada. E eu pensava ‘e eles agora ficam inimigos para a vida toda’ e passados 2 dias... já estavam amigos. Para mim, eu não sei, na minha terra isso dói, demora assim, pronto. Nós somos mais fechados.” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, quadro técnico intelect. e científico).

Para alguns dos interlocutores, a forma como os cidadãos nacionais se relacionam entre si e a forma como espacializam tais relações são aspectos paradoxais e dificilmente compreensíveis. Notam que há uma aparente e paradoxal abertura e genuidade na forma como os portugueses se expõem e interagem no espaço público, observando, contudo, que há concomitantemente uma espécie de fechamento, no que toca ao

espaço doméstico, pautado por interdições, e, inacessível aos estranhos. Leonid mostra a sua surpresa por os membros da sociedade maioritária utilizarem os espaços públicos como cafés e restaurantes para se encontrarem, para conversarem e até para resolverem problemas pessoais ou de outra ordem. O entrevistado evidencia que:

“[...] gosta muito da rua, os portugueses.” (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior).

Para os imigrantes, os portugueses elegem os espaços públicos, como cenários de relação e de sociabilidade, enquanto que para os imigrantes o espaço doméstico é o lugar por excelência de interação, percebido como lugar de pertença e revelador do Eu pessoal. Vladislav estranha a prática de ir ao café várias vezes durante o dia, afirmando que, na Rússia “não usa-se muito lá.” (29 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços). O espaço pessoal e social, assim como a forma como os indivíduos o percebem, remete-nos de imediato para a hipótese da proxémica de Edward T. Hall (1986: 13), segundo a qual, “indivíduos que pertencem a culturas diferentes, não só falam línguas diferentes, mas, o que por certo é mais importante ainda, habitam mundos sensoriais diferentes”. Ora, em Portugal e como nos lembra Hall (1986: 103 e 164), à semelhança do que acontece em outros países da bacia mediterrânica em que a “vida sensorial é mais intensa”, tendencialmente a casa é para os sujeitos um espaço reservado à família, enquanto os lugares exteriores são consagrados às relações sociais.⁸⁶

No plano das práticas culturais, os entrevistados fazem referência, porque lhes causam estranheza, às práticas de comunicação que são atribuídas aos portugueses. O uso de palavrões, o alto tom de voz e o recurso excessivo à gestualidade, bem como a higiene inerente no acto de cumprimentar os outros. Olga declara que:

“Quando fala duas pessoas e todo autocarro sabe o que elas fala; isto não gosta, na Ucrânia não faz isto.” (40 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. técnico trabalh. não qualific. dos serviços).

Para estes entrevistados, o teor das conversas públicas entre portugueses e o tom de voz demasiado alto são percebidos como formas de intrusão no espaço privado do Outro. O volume da voz e a forma como se conversa em público são também práticas culturalmente condicionadas.

A forma como os portugueses se cumprimentam através do “beijinho na face” é classificada como não higiénica por Anastacia que afirma que se “pode apanhar micróbio no Inverno [...]”. A entrevistada, médica epidemiologista, classifica estas particularidades como fazendo parte da cultura latina, o que contrasta com a cultura e a conduta das pessoas eslavas, classificadas como mais calmas, pautando-se por uma “cultura higienista” e como tendo um maior grau de auto-controle emocional. Anastacia enuncia essas diferenciações:

“Não, pessoa portuguesa fala e usa esta mãos, tudo, tudo, gordura come, eu também, pode fazer negativos muitas, pode fazer e eu não sei. [...] mas cultura russa mais calma, tudo. Aqui pode comer e falar e gritar, como aqui fala com pessoa. Não, não, não pode ser isso, não. [...] mais calma, não precisa dar beijinhos, não, só isto.” [cumprimento com a mão] (46 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Ainda na continuidade de uma atitude hiper-crítica e de julgamento face às condutas na sociedade de acolhimento, os entrevistados não deixam de revelar uma espécie de oposição, ainda presente na sua

⁸⁶ Edward T. Hall (1986: 205) acrescenta ainda que a forma como os indivíduos se posicionam no espaço e os sentimentos que estabelecem resulta da síntese de numerosos dados, que podem ser de ordem visual, auditiva, quinestésica, olfactiva e térmica.

estrutura mental e nos seus discursos, entre, por um lado, os europeus ocidentais (a anomia, o desregramento, a liberdade ou quase libertinagem), e, por outro, os europeus de leste (a organização, a disciplina, o auto-controle).

No que concerne às relações conjugais entre cidadãos nacionais, Tatiana manifesta a sua estupefacção perante a liberdade e a autonomia que homem e mulher dispõem no seio de uma relação de conjugalidade, principalmente entre casais mais escolarizados. A entrevistada diz que nunca aceitaria manifestações de emancipação e autonomia, tais como:

“[...] Por exemplo, se eu caso e já sou casada se tenho amigos casados só posso sair... não posso sair sozinha, não posso, por exemplo, ir a fim de semana passar com as amigas.”

Na Ucrânia?

“Sim. Não posso. Em Portugal, por exemplo, eu já conheço muita gente, por exemplo, que são casados ou namoram há muito tempo e ele pode ir passar férias com os amigos e não sei quê ... Eu nunca abro a minha cabeça como é que um homem pode fazer isto com os amigos.” (nac. ucraniana, 24 anos, regularizado, vive com o namorado, 11 anos escol., empreg. da administração, comércio e serviços).

Natacha considera que a mulher portuguesa dispõe de um maior grau de autonomia face aos seus companheiros, enquanto que a ucraniana não atingiu esse patamar de emancipação. A maior liberdade parece ter efeitos perversos, já que a entrevistada denota uma maior desunião nas famílias portuguesas, notando que:

“Cada um vive a vida dele... Para nós ainda mulher é aquela, pronto, que acolhe a família, o foco da família, não é? As crianças e tudo... Para a mulher é muito importante. Para a mulher portuguesa já não é assim. É mais avançada talvez e mais independente. Nós ainda não somos tanto independentes mesmo que ... ganhamos na mesma. Mas ainda sentimos aquela dependência de marido.” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, casada, 2 filhos, quadro técnico intellect. e científico).

Alguns entrevistados concebem a maior autonomia da mulher portuguesa como um sintoma de desunião e de desarmonia familiar. Irina observa relacionamentos familiares em que marido e mulher parecem ter vidas autónomas, não parecendo partilhar uma vida em comum. A entrevistada assinala com surpresa que:

“[...] Aqui em Portugal todos têm carro, têm tudo, mulher vai para um lado, marido para o outro, só telefonam, marido trabalha na norte, outra na sul; isto é que chamam marido e mulher, na Ucrânia não, e é marido e mulher já pronto, você vai e por exemplo marido vai para um lado... Na Ucrânia há só um carro, o marido vai buscar mulher ao trabalho e traz para casa.” (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, casada, empreg da administração, comércio e serviços).

A socialização destes indivíduos e as experiências que trazem do seu país de origem assentam claramente na valorização da ideia de que a mulher, para além de assumir outros papéis sociais, tem a responsabilidade da gestão da vida doméstica, responsabilidade essa que não deve ser delegada em outrem. Vladislav evidencia a importância da mulher na gestão da vida doméstica e familiar, ao afirmar:

“E objectivo de mulher não é mau ser ela trata casa, não é mau ser ela que trata do seu marido e do filho? É natural, é natural dos 1000 anos quase existe uma sociedade humana. Os raparigas lá ensinaram-nas, não é desde o nascimento mas... que o senhora é a preocupação de casa. Não é obrigatória preocupar de casa porque o homem também ajuda mas também para ela.” (29 anos, nac. russa, regularizado, casado, não tem filhos, empreg. da administração, comércio e serviços).

Estes entrevistados estranham e até questionam a existência de algumas práticas adoptadas por parte de algumas famílias portuguesas na gestão do seu quotidiano. Jantar e almoçar fora, comprar comida pré-preparada ou já cozinhada, ter uma empregada doméstica, são práticas que desconheciam e, na sua óptica, revelam a não valorização, o desinteresse e a demissão da mulher face às actividades de carácter doméstico. Oxana confessa a sua incompreensão, revelando que jamais uma mulher russa deixará de executar tais tarefas. A entrevistada manifesta indignação perante tais práticas que permitem aliviar a sobrecarga das tarefas domésticas que recaem sobre as mulheres, ao dizer:

“Depois ela [vizinha] chegava, eu estou a fumar, fui fumar mais uma vez, ela chegava a casa e depois família toda, o marido dela, os filhos saíam para jantar fora, um dia durante a semana. Desculpa lá, eu tenho a certeza que comida, coser à mão, tem muito mais sabor do que no restaurante porque comer um bife que tão duro, tão duro e batata frita ou arroz, não é saudável. Em casa tu podes fazer muita coisa, variar, não sei quê, e acho que muito melhor. Eu nunca fui à lavandaria, nunca mandei minha roupa, não sei quê, à lavandaria, sempre fiz tudo e faço tudo muito bem, não faço, eu estou a passar a ferro muito melhor que qualquer lavandaria.” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualif. dos serviços).

Estas mulheres acham que o desempenho das tarefas domésticas é algo inerente à condição de mulher, já que é esse o papel socialmente esperado de si. Já era assim no tempo das suas mães, e as entrevistadas não fazem mais do que reproduzir práticas intergeracionalmente incorporadas.

Face à sociedade portuguesa, os entrevistados deixam transparecer nos seus discursos, alguns estereótipos. Realçam a existência de alguma erosão e queda de importância da instituição familiar, para além de alguma diversidade no plano das formas de organização familiar. Natacha reflecte sobre estes aspectos, mostrando alguma estranheza face às rupturas familiares, nomeadamente o divórcio:⁸⁷

“É isso que, pronto, e depois que vivem em cantos separados. Vivem... o filho fica fim-de-semana com o pai, toda a semana com a mãe. Ou que vivem não casam pela igreja e pela... pronto, vivem. Juntam-se e vivem. Para nós isso um bocadinho... Agora também começaram a aparecer famílias assim. Mas ainda há uns anos a família era normal.” (37 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, quadro técnico intellect. e científico).

Viktor tem 20 anos e observa diferenças na forma como os jovens casais iniciam a conjugalidade, nomeadamente através da coabitação. Com efeito, na sua perspectiva, os jovens portugueses manifestam um maior grau de autonomia e de liberdade face aos pais, já que “cá viver com a namorada e depois separar é normal.” Na Ucrânia a situação é distinta. Geralmente, nas aldeias o jovem casal tende a viver na casa dos pais:

“Nas cidades compram uma casa ao pé dos pais, mas não é na mesma casa.” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, solteiro, 10 anos escol.).

Pedro constata a existência de diferenças relevantes entre os jovens portugueses e os ucranianos. Entre as diferenças mais salientes, destaca a maior liberdade, abertura e autonomia demonstrada pelos portugueses, que desde muito cedo têm acesso a múltiplas e diversas experiências. O entrevistado realça que, entre os portugueses:

87 A informação quantitativa patente no *Demographic Yearbook* (2006), publicado pela ONU, refuta esta percepção enviesada, já que em 2004, Portugal apresentava uma taxa bruta de divorcialidade de 2,2%, bastante abaixo dos valores registados na Ucrânia (3,7 %) e na Rússia (4,4%). No entanto, é verdade que no nosso país, os valores têm vindo a subir, pois, em 2001 a taxa era apenas de 1,8%. A Rússia tem registado uma inversão de tendência, já que nesse ano a taxa bruta de divorcialidade era de 5,2%; enquanto na Ucrânia parece registar-se uma maior estabilidade de valores, já que em 2001, a taxa era similar à de 2004. Porém, importa referir que a taxa bruta de nupcialidade quer na Rússia (7,6%, em 2004), quer na Ucrânia (7,8%) é substancialmente superior à nacional (5,1%).

“Há muita droga, os jovens com 14-16 anos já experimentaram tudo... Nos ucranianos há mais educação, mais controle e disciplina; a escola é obrigatória, também há droga, mas muito menos.” (25 anos, nac. ucraniana, não regularizado, 9 anos escol., detido).

De certo modo, o entrevistado não deixa de atribuir aos jovens seus concidadãos uma certa superioridade moral e social.

Para alguns dos entrevistados, cá em Portugal os jovens manifestam precocidade no plano das aprendizagens que marcam a transição para a vida adulta. Na Rússia, Anastacia era médica epidemiologista e demonstra alguma indignação ao constatar que os jovens portugueses iniciam a sua actividade sexual relativamente cedo. A entrevista declara com surpresa que:

“Aqui já sabe tudo, o quê, qual comprimido precisa comprar, usa preservativos, tudo sabe... Jovens russo fica mais calmo [...]” (46 anos, nac. russa, regularizado, empreg. da administração, comércio e serviços).

Estes entrevistados deixam transparecer uma comparação enviesada: os comportamentos dos mais jovens, no seu país de origem, são marcados por uma certa pureza e ingenuidade, diferentemente do que observam no país de acolhimento, em que os jovens adoptam comportamentos e práticas socialmente censuráveis, como se estes fossem inexistentes na sociedade de origem.

Para Nicolai, na sociedade de recepção parece haver um rápido processo de autonomização do jovem face à família, já que marca bem a sua individualidade face ao núcleo afectivo de origem, privilegiando as aprendizagens e relações no seio do grupo de pares. No seu entender, tal fenómeno tem efeitos mais negativos que positivos, ao salientar a existência de um maior isolamento dos indivíduos, bem como uma espécie de enfraquecimento da densidade das relações familiares. Este entrevistado realça a importância da manutenção das relações de solidariedade familiar, destacando que entre os ucranianos ainda subsiste um certo sentido de responsabilização dos pais face aos filhos (e vice-versa), que não termina quando os indivíduos se tornam adultos e constituem a sua própria família. Deste modo, Nicolai observa:

“[...] Aqui não sei se há, se filho já tem 21 anos, 18 anos, depois ele pode viver sozinho, sozinho, não interessa nada que ele vai fazer, vai trabalhar ou vai estudar. Nós não, nós toda vida para ajudar primeiro filhos, depois... não sei como, depois filho de filho...pai e mãe... ajudamos para... para... eu agora vou ajudar... eu sempre ajudo para minha avó, avó porque ela está velha, já 80 anos e eu faço serviço em casa dela, dá dinheiro para comprar qualquer coisa, compro televisão.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Estas observações a propósito dos jovens nacionais contrariam os factos. Atendendo aos dados do *European Social Survey* (2002/03), em Portugal, tal como em Espanha, apenas 2% de jovens entre os 15 e os 29 anos vivem sozinhos, valores bastante aquém dos que se registam em outros países da Europa do Sul, como a Grécia (8,3%) e a Itália (4,6%). No sul da Europa, o valor médio ronda os 4,2%, valor distante dos jovens escandinavos que vivem sós, cujo valor médio é 23,1% (Torres *et al.*, 2004: 3). Em comparação com os países escandinavos, assim como com os do Norte e Centro da Europa e países do recente alargamento, é em Portugal e nos outros países do Sul que os agregados em média são classificados como numerosos, com 3,3 pessoas. É também aqui que ainda se encontram “mais casais a viver com filhos, o que, conjuntamente com as elevadas dimensões do agregado familiar, poderá indicar que os jovens permanecem em casa dos pais até mais tarde” (ICS, ISCTE e FCT, 2004: 12).

Tendo por base os depoimentos dos entrevistados, podemos estar perante uma atitude de clara sobrevalorização do seu quadro de valores, enquanto possível forma de defesa identitária e reafirmação da sua auto-estima, como grupo (nacional). Por outro lado, estas opiniões são manifestadas principalmente por indivíduos com idades superiores a 30 anos e educados num contexto sócio-educativo mais autoritário e opressivo, o que poderá ajudar a compreender esta percepção de certo modo desvirtuada e unilateral sobre a sociedade de acolhimento.

O “distanciamento cultural” deriva, para alguns dos entrevistados, do facto de os portugueses pertencerem ao que eles chamam “latinidade”, a uma “cultura latina”, em contraposição à suposta “cultura eslava” dos entrevistados, a que se associam formas de ser e de agir diferenciadas. Apesar das diversidades, os interlocutores salientam que ambas se inscrevem numa suposta “cultura europeia”. Contudo, não se coíbem em apontar atributos classificados como negativos e que recobrem uma variedade de domínios, desde a atitude do cidadão português face ao trabalho, à sua “forma de ser”, à forma como se relaciona com o Outro (estrangeiro e imigrante), até algumas práticas culturais e valores específicos.

No domínio do mercado de trabalho, os entrevistados efectuam constantemente um exercício de comparação social entre trabalhadores portugueses e trabalhadores imigrantes, em termos de qualidade, competência, formação, e compensações. A este respeito, é até possível esboçar uma espécie de estereótipo pomenorizado sobre o trabalhador português. Criticam a postura do trabalhador nacional, que apesar de auferir os mesmos níveis salariais que o imigrante (ou até superiores) no exercício das mesmas funções, regista um tempo efectivo de trabalho mais reduzido, não cumprindo com pontualidade e rigor o horário de trabalho. Anatoli exclama:

“Ah, os portugueses! Eu sei que os portugueses... algumas pessoas andarem no... não é no trabalho, recebem dinheiro para andar todo o dia a tomar cafés e cervejas. Só que nós aqui, faltar dinheiro e tem que ser trabalhar, não pode andar assim.” (nac. ucraniana, 47 anos, regularizado, ens. superior, desempregado/operário da indústria e construção).

A falta de rigor e de responsabilidade no exercício da actividade profissional é assinalada por Viktor, que não percebe o comportamento “pouco profissional” dos trabalhadores nacionais que revelam uma certa “flânerie”, ao denunciar que:

“[...] Eu trabalhei no Carrefour é diferente porque somos todos iguais: africano, ucraniano, português, todos temos que varrer o chão... pronto, varremos, mas às vezes: «oh pá, eu vou buscar farinha», estão lá meia hora porque não quer varrer e não vem; há alguns assim... portugueses, africanos. Tipo: «olha eu vou fumar um cigarro agora», quando o chefe disse varrer o chão, ele vai fumar um cigarro e fica lá.” (20 anos, nac. ucraniana, regularizado, 10 anos escol, empreg. da administração, comércio e serviços).

O baixo ritmo de trabalho e as constantes paragens que o trabalhador português efectua durante uma jornada de trabalho, são aspectos criticados por Alex, que diz claramente que:

“O português não gosta de trabalhar: se tem horário de 8 horas, ele só trabalha 4 horas, por exemplo, se trabalha na construção, ele tira um bocado de madeira e anda de lado para lado, o que eu faço em 2 dias, o outro faz em 2 semanas.” (45 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, não regularizado, operário da indústria e construção).

Sergey confessa que, antes de vir para Portugal tinha alguns preconceitos face aos portugueses, que na sua óptica são preconceitos que circulam em outros países europeus, como por exemplo:

“Que pobre país, que muito lazy person... Isto tem estes estereótipos porque não sei a verdade [...]” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, desempregado).

Irina assinala que os portugueses não mostram interesse nem gosto pelo trabalho, dificilmente se concentram no que estão a fazer e dispersam-se por outras actividades não laborais. Para esta entrevistada, é mais do que evidente que:

“Eles [portugueses] não gostam de trabalhar, gostam de falar muito e isto eu não gosto, está a perceber?” (38 anos, nac. ucraniana, regularizada, ens. superior).

Alex ficou estupefacto quando foi advertido pelo próprio empregador para abrandar o ritmo de trabalho, encarando essa advertência como reveladora de uma atitude de acomodação e de falta de ambição por parte da entidade empregadora. Conta:

“[...] Patrão não tem interesse se se trabalha melhor e em quantas horas. O patrão disse: «é tudo muito rápido, precisa trabalhar mais calmo, o outro trabalha calmo e ganha igual».” (45 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, não regularizado).

Ainda em cenários laborais, alguns entrevistados revelam um certo mal-estar interior, manifestando um sentimento de inferioridade que parece já ter sido subjectivamente incorporado. Os entrevistados lamentam estar numa posição de subordinação no mercado de trabalho, estando sob ordens de empregadores que têm apenas os 4 primeiros anos de escolaridade. Leonid salienta que:

“Isto ofende um bocadinho. Sente algo, mas não protesta.” (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior).

Nicolai queixa-se da atitude das chefias, que geralmente assumem uma postura de sobrançeria e menosprezo face aos operários imigrantes qualificados, não aceitando sugestões providas dos trabalhadores imigrantes relativamente às formas de organização e execução do trabalho. Desta forma, o entrevistado conta:

“[...] Muita gente que estuda nada, estuda quanto, 4, 5, 6, não sei quanto, 8 anos, depois eles pensa que... e também há muitas pessoas que trabalha obra e gerentes e engenheiros e outros e nós percebemos mais que eles. Eles dizem: ‘olhe, tem que fazer assim, assim, assim’, nós dizemos: ‘olhe, é melhor fazer doutra forma’ e eles dizem: ‘não, eu sei melhor’, pronto, sabes, sabes, eles fazem, mas depois sai mal, depois tira e faz outro coisa.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Anton satiriza a situação dos nacionais face ao trabalho, realçando que:

“78% dos homens portugueses são patrões... todas as mulheres estão em casa, não fazem nada... e os restantes trabalham para o Estado.” (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior).

Há aqui uma espécie de hipérbole, em que se omite que a maior parte dos portugueses são trabalhadores por conta de outrem e por outro lado, se desvalorizam as elevadas taxas de actividade das mulheres nacionais.

Alguma ambivalência e até diversidade de opiniões são detectadas na apreciação que os imigrantes fazem a propósito da “forma de ser” dos portugueses, que ora é classificada como sendo mais reservada e cautelosa, ora como sendo reveladora de um maior abertura e expansividade. Quando cá chegou, Vladimir ficou com a impressão que os portugueses pareciam ser “pessoas simples”, mas com o passar do tempo o entrevistado teve oportunidade de constatar que a “simplicidade” não é propriamente sinónimo de abertura. A falta de flexibilidade dos nacionais, nomeadamente ao nível do raciocínio lógico, é um dos aspectos que mais surpreendeu Vladimir, que estranha a interiorização e consolidação de esquemas mentais que se baseiam na mera rotina e repetição. O entrevistado exemplifica:

“[...] Portugueses só pode viver na sua vida com coisas que ele já conhece, mas ele não conhece, às vezes, caminhos mais perto da mesma coisa. Nós, porque sempre tentamos outros caminhos, sempre pode dizer: ‘olha, este pode ser mais fácil, mais rápido’, mas ele sempre diz ‘não, não, não, vamos fazer como nós fazemos muitos anos’, pronto. E por isso sempre nós pensamos, eu não quero pensar mais nada, não quero procurar algum caminho mais perto, para todos empresas, já percebi.” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. médio, desempregado, à procura de emprego).

Os portugueses são ainda encarados como tristes, melancólicos e pessimistas. Olga é ucraniana e não percebe porque razão os portugueses parecem tão sorumbáticos, questionando:

“Desculpa lá, portuguesa não gosta muito rir. Ucrânia e Rússia muito rir, muito feliz. Portugal não. Para mim, Ucrânia tem muito pessoas feliz, a rir; Portugal não! É muito triste; não sei porquê?” (40 anos, regularizado, ens. técnico, trabalh. não qualific. dos serviços).

Tais traços de comportamento são considerados por Danilo como algo estruturante e que são incorporados de forma precoce na socialização dos cidadãos nacionais. O entrevistado alega:

“Quando pessoa nasceu pessimista no tempo da infância tem 5 anos, tem pessimista e depois pessimista.” (46 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, desempregado).

Tal fatalismo parece ser incontornável.

Um dos aspectos mais criticados na população nacional e que é mencionado por Leonid é o facto de as:

“Pessoas prometerem e depois não cumprirem” (40 anos, nac. russa, cidadania ucraniana, regularizado, operário da ind. e construção).

Esta falta de responsabilização face a compromissos, por mais simples que sejam, é encarada como um sinal de desonestidade, de falta de palavra e de rigor, e, até, como reveladora de uma certa imprevisibilidade comportamental. Anna inicialmente pensava que os portugueses estavam constantemente a mentir, mas:

“[...] agora já estão habituados.” (26 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizada, ens. superior).

Nos modos de interacção, também emerge a ideia de um certo calculismo por parte dos cidadãos nacionais, que só se relacionam com os imigrantes na medida em que possam ter algum ganho económico. Anton sublinha:

“[...] os portugueses quando eles precisam de ti, de alguma pessoa, eles podem fazer tudo. Quando ganhas dinheiro para eles, depois eles fazem bem” (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, trabalh. não qualific. da ind. e da construção).

Ao nível das relações humanas, Irina evidencia que, em Portugal as relações humanas não são lineares, são problemáticas e conflituosas:

“aqui pronto, qualquer coisinha... não sei. Qualquer coisinha... passa muitos dilemas e [...]” (38 anos, ucraniana, regularizada, ens. superior).

A educação cultural e a formação escolar média dos portugueses são uma das dimensões mais negativamente apreciadas pelos imigrantes russos e ucranianos. Zina sublinha que os nacionais:

“pouco conhece física, matemática, química [...]” (45 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior).

Os nacionais também não dominam o que os imigrantes designam de “cultura clássica”. Entre estes imigrantes encontra-se ainda a valorização da cultura cultivada ou cultura superior, composta principalmente por formas artísticas do passado, dentro de determinada tradição estética, em que se destacam os autores consagrados da literatura russa e manifestações artísticas, como o ballet e a música clássica, que são admirados e considerados como os que merecem ser conhecidos. Revelam ainda uma preocupação em conservar e transmitir estes conhecimentos às novas gerações, sendo os mesmos avaliados como um capital cultural transmitido não só pela escola no país de origem, mas também pela família e que lhes confere um *status*

social e intelectual superior. Este aspecto não deixa de ser um elemento de afirmação, contrariando o efeito dominante que observam na sociedade de recepção (economia e sociedade de mercado), que se orienta no sentido da homogeneização e da imposição de outro arbitrário cultural e de uma ordem uniformizante.

2.3. Características preferenciais e similaridades face à maioria

Para alguns entrevistados não existem diferenças assinaláveis entre imigrantes e portugueses. Na perspectiva de Oleg, até há mais similitudes do que contrastes, principalmente entre os portugueses e os ucranianos da zona oeste:

“Para mim, por exemplo, onde eu moro, na Ucrânia oeste... nós católicos, religião católico, mas não muito problemas da... problema da religião ou outro, pessoas que mora na Ucrânia Leste já mais problemas, mais diferente... Nossa cultura... cultura da Europa, mas uma cultura da Europa tem pouco diferente.” (38 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado).

Elena é russa e casada com um cidadão português, observa algumas similitudes na “forma de ser” entre russos e portugueses, dizendo que ambos são:

“Ingénuos, sim, bondosos, bastante... religiosos, também bastante [...]” (34 anos, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Vladislav é de nacionalidade russa e assinala que os aspectos de maior proximidade face aos cidadãos nacionais radicam na partilha de alguns valores comuns, assim como de algumas crenças de carácter religioso. O interlocutor pormenoriza as similitudes, notórias em vários domínios:

“Maneira de vestir-se, maneira de preocupação de educação, acho eu. Não sei se portugueses estão preocupados. Maneira de viver nos casas, não é criar um barraco ou não sei quê. Maneira familiar, não tem discriminação dos senhoras com trabalho em casa. Também somos cristãos... e objecto de vida. Acho que é trabalhar, melhorar a vida, melhorar a vida de seus membros e sempre subir, acho eu.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

No plano religioso, Oxana denota que, há cerca de 7 ou 8 anos, ocorreu na Rússia uma espécie de reactivação do interesse em alguns sectores da população pelas práticas religiosas, notando, inclusive, entre os imigrantes em Portugal, um renovado alento face à religião. No entanto, esclarece que:

“Na Rússia não podes ouvir tantas vezes por dia «se deus quiser». «Até amanhã, se Deus quiser; até para semana, se Deus quiser» e «vamos ganhar, se deus...», nós não chamamos o deus tantas vezes por dia por coisas pequeninas.” (41 anos, nac. russa, não regularizado, ens. superior, trabalh. não qualific. dos serviços).

Os entrevistados apreciam também a abertura e a curiosidade dos nacionais em aprenderem, por exemplo, algumas palavras em língua russa e ucraniana, assim como em conhecerem algumas tradições e costumes eventualmente estranhos. Mas o que os imigrantes avaliam positivamente é a atitude de aceitação e tolerância que, aparentemente, os portugueses parecem manifestar face aos estrangeiros. Sergey está apenas há 8 meses em Portugal e considera que a sociedade portuguesa não é xenófoba, comparativamente a outras populações autóctones de outros países europeus, como é o caso dos franceses. Afirma que:

“Na França são um pouco chauvinistas”, enquanto “os portugueses muito benevolentes” (43 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior, desempregado).

Antes de vir para Portugal, Anton esteve a trabalhar na República Checa e na Alemanha, confessando que, nestes países os níveis de rejeição ao imigrante são mais salientes, afirmando que:

“Aqui é mais fácil entrar no contacto” (37 anos, nac. ucraniana, não regularizado, ens. superior).

Este entrevistado recorda que, por exemplo, na Alemanha havia uma notória atitude de fechamento dos autóctones face aos estrangeiros, nomeadamente imigrantes, dizendo: “não querem... contactar a nível pessoal.”

Entre os interlocutores, é particularmente apreciada a solidariedade dos nacionais face aos imigrantes, nomeadamente a sua disponibilidade para ajudar. Zina refere que:

“Tudo ajuda” e que os portugueses têm “coração muito bom”. (45 anos, nac. russa, regularizado, casada, ens. superior).

Num determinado segmento dos entrevistados, há uma espécie de “branqueamento do racismo e discriminação”. Este grupo de imigrantes assevera que, em Portugal, não há racismo, argumentando que os imigrantes têm boa aceitação nos mercados de trabalho e de arrendamento, na sua área de residência e em outras esferas da sociedade. Nicolai inscreve-se nesta linha de pensamento ao declarar que:

“Eu gosto deste país porque aqui gente não faz mal para mim, ninguém, nenhum português quer fazer mal.” (33 anos, nac. ucraniana, regularizado, ens. superior, operário da indústria e construção).

Porém, na realidade, a aceitação manifestada pelos membros da sociedade de acolhimento não é propriamente algo de uniforme e unívoco, notando Vladislav que há uma maior abertura por parte dos portugueses que já foram emigrantes e que, com facilidade, se auto-projectam nestes “novos” imigrantes. O entrevistado concluiu, assim:

“No geral pessoas mais abertas quando pessoas emigraram, pessoas melhor, pessoas que tiveram experiência lá é que fala nisso.” (29 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior, empreg. da administração, comércio e serviços).

Os entrevistados realçam ainda que os cidadãos nacionais são indivíduos alegres, comunicativos e que têm um certo sentido de humor, o que contraria o estereótipo atrás enunciado de indivíduos tristes, melancólicos e pessimistas. Leonid está em Portugal desde 1997 e revela que hoje já entende o que ele chama de “humor negro” dos portugueses (40 anos, nac. russa (cidadania ucraniana), regularizado, ens. superior), o que, no início da sua estadia entre nós, não percebia e até achava descabido. Elena é russa e dispõe de AR porque é casada com um cidadão português e aprecia o sentido de humor dos portugueses, que na sua perspectiva tem similaridades com o dos russos. A entrevistada diz que os portugueses:

“[...] têm sentido de humor, é bom. Aqueles “Malucos do Riso”, eu gosto muito daquele... muito parecido e muito... É maneira e coisas que é engraçado também.” (34 anos, nac. russa, regularizado, ens. superior).

O tempo de estadia em Portugal e a estabilidade associada aos projectos de médio e longo prazo de permanência entre nós são factores que podem condicionar o grau de positividade da avaliação da sociedade de acolhimento por parte destes imigrantes, assim como a tendência para suavizar as diferenciações mais marcantes e a tendência para fazer sobressair as similitudes.

Entre as práticas que geram mais proximidade parecem estar as várias manifestações de convívio social, em que o álcool está também presente. Estas práticas são encaradas pelos entrevistados como social e culturalmente condicionadas, e raramente são condenadas ou reprovadas, mesmo quando há excessos. Anatoli declara:

“Nós também gostamos de cerveja, vinho bom, a mistura de cerveja e bagaço é bom, mas faz mal à cabeça.” (nac. ucraniana, 47 anos, regularizado, ens. superior).

Conclusões

É, com efeito, no quadro de interacção com os Outros que emergem aproximações, similitudes, oposições e distanciamentos face a estes. De facto, evidencia-se uma clara dissonância entre a identidade social real (identidade para o Eu/Nós) e a identidade social virtual (para a maioria, ou para os Outros).

Russos e ucranianos preferem ser nomeados pelo seu nome próprio, ou então pela sua origem nacional. Entre si, os imigrantes provenientes dos diferentes países do Leste da Europa nomeiam-se com base no critério nacionalidade. Mas são realçadas outras diferenciações internas com base na língua, nas origens étnicas e nas diferenças religiosas intra-russos (os tártaros, os tchetchenos, os cristãos ortodoxos, os muçulmanos), na clivagem russos/ ucranianos (orientação política, biografia familiar, língua e religião), que não pode ser dissociada das divergências intra-ucranianos (entre os pró-Rússia e os nacionalistas ucranianos, mais próximos da Europa).

Os imigrantes avaliam como globalmente positiva a forma como a maioria os percebe, apreciando a qualidade e a sua capacidade de trabalho, a sua maior produtividade, as suas credenciais escolares, o seu contributo para o sistema de segurança social e para o sistema fiscal, assim como a “beleza” da mulher. Porém, reconhecem que a sua imagem pública se tem vindo a deteriorar, mostrando-se preocupados com algumas das informações estigmatizantes que circulam na sociedade envolvente e que os associam à “criminalidade organizada”, ao fenómeno dos sem-abrigo e a comportamentos reprováveis derivados da dependência face ao álcool.

Quer a definição do Nós, quer a dos Outros integra “teorias implícitas” sobre o modo de ser e o modo de vida do Eu e do Outro. Tais representações parecem ser mais condicionadas pelos média e pelos estereótipos genéricos que fazem parte do domínio do senso-comum, do que propriamente pela existência de experiências de contacto e de relacionamento efectivo e não imaginário entre minorias e maioria. Contudo, a discussão desta questão exigiu que recetrássemos o olhar na importância e no contributo do média. Ao difundirem informações essencialmente avaliativas sobre os “imigrantes de Leste” contribuem decisivamente para a construção de representações negativas, em que é prática habitual a associação dos “imigrantes de Leste” a situações e factos-problema, como a criminalidade violenta, a pertença a “máfias”, a prostituição e o tráfico de mão-de-obra. Os imigrantes russos e ucranianos são assim frequentemente apresentados de forma estereotipada e preconceituosa como indivíduos e grupos problemáticos que constituem uma ameaça porque causam instabilidade social e geram problemas sociais. Os imigrantes emergem como um ameaça mais de carácter realista (são responsabilizados pela subida da taxa de desemprego entre os nacionais, pelo abaixamento dos níveis salariais em alguns sectores, pela redução das oportunidades de trabalho). De facto, os entrevistados estão bem cientes do contributo embora não exclusivo, mas importante, do média nos processos de construção e de hetero-atribuição de identidades negativas aos “imigrantes de Leste”. De certo modo, o média legitimam de forma explícita o poder exercido pelo grupo dominante, até porque os grupos minoritários enquanto grupos dominados estão, segundo Van Dijk (1997), menos organizados e têm um acesso mais limitado aos meios de comunicação.

Pelo menos aparentemente, os imigrantes procuram não ostentar de forma muito visível a sua diferença, tentando até encobri-la, nalguns casos. As fronteiras entre a maioria e estes imigrantes emergem como bem marcadas, principalmente ao nível dos relacionamentos que implicam maior intimidade, como a amizade e a conjugalidade. Entre imigrantes e maioria, o distanciamento social, cultural e étnico é significativo. Com o tempo (da análise), parece que o que afasta a maioria destes imigrantes se tornou gradualmente mais visível. No futuro é possível que este distanciamento se encurte, principalmente entre aqueles que optarem por permanecer em Portugal. Relembre-se aqui o que dizia Simmel: à medida que os elementos comuns e similares são gerais, a relação tende a ser mais fria e distante. A consciência de não se ter em comum mais do que o geral, leva a que se acentue de forma particular o que não é comum (Simmel, 1986: 721).

Parece ocorrer um paradoxo que conjuga um certo grau de aparente proximidade cultural entre imigrantes e maioria com uma certa distância relacional. Num primeiro momento, é notória nos discursos a tentativa de desvalorização das dissemelhanças culturais, argumentando que existem mais similaridades e aspectos de proximidade do que diferenças. No entanto, ao longo da conversação, os elementos de distanciamento vão ganhando uma especial relevância, inicialmente não admitida.

O distanciamento cultural é associado a uma oposição de base entre “cultura latina” e “cultura eslava”, a qual se manifesta no suposto “modo de ser” dos portugueses diferente do dos imigrantes, e que indicia a existência de estereótipos e preconceitos face à maioria. Aos portugueses são conferidos atributos como a falta de auto-controle e disciplina, o uso de um tom de voz demasiado alto, o recurso excessivo à verbalização, à gestualidade, às expressões faciais, bem como a falta de rigor. Outras informações configuram representações estereotipadas: a existência de um maior número de divórcios, a desunião e desarmonia familiar, a precocidade com que os jovens iniciam a sua sexualidade, experimentam drogas, iniciam a sua conjugalidade por via da coabitação e se autonomizam face ao núcleo familiar de origem.

Mas o distanciamento relacional parece assumir uma relevância significativa nas relações entre maioria e imigrantes russos e ucranianos. A língua é considerada como um dos aspectos que mais condiciona a capacidade de se estabelecerem relações de maior proximidade e profundidade relacional. Há uma “fronteira invisível” e de difícil transgressão, parecendo as relações entre estes imigrantes e portugueses confinar-se em muitos casos, ao mundo do trabalho. Notam por parte da maioria uma retracção à intimidade, uma espécie de medo, aliado a um certo temor face ao desconhecido. Mas entre os imigrantes há, porém, quem também revele desconfiança e receio em se aproximar dos membros da sociedade maioritária e de outras minorias. O que parece ser comum à maioria é a dificuldade em estabelecer relações de amizade e de companheirismo com os portugueses e, quando estas existem, são classificadas como transitórias, pontuais e de difícil manutenção.

Quando olham para a sociedade de acolhimento, os imigrantes valorizam essencialmente dois aspectos: a solidariedade informal e institucional demonstrada pelos portugueses e a atitude de generalizada tolerância e aceitação dos nacionais face aos estrangeiros.

Referências Bibliográficas

- ABRIC, Jean-Claude (1994) - “L’étude expérimentale des représentations sociales” in JODELET, Denise (org.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp.187-203.
- ALMEIDA, João Ferreira de, et al. (1992) - *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- AUGSTEIN, Hannah Franziska (org.) (1996) - *Race. The origins of an idea, 1760-1850*, Bristol, Thoemmes Press.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1996) - *Immigration Insertion in the Informal Economy. The Portuguese Case (First Report)*, Coimbra, CES.
- BAGANHA, Maria Ioannis e MARQUES, José Carlos (2001) - *Imigração e Política. O Caso Português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- BAGANHA, Maria Ioannis et al., (2004a) - “The Unforeseen Wave: Migration from Eastern Europe to Portugal”, in BAGANHA, Maria e FONSECA, Lucinda (orgs.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 23-39.
- BAGANHA, Maria Ioannis et al. (2004b) - “Immigrants and the Labour Market: The Portuguese Case”, in *Metropolis International Workshop - Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 89-120.
- BAKER, Lisa-Jo e MIASNIKOFF, Paul (2003) - EECA Ukraine Country Report, IOM.
- BARTH, Fredrik (org.) (1982) - *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*, Bergen/Oslo, Universitetsforlaget.
- BASTOS, José Gabriel Pereira e BASTOS, Susana Pereira (1999), *Portugal Multicultural. Situação e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- BATAILLE, Philippe (1999) - “Racisme institutionnel, racisme culturel et discriminations”, in DEWITTE, Philippe (org.), *Immigration et Intégration*, Paris, La Découverte, pp. 285-293.
- BENJAFIELD, John G. (1996) - *Cognition*, New Jersey, Prentice Hall.
- BOCHACA, Jordi Garreta (2003) - *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*, Barcelona, Anthropos.
- BOISVERT, Georges (2000) - “La dénomination de l’Autre africain au XVe siècle dans les récits des découvertes portugaises”, in *L’Homme*, n.º153, pp. 165-175.
- BONIS, Monique de (1996) - *Connaître les émotions humaines*, Liège, Pierre Mardaga éditeur.
- BOTELHO, Leonete (2001) - “Comissão com medidas idênticas às portuguesas”, in *Público*, 22 de Julho.
- BOURDIEU, Pierre (1972) - *Esquisse d’une théorie de la pratique*, Paris, Droz.
- BOURDIEU, Pierre (1984) - *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1997) - *Razões práticas: sobre a teoria da acção social*, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre et al. (org.) (1993) - *La misère du Monde*, Paris, Éd. du Seuil.
- BRITO, Catarina Carneiro e ESPADA, Maria Henrique (2000) - “Bem vos quero imigrantes. Mal vos quero...”, in *Focus* n.º18, pp.28-32.
- BURKITT, Ian (2002) - “Complex emotions: relations, feelings and images in emotional experience”, in BARBALET, Jack (org.), *Emotions and Sociology*, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 151-167.
- CÁDIMA, Francisco Rui (org.) (2002) - *Representações (imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Média*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes (org.) (2000) - *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*, Oeiras, Celta Editora.
- CARRILHO, Maria José (2003) - “Os Imigrantes no processo de envelhecimento em Portugal”, in *A Europa o desafio demográfico e o espaço de liberdade, segurança e justiça*, Debate no Centro Cultural de Belém, 18 de Outubro de 2002, Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, pp.39-54
- CARNEIRO, Roberto (org.) (2006) - *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- CEGARRA, Marie (2002) - “De la flexibilité du travailleur étranger”, in *Le Monde diplomatique*, n.º62, pp. 47-52.
- CASTLES, Stephen (2000) - *Ethnicity and Globalization*, Londres, Sage Publications.
- CHAMPAGNE, Patrick et al., (1990), *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod.
- CHECA, Francisco (1995), “Oportunidades socioeconómicas en el proceso migratorio de los inmigrantes africanos en Almería”, in *Agricultura y Sociedad*, n.º77, pp.41-82.
- CHECA, Francisco (2002) - “Los Inmigrados: la discriminación y exclusión diseñada”, in *Antropológicas*, n.º 6, pp. 87-119.

- CORKILL, David e EATON, M. (1999) - "Multicultural insertions in a small economy: Portugal's immigrant communities", in BALDWIN-EDWARDS, M. e ARANGO, J. (org.), *Immigrants and the informal economy in Southern Europe*, Londres, Frank Cass Publishers, pp.149-168.
- CORRÊA D'ALMEIDA, André (2003) - *Impacto da Imigração em Portugal nas contas do Estado* (versão final), Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- COSTA-LASCOUX, Jacqueline (1996) - "Immigration: de l'exil à l'exclusion" in PAUGAM, Serge (org.), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris: Éditions La Découverte, pp. 158-171 .
- CRAPANZANO, Vincent (1994) - "Réflexions sur une anthropologie des émotions", in *Terrain*, n.º 22, pp.109-17.
- CUNHA, Isabel Ferin (org.) (2002) - "Média e discriminação: um estudo exploratório do caso português", in *Revista do Obercom*, Observatório da Comunicação, n.º 5, pp. 27-38.
- CUNHA, Isabel Ferin et al. (2004) - *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração.
- DEVOS, Thierry et al., (2002) - "Experiencing intergroup emotions", in MACKIE e SMITH (org.), *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, Nova Iorque e Hove, Psychology Press, pp. 111-314.
- ENGBERSEN, Godfried (1999) - "Sans-papiers. Les stratégies de séjour des immigrés clandestins", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 129, pp.26-38.
- ESSED, Philomena (1991) - *Understanding everyday racism: an interdisciplinary theory*, Newbury Park, California, Sage Publications.
- EXPRESSO Revista (1992) - "As respostas dos brancos", 5 de Setembro, pp. 8-9.
- FONSECA, M. Lucinda (org.) (2005) - *Reunificação familiar e imigração em Portugal: Relatório final*, Lisboa: CEG.
- FONSECA, Maria Lucinda et al., (2004) - "Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: the Case of Eastern Europeans in the Évora Region (Southern Portugal)", in BAGANHA, Maria e FONSECA, Lucinda (org.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp.91-118.
- FONSECA, Maria Lucinda (2005) - "Portugal", in NIESSEN et al. (org.), *Current Immigration Debates in Europe: a Publication of the European Migration Dialogue*, Bruxelas, Migration Policy Group, pp. 325-354.
- FONSECA M. Lucinda e MALHEIROS, Jorge (org.) (2005) - *Social Integration and Mobility: Education, Housing and Health* (IMISCOE Cluster B5 State of the Art Report), Lisboa, CEG.
- GIDDENS, Anthony (1984) - *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença.
- GIDDENS, Anthony (1994) - *Modernidade e identidade social*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1997) - *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILROY, Paul (1998) - "Race ends here", in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, n.º 5, pp. 839-847.
- GOFFMAN, Erving (1988 [1963]) - *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade manipulada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- GOFFMAN, Erving (1993 [1951]) - *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água.
- GUILLAUMIN, Colette (1993) - "La «différence culturelle»", in WIEVIORKA, Michel (org.), *Racisme et Modernité*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 149-151.
- HALL, Edward T. (1986) - *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio D'Água.
- HECKMANN, F. (1983) - "Towards the development of a typology of minorities", in FRIED, C. (org.), *Minorities: Community and Identity*, Berlin e Heidelberg, Springer-Verlag, pp. 9-23.
- HOOSEN, David (1994) - "Ex-Soviet Identities and the Return of Geography", in HOOSEN, D. (org.), *Geography and National Identity*, Oxford, Blackwell, pp. 134-140.
- HUGHES, Donna M. (2002) - *Trafficking for Sexual Exploitation: The Case of the Russian Federation*, Geneva, IOM.
- ICS, ISCTE e FCT (2004) - *EES - Inquérito Social Europeu: Resultados Globais*, Lisboa.
- IOM (International Organization for Migration) (1998) - *Research Report*
- JODELET, Denise (1994) - "Représentations sociales: un domain en expansion, in JODELET, Denise (org.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 32-61.
- KEPHERT, M. e ZELLNER, W. W. (1998) - *Extraordinary groups. An examination of unconventional lifestyles*, Nova Iorque, St. Martins's Press.
- KING, Russel e RIBAS-MATEOS, Natália (2005) - "Migração Internacional no Mediterrâneo: «o Modelo do Sul da Europa»", in BARRETO, António (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, ICS, pp.191-221.
- LAGES, Mário e POLICARPO, Verónica (2002) - *Análise Preliminar de Duas Sondagens sobre os Imigrantes em Portugal* (Versão provisória), Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Centro de Estudos e Sondagens de Opinião.

- LAGES, Mário (coord.), (2005) - *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas* (versão provisória), Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração.
- LIPIANSKY, E.M., et al. (1997) - "Introduction à la problematique de l'identité", in CAMILLERI, Carmel et al., *Stratégies identitaires*, Paris, PUF, pp.7-26.
- MACHADO, Fernando Luís (1992) - "Etnicidade em Portugal - contrastes e politização", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 12, pp.123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (1999a) - "Imigrantes e estrutura social", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 29, pp.51-76.
- MACHADO, Fernando Luís (1999b) - *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- MACHADO, Fernando Luís (2003) - "Imigração e Imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 41, pp. 183-188.
- MALESEVIC, Sinisa (2004) - *The Sociology of Ethnicity*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996) - *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*, Lisboa, Colibri.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2001) - "«Nova» imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas", in *Cadernos Sociedade e Trabalho II – Imigração e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP)/Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), pp.69-88.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2005) - "Jogos de Relações Internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global", in BARRETO, António (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa, ICS, pp. 251-272.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta e MENDES, Manuela et. al. (2005) - *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na AML*, Relatório Final, Lisboa, ACIME/FCT.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta e VALA, F. (2004) - "Immigration and City Change: The Lisbon Metropolis at the Turn of the Twentieth Century", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º 6, pp. 1065-1086.
- MAUSS, Marcel (1966 [1950]) - *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, pp.333-386.
- MOSCOVICI, Serge (1988) - "Notes towards a description of social representations", in *European Journal of Social Psychology*, vol. 13, pp. 211-250.
- NETO, Dulce (2001) - "Províncias. Novos imigrantes de Leste", in *Pública*, 4 de Março.
- NOIRIEL, Gérard (2002) - "Petite histoire de l'intégration à la française", in *Monde diplomatique*, n.º 62, pp. 30-34.
- OIM (Jun 2002) - "*Exploitation: Report on the Russian Federation*", *Traite des Migrants*, n.º 25, Genève.
- PHILIPPE-LEYENS, J. et al. (2002) - "Expressing emotions and decoding them, ingroups and outgroups do not share the same advantages", in MACKIE, M. Diane e SMITH, Eliot R. (eds.), *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, Nova Iorque e Hove, Psychology Press, pp.135-151.
- PINTO, José Madureira (1991) - "Considerações sobre a produção social de identidade", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, pp. 217-231.
- PIRES, Rui Pena (2002) - "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39, pp.151-166.
- PIRES, Sónia (2002) - "A Etnicização da Imigração na Imprensa Portuguesa", in *Antropológicas*, n.º6, pp. 248-263.
- PORTELLA, Cristina (Outubro, 2004) - "Eu, tu e muitos outros", in *Boletim Informativo*, n.º 22, ACIME
- PORTES, Alejandro (1997) - "Theory for a new century: some problems and opportunities", in *International Migration Review*, vol. 31, pp.799-821.
- PORTES, Alejandro (1999) - *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (1995) - *Théories de l'ethnicité*, Paris, PUF.
- PÚBLICA (2001) - "São precisos 44 milhões de estrangeiros até 2050", 1 de Abril.
- ROCHERON, Yvette (1999) - "Les mariages mixtes, un indice anthropologique de l'assimilation" in DEWITTE, Philippe (org.), *Immigration et intégration*, Paris, Éditions La Découverte, pp.205-211.
- SANTAMARÍA, Enrique (2002) - *La incógnita del extraño: Una aproximación a la significación sociológica de la «inmigración no comunitaria»*, Barcelona, Anthropos Editorial.
- SASSEN, Saskia (2002) - "Les migrations ne surgissent pas de néant", in *Le Monde diplomatique*, n.º 62, pp.10-14.

- SATZWICH, Vic (2002) - *The Ukrainian Diaspora*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- SHULMAN, Stephen (1999) - "The cultural foundations of Ukrainian national identity", in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, n.º 6, pp. 1011-1036.
- SHULMAN, Stephen (2004) - "The contours of civic and ethnic national identification in Ukraine", in *Europe-Asia Studies*, vol. 56, n.º 1, pp. 35-56.
- SIMMEL, G. (1986) [1908] - "Digresión sobre el extranjero", in *Sociología 2*, Madrid, Alianza Ed.
- SIMMEL, G. (2004) - *Fidelidade e gratidão e outros textos*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- SIMÕES, Mário Pinto (1985) - *O Emigrante Português – processos de adaptação (o exemplo da Suíça)*, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos.
- SMELSER, Neil e BALES, Paul (orgs.) (2001) - *International Encyclopedia of the Social & Behavior Sciences*, vol. 19, Oxford, Elsevier, pp. 12681-12684; 12694-12706; 12716-12723.
- SOPEMI (2001) - *Tendances des Migrations Internationales*, Rapport Annuel, Paris, OCDE.
- STEPHEN, Walter G. and RENFRO, C. Lausanne (2002) - "The role of threat in intergroup relations" in MACKIE, M. Diane e SMITH, Eliot R. (eds.), *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, New York and Hove, Psychology Press, pp. 191-207.
- STOCZKOWSKI, Viktor (1999) - "La pensée de l' exclusion et la pensée de la différence. Quelle cause pour quel effet?", in *L' Homme*, n.º 159, pp. 41-58.
- TABLONI, Simonetta (2001) - "Il n'y a pas de différence sans inégalité", in WIEVIORKA e OHANA (dir.), *La Différence Culturelle. Une reformulation des débats*, Paris, Éditions Balland, pp. 73- 84.
- TAGUIEFF, P.-A. (1987) - *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*, Paris, Éd. La Découverte.
- TAGUIEFF, P.-A. (dir.) (1991) - *Face au racisme*. Tome II, Paris, Éd. La Découverte.
- TAJFEL, Henri (1983) - *Grupos humanos e categorias sociais - II*, Lisboa: Livros Horizonte.
- TCHERVONNAIA, Svetlana (2003) - "The Moscow of the 21st century - Ethnic and Confessional Colour of a Post-Industrial City", in LANG, Peter, *Consumption and the post-industrial city*, Frankfurt/Nova Iorque, pp. 207-216.
- TINGUY, Anne de e PICARD, Alexandra (1999) - "Les Européens de l'Est depuis la chute du Mur", in DEWITTE, Philippe (org.), *Immigration et intégration*, Paris, La Découverte, pp. 158-172.
- TORRES, Anália et al., (2004) - "Famílias no Contexto Europeu: alguns dados recentes do European Social Survey", *Seminário de apresentação dos resultados do ESS*, pp.1-12.
- TRIBALAT, Michèle (1996) - *De l'immigration à l'assimilation, enquête sur les populations d'origine étrangère en France*, Paris, Éd. La Découverte.
- VALA, Jorge (1986) - "Sobre as representações sociais - para uma epistemologia do senso comum", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, pp. 5-29.
- VALA, Jorge (2004) - "Percepção de ameaça e oposição à imigração", *Seminário de apresentação dos resultados do ESS*, pp.1-16.
- VALA, Jorge et al. (1999) - *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- VAN DIJK, Teun A. (1997) - *Racismo y análise crítico de los medios*, Barcelona, Paidós.
- WEBER, Max (2001) - "What is an ethnic group?", in GUIBERNAU, Montserrat e REX, John (eds.), *The ethnicity reader: nationalism, multiculturalism, and migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 15-26.
- WIEVIORKA, Michel (1991) - *L'espace du racisme*, Paris, Éd. du Seuil.
- WIEVIORKA, Michel (1995) - *A Democracia à Prova. Nacionalismo, Populismo e Etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WIEVIORKA, Michel et al. (1992) - *La France Raciste*, Paris, Éd. du Seuil.
- WINDISH, Uli (1994) - "Représentations sociales, sociologie et sociolinguistique. L'exemple du raisonnement et du parler quotidiens", in JODELET, Denise (org.), *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 169-183.
- ZIEGLER, Jean (1999) - *Os Senhores do Crime: as Novas Máfias contra a Democracia*, Lisboa, Terramar.

VI

MIGRATION FROM UKRAINE: A CHALLENGE FOR THE EUROPEAN UNION?

BARBARA DIETZ

Institute for East European Studies, Regensburg

1. Introduction⁸⁸

The European Union is one of the most attractive parts of the world to migrate to, although some European Union member states have tried to reduce and control immigration from so-called “third countries” as much as possible. This situation has been reinforced by the enlargement of the European Union in 2004 and 2007, which resulted in new migration challenges at its Eastern borders, facing Russia, Ukraine, Belarus and Moldova. As in the case of many migrant sending states, the new neighbouring countries of the European Union in the East are characterised by comparatively low incomes and living standards, incomplete democratisation and a number of latent political conflicts. Alongside this background it can be expected that migration from these countries into the European Union will grow, although a considerable proportion of the expected movements might be temporary or circular. Presumably labour migration will dominate East-West movements, although ethnic return migration, asylum and transit movements will also play a role. As the number of people wanting to enter the European Union will certainly exceed the legal opportunities, illegal migration is likely to occur.

Past experience shows that not all member countries of the European Union are confronted with similar migration pressure from the outside. Nevertheless, the free movement of people within the territory of the European Union led to the dependence of each member state on the immigration practice and policy of other European Union states. This situation calls for a unified and comprehensive European Union migration policy – a policy that has already been partly realised in the field of asylum regulations and border control, and that is currently being discussed in the field of labour migration.

This study identifies the new migration challenges at the Eastern borders of the enlarged European Union – focusing on Ukraine, which shares borders with four European Union countries (Poland, Slovakia, Hungary, Romania) and which maintains migration relations with a number of European Union member states. The second part of the study will examine how migratory movements have developed since Ukraine became independent in 1991. Alongside the background of theoretical considerations, migration motivations and the most important countries of destination will be set out. The third part reviews the discourse on risks and chances for migration in the European Union and in the migrating country Ukraine, in order to identify economic and political concerns with respect to recent and potential movements. In the fourth part, the study examines European Union migration policies currently in force and surveys the discussion on future European Union migration policy options in respect of the new neighbouring countries to the East of its borders. The final part summarises and concludes.

88 This is a revised version of Osteuropa-Institut working paper No. 267 “Migration policy challenges at the new Eastern borders of the enlarged European Union: The Ukrainian case” (July 2007).

2. Ukrainian migration experience: determinants, facts and figures

Since its independence in 1991, Ukraine has participated in the international migratory movements that emerged as a result of the economic and political transformation of the country and the fundamental geopolitical changes following the break-up of the Soviet Union (Frejka *et al.*, 1999; Tishkov *et al.*, 2005). In a relatively short period, Ukraine experienced a considerable migration exchange due to ethnic, political and economic reasons.

2.1. Determinants of migration: theoretical considerations

In many studies, international migration is almost exclusively seen as relating to economic factors, such as income differentials and employment opportunities. This is rooted in the neoclassical theory of labour migration, which emphasises the significance of wage differences between countries or regions for the movement of people. If free mobility were a given, workers would move from countries with lower wages to those with comparatively higher wages (Bauer and Zimmermann, 1998). In the framework of this model, where full employment, no migration costs and no insecurity, and all individuals behave rationally, the larger the wage gap between sending and receiving areas, the more people will move. If wages increase in the sending country, migration will decrease, whereas a wage increase in the receiving country will lead to the opposite effect. In formulating a more realistic model, further theoretical work in the framework of neoclassical theory allowed for unemployment in sending and receiving territories to exist. In this case, labour migration depends on expected wage differentials, thus taking the chances of finding a job into account (Harris and Todaro, 1970).

Modelling the migration decision in a micro context, human capital theory argues in the framework of the neoclassical formulations, but from a strictly individual point of view. This concept focuses on individual decision-making and highlights the relevance of human capital characteristics in the migration process (Sjaastad, 1962). According to human capital theory, people move if the expected returns to individual human capital - minus the financial and psychological migration costs - are bigger in the immigration than in the home country. If individual migration decisions are seen as dependent on human capital characteristics, educational attainment and socio-demographic factors influence the movement of people. As young people with a comparatively long working career ahead of them profit most from labour migration, it can be expected that movements are more likely, the younger the age structure of the sending country is. This is reflected in many past and contemporary (labour) migration flows, which mostly consist of people at the beginning of their working career.

Apparently, migration is a risky task, a fact that individual cost-benefit approaches acknowledge. Depending on individual risk aversion, people decide to move by comparing a secure income at home with the expected value of earnings abroad, minus risk aversion. Similar to risk aversion, expectations operate in relation to future home country developments. In this context, the option value of waiting is a key argument, suggesting that potential migrants have an incentive to wait if they are not sure that migration will pay off (Burda, 1995). Thus, migration decisions may become obsolete in the longer run if economic conditions improve in home countries. The high relevance of expectations in the context of migration decisions has been emphasised in a recent World Bank report, which found decreasing migration trends in sending countries in which people think that the quality of life will improve (Mansoor and Quillin, 2006: 13).

Rejecting a purely individual point of view and the dominance of wage differentials in explaining the movement of people, the new economics of labour migration argue that households are the relevant decision-making unit and that the failure of capital, credit and insurance markets is primarily responsible for migratory movements (Stark, 1991). In the case of developing countries, rural households can only survive under market conditions if they make capital investments and insure their production against risks. Additionally,

workers in poor countries and in a number of transition economies are not (fully) protected by governments from unemployment risks, and old age pensions are not guaranteed. In the absence of insurance systems and functioning capital as well as credit markets, family members are sent abroad to earn money for capital accumulation and insurance against risk. Consequently, the migration decision of households can be interpreted as a combined strategy to diversify family incomes. In a further argument, the new economics of migration identifies relative deprivation to determine migration movements. If households earn a low income compared to their home country reference group, they tend to send family members abroad to relatively improve their income position.

although most economic theories refer to the labour supply side in the migration process, some economists point to the demand for labour in segmented labour markets as the initial incentive for international movements (Piore, 1979). In advanced industrial societies, labour market segmentation is characterised by a primary labour market with secure employment conditions, together with comparatively high wages and social security standards, and a secondary labour market with a highly variable demand, low wages, little security and difficult working conditions. Because native workers are drawn into the primary sector of the economy and in many cases are not willing to accept secondary labour market jobs, immigrant labour is recruited. Under these conditions, a growing demand for workers in the secondary labour market presumably leads to an increase in immigration, since enterprises are not willing to pay higher wages and improve labour conditions in secondary markets as a precondition for attracting native workers.

Particularly non-traded goods sectors – which cannot be outsourced and do not require a high skill level – can be expected to be characterised by segmentation and the demand for low skilled immigration. In some cases, demand-driven labour migration has been supported by governmental recruitment programmes or bilateral contracts. One example is the labour movement from Southern European countries to Germany in the 1960's and 1970's, which had been initiated by the so-called “guest worker” policy. Since the early 1990's, Germany and some other European Union countries have again established recruitment schemes for short-term labour by concluding bilateral agreements with Eastern European and former Soviet Union states.

In an effort to understand the dynamics of international migration, network theory has argued that, across time and space, migrant networks develop, which stabilise and potentially increase population movements. In this context, migration networks are defined as connections between migrants and non-migrants in countries of destination and origin through ties of kinship, friendship and shared community or ethnic origin. Because networks reduce the costs and risk of movements, they are expected to increase the likelihood of further migration (Massey *et al.*, 1998: 42). The development of migration networks influences the individual migration decision in such a way that the greater the number of migrants a person back home knows, the greater the probability that these persons will also migrate.

Although economic factors and supporting network relations have been proven to be key determinants in explaining international migration (Mayda, 2005), they have their shortcomings. In a number of cases, these are related to the fact that migration theories argue in the context of a hypothetical world without migration barriers. In reality, however, migration policies and institutional barriers play a decisive role in channelling international movements (Hatton and Williamson, 2002). Consequently, state policy has to be introduced into migration models to capture the effects of legal migration regulations (Hollifield, 2000). A further conceptual extension is needed in the case of refugee and (ethnic) return movements, which are closely related to political and ethno-national migration motivations, although economic hardship may play a role as well. People are driven out of their countries by (civil) wars, political instabilities, national conflicts and ethnic discrimination in sending areas, while asylum and admission regulations act as pull factors. These migration determinants are best modelled in the framework of considerations that reflect historical, ethno-national and political preconditions in sending and receiving countries.

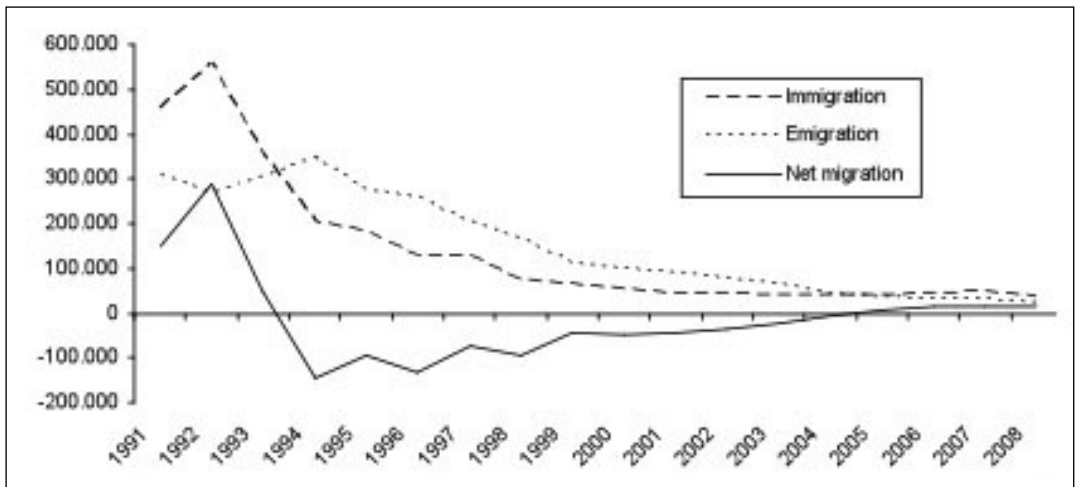
2.2. *Migration in Ukraine: empirical evidence*

In the two years following independence, Ukraine experienced a high positive net migration, which slowed down significantly in 1993, and turned negative between 1994 and 2004. Since 2005 – after eleven years of out-migration – more people have entered the country than left it (see Figure 6.1).⁸⁹

Immigration into Ukraine reached its peak in the year 1992, when more than half a million people entered the country, most of them coming from the successor states of the USSR (Malynovska, 2006). In subsequent years, the number of immigrants decreased continuously, reaching its lowest figure so far (38,500) in 2004. As in the case of immigrants, emigration was highest at the beginning of the 1990's. With nearly 346,000 persons leaving, emigration mounted in 1994, slowing down year by year afterwards. Overall, Ukraine lost 200.638 people as a result of officially registered migratory movements between 1991 and 2008 (TransMONEE, 2008, State Statistics Committee of Ukraine).

FIGURE 6.1

Immigration, emigration and net migration in Ukraine (1991-2008)



Sources: TransMONEE 2006 database, State Statistics Committee of Ukraine

During the 1990's, a considerable number of border crossings occurred between Ukraine and neighbouring states with no visa regime, such as Poland and Hungary, which were not reflected in migration statistics. These movements consisted of short-term, circular trips undertaken by people engaged in petty-trade (shuttle trade). On both sides of the border, Ukrainian citizens bought and sold goods to profit from price and exchange rate differences. According to opinion polls conducted in the middle of the 1990's, regular trips abroad to improve income and living standards had become a key business activity for approximately 5%

89 The data presented here refers to the TransMONEE 2006 database. In a number of years (1991, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 and 2001) TransMONEE data differs from official Ukrainian migration statistics, presumably because the definition of immigrants differs with respect to citizenship categories. As negative net migration data provided by the Ukrainian Statistics Office is higher in the respective years than that of TransMONEE, it is suspected that a considerable number of ethnic Ukrainians who returned to Ukraine from the former Soviet Union had not been counted as immigrants by the State Statistics Committee of Ukraine.

of the economically active population in Ukraine, while 20% of the working-age population attempted these trips occasionally (Frejka *et al.*, 1999: 6).

After independence, immigration into and emigration from Ukraine were characterised by the dominance of exchange movements with former Soviet Union states, primarily Russia. Between 1991 and 2004, over 90% of all immigrants into Ukraine came from post-Soviet countries, whereas 75% of all emigrants left for the successor states of the USSR (Malynovska, 2006). Even though overall officially registered emigration has been in decline since 1994, the share of people leaving for the West increased from 20% at the beginning of the 1990's to 33% in 2004, confirming the growing relative weight of Western, primarily European Union, states as destination for migrants leaving Ukraine (Malynovska, 2006).

Based on the data presented above, emigration from Ukraine demonstrated a decreasing trend from the middle of the nineties, which contradicts the empirical observation that Russia as well as a number of European Union countries faced increasing immigration from Ukraine during that period (see Table 6.3). This inconsistency is due to the fact that only people who receive official permission to reside abroad are registered by Ukrainian officials as emigrants. Ukrainian citizens who leave Ukraine on a tourist visa, participate in bilateral agreements for short-term work, or are involved in a student exchange programme, are not counted in official emigration statistics. Besides, illegal border crossings contribute to the increase of the number of Ukrainians living and working abroad.⁹⁰

What are the basic determinants that have driven migratory movements in Ukraine since its independence? Referring to the theoretical frameworks introduced earlier, it is argued that a combination of ethnic and economic motivations, as well as social and legal factors, was responsible for migratory movements in Ukraine, although the weight of the respective causes changed over time. Whereas ethnic and political migration motivations had been prevalent at the beginning of the migration exchange with post-Soviet states, economic determinants increasingly gained in importance from the end of the 1990's. This reflects the dominance of ethnic return movements after the dissolution of the Soviet Union, when national minorities had an opportunity to return to their newly founded nation states. A similar pattern was observed with respect to migration into Western countries. While a decreasing number of emigrants left Ukraine because of ethnic, religious and political motives, the number of people that entered Western countries in search for (short-term) work grew.

Consistent with economic migration theory, there are significant differences in income between Ukraine and Russia, as well as between Ukraine and Western states, which are expected to represent a strong migration incentive (see Table 6.1). Yet in 2006, GDP per head in Ukraine amounted to 64% of that in Russia and to 34% of that in the Czech Republic, providing a solid migration motivation. An analysis of real GDP growth rates in Ukraine indicates an improvement in the economic situation since the turn of the century, although the Ukrainian economy still has not reached its pre-transition proportions. As in the case of developing countries where dynamic, growing economies are consistent with high emigration (Massey, 2005), it can be assumed that emigration pressure in Ukraine will not promptly decline with the presence of GDP growth. This is related to the economic transformation from a planned to a market economy and the radical change of social structures which creates a mobile population in search of employment opportunities.

A recent World Bank report found that the labour market in Ukraine was at an early stage of transition, indicating that labour reallocation, resulting in an increase in unemployment, may still lie ahead (Rutkowski *et al.*, 2005). While unemployment rates in Ukraine were not very high in a transition country comparison (6,8% in 2005 according to ILO standards), a comparatively low labour participation rate points to job

⁹⁰ Weak and often inconsistent databases are a general problem in documenting international migration. This study addresses the dilemma by using various statistical sources on migrant stocks and flows, by referring to estimations in the case of illegal migration and by taking survey studies into account.

scarcity (Rutkowski *et al.*, 2005). In recent years, many workers have been discouraged by the poor job opportunities in Ukraine and have withdrawn from the officially registered labour force. As an alternative to working in the shadow economy, (short-term) migration is an option to earn a living.⁹¹

TABLE 6.1

GPD per capita (PPP, in US \$), various European countries, Russia and Ukraine

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Germany	23.418	24.230	25.481	26.405	26.858	27.196	28.303	29.980	31.744
Italy	23.111	23.721	24.994	26.016	26.577	27.150	28.180	29.209	30.654
Spain	19.674	20.610	21.764	22.902	23.417	24.152	25.046	26.792	28.554
Greece	15.365	16.268	17.391	18.632	19.588	20.841	22.204	23.377	25.076
Portugal	16.416	17.220	18.255	18.933	18.974	18.932	19.628	21.125	21.943
Czech Rep.	13.981	14.442	15.373	16.428	17.211	18.064	19.408	20.845	22.791
Hungary	11.544	12.220	13.223	13.900	14.710	15.451	16.814	18.256	19.585
Slovakia	10.418	10.799	11.303	12.005	12.817	13.426	14.622	15.991	17.827
Poland	9.251	9.763	10.401	10.855	11.219	11.965	12.974	14.167	15.444
Russia	5.932	6.401	7.095	7.561	8.130	9.036	9.902	10.846	11.974
Ukraine	3.640	3.748	4.108	4.581	4.903	5.524	6.394	6.858	7.642

Source: United Nations Database

According to recent surveys, low wages and a lack of job opportunities were the two most important reasons for Ukrainians to emigrate. In a study conducted by the IOM in 1998, more than half of respondents (58%) migrated because of higher wages in the destination country, and 37% referred to favourable employment opportunities abroad (IOM, 1998: 25). A very similar result was obtained by a research organised by the IOM in 2006 in Belarus, Bulgaria, Moldova, Romania and Ukraine (GfK, 2006). The number-one reason for working abroad, cited by 81% of respondents, was low income at home, whereas a lack of job opportunities in the home country was identified second, by 60.8% of respondents.⁹² Furthermore, failures in insurance, capital and credit markets seem to be relevant push factors for labour migrants from Ukraine. Insurance markets do not function properly in Ukraine, and access to credit is very limited for average families (Institute for Economic Research and Policy Consulting, 2004). This makes it attractive for people who plan, for example, to finance home ownership and to overcome the deficiencies of the credit market at home by earning an additional income abroad.

2.2.1. The migration exchange with the successor states of the Soviet Union

The first two years after the break-up of the Soviet Union were characterised by a high migration exchange between the newly-independent successor states of the USSR. This was particularly true for Ukraine, which received 984.000 immigrants from various parts of the former Soviet Union in 1991 and 1992 (Malynovska, 2006). Most of these immigrants belonged to the group of ethnic Ukrainians

91 The shadow economy in Ukraine was estimated by the World Bank to reach 39% of GDP in 2007.

92 These motivations are confirmed by a survey on migration patterns conducted in 2006 in Armenia, Belarus, Georgia, Moldova und Ukraine (Wallace and Vincent, 2007).

(repatriates), who returned from Russia, Kazakhstan or Belarus. Furthermore, Crimean Tatars resettled in large numbers in the Autonomous Republic of Crimea, their traditional homeland. A significant proportion of these movements was related to (forced) migration during earlier periods of the Soviet era. In the 1930-50's, Ukrainians and other ethnic minorities (Crimean Tatars, Germans and Poles) living in Ukraine had been subject to deportation and (forced) resettlement. They were sent to Northern and Eastern parts of Russia, to Kazakhstan and other regions of the Soviet Union. In later years, the Soviet regime actively supported labour migration aimed at a population exchange within Union Republics. While Ukraine was a net immigration republic throughout the Soviet era, ethnic Ukrainians were the most important group to leave, while ethnic Russians were the biggest group to enter. In 1989, at the time of the last Soviet census, there were 6.8 million Ukrainians living in the Soviet Union outside Ukraine, predominantly in Russia (4.4 million) and Kazakhstan (890.000), whereas nearly half (44%) of those 11 million Russians who inhabited Ukraine in 1989 had not been born there (State Statistics Committee of Ukraine).

In addition to groups moving to independent Ukraine because of ethnic and homeland reasons, a number of immigrants looked for refuge, having escaped ethnic tension, civil war and political conflicts in their post-Soviet home countries. Among these populations were people from Moldova, Armenia, Georgia and Azerbaijan who sought protection in Ukraine, which had passed a law on refugees in 1993 based on the 1951 Geneva Convention (Malynovska, 2006). In the course of the 1990's, Ukraine became the destination for refugee groups also from outside the former Soviet Union, who came from regions affected by (civil) wars and economic crises, such as Afghanistan, Pakistan, Sri Lanka, African countries and the Middle East (IOM, 1996: 135, Kraler and Iglicka, 2002: 40, Mansoor and Quillin, 2006: 42). Some of these asylum seekers found refuge in Ukraine, while others moved on to the West.⁹³

As in the case of immigration, emigration from Ukraine was dominated by ethnic return movements in the early nineties. Ethnic Russians moving to Russia made up the most important proportion of emigrants in this period. However, in the middle of the nineties, the motivation for leaving Ukraine destined for post-Soviet states, primarily Russia, changed. Against the background of the economic crisis in Ukraine, economic reasons were increasingly an incentive to move out of the country. Some emigrants left permanently for economically better-off post-Soviet states, mainly Russia. Labour migrants also crossed the border primarily towards Russia in search of short-term and seasonal work. In addition to considerable GDP differences between Russia and Ukraine (see Table 6.1), movements were encouraged by a common history rooted in the Soviet period, language proficiency and (ethnic) network relationships. It is not surprising, therefore, that an estimated one million Ukrainians worked in Russia in 2002 (Malynovska, 2004: 14). Most of these migrants were occupied in semi-legal and illegal jobs in construction, agriculture and services.

Between 1991 and 2004, Ukraine lost 1.897.500 people to the post-Soviet states, while 2.229.870 entered from the successor states of the USSR (Malynovska, 2006). Because these movements were primarily related to repatriations and ethnic return movements, they affected the ethnic composition of the population to a considerable extent (see Table 6.2). Due to a negative natural increase and overall net emigration between 1989 and 2001, the population of Ukraine decreased by 5,8% in this period. However, because of ethnic return migration, the share of Ukrainians in the total population - which had comprised 72,7% in 1989 - expanded to 77,8% in the year 2001. In a similar way, the return of Crimean Tatars led to a fivefold increase of this ethnic minority.

93 Because a readmission treaty has been signed between Ukraine and the EU in the year 2006, Ukraine is obliged to take back third country nationals (as well as its citizens) entering the EU illegally from Ukrainian territory.

TABLE 6.2

Ethnic composition of the population in Ukraine (in thousands, 2001, 1989)

	2001	in % of the population 2001	1989	in % of the population 1989
Total	48.457	100.0	51.452	100,0
Ukrainians	37.541	77,8	37.419	72,7
Russians	8.334	17,3	11.355	22,1
Crimean Tatars	248	0,5	46	0,0
Hungarians	156	0,3	163.1	0,4
Poles	144	0,3	219	0,4
Jews	103	0,2	486	0,9
Armenians	94	0,2	54	0,1
Azerbaijani	45	0,1	36	0,0
Georgians	34	0,1	23	0,0
Germans	33	0,1	37	0,1

Sources: State Statistics Committee of Ukraine, *Vestnik statistiki*, no.10, 1990

As the census data reveals, population groups from post-Soviet states who found refuge in Ukraine enlarged their share, such as Armenians, Azerbaijanis and Georgians, whereas groups who migrated to their ethnic nation-states became less dominant. The most prominent example is the Russian population in Ukraine, which decreased by 26,6% between 1989 and 2001, reducing its share of the total population to 17,3% in 2002, whereby in 1989 it had comprised 22,1% (State Statistics Committee of Ukraine).

2.2.2. *The migration exchange with Western states*

Migration into Western states is not a new phenomenon for Ukraine. As a part of the Soviet Union, the country experienced three waves of emigration towards the West: after the revolution in 1917, during the course of World War II and after the 1960's. Although the constitution of the USSR never contained any guarantee of freedom of movement, Soviet legislation permitted a very limited number of people to emigrate during the post-World War II period for the purpose of reuniting families.⁹⁴ This emigration policy was primarily the result of the intervention of foreign states on behalf of groups wishing to emigrate.⁹⁵ The main beneficiaries were Jews and Germans whose families had been wrenched apart by the war events and whose potential recipient countries (the USA, Israel and Germany) supported their cause. In the case of Jews, anti-Semitism forced people to leave, while in the case of Germans, ethnic repression and forced resettlement in earlier periods were push factors.

In October 1989, the debate on emigration policy in the Soviet Union took a new turn. The Supreme Soviet approved a draft law at its first reading, which placed travel in and out of the country for Soviet citizens on a new basis. Most importantly, the draft law accepted reasons for emigration other than family reunification,

94 This refers to the "Regulations on Entry to and Exit from the USSR" of June 1959. These laws were reviewed in 1970 and again in 1986, but were not fundamentally amended.

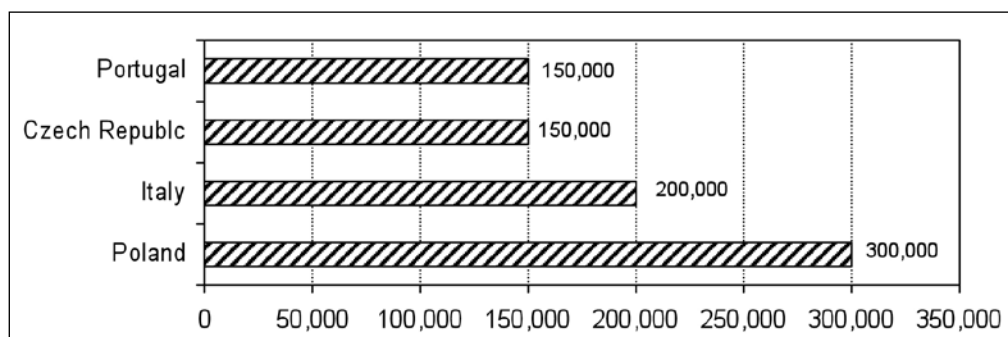
95 In this context the Jackson-Vanik Amendment (1973) played a role, impeding trade unless Jews were allowed to leave freely. In addition, the Soviet government signed the Helsinki Treaty (1975), pledging, among other things, to facilitate freer movement for its citizens.

and recognised the individual right to travel. Consequently, emigration from Ukraine to Western countries increased in 1989, reaching a historically high number of permissions to leave issued in 1990, when 95.000 people were allowed to depart (Frejka *et al.*, 1999: 5). In admitting 92% of all emigrants from Ukraine in 1990, Israel was by far the most important receiving country in this year, followed by the USA (3%) and Germany (1,5%).

In the wake of the break-up of the Soviet Union, emigrants from Ukraine to the West headed for new destination countries, many of which are member states of the European Union since before or after May 2004 (Pribytkova, 2006). In 1994, nearly every fifth emigrant (18%) from Ukraine to the West chose a destination other than Israel, the United States and Germany. This development was related to a shift from ethnic to economic migration motivations, originating in the economic crisis in Ukraine, which accompanied the transformation process. A labour movement towards the West was thereby established, reflected in the increase of registered labour migrants, rising from 11.800 people in 1996 to about 40,000 in 2002 (Malynovska, 2004). A high number of illegally employed Ukrainians are also working in European Union countries. According to the estimates of Ukrainian embassies, about 800.000 Ukrainian labour migrants were occupied in various European countries in 2002, a considerable number of them illegally (figure 6.2).

FIGURE 6.2

Estimated numbers of Ukrainian labour migrants in Poland, Italy, Czech Republic and Portugal (2003)



Source: Malynovska, 2004

To channel the growing migration pressure and to prevent illegal labour movements, a number of European Union states have concluded bilateral agreements on temporary labour movements with Ukraine or have established training programmes for Ukrainian workers. Some European Union states that were recently exposed to (illegal) labour immigration from Ukraine are discussing introducing such bilateral agreements. From Ukraine's perspective, bilateral agreements on labour migration have become an increasingly relevant instrument to protect the rights of Ukrainian citizens working abroad.

Which were the most important receiving countries in the European Union for Ukrainian labour migrants, and which factors determined the choice of destination? Although data sources are limited, the inflows of Ukrainian immigrants into selected European Union countries compiled by the OECD identify those states that have recently attracted Ukrainian (labour) migrants (see Table 6.3). With respect to the background of Ukrainian immigration, the most important European Union receiving states can be classified into two groups, with Germany being a special case. One group consists of new Eastern European Union member states, such as Poland, the Czech Republic, Slovakia and Hungary, which formerly belonged to the Warsaw

Pact. Visa-free travel regimes had existed between these states and Ukraine before 2003 (in the case of Slovakia before 2000), thus facilitating border crossing, shuttle trade and short-term work. A second group that hosts Ukrainian labour migrants includes Portugal, Spain, Italy and Greece. In these countries that have transformed recently from emigration into immigration regions, labour migration from Ukraine is a new phenomenon. Germany also has a migratory relationship with Ukraine, primarily in the context of ethnic, family and refugee movements. Other European Union member states have not yet admitted a considerable number of Ukrainian (labour) migrants, although empirical studies point to a growing population of Ukrainians working (illegally) in the United Kingdom and in the Netherlands (Trades Union Congress, 2004, Shakhno and Pool, 2005).

The new member states of the European Union, for example the Czech Republic, Poland, Hungary and Slovakia, experienced little immigration in the past. However, encouraging economic development in recent years and accession to the European Union have turned them into attractive destinations for refugees and labour migrants from poorer and more unstable regions to the East (Wallace, 2002). Although Ukrainians comprise one of the most important new immigrant groups in the Czech Republic, Poland, Hungary and Slovakia, their immigration patterns differ somewhat from country to country. In the Czech Republic, immigration from Ukraine is characterised by circulating labour and only partly by long-term movements. Married men with relatively high levels of education, coming without their families, dominate the group of Ukrainian labour migrants in the Czech Republic. In Poland, Hungary and Slovakia, migrants from Ukraine were engaged in petty trade until the mid-1990's, while in later years they undertook primarily seasonal or short-term work (Drbohlav and Janska, 2004).

TABLE 6.3

Inflows of Ukrainian citizens into various European Union countries (in thousands)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Germany*	13,7	12,5	14,1	15,3	18,2	20,5	20,6	17,7	15	10	7,7
Italy	–	–	1	2,8	4,1	5,1	8,1	–	11,2	6,8	5,4
Spain	–	–	0,2	0,6	6,3	11	10,8	9,1	10,3	–	–
Portugal	–	–	–	–	–	45,2	17,5	4,1	1,9	1,6	7,7
Czech Rep.	1,1	1,4	1,5	1,6	1	2,4	13	23,7	15	10,1	6,8
Hungary	1,4	1,4	1,8	2,4	2,4	2,5	2,1	2,6	3,6	2,1	2,4
Slovakia	–	–	–	–	–	–	–	0,7	0,7	0,6	1
Poland	–	–	0,9	2,6	3,4	4,8	6,9	8,4	10,2	9,8	9,6

*ethnic German immigrants (Aussiedler) are not included – not available

Source: OECD 2008

Together with geographic proximity, Ukrainian labour migration into the new European Union member states was triggered by income differentials and job opportunities (Danzer and Dietz, 2009). In Eastern European Union countries neighbouring Ukraine, a substantial demand for (seasonal) unskilled labour exists, which cannot be satisfied by native workers. In addition, established network relations between ethnic minorities on both sides of the border strengthen potential movements by reducing costs and risks. Approximately 156.000 ethnic Hungarians live in Zakarpathia (Ukraine) for example, near the Hungarian border, while the Polish minority in Ukraine, settled close to the Polish border, consists of 144.000 people. Ethnic ties to Ukraine prevail on the Polish side also, where 312.000 Ukrainian-born Polish citizens are registered (OECD, 2006: 269).

In the context of global migration movements, it is a puzzling question as to why Southern European Union countries attracted Ukrainian migrants, despite the fact that no traditional economic, social or cultural relationships are in place, and a comparatively long distance has to be traveled to reach these countries (Marques and Góis, 2007). In a European Union comparison, Southern European Union countries do not have the highest wages, which could otherwise have been an explanation for the choice of this region. Nevertheless, existing income differentials between Ukraine and Southern European Union countries can be considered high enough to make labour migration pay off (see Table 6.1). In addition, two further arguments have to be put forward to explain the new movements from Ukraine to Portugal, Spain, Italy and Greece. On one hand, a demand for low-skilled, flexible labour exists in these countries, primarily in construction, agriculture, services and tourism. On the other hand, comparatively inexperienced migration control – as well as regularisation procedures - attract Ukrainian migrants to these regions.⁹⁶

The regularisation of immigrants is a controversially debated issue in European Union member states (Heckmann and Wunderlich, 2005). While Northern and Western European Union countries usually oppose the legalisation of undocumented migrants, Southern European Union states have frequently allowed the process to take place. The basic counter argument identifies legalisation as an incentive to further (unwanted) immigration. However, countries with a high number of illegal migrants are faced with growing economic inequality, a loss of governmental incomes, distorted competition and social tensions. Thus, Southern European Union countries with limited experience in regulating and controlling immigration use legalisation procedures in order to manage migration after it has occurred. The high number of Ukrainian citizens who participated in recent regularisation programmes in Southern European Union member states confirms the existence of a considerable illegal immigration flow from Ukraine. In 1998, for example, Greece legalised 9.800 Ukrainians, Italy legalised 100,100 immigrants from Ukraine in 2002, and Portugal legalised 63,500 in 2001 (OECD, 2005: 100).

Among European Union states receiving Ukrainian immigrants in recent years, Germany represents a unique case. According to officially registered immigration, between 1996 and 2006 Germany was the most important receiving country for Ukrainian immigrants in the European Union (see Table 6.3). This is related to the fact that Germany has a migrant network with Ukraine that dates back to the beginning of the 1950's. Since that period, ethnic Germans (Aussiedler) have returned from the (former) Soviet Union to Germany, where they are admitted on the basis of the German constitution (Dietz, 2006). They are entitled to receive German citizenship and to obtain governmental support for economic and social integration. Although Ukraine is fourth behind Russia, Kazakhstan and the Kyrgyz Republic in sending ethnic Germans, approximately 40.500 return migrants of German origin left Ukraine between 1992 and 2006 to settle in Germany.⁹⁷ As well as ethnic Germans, Jewish immigrants from the former USSR – a considerable number from Ukraine - were admitted to Germany from 1991 onwards (Dietz, 2004). This immigration is related to a decision by the last GDR government to grant asylum to Jewish citizens from the Soviet Union who had come to East Germany because they were at risk of persecution in their home country. Following German reunification, entry visas for Jewish immigrants from the former Soviet Union were provided on the basis of the so-called quota refugee regulation, guaranteeing a residence permit for an indefinite period and entitling Jewish immigrants to various rights and integration benefits.

As a result of the admission regulations for ethnic Germans and Jewish refugees, immigration from Ukraine to Germany was predominantly related to an ethnic and political context, although a limited number of labour migrants entered as well. Survey studies reveal that Germany is the number-one destination country

96 In recent years, a number of efforts have been undertaken by Southern European countries to enforce immigration control.

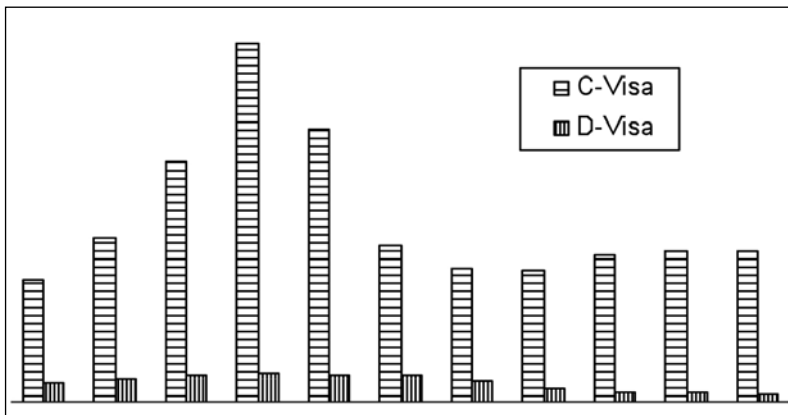
97 This number includes all persons who have come to Germany in the context of the 'Aussiedler' regulation. A considerable proportion of them were not registered as Germans in the Ukrainian census, as they entered Germany as non-German family members of Aussiedler. In addition to the return movement of ethnic Germans from other parts of the former Soviet Union to Ukraine, this explains the comparatively small decrease in Germans in Ukraine between 1989 and 2001 (see Table 6.2).

for Ukrainians who plan to go abroad for work (IOM, 1998, GfK, 2006). Although (labour) migration from Ukraine to Germany is strictly controlled, the increasing immigrant population from Ukraine in Germany fostered family reunification and attracted co-citizens who were inclined to live and work in Germany.

With the intention of facilitating travel and visits from Ukraine, the German Embassy relaxed visa procedures for Ukrainian citizens in the year 2000. As a result, the number of Ukrainians who received a German tourist visa (Schengen Visa) rose starkly (figure 6.3). Although the relaxation of visa procedures was withdrawn in the year 2003, a considerable number of Ukrainian citizens entered European Union countries on the basis of a German Schengen Visa.

FIGURE 6.3

C- and D- Visas issued by the German Embassy to Ukrainian citizens (1998-2008)



C-Visas are short-term Schengen Visas (maximum 90 days) that are connected with business, tourism or family visits.

D-Visas are national visas for family reunification, students or au-pairs.

Source: Foreign Office, Germany

In the recent decade, tourist visa regulations have been used by a number of Ukrainian citizens to legally leave Ukraine for an illegal job in European Union countries, particularly in Portugal, Italy or Spain. Furthermore, criminal networks that smuggle and traffic people across European Union borders take advantage of tourist visa procedures. Smuggling networks demand a substantial amount of money to transport Ukrainian citizens on a regular tourist visa to engage in illegal work in the European Union (Cipko, 2006). As recent regularisation procedures in South European Union states - for example in Portugal - prove, a high number of illegally occupied Ukrainians had entered the destination region between 2001 and 2002 with a Schengen Visa issued in Germany (Baganha *et al.*, 2004). In a similar way, survey studies with Ukrainian immigrants found a considerable share of illegal workers in the Netherlands and in Portugal having left Ukraine with a German Schengen Visa (Baganha *et al.*, 2004, Shakhno and Pool, 2005). Nevertheless, there is no evidence that a large number of those Ukrainians who used a German Schengen Visa to leave Ukraine for illegal work actually remained in Germany.

Labour migrants from Ukraine in the enlarged European Union earn their wages predominately in low-skilled jobs, often on a short-term basis and in economic sectors that are typically characterised by labour market segmentation, such as agriculture, construction, care and services (Drbohlav and Janska, 2004, Baganha and Fonseca, 2004, Cipko, 2006). This supports an argument introduced earlier in relation to segmented labour market theory, which points to the demand for low-paid labour in segmented markets as a driving force for the

international movement of people.

In recent years, Ukrainian citizens have become an important new group in the foreign population of some European Union countries (see Table 6.4). They can be found in Germany, Italy, Greece, Portugal, Spain, Hungary, Slovakia, the Czech Republic and Poland. In the year 2006, Ukrainian citizens were among the top two foreign nationalities in the Czech and Slovak Republics, in Hungary, Poland and Portugal (Baganha and Fonseca, 2004, OECD 2006). In Germany, with a total foreign population of 6.7 million, Ukrainians were in eighth place in 2007, ahead of traditional migrant populations from Spain and Portugal.

TABLE 6.4

Stock of Ukrainian citizens in various European Union countries (in thousands)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Germany	40.0	51.4	63.8	76.8	89.3	103.5	116.0	126.0	128.1	130.7	129.0
Italy	1.3	1.9	3.1	6.5	9.1	12.6	14.8	117.2	93.4	107.1	120.1
Greece	–	–	3.8	6.1	2.5	6.4	11.3	10.2	13.1	12.2	12.2
Portugal	–	–	–	–	–	46.4	62.0	64.8	67.0	44.9	41.9
Spain	–	0.4	0.7	1.5	10.1	25.7	41.0	51.2	63.6	67.3	67.0
Czech Rep.	46.3	43.4	52.7	65.9	50.2	51.8	59.1	62.3	78.3	87.8	102.6
Hungary	12.0	7.2	9.9	11.0	8.9	9.8	9.9	13.1	13.9	15.3	15.9
Slovakia	3.0	3.5	3.8	3.9	4.3	4.8	4.7	4.9	4.0	3.7	3.9
Poland	–	–	–	–	–	–	9.9	–	–		6.2

Sources: OECD 2008

Whereas traditional international labour migration, such as the so-called “guest worker” movement in Western and Northern Europe, resulted in a predominance of men in the immigrant population, this is not always the case with the Ukrainian population in European Union countries. Although in the Czech Republic and in Portugal, immigration from Ukraine is dominated by men who are occupied in construction and agriculture (Drbohlav and Janska, 2004, Baganha and Fonseca, 2004), significantly more Ukrainian women work in Italy and Slovakia, where they are engaged in (domestic) services and care. This reflects the feminisation of international migration in response to the growing demand for female labour.⁹⁸

Although the migration exchange between Ukraine and Western states is nearly exclusively characterised by out-migration from Ukraine, a very small West-to-East labour movement can be observed more recently, linked to the inflow of capital and to the establishment of various programmes sponsored by international organisations. Generally, labour migrants involved in these movements are highly-skilled professionals, experts and specialists, mainly coming from European Union countries, Canada and the USA.

⁹⁸ The increasing number of women participating in the labour force of advanced economies creates the demand for low paid female migrants who work in care and household services. This phenomenon has been described as global care chain (Ehrenreich and Hochschild, 2002).

2.3. *Future migration tendencies between Ukraine and the European Union*

In recent years, Ukraine has newly appeared as a sending country of (labour) migrants heading towards European Union states. With respect to future trends, some basic tendencies can be identified that are expected to shape the migration exchange between Ukraine and European Union countries in the years ahead.

Against the background of persistently high income differentials between Ukraine and European Union member states and the substantial hidden unemployment in Ukraine, labour migration can be predicted to continue. Firstly, migrants performing low skilled jobs are assumed to be involved in movements directed towards those European Union countries that demand flexible and short-term workers in low skilled occupations. In survey studies, potential Ukrainian migrants name a broad range of European Union countries as targets for labour migration (IOM, 1998; GfK, 2006). This indicates the readiness of Ukrainians to move to those places where job opportunities have opened up. After Germany, Eastern and Southern European Union states, France and Great Britain have been identified to be particularly favoured by Ukrainian labour migrants.

With respect to the temporal dimension of labour migration, empirical studies reveal a preference among Ukrainians for - sometimes repeated - short-term trips and temporary labour movements (IOM, 1998, Mansoor and Quillin, 2006, Danzer and Dietz, 2009). However, in the case of longer geographic distances and restrictive migration policies in receiving countries, labour migrants indicated that they stay longer, because frequent back and forth movements between destination and home country are related to high risks and costs (Shakhno and Pool, 2005).

As a general trend, it can be assumed that irregular labour migration between Ukraine and a number of European Union countries will persist. This has to be understood considering the background of a considerable migration pressure in Ukraine, which is not controlled by Ukrainian laws any more, while the European Union countries stick to a strict migration regime, opening up few options for legal labour migrants. At present, only a small proportion of labour migration is based on bilateral or guest worker agreements, to meet the labour market demands of receiving European Union states in a regulated way. Nevertheless, a number of European Union countries are discussing the introduction of bilateral agreements on short-term and seasonal labour migration with Ukraine. Whereas in European Union countries bilateral agreements are understood as an effort to reduce illegal migration, in Ukraine these contracts are expected to contribute to the protection of the rights of Ukrainian labour migrants.

A further group of migrants from Ukraine into the European Union will consist of refugees, ethnic return migrants, students and people eligible for family reunion. In the case of ethnic return or diaspora migrants, Germany has been the most important destination region. Because legal limitations to the admission of ethnic Germans and Jewish refugees from Ukraine have recently been dramatically reinforced, these forms of movements can be expected to cease. With respect to family reunification, the opposite trend may establish itself, as an increasing migrant population from Ukraine to European Union countries becomes eligible to invite their family members to join them.

Furthermore, transit movements of people passing through Ukraine in an attempt to reach the West will contribute to population flows from this country into the European Union. Because of its geographic location, its comparatively generous immigration provisions and because of network relations with Asian and African countries dating back to the Soviet period, Ukraine has emerged as an important transit route between East and West (Mansoor and Quillin, 2006). Most migrants entering Ukraine for transit have experienced (civil) war, economic crisis, ethnic repression or ecological catastrophes in their home countries. They come from Afghanistan, Sri Lanka, the Middle East and a number of African states. Because

the European Union has tightened border controls in the East and implemented more restrictive asylum regulations, many transit migrants have gotten stuck in Ukraine as they failed to enter the European Union countries that they had originally headed for. Primarily because of its geographic location, Ukraine can be expected to experience considerable transit movements going forward.

Although economic, social and policy factors identify Ukraine as a potentially important migrant sending country for the European Union, demographic developments in Ukraine are not indicative of high emigration in the longer run (Zimmer, 2007). Since 1991, natural increase in Ukraine has been negative, and the population is decreasing and ageing (see Table 6.5).

TABLE 6.5

Natural increase, population aged 65 and more in Ukraine (in percent)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
natural population decline	-0,8	-1,9	-3,5	-4,7	-5,8	-6	-6,2	-6	-7,1	-7,6	-7,6	-7,6	-7,5	-7	-7,6	-6,4
population aged 65+	12	12,6	12,7	13,1	13,5	13,7	13,8	14	14	14	14	14	14,3	14,8	15,9	16

Source: State Statistics Committee of Ukraine

While Ukraine lost 9,6% of its population between 1991 and 2006 due to natural population decline, the percentage of people over 65 increased from 12% to 16% during the same period. Projecting the natural population development for the year 2050, the United Nations Population Division suggested that the Ukrainian population would decrease to 30.9 million people, predicting a natural population decline of 39% between 2006 and 2050, whereas the percentage of people aged 65 and older would reach 27% in 2050. In the light of this demographic perspective, Ukraine may not be capable, in the long term, of sending a large part of its working-age population abroad.

3. The discourse on migration challenges in the enlarged European Union and Ukraine

The policy debate on the impact of migration plays a prominent role in all European Union countries, including the new Eastern European Union member states. This has to be understood against the background of the demographic development in the European Union, on one hand, and a generally reluctant attitude towards immigration in most European Union member states, on the other. Despite the fact that the long-term demographic projections of Eurostat point to the dependence of future population growth in the European Union on net migration, politicians and the public in many European Union countries associate a number of negative economic and social consequences with the inflow of migrants. In contrast to these perceptions, the results of economic studies on the impact of migration in receiving countries reveal a much more complex picture.

3.1. The impact of migration on receiving countries

Although the inflow of (labour) migrants brings with it the risk of increasing the unemployment of natives and depressing their wages, economic research has shown that these potential impacts depend on the labour market sectors and skill groups involved. If workers performing low-skilled jobs enter the country, natives with low qualifications may face unemployment or wage decreases (Borjas, 1999). However, if immigration is a reaction

to labour market shortages in specific sectors or skill groups, immigrants may not crowd out natives and may have – particularly in the case of highly-skilled workers – a positive effect on economic growth (Bauer *et al.*, 2004: 32). Concerning the consequences for the welfare system, migrants’ skills and employment prospects are decisive. Whereas highly-skilled labour migrants in secure labour market positions are expected to contribute to the welfare system, low-skilled immigrants in risky jobs are more likely to place a burden on the welfare state.

Most economic studies find a comparatively low overall impact of labour migration on the receiving economies, although migration carries the risk of specifically affecting regional or sectoral labour markets (Friedberg and Hunt, 1995, Longhi *et al.*, 2005). Rather, migration has been identified as contributing to economic prosperity by satisfying the demand for otherwise unavailable labour in demographically ageing societies (Bauer *et al.*, 2004: 19). In the case of the recent migration from the new Eastern European Union member countries into the EU-15, immigrant workers have been found to complement native labour and thus ease labour market shortages (Heinz and Ward-Warmedinger, 2006). Nevertheless, immigration potentially results in a redistribution of incomes from native workers competing with immigrant labour to natives who are complementary to labour migrants and to employers of immigrants. In the light of this consideration, it is crucial to focus on the winners and losers in migration processes (Camarota, 2005: 10, IOM, 2005: 168).

Specific problems are posed by illegal labour migration, as these movements challenge the concept of European Union welfare states by undermining the principle of solidarity on which welfare states are based. Because illegal immigrants do not commonly pay taxes or contributions into the national social security systems, their direct impact on publicly financed activities is negative. Furthermore, distorted competition may result as a consequence of illegal occupations, because labour costs are lower for firms hiring illegal immigrants than for enterprises paying official wages. Together with fiscal and economic concerns, the protection of the human rights of irregular migrants is a pressing issue in European Union societies. Modern democracies can hardly accept a - however small - part of the population living in an extremely weak legal position, potentially subject to discrimination and exploitation (Mansoor and Quillin, 2006: 16).

Besides the economic impact of migration, European Union societies are also confronted with the political and cultural consequences of migration movements. In the case of a high migration pressure from poor and unstable countries, individual European Union states and the European Union on the supra-national level are worried about losing control of borders and national sovereignty. This is particularly true in the case of illegal migration movements or human trafficking and smuggling, which have recently presented a challenge to the European Union at its Eastern borders. Furthermore, many European Union nation states and local communities oppose migration because of an anticipated increase in cultural diversity, which is considered a challenge to national identity formation (Niessen *et al.*, 2005: 5).

3.2. *The impact of migration on sending countries*

International migration does not only have an impact on receiving countries, but also on sending states. In this context, two topics are of primary importance: the sending of remittances and the out-migration of highly-skilled workers; the so-called “brain drain”.

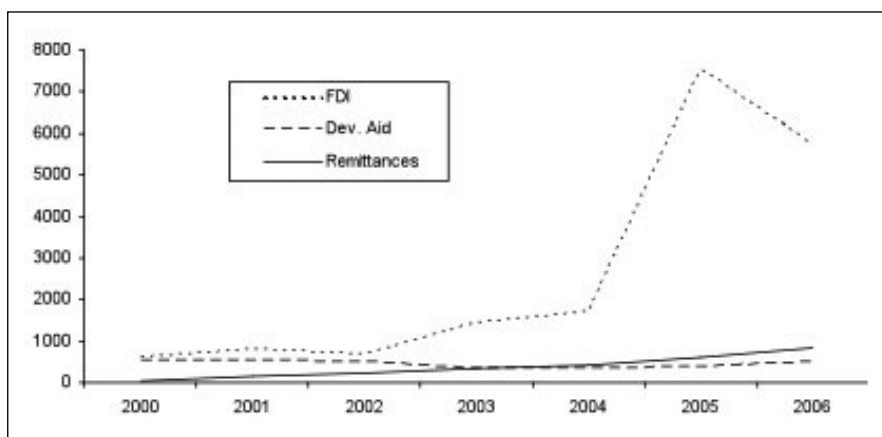
Recent studies have pointed out that remittances are increasingly relevant for the transfer of resources to migrant sending states, predominantly in the case of developing and transition countries, such as Ukraine (Buch and Kukulenz, 2004, Mansoor and Quillin, 2006). After foreign investment, remittances are the second-largest source of financial flows to developing countries and they are generally higher than development aid (Ratha, 2003). In the case of Ukraine, this trend manifested in the year 2003, when remittances – which had previously been negligible - surpassed development aid (see Figure 6.4). It has to be considered, nevertheless, that official recording severely underestimates remittances in Ukraine, as a number of Ukrainian labour migrants do not send money back home via the banking system (Cipko, 2006: 124).

Among other factors such as education, income level, intention to invest or to insure the family at home against risks, the motivation of migrants to remit depends on the duration of stay. A recent study has shown that temporary migrants seem to be much more concerned with sending remittances home than permanent migrants (Glytsos, 1997). This result suggests that countries such as Ukraine, where the share of short-term migrants is high, stand to benefit particularly from remittances.

With respect to the effects of remittances for the sending countries of labour migrants, different views are currently being discussed. First of all, a number of positive impacts are expected, as remittances provide the home country's economy with foreign exchange and additional means for consumption and investment. Although some studies found that remittances primarily increase family consumption but not investments in productive assets (Taylor, 1992), there is evidence that both the spending of remittances on consumption and on investment will sustain economic growth (Ratha, 2003). However, remittances might deteriorate the payment position of the economy (Dutch disease) and have distributive effects as well, as remittances are only transferred to a part of the home country population, therefore they potentially lead to wealth disparities and social tensions (Buch and Kuckulenz, 2004). Nevertheless, remittances provide an important and stable additional source of income, which in the case of transition countries results in a reduction of poverty, at least in the short-term (Manssor and Quillin, 2006: 67).

FIGURE 6.4

Foreign direct investment (FDI), development aid and remittances in Ukraine (millions, in US \$)



Source: World Bank Development Indicators

In recent discussions on the consequences of migration in Eastern Europe and the former Soviet Union, “brain drain” has been a crucial topic, although the dimensions of “brain drain” are difficult to identify, due to a lack of data. According to survey studies conducted with Ukrainian migrants in the Netherlands and Portugal, a remarkable number of labour migrants from Ukraine are highly educated, although they perform low-skilled work in the receiving economies⁹⁹. In contrast, a study on the patterns and determinants of temporary labour migration from Ukraine after EU enlargement in 2004 found no incidence of brain drain, as the educational background of labour migrants was rather low (Danzer and Dietz, 2009).

99 In the Netherlands, a survey found that 88% of questioned Ukrainian migrants had tertiary education; while in Portugal 69% of the respondents in a survey study were highly educated (Shakhno and Pool, 2005; Baganha *et al.*, 2004).

Concerning the effects of “brain drain”, negative economic consequences are usually associated with the emigration of highly-skilled professionals. However, recent studies have shown that the emigration of the highly-skilled may encourage the natives left behind to accumulate skills in order to also have the option of emigration. If these natives delay emigration and actually fill the gaps of skilled emigrants, negative economic effects would be reduced (Lundborg and Rechea, 2002). Because the proportion of third-level-educated persons in Ukraine is high and the gross enrolment ratio in tertiary education increased substantially between 1999 and 2006, (see table 6.6) the negative consequences of a potential “brain drain” would be mitigated.

TABLE 6.6

***Gross enrolment ratio, tertiary level in Ukraine
(regardless of age, as a percentage of the population of official school age for that level)***

	1998	2002	2006
Male/Female	47	57	73
Male	44	52	65
Female	50	62	81

Source: UNESCO Database

In cases where highly-skilled migrants move back home after having acquired new skills abroad, they may contribute to economic prosperity in their country of origin. In addition to valuable management experience, entrepreneurial skills and access to global networks, returning skilled migrants may bring venture capital, enhancing economic growth and welfare at home.

4. The European Union policy response to external migration challenges: a first look

After the European Union abolished internal border controls in 1997, common rules regarding visas, asylum rights and checks at external borders were adopted. With the growth of the European Union, a new migration space opened up at the common external borders to the East which made the need for a comprehensive European Union migration policy evident. As has been pointed out by European Union organisations and by NGOs (for example, the United Nations and the International Organization for Migration), the basic challenge for a comprehensive European Union migration policy is to move from migration control to migration management in order to realize the potential gains from migration movements and to minimize the concomitant burden for receiving and sending states.

So far, the European Union has put most emphasis on the control and restriction of migration flows, to ensure what is considered to be the internal security of the European Union and to protect the labour markets and welfare systems of its member states. To a certain extent, this policy contradicts the new neighbourhood policy, admitted by the European Commission in 2003, which aimed to strengthen cooperation between an enlarged Europe and the countries bordering it to the South and the East, such as Ukraine (Aliboni, 2005). Whereas European Union countries were primarily interested in increased cooperation with migrant sending states neighbouring the European Union in the field of migration restriction and border control, the neighbouring non-European Union states were demanding simplified visa procedures and ease of access to European Union labour markets.

In managing migration movements from non-European Union states, the enlarged European Union has agreed to address the following topics in a common effort: the control of external borders (preventing illegal migration and human smuggling and trafficking), the creation of a common asylum law and – in the longer run – the regulation of labour migration. With respect to external border controls, that is, combating an expected inflow of illegal immigrants and preventing human smuggling and trafficking, the European Union primarily focused on traditional border security policy, as well as on legal measures discouraging illegal immigrants and targeting the people, involved in human smuggling and trafficking. First of all, the European Union strongly supported the new East European Union border states with financial and logistic resources to improve external border control.¹⁰⁰ In a similar way, negotiations with non-European Union neighbouring states such as Ukraine focused on border security and containing immigration. This policy approach has been reinforced by the agreement on the readmission of illegal migrants between the European Union and Ukraine, which was signed in October 2006. In the view of the European Union, this treaty was a precondition for the negotiation of a simplified visa regime for Ukrainian citizens travelling to the European Union.

In the field of asylum and refugee migration, the European Union member states reached a general agreement on minimum standards for granting and withdrawing refugee status in the European Union in April 2004. However, in the view of leading refugee assisting organisations, the European Union minimum standards on refugee protection were a retrograde step concerning asylum rights. The standards of refugee protection were considered to be minimal, indicating that asylum agreements have been reached at the lowest common denominator. The policy objective to reduce the inflow of asylum seekers and irregular migrants has materialised in the safe country concept, which excludes people from seeking asylum if they are either citizens of, or enter from, a country that is defined as safe.

While the European Union has decided on a number of common regulations with respect to border controls and asylum procedures, labour migration into the European Union has not yet been regulated on a common basis. In recent years, most European Union member states have competed for highly-skilled labour migrants, while the immigration of low-skilled workers was observed with concern. However, unskilled, flexible labour is in demand in some sectors of a number of European Union economies, thus opposing a policy that tries to prevent the immigration of people performing unskilled jobs (Castles, 2006). In this context, it has been proposed that policies should be worked out – for example flexible systems for temporary and circular labour migration – that match the domestic sectoral demand for low-skilled migrant workers in European Union countries with the high migration potential in non-European Union states, among people prepared to perform low-skilled work (GCIM, 2005: 18). Nevertheless, these policies have to be backed by a strong enforcement of rules on workers' rights, to avoid the formation of a second-class category of workers.

With respect to the planned common management of labour migration, several European Union policy proposals have been presented so far which seek to channel labour migration according to labour market requirements. A basic suggestion was to define the conditions of entry and residence of third country nationals with respect to categories of immigrants, such as seasonal workers, intra-corporate transferees, and especially skilled migrants and remunerated trainees. In addition, a common fast-track procedure was proposed to admit migrants in the case of specific labour market and skill gaps (COM, 2004: 5). While European Union member states in general agreed upon the necessity to introduce common European Union criteria for labour migration from non-European Union countries, it was demanded that the number of economic immigrants to be admitted on the national level be regulated.

¹⁰⁰ The European Union provided more than €900 million during the period between 2004 and 2006 to help the new EU member states to finance initiatives at the new external borders of the Union.

Experience with labour migration in many European Union countries shows that migrant workers tend to not return home if the chances of coming back to the immigrant country are slim. Thus the proposition has been formulated of guaranteeing an admission preference to those economic migrants who have already worked for some years in the European Union before returning temporarily back to their home country. This procedure could encourage “brain circulation” as migrant workers can count on more favourable admission treatment if they wish to come back to a European Union country after having returned to their country of origin.

In order to manage labour migration more effectively in the interest of sending and receiving countries alike, the European Union envisaged closer cooperation with the sending countries of labour migrants. A step in this direction was the effort to provide solid information on the conditions of entry and work permissions into the European Union. This will be accomplished by setting up a European Union Immigration Portal and by the revision and development of the European Job Mobility Portal (EURES). Besides, the problem of “brain drain” has been put on the agenda, which should be addressed in a common initiative by sending and receiving states, primarily by encouraging return or circular movements.

In general, the recent intentions of the European Union to regulate labour migration from outside have favoured short-term and circular movements. To a certain extent, this is a reasonable policy option, particularly because migrants from non-European Union states in the East seem to prefer to return home in the long term. Nevertheless, this policy approach carries risks, because short-term labour migrants, who happen to stay in the longer run, potentially face marginalisation in the receiving country (de Palo *et al.*, 2006).

5. Summary and Conclusion

After becoming independent in 1991, Ukraine turned into a new migration space, attracting immigrants to its territory, and sending emigrants to the successor states of the USSR and to the West. Whereas ethnic return movements dominated at the beginning of the 1990s, economically motivated migration prevailed in later years. This study has demonstrated that migration from Ukraine to European Union countries has increased in recent times, and that a growing migration potential is envisaged in the years to come. Although a considerable proportion of these movements is expected to be temporary or circular, European Union countries face a potentially substantial labour migration from Ukraine. As the number of Ukrainian citizens willing to enter the European Union will almost certainly exceed the legal opportunities currently in place, illegal migration is likely to occur.

In analysing recent labour movements from Ukraine to European Union countries, it becomes clear that some European Union states are particularly targeted by Ukrainian labour migration. Whereas high income differences and a lack of job opportunities in the sending country trigger these movements in general, they are additionally based on traditional migration patterns and network relations with states such as Germany, Poland, Hungary, and the Czech and Slovak Republics. In other countries, such as Portugal, Spain, Italy and Greece, labour migration from Ukraine has developed in the absence of migrant networks, or cultural and political ties. In these cases, the demand for low-skilled labour in segmented markets, particularly in the non-traded goods sectors of the economy, seems to have supported the movement of Ukrainian labour migrants. Most Ukrainian migrants in European Union states favour short-term and circular movements, and tend to work in low-skilled jobs. Furthermore, the inflow from Ukraine into European Union countries is dominated by females in some European Union countries and by males in others, depending on the demand structure for migrant labour. Concerning the choice of destination regions, movements between Ukraine and European Union countries have shown an increasing regional diversity since the end of the 1990's.

While national migration experiences and national migration policies differ in the different European Union member states, the free movement of people within the territory of the European Union, which came into force with the signing of the Schengen Agreement, resulted in the dependence of each member state on the immigration practice and policy of the others. Thus a common European Union migration policy was envisaged, aiming at the implementation of a comprehensive and cooperative migration system that would facilitate the movement of legal (labour) migrants, control asylum seekers and refugees, and prevent illegal border crossings. In response to a considerable migration pressure from outside its territory, the European Union additionally opted for increased cooperation with migrant sending states. Although the European Union has depicted a number of important issues in the context of common migration regulations, many of the proposed policy measures have yet to be defined, particularly in the case of low-skilled labour movements.

References

- ALIBONI, R. (2005) - "The Geopolitical Implications of the European Neighbourhood Policy", in *European Foreign Affairs Review*, vol.10, n.º1, pp. 1-16.
- BAGANHA, Maria Ioannis and FONSECA, Maria Lucinda (2004) - *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisbon, Luso-American Foundation.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos and GÓIS, Pedro (2004) - "The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal", in BAGANHA, Maria Ioannis and FONSECA, Maria Lucinda (eds.), *New Waves: Migration From Eastern to Southern Europe*, Lisbon, Luso-American Foundation, pp. 23-39
- BAUER, T.K., HAIKSKEN-DENEW, J. P. and SCHMIDT, Ch. M. (2004) - "International Labor Migration, Economic Growth and Labor Markets. The Current State of Affairs", in RWI: *Discussion Papers*, n.º20, Essen, RWI Essen.
- BAUER, T.K. and ZIMMERMANN, K. F. (1998) - "Causes of International Migration: A Survey", in GORTER, C., NIJKAMP, P., POOT, J. (eds.), *Crossing Borders: Regional and Urban Perspectives on International Migration*, Aldershot, Ashgate, pp. 95-127.
- BORJAS, G. J. (1999) - *Heaven's Door: Immigration Policy and the American Economy*, New Jersey, Princeton University Press.
- BUCH, C. and KUCKULENZ, A. (2004) - "Worker Remittances and Capital Flows to Developing Countries", in *ZEW Discussion Paper*, n.º 04-31.
- BURDA, M. (1995) - "Migration and the Option Value of Waiting", in *The Economic and Social Review*, vol.27, n.º1, pp.1-19.
- CAMAROTA, S. (2005) - "The Impact of Immigration on the American Workforce", Testimony prepared for the House Committee on Education and the Workforce, November 16, 2005, Washington, Center for Immigration Studies, available at: <http://www.cis.org/articles/2005/sactestimony111605.html>
- CASTLES, S. (2006) - "Guestworkers in Europe: A Resurrection?", in *International Migration Review*, vol. 40, n.º4, pp.741-766.
- CIPKO, S. (2006) - "Contemporary Migration from Ukraine", in RODRIGUEZ RIOS, R. (ed.), *Migration Perspectives Eastern Europe and Central Asia*, Geneva, International Organization for Migration.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES COM (2004) - *811 final: Green Paper on an EU Approach to Managing Economic Migration*, Brussels, Commission of the European Communities.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES COM (2005) - *389 final: A Common Agenda for Integration. Framework for the Integration of Third-Country Nationals in the European Union*, Brussels, Commission of the European Communities.
- DANZER, A.M. and DIETZ, B. (2009) - "Temporary Labour Migration and Welfare at the New European Fringe: A Comparison of Five Eastern European Countries", in *IZA Discussion Paper*, n.º 4142.

- DE PALO, D., FAINI, R. and VENTURINI, A. (2006) - "The Social Assimilation of Immigrants", in *IZA Discussion Paper*, n.º 2439.
- DIETZ, B. (2004) - "Jewish Immigrants from the Former Soviet Union in Germany: History, Politics and Social Integration", in *East European Jewish Affairs*, vol.33, n.º2, pp. 7-19.
- DIETZ, B. (2006) - "Aussiedler in Germany: From Smooth Adaptation to Tough Integration", in LUCASSEN, L., FELDMAN, D., OLTMER, J. (eds.), *Paths of Integration. Migrants in Western Europe (1880-2004)*, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp. 116-136.
- DRBOHLAV, D. and JANSKA, E. (2004) - "Current Ukrainian and Russian Migration to the Czech Republic: Mutual Similarities and Differences", in GORNY, A., RUSPINI, P. (eds.), *Migration in the New Europe. East-West Revisited*, Basingstoke, Palgrave.
- EHRENREICH, B. and HOCHSCHILD, A. R. (eds.) (2002) - *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, New York, Holt.
- FREJKA, T., OKOLSKI, M. and SWORD, K. (eds.), (1999) - "In-Depth Studies on Migration in Central and Eastern Europe: The Case of Ukraine", in *Economic Studies*, n.º 12, New York and Geneva, Economic Commission for Europe, United Nation Population Fund United Nations.
- FRIEDBERG, R. M., HUNT, J. (1995) - "The Impact of Immigration on Host Country Wages, Employment and Growth", in *Journal of Economic Perspectives*, n.º9, pp. 23-44.
- GCIM (Global Commission on International Migration) (2005), "Migration in an Interconnected World: New Directions for Action", in *Report of the Global Commission on International Migration*, Geneva, Global Commission on International Migration.
- GFK (Growth from Knowledge) (2006) - *Human trafficking survey: Belarus, Bulgaria, Moldova, Romania, and Ukraine*, Kiev, Gfk.
- GLYTSOS, N. (1997) - "Remitting Behaviour of «Temporary» and «Permanent» Migrants: The Case of Greeks in Germany and Australia", in *Labour*, vol.11, n.º3, pp. 409-435.
- HARRIS, J. and TODARO, M.P. (1970) - "Migration, Unemployment, and Development: A Two-Sector Analysis", in *American Economic Review*, n.º60, pp. 126-142.
- HATTON, T. and WILLIAMSON, J. (2002) - "What Fundamentals Drive World Migration?", in *Discussion Paper* n.º 458, Centre for Economic Policy Research.
- HECKMANN, F. and WUNDERLICH, T. (eds.) (2005) - *Amnesty for Illegal Migrants?*, Bamberg: europäisches forum für migrationsstudien.
- HEINZ, F.F. and WARD-WARMEDINGER, M. (2006) - "Cross-border labour mobility within an enlarged EU", in *European Central Bank Occasional Paper*, n.º 52.
- HOLLIFIELD, J. E. (2000) - "The Politics of International Migration. How can we bring the state back in?", in BRETTELL, C. B. and HOLLIFIELD, J. F. (eds.), *Migration Theory. Talking across Disciplines*, New York, Routledge, pp. 137-185.
- INSTITUTE FOR ECONOMIC RESEARCH AND POLICY CONSULTING (2004) - *Towards Higher Standards of Living. An Economic Agenda for Ukraine*, Kiev, Institute for Economic Research and Policy Consulting.
- IOM (International Organization for Migration) (1998) - *Migration Potential in Central and Eastern Europe*. Geneva: International Organization for Migration.
- IOM (2005) - *World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration*, Geneva, International Organization for Migration.
- IOM (2006) - *Essentials of Migration Management: A Guide for Policy Makers and Practitioners*, Geneva, International Organization for Migration.
- KRALER, A. and IGLICKA, K. (2002) - "Labor Migration in Central and Eastern European Countries", in LACZKO, Frank, STACHER, Irene and VON KOPPENFELS, Amanda. (eds.), *New Challenges for Migration Policy in Central and Eastern Europe*, The Hague, Asser Press, pp. 27-44.
- LONGHI, S., NIJKAMP, P. and POOT, J. (2005) - "A meta-analytic assessment of the effect of immigration on wages", in *Journal of Economic Surveys*, vol.19, n.º3, pp.451-477.

- LUNDBORG, P. and RECHEA, C. (2002) - "Will Transition Countries Benefit or Lose from the Brain Drain?", in *International Journal of Economic Development*, vol.5, n.º3, pp. 1-26.
- MALYNOVSKA, O. (2004) - "International migration in contemporary Ukraine: trends and policy", in *Global Migration Perspectives*, n.º 14, available at: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=365>.
- MALYNOVSKA, O. (2006) - *Caught between East and West. Ukraine struggles with its Migration Policy*, Migration Information Source.
- MANSOOR, A. M. and QUILLIN, B. (ed.) (2006) - *Migration and Remittances. Eastern Europe and the Former Soviet Union*, Washington, The World Bank.
- MARQUES, José Carlos and GÓIS, Pedro (2007) - "Ukrainian migration to Portugal. From non-existence to the top three immigrant groups", available at: www.migrationonline.cz.
- MASSEY, D. S. (2005) - "Five Myths about Immigration: Common Misconceptions Underlying U.S. Border-Enforcement Policy", in *Immigration Policy in Focus*, vol.4 , n.º6.
- MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A., PELLEGRINO A., and TAYLOR J. E. (1998) - *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Clarendon Press
- MAYDA, A. M. (2005) - "International Migration: A Panel Data Analysis of Economic and Non-Economic Determinants", in *IZA Discussion Paper*, n.º1590
- NIESSEN, J., SCHIBEL, Y. and THOMPSON, C. (2005) - *Current Immigration Debates in Europe: A Publication of the European Migration Dialogue*, Brussels, Migration Policy Group.
- OECD (2004) - *SOPEMI: Trends in International Migration: Continuous Reporting System on Migration, Annual Report 2003*, Paris, OECD.
- OECD (2005) - *SOPEMI: Trends in International Migration: Continuous Reporting System on Migration, Annual Report 2004*, Paris, OECD.
- OECD (2006) - *International Migration Outlook, Annual Report 2006 Edition*, Paris, OECD.
- PIORE, M. (1979) - *Birds of Passage*, Cambridge MA, Cambridge University Press.
- PRIBYTKOVA, I. (2006) - "Transnational Labour Migration: Ukrainian Perspective", in IGLICKA, K. (ed.), *Transnational Migration Dilemmas*, Warsaw, Center for International Relations, pp. 61-80.
- RATHA, D. (2003) - "Worker's Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance", in *Global Development Finance: Striving for Stability in Development Finance*, Washington DC, World Bank, pp. 157-175.
- RUTKOWSKI, J. J., SCARPETTA, S., A. BAERJI, P.O'KEEFE, G. PIERRE, and M. VODOPIVEC (2005) - *Enhancing Job Opportunities. Eastern Europe and the Former Soviet Union*, Washington, The World Bank.
- SHAKHNO, S., POOL, C. (2005) - *Reverse effects of restrictive immigration policy. Ukrainian migrants in the Netherlands*, available at <http://www.migrationonline.cz/>.
- SJAASTAD, L.A. (1962) - "The Costs and Returns of Human Migration", in *The Journal of Political Economy*, n.º 70, pp.80-93.
- STARK, O. (1991) - *The Migration of Labour*, Cambridge, Basil Blackwell.
- STATE STATISTICS COMMITTEE OF UKRAINE, available at: <http://www.ukrstat.gov.ua/>
- TAYLOR, J. E. (1992) - "Remittances and Inequality Reconsidered: Direct, Indirect, and Intertemporal Effects", in *World Bank Staff Working Paper*, n.º 481, Washington DC, World Bank.
- TISHKOV, V., ZAYINCHKOVSKAYA, Z. and VITKOVSKAYA, G. (2005) - "Migration in the countries of the former Soviet Union". Available at: http://www.gcim.org/en/ir_experts.html
- TRADES UNION CONGRESS (2004) - *Gone West - the harsh reality of Ukrainians at work in the UK*, London, Trades Union Congress.
- TRANSMONEE (2006) - *Database*, available at: <http://www.unicef-icdc.org/resources/transmonee.html>
- U.S. Department of State (2006) - *Trafficking in Persons Report*, available at: <http://www.state.gov/documents/organization/66086.pdf>

- WALLACE, C. (2002) - "Opening and Closing Borders. Migration in East-Central Europe", in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.15, n.º1, pp.89-109.
- WALLACE, C. and VINCENT, K. (2007) - "Recent Migration from the New European Borderlands", in *Review of Sociology*, n.º13, pp.1-15.
- ZIMMER, K. (2007) - "Ukraine: Time of the Migrants", in *Transitions Online*, n.º 01/23, available at: www.ceeol.com.

VII

UKRAINIAN MIGRATION TO SPAIN: SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE, MOBILITY PATTERNS AND MIGRATORY PROJECTS

RENÁTA HOSNEĐLOVÁ
Spanish National Research Council

MIKOŁAJ STANEK
Spanish National Research Council

Introduction¹⁰¹

In late 1980's Spain became an economic immigrant destination, in keeping with the general trend observed among Mediterranean countries (Baldwin-Edwards, 1999; Venturini, 2004). However, it was not until the end of 1990's that the migratory flows towards Spain increased significantly (Cachón, 2009). During the first five years of the first decade of the twenty-first century, the average increase in the number of immigrants residing in Spain was nearly 570,000 per year, which, in absolute terms and after the United States, makes it the country hosting the largest foreign population in the world. As a result of this rapid immigration process, foreigners currently represent 12% of the total population of the country. The speed of Spain's foreign population increase rate comes into focus if we take into account the fact that, even at the end of the 1990's, it was the southern European country with the smallest presence of foreigners (Baganha and Reyneri, 2001). An intensification of the flows in the last decade was accompanied by a considerable diversification of the immigrants' origins. As well as the groups for which Spain was already a major migratory destination in the 1990's, (namely, from Maghreb - especially Morocco -, South America and the European Union), new groups have appeared from Eastern Europe (especially Romanians and Bulgarians), Asia and Sub-Saharan Africa.

The change in migratory trends in Spain coincided with transformations both in terms of the quality and quantity of the phenomenon of geographical mobility in the societies of the former socialist countries. Since the end of the previous decade, there had been an increase in the growth of migratory flows of people from the countries of Central and Eastern Europe. The foreigners from these countries with residence permits - who towards the end of the 1990's represented only 3% of the foreign population - by 2002 already represented 14.7% and at the beginning of 2009 had risen to 30% of Spain's foreign population. It should be added that the increase in the proportion of the population from the former socialist countries as part of the total figures for the foreign population was mainly due to the massive arrival of Romanians. The prominence of Romanians in the influx of people from Eastern European countries towards Spain has awoken substantial interest within the academic community, something which is reflected in the growing number of studies devoted to this phenomenon that have been carried out both by Spanish and by Romanian researchers (Marcu, 2007; Pajares, 2007; Sandu, 2000; Sandu, 2007; Stanek, 2009; Viruela, 2006).

101 This study is a part of the project 'Migration strategies and networks in contemporary Spain: a research effort based on the National Immigrant Survey' funded by the Spanish Ministry of Science and Innovation (CSO 2008-03616/SOC). The present chapter has also been made possible thanks to the JAE-PRE Grant held by Renáta Hosnedlová and the Juan de la Cierva Postdoctoral Grant held by Mikołaj Stanek. We very much appreciate the support provided for this chapter by Dr. Diego Ramiro.

However, the presence of other communities from former socialist countries in Spain, and of the Ukrainian population in particular, is a subject about which little is yet known. The work we are presenting here represents one of the first approaches to Ukrainian migration in Spain. In the first place, we provide some insight into the main social and demographic features of the Ukrainian community in Spain. Secondly, we describe the patterns of geographical mobility of this community in terms of the frequency and duration of the movements between the country of origin and the country of destination of the immigrants, as well as the location and movement of their family members. Finally, we present an analysis of the discourses of the immigrants, - the terms that they use to talk about migratory projects, especially regarding their plans to return to their homeland - reconstructing their trends and patterns throughout the migratory process and exploring the factors and contexts that influence their decision to go back to Ukraine or to settle permanently in Spain.

Most of the statistical data presented in this article come from the National Immigrant Survey (ENI, Encuesta Nacional de Inmigrantes) conducted by the National Institute of Statistics (INE, Instituto Nacional de Estadística) at the start of 2007 with a sample of 15,465 people born outside Spain, including 223 Ukrainian immigrants. The National Immigrant Survey provides a set of data that complement information from traditional sources about the phenomenon of immigration (censuses and municipal registers). The Survey includes data on the experiences of individuals who have immigrated to Spain regarding their family, their participation in the labour force, their housing conditions and other relevant aspects of their lives (Reher and Requena, 2009). We have also used the official statistics of the Municipal Register (Padrón Municipal). This source of data is an administrative register of the citizens of each municipality, regardless of their legal status, and it is currently one of the most widely used sources for the analysis of the socio-demographic characteristics of the immigrant population in Spain. The Register is especially suitable for the analysis of the core characteristics of foreign populations, compared to other sources available, because it covers both the regular population and people living in the country without official permits. The qualitative data examined in the present work comes from a study called “To leave or to stay?: The role of family and other social networks in the migration project of Ukrainians in the Autonomous Region of Madrid”, conducted between February and May 2008.¹⁰²

The context of geographic mobility between Eastern and Southern Europe

As numerous researchers have observed, immediately after the collapse of the communist system there was a significant change regarding the international mobility of Central and Eastern European populations. Together with the patterns that used to predominate in this area, such as long-term migration for economic or ethnic reasons, new forms of mobility appeared, such as circulatory migration and the flow of temporary workers (Ardittis, 1994; Fihel, 2007; Morokvasic, 2006; Wallace, 1999).

The *sine qua non* for the rise of this type of mobility was the freedom of movement that followed the collapse of the communist regimes. As confirmed by Morokvasic (2006), one of the most important features of migration in Central and Eastern Europe after the end of communism was not so much the fact that people had freedom to leave their countries, but rather that they could leave and return with no fear of possible consequences. Also, it should be underlined that freedom of movement does not imply freedom to remain and work in the countries of destination, which made it necessary to operate outside institutional regulations and adopt several adaptation strategies that, in most cases, included joining the underground labour market. Immigrants in this situation were forced to work in the secondary sectors of the economy of developed countries, in jobs characterised by their highly transient nature, conducting

102 The study was carried out by Renáta Hosnedlová. Throughout the field work 20 Ukrainian immigrants (9 men and 11 women) were interviewed, their ages ranging between 20 and 50 years, for a time period of stay of 1 to 10 years.

simple and badly paid tasks, for brief periods of time and without the mandatory legal permit. These institutional conditions have undoubtedly had a major impact with regard to occupational projects and careers. Restrictions on access to the legal labour market not only relegate immigrants to jobs in the underground economy and to positions well below their qualifications, but they also block or, in the best-case scenario, slow down vertical mobility in the socioeconomic structure of the host countries. Thus, travelling abroad is undertaken for the purpose of improving the economic situation of the immigrant and climbing the social ladder, not in the country of destination but in that of origin.

In this context, we need to pinpoint certain peculiarities in the migratory processes in southern Europe, or what some researchers have termed the ‘Mediterranean migratory model’. Unlike countries in the North and West of the European continent, migratory policies in the south are characterised by a greater flexibility in the management of pockets of irregular immigrants, which becomes manifest in frequent regularisation processes, as well as other mechanisms to legalise illegal foreigners. Also, countries in the south of Europe have a reduced capacity to control the flow of undesired immigrants across their borders, an effect due not only to their location, but also to the lesser efficiency of their institutions (Finotelli, 2007). As noted by Morokvasic (2006), the peculiarities of the ‘Mediterranean model’ could have major implications for the migratory patterns of populations coming from the East of Europe. The relative ease (in comparison with countries in the North and West of the continent) with which they can regularise their residence is not only a factor that attracts potential immigrants, but also, once their papers are obtained, it can become an incentive for permanent settlement in the country.

Ukrainian immigration into Spain – social and demographic characteristics

The first Ukrainian economic immigrants arrived in Spain in the mid-1990’s. Although reliable statistical data is lacking for this period, it can be assumed that the influx was relatively large, something that became evident after the regularisation processes of the years 2000 and 2001 when Spanish statistics displayed a sharp increase in immigrants of this origin. At the end of the year 2000, 10.711 Ukrainians were registered in the Spanish municipalities, out of which 3.537 had residence permits. In the following years the number of Ukrainians registered on the Municipal Register increased, reaching 69.983 at the beginning of 2007 and 81.132 by the year 2009. The period of largest influx occurred between the years 2002 and 2004, when the year-on-year growth rate reached 40%. During the period 2005-2007 the number of Ukrainian people registered did not increase significantly, although between 2007 and 2008 there was another substantial increase in arrivals.

In terms of size, the Ukrainian population in Spain is still far smaller than those of other countries like Russia, Poland, Italy, Czech Republic, Portugal and Germany but, given the ongoing intensity of the arrivals from Ukraine, Spain can be considered to be one of the preferred destinations of immigrants from that country (Düvell, 2007; Kotusenko, 2007). This claim has been confirmed by a study on emigration motives conducted in Ukraine, which revealed that Spain was the third most popular migratory destination for emigrants, after Italy and Portugal (Dikiy, 2007). As the interviews held with Ukrainians in the Autonomous Region of Madrid indicate, Spain represents an attractive destination for them mainly because of the possibility of quickly obtaining work and residence permits (thanks to the periodic regularisation processes), as well as the high demand for labour in the agricultural and construction sectors and for domestic workers in households.

Usually, Ukrainian immigrants arrive in Spain with a tourist visa and after it expires they become undocumented irregular immigrants. Within this context, it should be noted that the high rate of irregularity has been considered to be one of the structural characteristics of the migratory processes in Spain (Arango,

2004). However, there is evidence that the overall situation has been clearly improving during the last few years, above all, due to advances in border control systems, greater flexibility in obtaining the necessary permits for immigrants working in Spain (through special regularisations, legalisations “by rooting”¹⁰³ and work contracts obtained in the country of origin), as well as the introduction of other measures to avoid situations of irregularity.

According to some researchers, in order to have an approximate idea of what the rate of irregularity is, one can compare the statistics on the number of immigrants in the Municipal Register to the number of immigrants who have a residence permit and are living in a legal situation. The difference between the two figures allows us to estimate the importance of the phenomenon of irregular immigration (Arango 2004; Viruela 2006). Using this method, we estimated that at the end of December 2006, approximately 25% of the Ukrainians living in Spain lacked the documents demanded by the Spanish administration in order to be able to reside legally in the country.¹⁰⁴ If we take into account the trends in irregularity rates of the Ukrainian population over the last few years, we can see that the total number of Ukrainian immigrants without papers decreased drastically between 2005 and 2006, from 62% to 29%, mainly as a result of the regularisation process that was carried out in the spring of 2005.¹⁰⁵

If we look at the structure of the Ukrainian population in terms of age, as displayed in Figure 7.1, we can see that there is a prevalence of young adults. According to the data for the year 2007, most of the population falls within the category of the age groups spanning between 25 and 44 years. In this regard, a prominent feature is a balance between sexes, particularly in the case of the younger adults, whereas in the older age brackets (people over 44 years old), there is a slight predominance of women. At the same time, it is necessary to emphasise that a comparative analysis of the data corresponding to the structure of the Ukrainian immigrant population by sex and age at the onset of the immigration process to Spain (2001) and the current data reveals that the composition of the population has experienced a quick and sharp transformation. Such a change, which has occurred in the space of just 6 years, is due to complex alterations in the structure both by age and sex.

In the year 2001, there was a clear concentration of immigrants in the economically active age groups, with a prevalence of young adults between 25 and 29 years old, followed by the cohorts between 30 and 34 and between 35 and 39 years old. Also, we observe a scarce presence of children and teenagers, as well as immigrants over 45. The composition by sex also reveals a clear imbalance, with a predominance of males within the age cohort between 25 and 44 years old. The trends that have occurred in the structure by sex and age between 2001 and 2007 seem to indicate that the migratory process was marked by the predominance of males at the initial stage. This was subsequently compensated by the arrival of women and their children as part of the process of family reunification. The existing data, as it is recorded, gives us some idea of the characteristic migratory patterns for a significant segment of the Ukrainian population, a subject that we shall return to later.

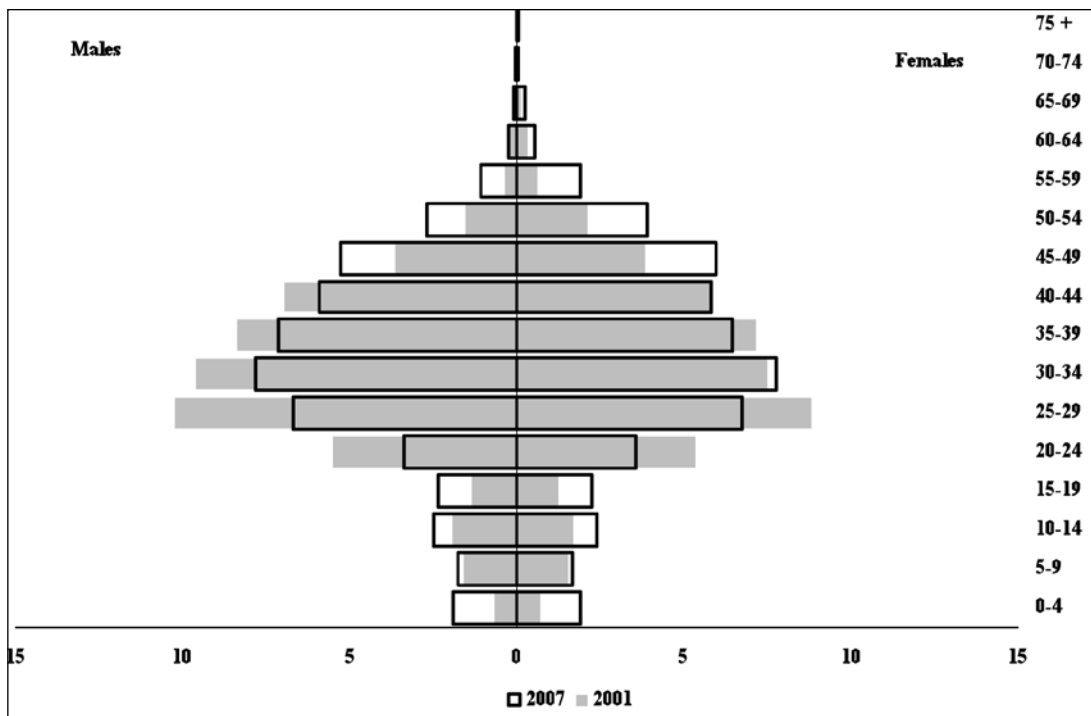
103 This mechanism, based on the concept of “rooting” (*regularización por arraigo*), is aimed at regularising those immigrants who can prove that they are sufficiently incorporated into Spanish society.

104 At the beginning of 2008, there were 62,400 individuals of Ukrainian nationality with residence permits in Spain.

105 It should be underlined that the approximation that we propose here is merely for the purposes of orientation, since it does not include people who do not figure in either register and whose numbers are difficult to estimate.

FIGURE 7.1

Age-sex chart of the Ukrainian immigrant population in Spain in 2001 and 2007



Source: Authors' own composition based on data from the Municipal Register, years: 2001 and 2007, National Institute of Statistics (Spain)

The Ukrainians, like other immigrant communities from Central and Eastern Europe, present very high indicators of economic activity and occupation (Garrido and Toharia, 2004). The rate of activity of the Ukrainian population exceeds 88.2%, while the proportion of economically active persons without a job stands at 9,6%. This is due to, on one hand, the economic nature of Ukrainian immigration and, on the other, the fact that the immigrants are predominantly young people with a special propensity for work placement. However, if we take into account the sex of the immigrants, we observe some important differences. The women present significantly lower rates of activity and occupation and, at the same time, higher rates of unemployment.

Another characteristic of the participation of Ukrainian immigrants in the labour market is that they are primarily involved in domestic work in households, and in the construction sector. One out of two Ukrainians with a job works in one of these two sectors. Other areas of activity in which a large proportion are working (although their involvement is very low when compared to the aforementioned sectors) are agriculture, hotel and catering, and industry. As can be seen in Table 7.1, the presence of Ukrainians in the above-mentioned sectors is very much influenced by sex, something which bears a certain analogy with other immigrant communities in Spain (Solé and Parella, 2006). Construction is dominated almost exclusively by males and domestic services by women. The differences in the distribution of the Ukrainian population who are employed are also present in other areas of activity: men predominate in agriculture and women in trade and hotel and catering. No important contrasts exist in the case of industry.

TABLE 7.1

Branches of economic activity of Ukrainian immigrants (%)

	Males	Females	Total
Agriculture	13,8	5,6	9,9
Industry	10,5	6,5	8,6
Construction	61,6	0	32,3
Retail and Wholesale trade	2,1	8,4	5,1
Accommodation and food services	2	14,2	7,8
Transportation	1,9	2,6	2,2
Domestic service	0	55,4	26,4
Others	8,1	7,3	7,7

Source: Authors' own composition based on data from the National Immigrant Survey—2007, National Institute of Statistics (Spain).

The degree of concentration of Ukrainian immigrants in construction and domestic services allows us to speak of the existence of specific labour niches for this particular population. Additionally, the domestic services sector represents an “entry gate” into the labour market for the vast majority of Ukrainian women. Nevertheless it is also worth noting that, in the case of the male population, another important way of entering the labour market is through a first job in agriculture. One out of four males began their involvement in the Spanish labour market in this sector. However, given the tough conditions of work and low salaries in this field compared to those of other areas of activity, they tend to leave agriculture once their legal and economic situation has become stable.

The geographical distribution (see Figure 7.2) of Ukrainian immigrants in Spanish territory is characterised by a heavy concentration in a limited number of Spanish regions, especially those that over the last few years have also attracted the settlement of immigrants from other countries. According to the data from the Municipal Register, most Ukrainian immigrants are concentrated in three particular regions: the Autonomous Region of Madrid (23%), the Autonomous Region of Valencia (19,3%) and Catalonia (19,1%)¹⁰⁶. There are also relatively large contingents of Ukrainian immigrants who have settled in other regions along the Mediterranean Coast, like Andalusia and Murcia. The concentration of immigrants in urban spaces and the coast is linked to the broad range of job possibilities that exist there: construction, domestic services, agriculture and hotel and catering, which are, as has already been stated, the sectors of economic activity in which Ukrainians are most frequently employed.

As for the places of origin of the Ukrainian immigrants, according to the results of the National Immigrant Survey, over half of the Ukrainian immigrant population comes from four provinces located in the Western part of the country: Lviv (23,4%), Ternopil (12,7%), Ivano-Frankivsk (9,5%) and Chernivtsi (7,8%). Many immigrants also come from the province or city of Kiev (14,3%).

¹⁰⁶ The data presented here reflect the pattern of the regional distribution of Ukrainians in the year 2007. According to the same source, at the beginning of 2009, Catalonia became the region with the second highest proportion of Ukrainian immigrants (19,9%), pushing the Community of Valencia down to the third position (18,9%). As to the rest of the Autonomous Regions and provinces, no significant changes in the existing distribution have been observed.

FIGURE 7.2

Regional distribution of the Ukrainian immigrant population in Spain, 2007



Source: Authors' own composition based on data from the Municipal Register 2007, National Institute of Statistics (Spain)

Mobility patterns of Ukrainian immigrants to Spain

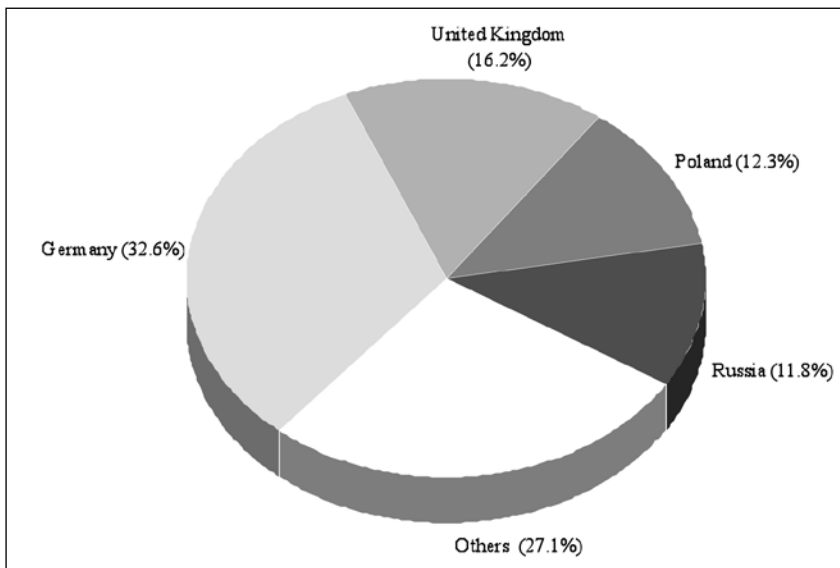
Patterns of flows between Spain and Ukraine

One of the possible ways of addressing the issue of the transience of migratory patterns is by analysing movements between the places of origin and of destination. In our study we have obtained data from a survey conducted in the host country. This offers only limited possibilities for reconstructing all the possible patterns of immigrant mobility, since we have no access to the people who have already returned to their location of origin after a temporary stay in Spain. On the other hand, as already mentioned, the ENI 2007 sample includes only immigrants, who at the time of the survey, had either been in Spain for at least a year or, if not, had the intention of staying in the country for at least a year. Taking into account these limitations, we have tried to address the issue of the geographic mobility patterns of Ukrainian immigrants from the host country's perspective. Thus, our focus here is on the frequency and duration of movements not from Ukraine to the host country, but rather from Spain to the countries of origin. We distinguished between two types of movements: first, 'long-duration temporary migration', when immigrants return to their country of origin for a period of more than three months; and second, 'short-duration temporary migration' where all stays in the countries of origin are under three months.

For the vast majority of Ukrainians, Spain is their first migratory country of destination. Only 10% of the surveyed immigrants declared that they had resided in any other country before arriving in Spain. If we look at this small group of immigrants who resided in another country before coming to Spain, we find that amongst the countries of their first migratory experience, the ones that predominate are those of Western Europe, specifically Germany and the United Kingdom. What we found to be noteworthy are the relatively low figures for countries such as Russia and Poland - which are, as has been previously stated, amongst those that over the last few years received the largest numbers of Ukrainian immigrants. This data might indicate that Germany and the United Kingdom represent transit countries for Ukrainians who subsequently move on to Southern Europe. On the other hand, the data presented allows us to venture the hypothesis that two migratory systems exist, in which differentiated categories of migrants may be included. One is based on short-distance migration between Ukraine and the neighbouring countries of Central and Eastern Europe, and another one is based on long-distance migration to Western European countries. However, these assumptions would require an in-depth study, the purpose of which does not fall within the scope of the issues being dealt with in this chapter.

FIGURE 7.3

The primary destination country of Ukrainian immigrants in Spain



Note: We excluded from the analysis all those immigrants for whom Spain was the first and only destination.

Source: Authors' own composition based on data from the National Immigrant Survey—2007, National Institute of Statistics (Spain).

It has also been observed that once the immigrants settle in Spain, relationships with their communities of origin are maintained. 97,2% of the immigrants polled declared that they remained in touch with their relatives or friends.¹⁰⁷ The most widely-used means to communicate with people who live in Ukraine is the tel-

¹⁰⁷ Nevertheless, as in-depth interviews indicate, as the immigrants' period of stay in Spain increases, the circles of relatives and friends tend to diminish, although close links with direct family members and very close friends prevail.

ephone; 68,5% of the Ukrainians declared that they stayed in contact with close acquaintances who live in their country of origin at least once a week, and 21,8% did so at least once a month. Other means of communication are less used, although a considerable proportion of people rely on emails for such purposes.

One surprising fact that emerges from the data that we have presented is that Ukrainians do not tend to visit their country of origin frequently. Amongst the Ukrainians who were surveyed, only 5% had returned to their country of origin for a period of at least 3 months. In general, their stays in Ukraine are infrequent and for short periods of time. As can be seen in Table 7.2, if we only take into account the stays for periods of time of less than 3 months, it emerges that approximately one-third of the people surveyed travel to their country of origin less than every two years while a similar percentage have never gone back to Ukraine. The people who visit their country more frequently (at least once a year) represent only a small group within the population of this origin – a mere 7,6%. Also, no important differences between males and females are observed in this regard.

Amongst the reasons stated for visiting Ukraine, meetings with family members and friends were the most frequent, followed by holidays, (91,5% and 71,4% respectively). Reasons related to work, periodic stays in the place of origin and taking care of bureaucratic affairs only represented a limited percentage of the interviewees' replies.

TABLE 7.2

***Frequency of short stays (under three months' duration)
in the country of origin by sex (%)***

	Males	Females	Total
More than twice a year	0,4	1,8	1,1
Once or twice a year	8,3	4,9	6,5
Every 2 years	25,4	27,2	26,4
Less than every 2 years	30	38,5	34,5
Never	35,9	27,6	31,5

Note: We excluded from the analysis all those immigrants who arrived in Spain during the years 2006 and 2007.

Source: Authors' own composition based on data from the National Immigrant Survey—2007, National Institute of Statistics (Spain)

As might be expected, the frequency of travel to the country of origin is significantly conditioned by the legal situation of the immigrants in question. The great majority of immigrants who are in an illegal situation without papers (92%) declared that they had not visited their country of origin since they arrived in Spain. In the case of Ukrainians whose situation is regular in Spain, the percentage is far lower; 22%. Undoubtedly, the main factor that determines this behaviour is the obligation for Ukrainian citizens to have a visa in order to enter any of the countries that comprise the free travel space established by the Schengen Agreement.

It should be added that in the case of irregular immigrants, the necessary requirements for obtaining a residence permit represent important factors when it comes to devising strategies of mobility. Thus, at the time of the most recent regularisation that took place in the spring of 2005, one of the basic requirements to obtain a residence permit was to prove to have been living in Spain prior to August 2004 and to be in possession of a work contract for a minimum period of 6 months (3 months in the case of the agricultural sector) (Kostova, 2005). As to regularisation by way of "rooting", that is to say, independently of the

processes of extraordinary regularisation, the applicant must prove that he or she has lived continuously in Spain for a minimum period of two years during which time he or she has worked at least for one year (Aguilera, 2006).¹⁰⁸ Therefore, the possibility of obtaining a residence permit might reduce the mobility of immigrants and transform temporary migration into long-term or even permanent migration.

Patterns of immigrant families' geographical distribution

Another indicator that can provide information on the characteristic migratory patterns of both groups is the geographical location of family members. It is notable that one of the consequences of migration is the dispersal of the family unit both abroad and in the country of origin. This new family structure links several local situations to the international environment and shapes, what has been termed by some authors, the multi-local family (Mendoza, 2005). The incidence of multi-local families (those in which at least one member of the immediate family is outside of Spain) in the immigrant population indicates the existence of strong ties with the places of origin, which condition immigrant plans, and represent a factor that influences the possible decision to return (Dustmann, 2003).¹⁰⁹

In overall terms, the total number of non-multi-local families exceeds the number of multi-local ones. 44,5% of the Ukrainians who were interviewed declared that all the members of their families were in Spain, whereas 35,4 %, said that at least one family member was in their country of origin or elsewhere. If we focus on the subcategories that make up the two types of geographical distribution of families, we can see that a third of the entire population (33,7%) comprises families in which all of the children live in Spain. On the other hand, we also observe a high proportion of people (15,7%) whose spouses are in Spain, but at least one of whose children is living in the country of origin, as well as one-parent families with at least one child living in Ukraine (9,8%).

TABLE 7.3

Geographical distribution of family unit members by sex (%)

	Males	Females	Total
Total: non-multi-local families	32,7	55	44,5
Spouse/partner in Spain, no offspring	5,4	4,5	4,9
Spouse/partner and all offspring in Spain	23,2	43,1	33,7
No spouse/partner and all offspring in Spain	4,2	7,4	5,9
Total: multi-local families	37,4	33,7	35,4
Spouse in the country of origin, no offspring	5,7	0,9	3,2
No spouse/partner and at least one of the offspring in Ukraine	4,2	14,5	9,8
Spouse/partner in Spain and at least one of the offspring in Ukraine	17,0	14,6	15,7
Spouse/partner and at least one of the offspring in Ukraine	10,1	2,6	6,1
Other situations	0,4	1,1	0,6
Persons without immediate family (no spouse/partner/offspring)	30	11,3	20,1

Note: We excluded from the analysis all those who were less than 20 years old at the moment of their arrival in Spain.

Source: Authors' own composition based on data from the National Immigrant Survey—2007, National Institute of Statistics (Spain)

108 Spanish immigration law also considers the possibility of social and family “rooting”. To attain regularisation by social “rooting”, it is necessary to prove that you have lived in the country for a period of at least three years, that you have a work contract for a minimum period of one year, that you have family ties with other foreigners who are residents or, alternatively, that you can present a favourable report about your integration in society issued by the city council. Regularisation by means of family “rooting” is aimed at the children of people who were originally in possession of Spanish nationality.

109 Immediate family is understood as spouses or partners and offspring.

If we look at the sex of the immigrants, we observe some important differences as to the location of the family members, which in turn gives us some idea about the strategies pursued by the immigrants and the decisions made within the framework of their households. In the first place, it is worth noting that the existence of family bonds of a multi-local nature is more frequent amongst male immigrants. The detailed information concerning the subgroups within the categories of multi-local and non-multi-local families that we present in Table 7.3 allows us to indicate the main differences between the family situation of males and females.

The proportion of males whose spouses and all of their offspring are living in Spain is substantially less by comparison with the females who form part of this category. 23,2% of the male population are in this familial situation as opposed to 43,1% in the case of the female population. At the same time, the proportion of males whose spouses or partners and at least one of their children is living in their places of origin is four times greater than the proportion of females in the same situation. A similar pattern is observed in the case of families without offspring whose spouses or partners are living in their countries of origin.

The data we have just provided indicates the continuing importance of the male breadwinner migration model in the processes of migratory decision-making within a household. In this model it is the male who assumes the role of primary provider for the family and who assumes the risk related to the initial migration move. Thus, the initiative corresponds to the male head of the household who is the first one to travel to the country of destination and, once settled there, is followed by the woman and children.

The existence of the family migration model, in which the males play the leading role in the initial stage, is related to cultural conditionings in the place of origin. However, as some authors point out, the inequalities in economic opportunities that are observed between males and females can also be a factor (Pajares, 2007). The wages of males employed in the construction sector are considerably higher than those of females working in domestic services. Also, as data presented in the previous section shows, women are more likely to find themselves unemployed. Accordingly, the economic cost of migration is, at least at the initial stage, higher and more difficult to offset in the case of females.¹¹⁰

The data presented in Table 3 also reveals other typical migratory patterns of the Ukrainian population. We observe that almost one-third of the male population who have immigrated to Spain (30%) is made up of individuals without family responsibilities, as opposed to 11.3% in the case of the female population. This data might indicate that for many Ukrainian males, emigration forms part of strategies of survival or of improvement of their individual economic situation. As regards to the female population, we notice that the proportion of people in this situation is lower, which confirms that for most females the migratory decision is conditioned by the mobility of their spouses or partners.

Within the context that we have just outlined, people in one-parent families (without a spouse but with children) represent an specific case. Thus, we observe that almost 22% of the Ukrainian women in Spain find themselves in this situation as opposed to 8.4% of the male population. We must remember that this gender difference is mainly due to the fact that if the couples split up, in most cases it is the women who take care of the children. On the other hand, the high proportion of women who constitute families with children is due to the high occurrence of divorce in Ukraine.¹¹¹ In this regard, it is noteworthy that most women without a husband form transnational families. We can talk here about strategies of survival of this family group in the country of origin with a project based on returning.

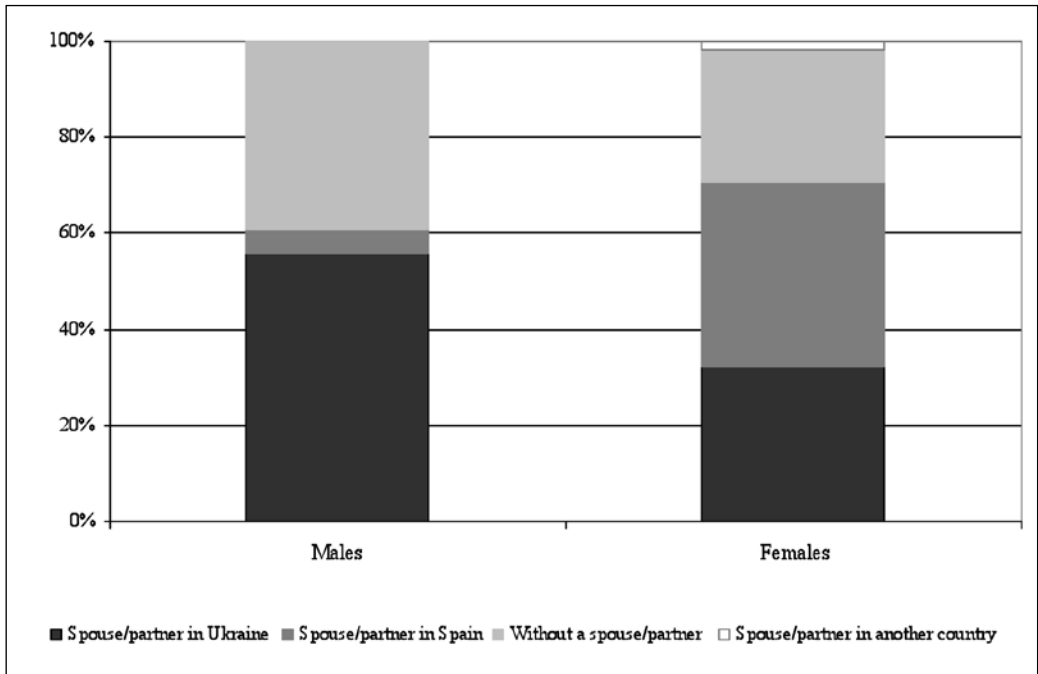
¹¹⁰ It should be noted that the recent economic crisis has changed this situation, exposing the male population to greater risks of unemployment than the female population.

¹¹¹ Ukraine has one of the highest divorce rates in the world. In 2001, there were 4 divorces per 1,000 persons (Perelli-Harris 2008).

The data pertaining to the location of the spouse or partner at the time of departure contained in Figure 7.4 confirm our observations about the main migratory trends that have already been pinpointed. Thus we can see that 38.3% of the females, as opposed to 5.2% of males, already had their spouses or partners living in Spain before arriving in the country. On the other hand, it is worth noting that a large proportion of males were not married, nor did they have a common law partner. Although the data reveal a considerable proportion of females in the same situation, we can assume that an important part of this immigration group comprises women whose children are living in their country of origin.

FIGURE 7.4

Geographical location of spouse/partner at the moment of immigrant's arrival in Spain



Note: We excluded from the analysis all those who were less than 20 years old at the moment of their arrival in Spain.

Source: Authors' own composition based on data from the National Immigrant Survey—2007, National Institute of Statistics (Spain).

Discourses on migratory projects and intentions to return

In this section, basing ourselves on the discourses of the immigrants, we intend to determine the main contexts and factors that have an influence on changes in return projects and how these transformations shape the migratory patterns. We must bear in mind that the migratory projects are subject to a continuous process of change. As Izquierdo (2000) has pointed out, the migratory process is present throughout the entire journey, that is, from departure to settlement in the place of destination, and sometimes it involves returning to the point of origin. However, the process undergoes important changes throughout the migratory route of the individuals and their families. Such a variability and fragility of the migratory projects

makes it impossible to foresee future actions based solely on the statements of the immigrants. Nevertheless, migratory projects do influence behaviour and actions undertaken in the present, which makes them an interesting subject of study. As Baganha and Reyneri observe (2001: 89): “(...) the way in which the immigrants “re-live” their decision to emigrate deeply conditions their behaviour in the community of destination, both in the labour and social fields”.

From the interviews that were conducted it emerges that most Ukrainians arrive with a clearly defined migratory project in the short run, with the intention to remain in Spain for a period of time of between three months and one year, depending on their pre-established goals. However, coming up against an unexpected reality at the place of destination that prevents them from achieving those goals represents the main reason for the first change in the migratory plan. Not speaking the language is the main obstacle for an immigrant when it comes to finding a job. To that must be added the irregular situation in which all the interviewees found themselves at the beginning of their stay in Spain. It may also happen that some of those who came over with a verbal agreement for work find, upon arrival, that the job position has already been filled or never existed in the first place.

In the interviews, several reasons were identified as leading to the modification of the migratory project in such a way that return (to the country of origin) is gradually postponed beyond the date that had initially been envisaged. The first of the reasons, the most common and uniform in the declarations made in the interviews, is that: “One year is not a long enough period of time to pay back all the expenses incurred.” Such expenses represent the debt contracted by the interviewees either to their families and relatives or to the “mafias”, who provided them with the necessary money to come to Spain. In some cases the debts are so high that another family member has to come over to help the immigrant get together the cash to pay back the debt, as in the following case:

“My husband came over to Valencia, but they wouldn’t pay him. It was a swindle. He then went to Madrid empty-handed, with nothing, because he had a friend there. Meanwhile, I was in Ukraine working. Each month the debt increased and they raised the interest rate because we couldn’t pay, so I came over, to help (...). We worked for 2 or 3 years to pay back the debt, and when we finally did so we then worked for another year to save money so that we could buy ourselves a house and be able to live decently in Ukraine”. (Woman, 36 years old, 5 years in Spain)

After going through the first stage during which the immigrant manages to pay back all the outstanding debts, he or she starts saving money. The migratory project has by now already been modified and motives of a purely economic nature appear in favour of lengthening the immigrant’s stay in Spain. These arguments are nothing other than an extension of the initial motives (original ambitions that caused the move, or were the main factor that led to emigrating in the first place). Also, such ambitions typically increase with the passing of time during the first few years of stay in Spain:

“At first, my idea was to save some money so that I could become independent in Ukraine, then to buy a few little things to start a new life in Ukraine. And well, now that some time has elapsed, I want to buy more things than I had thought. And at this point I am thinking about the possibility of starting my own company in my country and that costs even more money”. (Man, 28 years old, 6 years in Spain)

A second factor that can lead to a reshaping of the migratory project is the change in the immigrant’s view about the country of destination, as exemplified by a very common phrase heard in interviews: “I discovered that this wasn’t such a bad place to be after all”. The third factor, a fundamental one, is the phenomenon that implies certain family responsibilities, particularly family reunification in the case of pioneering immigrants.

Family reunification implies both the arrival of the interviewee’s family as well as the immigrant’s own arrival in some cases. In all accounts, for those who have either reunified or are in the process of reunifica-

tion, it is obvious that changes in the decision to return take place. This does not necessarily mean that they might decide to stay but that, more often than not, they might intentionally delay the return. It is clear that if there is an intention of imminent return, no reunification takes place.

Lastly, the regularisation of the legal situation has proved to be a significant event that marked a milestone in the lives of Ukrainian immigrants in Spain. By regularising, they attain a privileged status as compared with the situation that they were in previously. The interviewees who managed to legalise their situation say that it is an important incentive for them to push ahead and that thanks to their legal residence status, their dreams have become more real. Also, in their comments, it is obvious that they harbour the hope of some kind of reward for all the time and effort they have invested in working in Spain.

In general, the changes that take place in the individual's migratory project are subject to a linear development of events that are more or less significant for each person involved. That course of sequential events is well illustrated in the following testimony:

"I thought that I would stay for only one year and then go back, that was something I was sure about. But, well, a year went by and I hadn't saved that much money. Then a second year elapsed and I felt comfortable over here, plus the regularisation occurred and I got my papers and after that I was sure that I didn't want to leave Spain, not for the time being, and I thought I'd stay for at least another two more years". (Woman, 33 years old, 10 years in Spain)

Apart from the reasons for giving up the idea of returning that have been presented, it is important to bear in mind that each of these reasons interact with other motives within the context of a particular life story, within a structure of relational events that cause actions and behaviour, and that influence the perception of the situation. The family plays an important role in the evolution of the intention and, even if it does not influence the decision directly, it is indirectly present in the statements made by the interviewees and is a factor that is always taken into account.

Apart from those Ukrainian immigrants who already have a clearer idea about their future, there are others who have not yet formed their preferences. Some of them do not express their wishes and specific expectations with regard to their future. Instead, they allow themselves to be passively led by life in the hope that, little by little, vital opportunities might lead them towards a future that will be revealed to them: "Time will solve everything" (Woman, 42 years, 1 year in Spain). Another group of interviewees expressed a strong wish to return to their native land, but they were in a situation of constant stress, torn between their individual and family projects, between "my personal aspirations and what is best for all of us." One gathers from these interviews that the idea of return is maintained due to the desire of the parents who have remained in Ukraine for their children to come back home. Others make statements such as the one that follows:

"(...) we [my wife and I] are doing alright, and now that I have the papers, I don't want to lose them, at least not for now. I don't know what I'll do later on". (Man, 30 years old, 5 years in Spain)

On the other hand, from some of the interviews conducted to the "undecided immigrants", it might be deduced that immediate return to their country would imply the failure of their migratory plans. In this sense, an important factor is to compare their situation with that of other immigrants who, in the opinion of the interviewees, met their goals and attained economic success.

"When I am in Ukraine I keep meeting friends who stayed some time abroad, in the Czech Republic, Poland, Germany. They worked there and made loads of money, and later on they bought houses in Ukraine that they now rent out". (Man, 30 years old, 5 years in Spain)

Finally, the indecision of some individuals draws strength from the uncertainty that arises as a result of the accounts of those who have returned and had bad experiences.

“They used to send money and stuff to the new house they had bought in Ukraine. After 5 years they decided to go back for good, but when they arrived at their house they found it had been ransacked, it was all smashed up, in ruins. So they decided to return to Spain again. Now they don’t know what to do, they have nowhere to go”. (Woman, 36 years old, 5 years in Spain)

Both those who express their intention of returning and those who reject the idea, plus the members of the third group, that is, the undecided ones with doubts, make decisions during their daily lives that form part of strategies that are in line with their intentions as to whether they should return to their homeland or settle in the host country. In the first place, we observed that those who intend to return focus all their efforts and plans towards Ukraine, which could be defined as long term expectations. In general, these people do not aspire to a “better” job. They see no sense in it because, as they point out: “why should we, if the day will come when we will leave?” Others expressed themselves in terms such as: “I’ll save as much as I can and then leave”. In the case of those who have definitely made up their mind to leave Spain in the near future (1 to 2 years) they are already making arrangements; they are gathering information about their work possibilities, about the socioeconomic situation, and the degree of bureaucracy they must deal with, which is the biggest obstacle to starting up a new business in Ukraine. Some even plan a longer visit to Ukraine before returning for good.

Secondly, the interviewees who have decided to stay and are convinced that they do not want to return have made long-term plans in Spain. Some of them have even bought their own homes. Others try to obtain equivalence for their university titles or look for ways to climb up the professional ladder in Spain. However, the greatest difference between the members of this group and those who say that they are going to return is that the former was a “real” social life; they prefer to earn less money and have more time for themselves and their loved ones, family and friends. Therefore, their leisure activities are rather varied. In general, they focus more on enjoying a good quality of life than on accumulating material wealth.

Last of all, there are the behaviours and strategies developed by those who still have not made a decision about their future, and which could be described as ambiguous. The majority of these individuals tend to express their ambitions for the future rather than making a real plan. “I let things come my way” is one such expression, and if there is any planning at all this takes the form of short-term intentions. If they send their children to a Ukrainian school, they do so firstly because they do not want them to forget their mother tongue, and secondly, because they want them to interact with their Ukrainian peers. Those who keep houses in Ukraine do so to have something to fall back on in times of trouble:

“I don’t have many plans now, no serious plans, I take things as they come, I am spontaneous, it depends on what life has to offer me. There’s one thing though, I’d like to finish building the house I have in case something happened and I had to return, because then I would have a place to go back to”. (Man, 30 years old, 5 years in Spain)

What distinguishes this last group from the two others is the way in which the members express their experiences, worries and concerns. They often feel trapped in conflicts of wishes and obligations as a result of which they feel incapable of establishing their priorities. On one hand, spontaneous behaviour points towards settling in the host country, and on the other, towards returning to their country of origin.

Conclusions

The quantitative data presented in this article allowed us to sketch out a general overview of the main migratory trends and patterns of the Ukrainian immigrant population in Spain. We observed that although the immigrants stay in regular touch with their family members and friends who are living in Ukraine, the frequency and duration of their temporary stays in their communities of origin are very limited and are usually associated with rest or holidays. Although the immigrants who are in an illegal situation rarely visit Ukraine, in the case of the immigrants with papers one cannot talk of a clear and marked migratory trend of a circulatory nature.

One-third of the immigrants form families that we might call transnational families, whereby the proportion is equal to (if we do not take into account the differences by sex) that of the families of a non-transnational nature. Nevertheless, the data about the evolution of the composition by age and sex suggest that over the last few years an intense process of family reunion is taking place, which is additionally confirmed by the existing official figures corresponding to the requests made within family reunification¹¹² framework; so that the proportion of people with families of a multi-local nature has been decreasing recently among the Ukrainian immigrant population.

We can conclude by saying that among the Ukrainian population, long-term migration predominates. Nevertheless, as the analysis of the immigrants' statements reveal, the migratory project at the time of departure from Ukraine usually encompasses a limited time horizon. We are therefore talking about the existence of a pattern of prolonged immigration that emerges as a result of the conditions the immigrants face when they arrive in Spain, as well as the dynamics of the relationship within the family.

On one hand, the difficult conditions that they encounter in finding a job (normally in the underground economy) force the immigrants to take up badly-paid jobs and prevent them from obtaining earnings that satisfy their aspirations or needs. On the other hand, a crucial factor that influences the migratory pattern in the long run is existing migratory policies. In this regard, there is a paradoxical situation in which the entry restrictions on Ukrainian immigrants (compulsory visa requirement) significantly reduce the geographical mobility of immigrants who are in an irregular situation.

We have also seen that the regularisation mechanisms that have been established in the last few years have encouraged immigrants to remain in Spain in the hope that in a relatively short period of time they will have the opportunity to normalise their legal situation. Obtaining the required legal documents represents an important stabilising element in the lives of immigrants, as it enables them to quit their jobs in the underground economy, thus implying an improvement in their economic situation, allowing for the family to reunite through the process of family reunification.

The reunification process mentioned here also acts as a stabilising factor for the immigrants' life situations, since it implies a greater integration in the society of the country of destination through the incorporation of children in local schools, more usage of public services, and so on. In this sense, we can assume that the aforementioned processes of family reunification are crucial factors for the creation of a stable diaspora in Spain.

As an afterthought, it is important to understand that the situation analysed in this chapter may have changed due to the consequences of the global economic crisis. During the period 2007–2009, Spain experienced a notable increase in unemployment, with immigrants among those who most frequently

112 The Ukrainian community is amongst the first 10 countries when it comes to obtaining a work permit by means of family reunification (Rosario del and Manzano Sánchez, 2007).

suffered joblessness. This was mostly due to their high involvement in sectors of the economy especially affected by contraction (Pajares, 2009). According to data from the Ministry of Labour and Immigration, in Autumn 2009, more than 30% of the active immigrant population were jobless (INE, 2009). One of the direct consequences of the worsening economic situation in Spain was the considerable decrease in arrivals from Central and Eastern Europe. Nevertheless, until now, this sharp drop in arrivals has not been accompanied by massive returns (Pajares, 2009). However, further research is needed to determine the effect of the recent crisis on the magnitude and the composition of inflows and outflows of these immigrants.

References

- AGUILERA IZQUIERDO, Raquel (2006) - “El acceso de los inmigrantes irregulares al mercado de trabajo: Los procesos de regularización extraordinaria y el arraigo social y laboral”, in *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, n.º63, pp. 175-195.
- ARANGO, Joaquín (2004) - “La inmigración en España a comienzos del siglo XXI”, in LEAL MALDONADO, J. (ed.), *Informe sobre la situación demográfica en España 2004*, Madrid, Fundación Fernando Abril Martorel, pp. 161-186.
- ARDITTIS, Solon (1994) - “East-West Migration: An Overview of Trends and Issues.” in ARDITTIS, S., *The Politics of East-West Migration*, New York: St. Martin’s Press, pp. 3-46
- ARNAL SARASA, María Dolores (1999) - “La otra migración: vivencias de los inmigrantes polacos en España”, in *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*, n.º20, pp. 31-66.
- BAGANHA, Maria Ioannis and REYNERI, Emilio (2001) - “La inmigración en los países del sur de Europa y su inserción en la economía informal”, in SOLÉ, C. (ed.), *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*, Barcelona, Anthropos, pp. 53-211.
- BALDWIN-EDWARDS, Martin (1999) - “Where Free Markets Reign: Aliens in the Twilight Zone”, in BALDWIN-EDWARDS, M. and ARANGO, J., *Immigrants and the Informal Economy in Southern Europe*, London: Frank Cass, pp. 1-15.
- BUITRAGO, Luz M., BONILLA, Camilo, CADENAS, Amelia, LEAL, Nayra, PAREJO, José Luis and RESTREPO, Verónica (2006) - “Las redes sociales rumanas en Coslada: un espacio de encuentro intercultural”, in *EDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol.11, n.º5, available at: <http://revista-redes.rediris.es>.
- CACHÓN, Lorenzo (2002) - “La formación de la “España inmigrante” mercado y ciudadanía”, in *Reis*, n.º97, pp. 95-126.
- CACHÓN, Lorenzo (2009) - *La ‘España inmigrante’: marco discriminatorio, mercado de trabajo y políticas de integración*, Barcelona: Anthropos Editorial.
- CHAPMAN, Murray and PROTHERO, Mansell (1983) - “Themes on circulation in the third world”, in *International Migration Review*, vol.17, n.º4, pp.597-632.
- DIKIY, Eugene (2007) - “Living in Two Worlds (Zhizn’ na dva mira) [in Russian]”, in *Expert*, vol. 10, n.º16, pp.1-7.
- DUSTMANN, Christian (2003) - “Children and return migration.”, in *Journal of Population Economics*, vol.16, pp. 815-830.
- DÜVELL, Franck (2007) - “Ukraine – Europe’s Mexico?” *Central and Eastern Europe. Country Report*, Oxford, Centre on Migration, Policy and Society, Oxford University.
- EIROA, Matilde (2001) - *Las relaciones de Franco con Europa Centro-Oriental (1939-1955)*, Barcelona, Ariel.
- FIHEL, Agnieszka (2007) - “Institutional Determinants of International Migration from Central-Eastern Europe”, in *Journal of Identity and Migration Studies*, vol.1, n.º1, pp. 5-18.
- FINOTELLI, Claudia (2007) - “Italia, España y el modelo migratorio mediterráneo en el siglo XXI”, in *Análisis del Real Instituto Elcano*, n.º 58, Madrid, Real Instituto Elcano.

- GARRIDO, Luis and TOHARIA, Luis (2004) - “La situación laboral de los españoles y los extranjeros según la Encuesta de Población Activa”, in *Economistas*, n.º 99, pp. 74-86.
- GLICK SCHILLER, Nina, BASCH, Linda and SZANTON BLANC, Christina (1992) - “Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration”, in GLICK SCHILLER, N., BASCH, L. and SZANTON BLANC, C. (eds.), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*, New York, New York Academy of Sciences, pp. 1–24.
- GONZÁLEZ YANCI, María del Pilar and AGUILERA ARILLA, María José (2000) - “Los países del Este europeo nuevo foco de emigración de la Europa Actual, Su incidencia en España”, in *Estudios geográficos*, vol. 61, n.º239, pp. 257-282.
- GRASMUCK, Sherry and PESSAR, Patricia R. (1991) - *Between Two Islands: Dominican International Migration*, Berkeley, University of California Press.
- INE (2009) - *Encuesta de Población Activa (EPA). Primer trimestre de 2009*, Madrid: Instituto Nacional de Estadística.
- IZQUIERDO ESCRIBANO, Antonio (2000) - “El proyecto migratorio de los indocumentados según género”, in *Papers*, n.º60, pp. 225-240.
- KOSTOVA, Miroslava (2005) - “Una evaluación del último proceso de regularización de trabajadores extranjeros en España (Febrero - Mayo de 2005). Un año después”, *Documentos de Trabajo N.º 15*, Madrid, Real Instituto Elcano.
- KOTUSENKO, Victor (2007) - “Labour Migration from Ukraine and its Ethical Implications”, in *Oikonomia*, n.º3 (October), pp. 9-13.
- LORA TAMAYO D’OCÓN, Gloria (2001) - *Extranjeros en Madrid capital y en la comunidad. Informe 2000*, Madrid, Delegación Diocesana de Migraciones ASTI.
- MARCU, Sylvia (2007) - “Dinámica y estructura migratoria laboral de rumanos: 1990-2006. Flujos de emigración hacia España, destino Madrid”, in *Migraciones*, n.º21, pp. 115-157.
- MENDOZA, Cristóbal (2005) - “Sociodemografía y migración transnacional México-Estados Unidos: aportes para una reflexión teórica”, in *Papers de Demografia*, n.º261.
- MOROKVASIC, Mirjana (2006) - “Crossing Borders and Shifting Boundaries of Belonging in Post-Wall Europe. A Gender Lens”, in BERTHOIN, A. (ed.) *Grenzüberschreitungen - Grenzziehungen. Implikationen für Innovation und Identität*, Berlin, Sigma, pp. 47-72.
- OKÓLSKI, Marek (2001) - “Międzynarodowa mobilność ludności Polski w okresie transformacji: przegląd problematyki”, in JAŻWIŃSKA, E. and OKÓLSKI, M. (eds.), *Ludzie na huśtawce. Migracje między peryferiami Polski i Zachodu*, Warsaw, Scholar, pp. 9-30.
- OKÓLSKI, Marek (2004) - “Migration Patterns in Central and Eastern Europe on the Eve of the European Union Expansion: an Overview”, in GÓRNY, A. and RUPINI, P. (eds.), *Migration in the New Europe. East-West Revisited*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 23-47.
- OKÓLSKI, Marek (2007) - “Europe in movement: migration from/to Central and Eastern Europe”, *CMR Working Paper*, vol.22, n.º80, Warsaw, Centre of Migration Research.
- PAJARES, Miguel (2007) - *Inmigrantes del Este: procesos migratorios de los rumanos* Barcelona, Icaria.
- PAJARES, Miguel (2009) - *Inmigración y mercado de trabajo. Informe 2009*, Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración.
- PERELLI-HARRIS, Brienna (2008) - “Ukraine: On the border between old and new in uncertain times”, in *Demographic Research*, vol.19, n.º 29, pp. 1145-1178.
- REHER, David and REQUENA, Miguel (2009) - “The National Immigrant Survey of Spain: A new data source for migration studies in Europe.”, in *Demographic Research*, vol.20, pp.253-278.

- ROSARIO DEL, Helia and MANZANO SÁNCHEZ, Luis (2007) - “El Proceso de reagrupación familiar en la ciudad de Madrid”, *Informe n.º 6*, Madrid, Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid.
- SANDU, Dumitru (2000) - “Circulatory migration as life strategy”, in *Sociologie Românească / Romanian Sociology*, n.º2, pp. 65-92.
- SANDU, Dumitru (2007) - “La emergente migración transnacional en las aldeas de Rumania”, in *Migraciones*, n.º21, pp. 77-112.
- SOLÉ, Carlota and PARELLA RUBIO, Sonia (2006) - “Una revisión de la posición de las mujeres inmigrantes no comunitarias en el mercado de trabajo español”, in *Sistema*, pp.190-218.
- STANEK, Mikołaj (2007) - “Movilidad de los trabajadores procedentes de los nuevos países de la Unión Europea 2004-2006”, in *Revista de Estudios Europeos*, n.º 46-47, pp.133-150.
- STANEK, Mikołaj (2009) - “Patterns of Romanian and Bulgarian Migration to Spain.”, in *Europe-Asia Studies*, vol.61, pp.1627-1644.
- THE WORLD BANK (2007), *World Development Indicators (2005 data)*, Washington, The World Bank.
- UNITED NATIONS (1998) - *Recommendations on Statistics of International Migration*, New York, United Nations.
- VENTURINI, Alessandra (2004) - *Postwar Migration in Southern Europe, 1950–2000: An Economic Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VIRUELA MARTÍNEZ, Rafael (2006) - “Inmigrantes rumanos en España: aspectos territoriales y procesos de sustitución laboral”, in *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol.10, n.º 222.
- WALLACE, Claire (1999) - “Crossing Borders: Mobility of Goods, Capital and People in the Central European Region”, in BRAH, Avtar, HICKMAN, Mary J. and MAC AN GHAILL, Máirtín (eds.), *Global futures: migration, environment and globalisation*, Houndsmills, Macmillan Press Ltd, pp.185-209.

VIII

UKRAINIAN MIGRATION TO ITALY: LONE FEMALE BREADWINNERS AS “SKILLED” WORKERS IN “LOW-SKILLED” OCCUPATIONS

LENA NÄRE

*University of Sussex
University of Helsinki*

Introduction

The turn of the millennium saw a rapid increase in Ukrainian migration to Southern European countries. One important component of these flows was Ukrainian women’s labour migration to Italy for domestic and care work, especially for the care of elderly. This chapter examines the case of Ukrainian women’s migration to Italy and to Naples in particular. It discusses the structural reasons behind this type of domestic labour migration and examines Ukrainian women’s experiences, journeys to Italy and migration strategies as lone breadwinners in their families. The chapter is based on an ethnographic study conducted by the author in Naples.¹¹³ It draws on thematic, in-depth interviews of twenty-four Ukrainian domestic and care workers conducted in Naples in 2004–2005. It argues that Ukrainian women’s migration to Italy challenges the dichotomy of high-versus low-skilled migration, as most of the Ukrainian women had had long professional careers before migrating. Yet, in Italy, they all found work primarily in domestic service, which is generally considered to be a low-skilled occupation. Hence, this chapter contributes to the growing literature that challenges the dichotomic use of the notion of “high-skilled” versus “low-skilled” migrants (e.g. Favell *et al.*, 2006; Williams, 2007). Before going into this discussion, however, the context of the research will be outlined.

Italian and Ukrainian Migration Regimes

We need to understand contemporary migrations to Italy in the context of the country’s long emigration history. It is due to this history that the first migration flows to the country remained unrecognised for a long time. The first immigrants were mainly Tunisian and Moroccan men who came to work in the fishing industry and agriculture in Sicily; Latin American refugees from Chile, Argentina and Uruguay; and female domestic workers from different countries, such as Eritrea, Cape Verde, Somalia, Sri Lanka and the Philippines (Andall, 2000: 113–142; Chell, 1997: 75–77; Parreñas, 2001: 5; Petrillo, 1999: 234; Pugliese, 1996a: 108). Italy became a major destination country for immigrants in the mid-1980’s, when it was estimated that more than 100,000 people migrated to the country annually (Reyneri, 1998). The first migrants were employed in informal and precarious jobs, notably in domestic and care work, seasonal work in agriculture, construction work, as street and market vendors and in the industries of the North (Ambrosini, 2001; Pugliese, 1996a: 115). The country was ill-prepared for these rapid changes and failed to develop coherent immigration legislation (King *et al.*, 1997: 2; Zincone, 2006).

¹¹³ This study is the author’s doctoral dissertation, “Managing Households, Making Homes - A Moral Economy of Migrant Domestic and Care Work in Naples, Italy” (University of Sussex)

It was not until 1990 that the first law dealing with migration (LeggeMartelli) was passed. The core of Italian migration legislation has consisted of regularisation programmes or amnesties under which irregularly present migrants could apply for a permit to stay (*permesso di soggiorno*).¹¹⁴ There have been five amnesties between 1986 and 2002. In the last amnesty of 2002, approximately 650,000 migrants received a stay permit (ISTAT demo). Concomitantly, procedures to enter Italy legally have changed. For a long time, there were few established routes to enter the country regularly as a jobseeker, domestic work being an important exception.¹¹⁵ A so-called nominative system (*chiamata nominativa*) existed for domestic work until 1999 (Allasino *et al.*, 2004: 7). Under this system, an employment contract could be established between the employer and a foreign national, but only after verifying the lack of available Italian nationals for the job (Andall, 2000: 120). However, although the Italian Government tried to emphasise preferences for national employees, it was clear that there was a demand for foreign workers, who were willing to work as live-ins and on behalf of whom it was not obligatory to pay insurance contributions (Andall, 1998: 130–131).

Another means of regularising migrants is the planning of quotas, first established in 1997. These quotas are meant for migrants not yet present on Italian territory, but in practice they are mostly used by irregular migrants already working in the country seeking legalisation (Smargiassi, 2006). A large proportion of these quotas is now used for domestic and care work, which reflects the strong demand for care and domestic work in Italy. In fact, the situation seems quite hypocritical in that annual quotas have stayed at 170,000 permits per year, although applications have been triple or even quadruple this number. For the 2007 quota of 170,000 permits, over 711,000 applications were filed, including 400,000 for domestic work (Polchi, 2008). Most of the applicants were already working in Italy. In addition to the original 2006 quota of 170,000, the Government had to subsequently issue a further 350,000 permits. The huge success of the applications can be taken as one indicator of the continuous presence of irregular migrants in Italy despite the regularisation campaigns of the past. It is also an indication that the current legislation is not sufficient to deal with migration. In fact, planning quotas have come to resemble amnesties in terms of numbers, with the crucial difference of more complicated procedures, as workers have to pretend to reside outside the country at the time of application.

In sum, the Italian migration regime is characterised by high irregularity, which is in part induced by the state. This is due to several factors: lack of continuity in legislative measures; measures that do not correspond to the presence of migrants already working in Italy; and legislation that ties migrants to their employers. Moreover, permits that are released for only one or two years, combined with slow renewal processes, makes it difficult to stay 'regular'. These characteristics of the migration regime are connected to other structural factors. The case of Italy has been said to resemble a particular 'Mediterranean migration model', which refers to the coexistence of immigration and unemployment, emigration (especially nowadays of Italian graduates), extensive unofficial labour markets and labour markets that are segregated by gender and ethnicity (Pugliese, 1996b). However, we should not treat Italy as one unified case. The "Mediterranean migration model" would seem to better describe the situation of Southern Italy (the Mezzogiorno) than the industrialised North, which has lower unemployment. Moreover, Southern Italy remains a region that Italians also migrate away from to find work in the "North" (Maciotti and Pugliese, 2003: 22–37; Pugliese, 2002). This present-day internal South-North migration also includes foreign migrants, so that many who arrive in the South continue their migration project by moving North (De Filippo and Pugliese, 2000).

114 Although residence permit is a more common term, the literal translation of *permesso di soggiorno* = permit to stay – is used here. It is also more accurate as not all those migrants who have a permit to stay are registered on the municipal residence registers.

115 In fact, when older migration countries in Europe were restricting immigration after the oil crisis of 1973, the Italian borders remained rather loosely controlled and it was easy to access the country both regularly (as tourists) and by overstaying or residing in a clandestine manner, due to the long coastal border (King and Rybaczuk, 1993: 178–179).

By the end of 2005, the total number of documented immigrants (those with a *permesso di soggiorno*) had risen to 2.3 million, or slightly over 3 million if an estimate is included for undocumented immigrants and for children who are not required to have a permit (Caritas/Migrantes, 2006). These figures correspond to 4,7 to 5,2 per cent of the total population, which is below the EU-15 average, but nevertheless a significant fraction especially when the recency of the inflow is taken into account. Migration to Italy is highly diversified regarding the number of countries of origin. Italy has migrants from 150 countries (Caritas/Migrantes, 2006). However, an overall trend over the past ten years has been the (Eastern) Europeanisation of migration in Italy; from the early 1990's when a third of migrants in Italy were from European countries, to 2006 when almost half of all migrants were from Europe (Caritas/Migrantes, 2007). This is mainly due to recent migrations from Eastern Europe and the former Soviet Union. This brings us to an examination of the structural reasons behind emigration from Ukraine.

The roots of contemporary migration from Ukraine lie in the post-socialist 'transition' and the economic crises that followed. For Ukraine, which was fully integrated into the Soviet economy, the collapse of the Soviet regime caused a dramatic economic crisis: GDP fell by 14,2 per cent in the first two years of independence (and by 22,9 per cent in 1994) and the inflation rate skyrocketed to 5,371 per cent in 1993 (Wilson, 2003: 106). Subsequently, economic reforms were made and a national currency was introduced in 1995. However, in 1998, the country experienced another financial crisis caused by foreign investors withdrawing their investments from the country (Segura, 2002: 93–97). This led to the devaluation of the currency and to a new increase in inflation. It was not until 2000 that Ukraine experienced its first year of real growth since independence (Segura, 2002: 94; Wilson, 2003: 108).

The social and human costs of the economic collapse have been dramatic. In the decade of 1990–2000, Ukraine's ranking in the Human Development Index dropped from 45th to 80th. This was due to decreases in both income (*per capita* income decreased by 42 percent in 1992–2000) and life expectancy, which declined from 70,5 years in 1990 to 67,9 years in 2000 (UNDP, 2003: 13). During recent years, life expectancy in Ukraine has continued to stagnate – it was 67,7 years in 2005 (UNDP, 2007/2008). Even more dramatic is the gender gap in life expectancy – 62 years for men compared to 73,6 for women. The reasons for men's high mortality lay in the poor lifestyles that include drinking, smoking and poor diet (Cockerham *et al.*, 2005). Furthermore, one third of the population has suffered from mental disorders in their lifetime and again the gender differences are telling: men suffer from alcohol-related and mood disorders, whereas the most common diagnoses for women are mood and anxiety disorders (Bromet *et al.*, 2005). These human costs of 'transition' were reflected in this research.

The economic collapse and its social costs constitute the backdrop for the recent migration flows from Ukraine. Estimates of the number of Ukrainians who left the country in 1990–2002 vary widely from 1 to 7 million (Malynovska, 2004: 14–15). According to UN statistics, between 1996 and 2001 over 1.16 million Ukrainians emigrated (UNDP, 2003). Currently, according to figures also confirmed by the Ukrainian Foreign Ministry, there are 7 million Ukrainians living abroad, 4.5 million of these in the ex-Soviet Union (Ricci, 2006: 53).¹¹⁶ According to a sociological study conducted at the Ukrainian Academy of Science in 2005, 12 per cent of the Ukrainian families surveyed had at least one member working abroad; in Western parts of Ukraine this figure was as high as 21 per cent. The study also reveals that especially Ukrainians from small cities had migrated (Ricci, 2006: 50). Similarly, data on human development indicators show the regional disparities in Ukraine: the central regions around the capital Kiev are much better off than the border regions to the West, South and South-East (UNDP, 2003: 36–37). These facts were also reflected in this research: most informants came from cities in the border regions, such as Lviv, Ivano-Frankivsk, Ternopil, Kherson and Donetsk.

¹¹⁶ However, one should regard these figures with caution, as they might be overestimates (Michael Eve, personal communication, 04.09.2007).

During the first part of the 1990's, migration from Ukraine was characterised by long-term migration to the US, Germany and Israel. Around the turn of the millennium, migration patterns changed to more short-term labour migration and various new destination countries started to attract Ukrainians. Among these emerging destination countries were Southern European countries, where migration follows gendered labour patterns. Thus, the early 2000's construction boom in Portugal opened possibilities for Ukrainian men (Marques and Góis, 2007). Concurrently, Ukrainian women left for Italy for domestic and care work. Moreover, the new EU-member states in Central Europe, notably Poland, Czech Republic and Hungary, have become important destination countries for Ukrainian migrants (Ricci, 2006: 53). In fact, manifold migration chains and networks have recently emerged in Central and Eastern Europe, especially for seasonal and care labour. For instance, while Poles migrate to Germany for seasonal and domestic work, Ukrainians migrate to Poland to do these same jobs (Anderson, 2000: 118; Ricci, 2006: 54). Ukrainian migration is significant for the economy of the country. Official remittances stand at 411 million dollars per year, and if we add to this figure the estimates of unofficial remittances, the total amount of yearly remittances goes up to 4-6 billion dollars (Ricci, 2006: 55).

Ukrainians in Italy

Ukrainian migration remained invisible in the official statistics until the regularisation of 2002, when over 100.000 Ukrainians were given a stay permit. The drastic increase in statistics and change in 'visibility' becomes clear if we consider that there had been only 15.510 Ukrainians with a stay permit before 2002. Nowadays, Ukrainians are the fourth biggest immigrant group in Italy after Romanians, Albanians and Moroccans (see Table 8.1). We can also note that Ukrainians are the most 'feminised' group, with almost 84 per cent of women.

Ukrainians are the biggest immigrant group in the region of Campania (see Table 8.2). In fact, there is a clear concentration of Ukrainians in the South of Italy, as one-quarter of all Ukrainians in Italy are living in Campania (Ricci, 2006: 56). At the end of 2005, there were over 25.000 Ukrainians with a stay permit in the region of Campania (table 8.2). In the city of Naples, the number of Ukrainian residents was over 11.500. When asking why they had chosen to come to Naples of all the cities in Italy, the informants explained that it was because of the lack of migration control. As 33 year-old Katya put it, "this is a city that is much freer. Here you can move around. In the North [of Italy] you cannot". (Interview with Katya). Thus, the general irregularity and informality of South Italy was cited as the main reason for choosing to come to Naples.

TABLE 8.1

Foreigners with Stay Permits in Italy by Gender and Nationality, First Ten Countries, 01.01.2006.

	Men	Women	% Women	Total
Romania	126.518	144.973	53,4%	271.491
Albania	148.206	108.710	42,3%	256.916
Morocco	154.998	84.730	35,3%	239.728
Ukraine	18.849	96.238	83,6%	115.087
China	61.491	52.674	46,1%	114.165
Philippines	28.448	46.539	62,1%	74.987
Poland	20.253	52.938	72,3%	73.191
Tunisia	44.537	17.003	27,6%	61.540
Serbia and Montenegro	30.270	22.002	42,1%	52.272
India	32.983	18.849	36,4%	51.832

Source: ISTAT demo

TABLE 8.2

Foreigners with Residence Permits in the Region of Campania by Gender and Nationality, First Ten Countries, 31.12.2005.

	Men	Women	% Women	Total
1. Ukraine	5.192	20.015	79,4	25.207
2. Morocco	6.922	2.345	25,3	9.267
3. Poland	1.336	5.647	80,1	6.983
4. Albania	3.949	2.255	36,3	6.204
5. China	2.977	2.559	46,2	5.536
6. Sri Lanka	1.816	1.598	46,8	3.414
7. Tunisia	2.046	772	27,4	2.818
8. Algeria	2.266	388	14,6	2.654
9. Romania	995	1394	58,4	2.389
10. Philippines	586	1.441	71,1	2.027

Source: ISTAT demo

The Ukrainian women interviewed for this study had arrived in Italy with tourist visas and they had paid substantial amounts of money for the migration, from 500 to 600 US dollars. After their visas expired, the women remained in Italy irregularly and could not return to their countries of origin unless they had the means to go through the process of applying for a visa again. This irregularity was further enforced by the Italian legislation that tied their stay permits to an existing work contract. Thus, when the 2002 amnesty was made public, women's status in the territory depended on their employers' willingness to regularise the workers. Not all employers agreed to regularise their workers, as this meant increased costs in the form of social security taxes. Some migrants did not succeed in convincing their employers in time, as the story of 53 year-old Ludmila shows. A former medical doctor in Ukraine, Ludmila had worked for almost two years taking care of a 94 year-old man who was suffering from Alzheimer's disease, when the amnesty of 2002 occurred. Her employer was the old man's 72 year-old daughter. Ludmila recalls their negotiations as follows:

"She said to me that we were like sisters. I couldn't believe that after all that she didn't give me a stay permit. Because I waited when there was the new law. I waited and waited, all my friends already had their permits. And when the time was running out, I asked three weeks before: Signora M., you are not going to do the work permit? She said: "No, I cannot". "Why?" "Because, I can't. Then I have to pay taxes, a lot of money and I cannot." After, I said: "Excuse me, Signora M., but this document is so important for me. Otherwise I am afraid of the police. I want to work like other people, like all my friends. If you can't pay it all, I will pay half." She kept saying: "I cannot, I cannot". [...] Now, I cannot go like all the rest of the people in this country, I cannot go back to my country." (Interview with Ludmila)

Ludmila's account emphasises migrants' dependency on their employers in relation to the civic boundary ("she didn't give me a stay permit"). The employer did not give in and Ludmila remained irregularly in Italy. During the same period, she was diagnosed with breast cancer. Her employer got worried that Ludmila's treatments at the hospital would reveal that she was employing a worker illegally, so she stopped paying her and told her to find a new job. At the time of the interview, Ludmila was without work and home, apart from short periods of work as a substitute for her friends. She was about to start chemotherapy and was living in free accommodation run by nuns. Nevertheless, she had the strength

and persistence to take legal action against her former employer with the help of a trade union.

The case of Ludmila illustrates well the consequences of tying a stay permit to an existing labour contract in labour sectors that are characterised by highly personalised work relationships such as paid domestic and care work. Tying the stay permit to a work contract implies that the migrant worker is not considered as a sovereign subject but a dependent; subjectivity is equated with her/his ability to work. Next, Ukrainian women's migration projects and strategies will be examined more closely.

Women as Lone Breadwinners

Another distinctive feature of the Ukrainian interviewees is their relatively mature age. At the time of migration (around 2000) most of the interviewees were in their early 40's and for the large majority (19 out of 24) they were the only ones to care for their families, either because they were estranged from their husbands (married but effectively separated) or because they were widows. Only two of the women I interviewed were together with their husbands and three were single. This suggests that marriage breakdown and men's lack of participation in raising the children were important incentives for Ukrainian women's migration. It is not surprising then that a recurrent theme in the interviews with Ukrainian women was the high illness and mortality rates of Ukrainian men and the effect this had on women's lives. Women blamed unemployment, which led men to drink, and Chernobyl, which continued to cause sudden illnesses and deaths:

"In our country, men die. This Chernobyl has had such a bad impact. Now people who today are walking will not be doing so anymore in two years time." (Silvana, 23.01.2004).

"There are so many widows, but also women who are divorced and separated. So many. Well what can I tell you? Our men, let's say, most of them drink. There is no work, nothing to do. What can they do? They drink." (Katya, 10.02.2005).

The dramatic crisis in masculinity, combined with a traditional division of labour within the household, were reflected in the interviews as strong discourses on motherhood, as Valentyna's account below and the following quote from Tatyana demonstrate:

"When the Soviet Union broke down we lost all our money in the banks. Everything. We remained at zero, with nothing that we had saved. I didn't see any future, because I was without money. I didn't have any secure future and then my health problems started from the worry. Then I thought that for me it's not important who I am, that I am the head of an agency, the important thing is that I am a mother and I am healthy. [...] I had to think how I could organise the life of my children [...]" (Tatyana, 15.09.2004).

The case of Tatyana is telling in that she was left alone to care and provide for her children. The absence of men from the families of the Ukrainian informants was striking. It was often the women in the family who would bear the collective responsibility for the children. 32 year-old Irina's story is very similar to Tatyana's. Irina had divorced the alcoholic father of her two sons (11 and 7 years at the time of the interview). The boys were living with Irina's mother and sister, also a lone mother. Irina's father was gravely ill and died after Irina had migrated. As Irina's work did not pay well enough, the three women decided to open a bar in Ukraine. Irina migrated to Italy in order to help to pay the debts her mother and sister had run up. Irina's decision to leave was not the outcome of straightforward rational calculation, but a process where both economic and emotional reasons were intertwined:

“I don’t know... until now I haven’t met any man who would have wanted to help me, take responsibility. If he, during that period [when I was thinking about migrating], had said: “don’t worry, we will take care of it together. I will help you.” [...] But no, not even then did I get help. There was no willingness to help that would make it possible for us to be together. You have to do everything on your own, everything.” (Interview with Irina)

Irina’s account captures well how Ukrainian women feel about bearing the responsibility towards their families on their own and not getting help from their male partners. Thus, for Ukrainian women, migration was a means of obtaining economic security and, for many, it was a way to get away from an unsatisfactory marriage and domestic violence.

Ukrainian women’s migration projects involved saving money to buy property, to renovate their existing houses, or to set up businesses. For instance, Irina had migrated to Italy in order to pay the debts of a family business, a bar that her mother and sister run in Ukraine. After she had paid for the bar, she started saving for her own house. Many women saved for their children’s education. As Natasha summarised women’s migration strategies:

“It’s only for money that I’m here. I’m a teacher, I can work in my country. [I work] in the morning and the afternoon I have free, and I work for good. It’s only that you can’t live with the pay there. That is why I came here for money. Also I wanted to change my life.” (Interview with Natasha)

Hence, the economic rationale was mixed with other reasons, such as the hope to “have a change in my life” (45 year-old Natasha) or “to find a partner” (58 year-old Viktoria). Ukrainian women also found migration to be potentially empowering and emancipatory. It offered a way of changing their lives and of escaping difficult domestic situations, as well as the possibility to find new love (cf. King 2002: 99).¹¹⁷ This is in line with findings from other studies, such as Annie Phizacklea’s (2003) research on migrant domestic workers in London, where she found that “money and self-respect” were central in women’s migration stories.

Most Ukrainians perceived migration to Italy as temporary. However, it was common that what was originally perceived as a short-term stay easily became prolonged due to the relative ease in finding work and stable earning potential. Yet, although long-term migration provided more economic security, at the same time, it brought new ambivalences as it distanced migrants from their country of origin. In fact, a typical answer to questions concerning future plans started with “I don’t know” and a recurrent theme in the interviews was being afraid of making the wrong decision. Take for example how Irina reflects on her future:

“I: I understand that I have to make a choice: to stay here or go back. [...] I don’t know, I am afraid of making the wrong choice, but at the same time I am optimistic.

L: What are you afraid of?

I: Of making the wrong decisions. Not having enough money. Of returning to the life I left in Ukraine. Of getting my degree recognised [in Italy] and not finding work [other than domestic work]. I’m afraid that if I do all this, I won’t make money. I’m afraid of returning home and then when the years have passed, of saying how stupid I was not to have stayed in Italy. I’m afraid of making the wrong decision.” (Interview with Irina)

This quote summarises well the choices and ambivalences many domestic workers faced, when a stay that was originally thought of as temporary was prolonged. It demonstrates well that migration

¹¹⁷ Combining domestic labour migration with a potential search for a new partner echoes how Ukrainian women use internet dating sites to find men for marriage (Taraban, 2007).

trajectories are not fixed but changing and uncertain (Grillo, 2007). Moreover, with time, migrants' emotional attachment and the notion of home also changed:

“Really when I went to Ukraine I missed Italy. Really. I have been here so long and I have got used to the life here. The stability. Every time a month passes by, there is money, pay. I’m afraid that and the day will come when I have spent all the money I made here, and nothing will remain for me. I’m afraid. There is no future [in Ukraine]. It doesn’t mean... our Ukraine will always be our Ukraine, our land, our parents and relatives are there. I’ve had this feeling that all the time that had passed [before returning to Ukraine] that when you go back you feel like - and also other Ukrainian women have said the same - you are like a guest, you visit all the relatives, the children and then you want to return back to Italy.” (Interview with Silvana)

Thus, Ukrainian women came to Italy in search of a better future for themselves and for their children. This search for security meant providing for the family, saving money to build or buy a house, but especially paying for children's education. To deal with the insecurity brought on by global economic forces, the Ukrainian women hoped to be able to count on support from men, but they were left on their own. As Irina succinctly puts it:

‘I have understood that in their own life, everyone has to count only on herself. Maybe we need a bit of feminism. They have played an ugly joke on us women’.

Professional Women in “Low” Status Occupation – Challenging the Notion of Skills

The definition of “skill” is commonly related to occupation and/or education, so that “skilled” typically refers to “adult-age persons who have completed a formal two-year college degree or more”, although some researchers argue about calling migrants who have both college-level education and who are working in highly skilled jobs “high-skilled” (Batalova and Lowell, 2006: 87). However, the notion of a highly skilled occupation is an arguable social construction and occupational classifications usually reflect existing gender hierarchies – and hence are an example of assigning cultural notions to certain occupations. Thus, as sociologists have shown, the feminisation of an occupation often leads to a loss of status and lower wages, for instance when secretarial and clerical jobs became feminised (Crompton and Jones, 1984). The case of migration further blurs the picture, as occupational hierarchies not only change across time, but also according to location. So, for instance, in Soviet countries, social reproduction was considered valued labour, and recognised in the form of long maternity leaves and child care provisions, whilst most liberal capitalist systems do not recognise social reproduction as ‘work’ (Verdery, 1996: 64–65). Moreover, regarding migration policies, the definition of “skills” has often been biased towards the male-dominated fields of technology and science. This undermines female-dominated occupations such as nursing and teaching, which have been systematically defined as semi-skilled (Hardhill and MacDonald, 2000: 682; Kofman, 2000: 46; Kofman and Raghuram, 2005: 150). Thus, most Ukrainian migrants interviewed for this research were what would normally be defined as highly-skilled in terms of their educational levels, as well as their past occupations. Yet, in Italy, all found work as carers and domestic workers, that is, in jobs that are typically understood as low-skilled. Hence, if we want to use this dichotomy, we should unravel the notions by asking: skilled where, when, defined by whom and for what purposes. We should also consider how radical social transformations that bring about changes in gender orders affect such social constructions.

Socialism configured gender roles in a particular way so that women had the roles of working mothers, whilst men held the higher-status position of serving the State as workers and professionals. For both, the primary responsibility was towards the State and the Party rather than towards

each other (Ashwin, 2000: 1–2). The dismantling of the socialist order and the subsequent economic crisis meant a reconfiguration of gender regimes (Gal and Kligman, 2000: 5; Johnson and Robinson, 2007; Verdery, 1996: 65–66).¹¹⁸ For men, it meant losing their status as workers and as primary breadwinners for their families, as wages were falling and heavy industries such as mining, metallurgy and military-industry were badly hit by the economic crisis (Ashwin, 2000: 2). For women, post-socialist restructuring brought new restrictions in their reproductive rights, in the form of pro-natalist policies, as well as an increased difficulty in finding employment (Verdery, 1996: 79). The collapse of the Soviet Union and the subsequent economic crisis left women mainly as mothers and workers in jobs that nobody was paid for. Thus, when asked about the reasons why they had decided to migrate, the most common explanation that the interviewees gave was the poor financial situation in the country, for example: “For work. There is work in Ukraine, but no one pays you for it” (Interview with Maria).

Interviewees recalled the economic crises that followed the collapse of the Soviet regime, and especially the crisis of 1998 seemed to be important in triggering migration. Valentyna, a medical doctor in Ukraine, explains how her economic situation became unsustainable:

“I worked for a long time and ultimately they didn’t pay me for three years. Then they paid me a little money, so little that it wasn’t possible to live. I live with my son, I am a widow, I have an old mother who is sick and I am the only one who is working. [...] My son is an adult, but he is an invalid. I found small jobs for him, but in our country for too long a time there hasn’t been work and the economy has been low. Everything is closed, there’s no money in the budgets, offices are closing down.” (Interview with Valentyna)

The case of Valentyna demonstrates a striking fact in Ukrainian migration: the high educational and professional background of the women interviewed. All the interviewees had an education equivalent to British A-levels or the equivalent from a professional school. Eight had studied at a university or higher education institute. Most had had long careers as factory workers and professionals, such as architects, teachers and so forth. Regardless of their “skills”, they all found work as domestic and care workers. As captured by the notion of “brain waste”, the Ukrainian women’s “skills”, or the human capital they had, were not transferable to the local labour markets in Italy (cf. Rhode, 1993). Ukrainian women’s migration to Italy therefore problematises notions of high versus low-skilled migrants.

For Ukrainian women, this discrepancy between their past professional roles and current status as domestic workers and carers in Italy was difficult to cope with. As Valentyna put it:

“We agree to take low-wage jobs that Italians would never do; dirty jobs that make you nervous. They don’t take these jobs, but we have to do it, we don’t have any other possibility.” (Interview with Valentyna)

“[The work] is not so difficult physically, but morally and psychologically [you have] to get used to it. Because before you worked as a pharmacist, a professional and now you work unofficially. It’s not qualified work. It’s more-or-less work [lavoro cosi].” (Interview with Viktoria)

This has led to what Rhacel Parreñas (2001: 150–196) terms ‘contradictory class mobility’. The educational and cultural capital and the professional careers of migrant domestic workers are not transfer-

118 This is not to claim that gender regimes in state socialism were uniform, as Johnson and Robinson (2007: 6) note: “Images of the ideal Polish woman, built within a mixed iconography of Catholicism and communism, differed from the ideal Romanian woman as a mother reproducing the Romanian nation [...]. Gender constructions of the Soviet woman worker differed from the Soviet heroic mother and the Russian peasant.”

able in the country of migration. As the above quotes demonstrate, many informants experienced this discrepancy between their own social class position and the low status of the work they were doing in Naples in a very negative way.

Moreover, in some cases Ukrainian women's educational and professional background was higher than their employers'. Observations such as Irina's were common amongst the women interviewed:

“Almost all of us have graduated and I have found so much ignorance in Italy. There is a big difference between people who are educated and those who are not and in our country you don't notice this difference so clearly. At the same time, our girls are here to earn money. So they can put their children in school, to help, to help so much, so many.” (Interview with Irina)

In domestic and care work, which is a highly personalised form of labour, this sometimes led to heightened conflicts and arguments with employers. For instance, Natasha worked as a carer for the children of a single mother who had no higher education. Her employer felt threatened by the fact that Natasha was a secondary school teacher and more educated than she. Hence, she had the habit of humiliating Natasha by ordering her around and asking her to do degrading tasks.

“When we were eating, she asked me, “Natasha, before what were you, what work did you do?” I said I was a teacher. And she said: “oh really”. And she said: “come here”. And when I entered the toilet after the little one had done his needs, she told me: “now wash”. I said yes, but after lunch. She said: “no, now”. I wanted to go and get the gloves and she said no.” (Interview with Natasha)

Natasha, however, refused to wash the toilet without gloves and was subsequently fired. These examples draw attention to the personalised nature of domestic work and to the consequences that the discrepancy between the high social class background of migrant workers and their Neapolitan employers could have.

Conclusions

This chapter has examined one of the destinations of contemporary labour migration from Ukraine: the Italian case. Recent years have demonstrated that there has been a clear (Eastern) Europeanisation of migration in Italy. By drawing on ethnographic data collected in Naples, it has been demonstrated how Ukrainian women are turning to migration to cope with the economic and social insecurities brought on by post-socialist restructuring and the 'transition' from a centralised economy to market capitalism. This research shows the dramatic consequences of a “crisis in masculinity” in Ukraine, which has forced Ukrainian women to become the main, and in most cases, lone breadwinners for their families. The Ukrainian crisis in masculinity is also reflected in women's experiences in that an important motivation for migration, besides better earning potential, was the wish to escape alcoholic or violent husbands. This demonstrates that in some cases migration can be emancipatory for women.

Another characteristic of this Ukrainian migration to Italy is the women's high educational and professional background. It has been argued that this challenges the applicability of low versus high-skilled migrants as adequate labels to describe contemporary labour migrations. I have discussed the ambivalences related to this “contradictory class mobility” (Parreñas 2001: 150–196). On one hand, Ukrainian women experience the discrepancy between their skills, educational and professional background and the low status of their care and domestic jobs in Italy highly negatively. On the other hand, this work provides them with secure income and hence a possibility to provide for their families and to build a secure future. As a result, for some women, a migration that was originally planned as short-term easily gets prolonged over several years. With the prolonged migration project, return becomes ever

more difficult. In fact, we are witnessing Ukrainian men starting to follow pioneer women to Italy, still in small, but nevertheless increasing, numbers. Moreover, it was observed during the fieldwork that, after receiving a stay permit, Ukrainian women who had young children were seeking ways to get their children to Italy. Therefore it is likely that even though pioneering Ukrainian women have started to return, a proportion of these migrants will remain and that Ukrainians in Italy will remain a part of the country's "super-diverse" demographic palette (Vertovec, 2006).

References

- ALLASINO, E, REYNERI, E., VENTURINI, A and ZINCONI, G. (2004) - "La Discriminazione dei Lavoratori Immigrati nel Mercato del Lavoro in Italia", in *International Migration Papers*, n.º67-I, Geneva, ILO, available at: <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/english/protection/migrant/>, accessed 06.09.2006.
- AMBROSINI, M. (2001) - *La Fatica di Integrarsi. Immigrati e Lavoro in Italia*, Bologna, Il Mulino.
- ANDALL, Jacqueline (1998) - "Catholic and State Constructions of Domestic Workers: the Case of Cape Verdean Women in Rome in the 1970s", in KOSER, K. and LUTZ, H. (eds.), *The New Migration in Europe. Social Constructions and Social Realities*, Basingstoke, Macmillan, pp.124-142.
- ANDALL, Jacqueline (2000) - *Gender, Migration and Domestic Service. The Politics of Black Women in Italy*, Aldershot, Ashgate.
- ANDERSON, Bridget (2000) - *Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labour*, London, Zed Books.
- ASHWIN, S. (2000) - *Gender, State and Society in Soviet and Post-Soviet Russia*, London, Routledge.
- BATALOVA, J. and LOWELL, L. B. (2006) - "The Best and the Brightest': Immigrant Professionals in the US", in SMITH, M.P. and FAVELL, A. (eds.), *The Human Face of Global Mobility. International Highly Skilled migration in Europe, North America and the Asia-Pacific*, Comparative Urban & Community Research, volume 8, New Brunswick, N.J., Transaction publishers, pp. 81-101.
- BROMET, E.J. and GLUZMAN, S.F. et al (2005) - "Epidemiology of Psychiatric and Alcohol Disorders in Ukraine. Findings from the Ukraine World Mental Health Survey", in *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, vol.40, n.º9, pp. 681-690.
- CARITAS/MIGRANTES (2006) - *Immigrazione Dossier Statistico 2006*, Rome, IDOS.
- CARITAS/MIGRANTES (2007) *Immigrazione Dossier Statistico 2007*, Rome: IDOS.
- CHELL, V. (1997) - "Gender-Selective Migration: Somalian and Filipina Women in Rome", in KING, R. and BLACK, R. (eds.) *Southern Europe and the New Immigrations*, Sussex, Sussex Academic Press, pp. 75-92.
- COCKERHAM, W. C., HINOTE, B P., ABBOTT, P. and HAERPFER, C. (2005) - "Health Lifestyles in Ukraine", in *Sozial- und Präventivmedizin/Social and Preventive Medicine*, vol.50, n.º4, pp.264-271.
- CROMPTON, R and JONES, G. (1984) - *White-Collar Proletariat. Deskilling and Gender in Clerical Work*, London, Macmillan Press.
- DE FILIPPO, E. and PUGLIESE, E. (2000) - "Le Donne nell'Immigrazione in Campania", in *Papers*, n.º60, pp. 55-66.
- FAVELL, A.; FELDBLUM, M. and SMITH, M. P. (2006) - "The Human Face of Global Mobility: A Research Agenda", in SMITH, M.P. and FAVELL, A. (eds.), *The Human Face of Global Mobility. International Highly Skilled migration in Europe, North America and the Asia-Pacific*, Comparative Urban & Community Research, volume 8, New Brunswick, N.J., Transaction publishers, pp. 1-26.
- GAL, S. and KLIGMAN, G. (2000) - *The Politics of Gender after Socialism. A Comparative Historical Analysis*, Princeton, N.J, Princeton University Press.

- GRILLO, R. (2007) – “Betwixt and Between: Trajectories and Projects of Transmigration”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.33, n.º2, pp. 199–217.
- HARDILL, I. and MACDONALD, S. (2000) – “Skilled International Migration: The Experience of Nurses in the UK”, in *Regional Studies*, vol. 34, n.º7, pp.681–692.
- ISTAT (demo), available at: <http://demo.istat.it>.
- JOHNSON, J. E. and ROBINSON, J. C. (2007) – “Living Gender”, in JOHNSON, J.E. and ROBINSON, J.C. (eds.), *Living Gender after Communism*, Bloomington, Indiana University Press, pp.1–21.
- KING, R., FIELDING, A. and BLACK, R. (1997) – “The International Migration Turnaround in Southern Europe”, in KING, R. and BLACK, R. (eds.) *Southern Europe and the New Immigrations*, Sussex, Sussex Academic Press, pp.1–25.
- KING, R. (2002), “Towards a New Map of European Migration”, in *International Journal of Population Geography*, vol.8, n.º2, pp. 89–106.
- KING, R and RYBACZUK, K. (1993) “Southern Europe and the International Division of Labour: from Emigration to Immigration”, in KING, R. (ed.), *The New Geography of European Migrations*, London: Belhaven, pp.175–206.
- KOFMAN, E. (2000) – “The Invisibility of Skilled Female Migrants and Gender Relations in Studies of Skilled Migration in Europe”, in *International Journal of Population Geography*, vol.6, n.º1, pp. 45–59.
- KOFMAN, E. and RAGHURAM, P. (2005) – “Gender and Skilled Migrants: Into and Beyond the Work Place”, in *Geoforum*, vol.36, n.º2, pp. 149–154.
- MACIOTI, M.I. and PUGLIESE, E. (2003) - *L’Esperienza Migratoria. Immigrati e Rifugiati in Italia*, Roma, Laterza.
- MALYNOVSKA, O. (2004) – “International Migration in Contemporary Ukraine: Trends and Policy”, in *Global Migration Perspectives*, n.º14, available at: <http://www.gcim.org>, accessed 03.02.2007.
- MARQUES, José Carlos and GÓIS, Pedro (2007) – “Ukrainian migration to Portugal. From Non-Existence to the Top Three Immigrant Groups”, available at: <http://www.migrationonline.cz>, accessed 10.04.2007
- PARREÑAS, R. S. (2001) - *Servants of Globalization. Women, Migration and Domestic Work*, Stanford, Stanford University Press.
- PETRILLO, A. (1999) – “Italy: A Farewell to the ‘Bel Paese’?”, in DALE, G. and COLE, M. (eds.), *The European Union and Migrant Labour*, Oxford, Berg, pp. 231–262.
- PHIZACKLEA, A. (2003) “Transnationalism, Gender and Global Workers”, in MOROKVASIC-MÜLLER, M; EREL, U. and SHINOKAZI, K. (eds.) *Crossing Borders and Shifting Boundaries*, Vol. I: Gender on the Move, Opladen: Leske + Budrich, pp. 79–100.
- POLCHI, V. (2008) – “Colf e Badanti Diventa Regolare Solo Una su Cento”, in *La Repubblica*, 25.03.2008, p. 21.
- PUGLIESE, E. (1996a) – “Italy between Emigration and Immigration and the Problem of Citizenship”, in CESARANI, D. and FULBROOK, M. (eds.), *Nationality and Migration in Europe*, London, Routledge, pp. 106–121
- PUGLIESE, E. (1996b) – “Le Nuove Immigrazioni Internazionali e i Modelli Migratori nei Paesi del Sud Europa”, in *Inchiesta*, n.º113, pp. 49–58.
- PUGLIESE, E. (2002) - *L’Italia tra Migrazioni Internazionali e Migrazioni Interne*, Bologna, Il Mulino.
- REYNERI, E. (1998) – “The Role of the Underground Economy in Irregular Migration to Italy: Cause or Effect?”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.24, n.º2, pp. 313–331.
- RHODE, B. (1993) – “Brain Drain, Brain Gain, Brain Waste: Reflections on the Emigration of Highly Educated and Scientific Personnel from Eastern Europe”, in KING, R (ed.), *The New Geography of European Migration*, London, Belhaven Press, pp. 228–245.

- RICCI, A. (2006) – “Le Migrazioni Internazionali nell’Ucraina Contemporanea”, in *Caritas/Migrantes, Immigrazione. Dossier Statistico 2006*, Rome, Idos, pp. 49–58.
- SEGURA, E. (2002) – “Ukraine. The Evolution of its Economy Since Independence in EU”, in LEWIS, A. (ed.) *The EU and Ukraine. Neighbours, Friends, Partners?* London, The Federal Trust, pp. 93–102.
- SMARGIASSI, M. (2006) – “Una Lotteria che Spinge alle Irregolarità”, in *La Repubblica*, 15.03.2006, p. 15.
- TARABAN, S. (2007) “Birthday Girls, Russian Dolls and Others. Internet Bride as the Emerging Global Identity for Post-Soviet Women”, in JOHNSON, J.E. and ROBINSON, J.C. (ed.) *Living Gender after Communism*, Bloomington: Indiana University Press, pp.105–127.
- UNDP (2003) - *The Power of Decentralization. Ukraine Human Development Report 2003*, Kiev, UNDP, available at: http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/europethecis/ukraine/ukraine_2003_en.pdf (accessed 11.02.2008).
- UNDP (2007/2008) - *Human Development Report 2007/2008. Country Tables*, available at: <http://hdrstats.undp.org/countries/>, accessed 11.02.2008.
- VERDERY, K. (1996) - *What Was Socialism? And What Comes Next?*, Princeton, Princeton University Press.
- VERTOVEC, S. (2006) – “The Emergence of Super-Diversity in Britain”, *Compas Working Paper n.º 25*, University of Oxford, available at: <http://www.compas.ox.ac.uk/publications/Working%20papers/Steven%20Vertovec%20WPO625.pdf>, accessed 28.10.2008.
- WILLIAMS, A. – (2007) “Listen to Me, Learn with Me: International Migration and Knowledge Transfer”, in *British Journal of Industrial Relations*, vol. 45, n.º2, pp. 361–382.
- WILSON, A. (2003) – “Ukraine and Post-Soviet Europe: Authoritarian Consolidation or Renewed Reform?”, in WHITE, S., BATT, J. and LEWIS, P.G. (eds.), *Developments in Central and East European Politics 3*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp.92–111.
- ZINCONI, G. (2006) – “The Making of Policies: Immigration and Immigrants in Italy”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, n.º3, pp. 347–375.



CO-FINANCIAMENTO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

